

Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

---

EDUARDO MARTINS DE BRITO

**Desenganos do “(neo)desenvolvimentismo” em Suape:  
metamorfozes sociais no município de Cabo de Santo  
Agostinho**

CAMPINA GRANDE – PB

2019

B862d Brito, Eduardo Martins de.  
Desenganos do “*(neo)desenvolvimentismo*” em Suape: metamorfoses sociais no município de Cabo de Santo Agostinho / Eduardo Martins de Brito. – Campina Grande, 2020.  
205 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas”.

Referências.

1. Sociologia do Desenvolvimento. 2. Sociologia Política. 3. Porto de Suape – Desenvolvimento – Nordeste. 4. Classes Sociais. I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Título.

CDU 316.422(043)

EDUARDO MARTINS DE BRITO

**Desenganos do “(neo)desenvolvimentismo” em Suape:  
metamorfoses sociais no município de Cabo de Santo  
Agostinho**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas

CAMPINA GRANDE - PB

2019

EDUARDO MARTINS DE BRITO

**Desenganos do “(neo)desenvolvimentismo” em Suape:  
metamorfoses sociais no município de Cabo de Santo Agostinho**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, 2019.

Texto avaliado em 18 de Outubro de 2019

Conceito: APROVADO

**BANCA EXAMINADORA**



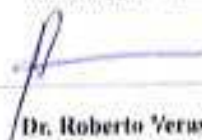
**Dr. Gonzalo Adrián Rojas**

PPGCS/UFCG  
Orientador



**Dr. Ronaldo Laurentino Sales Junior**

PPGCS/UFCG  
Examinador Interno



**Dr. Roberto Veras de Oliveira**

PPGCS/UFCG  
Examinador Interno



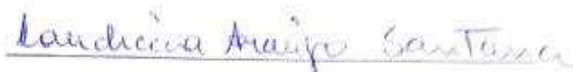
**Dr. Roberto de Sousa Miranda**

PPGCS/UFCG  
Examinador Interno



**Dr. José Henrique Artigas de Godoy**

PPGCPRI/UFPA  
Examinador Externo



**Dra. Laudicéia Araújo Santana**

IFPA  
Examinadora Externa

## RESUMO

A presente tese insere-se no esforço de refletir sobre o programa sócio-político e econômico “(neo)desenvolvimentista” do Partido dos Trabalhadores (PT), isto é, a aplicação de uma série de medidas econômicas e jurídicas, acompanhadas de um conjunto de políticas públicas, com vistas a impulsionar o crescimento econômico, através da estratégia de maior integração da economia brasileira aos círculos de acumulação do capital em âmbito mundial, não sem importantes consequências culturais, territoriais ambientais e trabalhistas. Em nossa investigação, a temática do desenvolvimento e suas implicações tem sido cara, visto que nosso objetivo tem sido compreender em que estado se encontra, atualmente, a organização das forças produtivas, em uma região em específico e ao mesmo tempo demonstrar que o país passa por uma significativa alteração em sua política econômica, particularmente na área de grandes empreendimentos estruturantes, como é o caso do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), na região metropolitana de Recife, no estado de Pernambuco. A presente tese trabalha com a seguinte hipótese, de que durante os governos de coalizão liderados pelo PT, (in)formados pela *conciliação de classes*, houve alterações em alguns aspectos importantes da política econômica, permitindo a setores da burguesia vinculados ao capital *nacional associado* maior ascendência sobre o Estado, direcionando parte do orçamento público para suas empresas e projetos. Todavia, diante de um ciclo econômico que se encerra é sobre a realidade de “terra arrasada” que as classes sociais subalternas buscam ressignificação.

**Palavras-Chave:** Porto de Suape; Desenvolvimento; Classes Sociais; Nordeste.

## ABSTRACT

The present thesis is part of the effort to reflect on the “(neo) developmentalist” socio-political and economic program of the Partido dos Trabalhadores(PT), that is, the application of a series of economic and legal measures, accompanied by a set of public policies, with a view to boosting economic growth, through the strategy of greater integration of the Brazilian economy into the capital accumulation circles worldwide, not without important cultural, territorial, environmental and labor consequences. In our investigation, the theme of development and its implications has been expensive, since our objective has been to understand in what state, currently, the organization of the productive forces is, in a specific region and at the same time demonstrate that the country passes by a significant change in its economic policy, particularly in the area of large structuring enterprises, such as the Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), in the metropolitan region of Recife, in the state of Pernambuco. The present thesis works with the following hypothesis, that during the coalition governments led by the PT, (un) formed by the conciliation of classes, there were changes in some important aspects of the economic policy, allowing sectors of the bourgeoisie linked to the greater associated national capital ascendancy over the State, directing part of the public budget to its companies and projects. However, in the face of an economic cycle that is ending, it is about the reality of “scorched earth” that the subordinate social classes seek a new meaning.

**Keywords:** Suape Port; Development; Social classes; Northeast

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

FIGURA 1 – EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	48
FIGURA 2 – PRINCIPAIS PORTOS ORGANIZADOS EM MOVIMENTAÇÃO (2015-2016).....	96
FIGURA 3 – SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO.....	98
FIGURA 4 – AREA DE ABRANGÊNCIA DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE.....	100
FIGURA 5 – PRAIA DE GAIBÚ NAS DÉCADAS DE 1950, 2000 E 2010.....	110
FIGURA 6 – COMUNIDADES DENTRO DE SUAPE.....	113
FIGURA 7 – RUÍNAS DO FORTE SÃO FRANCISCO XAVIER SOBRE O ROMPIMENTO TECNÔNICO (CALHETAS).....	116
FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DO PORTO DE SUAPE NO PERÍODO COLONIAL (1634).....	117
FIGURA 9 – SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES (AS) Z8.....	136
FIGURA 10 – PESCADORES DA COLÔNIA Z8.....	137
FIGURA 11 – CASA DEMOLIDA EM CALHETAS.....	142
FIGURA 12 – MORADORES DA VILA NAZARÉ.....	145
FIGURA 13 – VILA NOVA TATUOCA.....	149
FIGURA 14 – VILA INCONCLUSA DE VILA NOVA TATUOCA.....	150
FIGURA 15 – JOSÉ ANTONIO DA SILVA (SEU ZOÉ).....	151
FIGURA 16 – VISITA À CASA DE EDSON, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE NOVA TATUOCA.....	153
FIGURA 17 – JOSUÉ, MORADOR DAS OCUPAÇÕES CIRCUNDANTES DA DCPV (VILA CRISTO REI).....	163
FIGURA 18 – FAMILIA CARMO DA SILVA, MORADORES DAS OCUPAÇÕES CIRCUNDANTES DA DCPV (VILA CRISTO REI).....	166
FIGURA 19 – INTERIOR DA CASA DE DONA MARIA DO CARMO DA SILVA (OCUPAÇÃO CRISTO REI).....	169



FIGURA 20 – VISÃO PANORÂMICA DO BAIRRO ROSÁRIO À PARTIR DA PE-060.....	171
FIGURA 21 – PE-060 E PEQUENAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NAS IMEDIAÇÕES DO LOTEAMENTO GARAPU II.....	173
FIGURA 22 – ENTRADA DA OCUPAÇÃO VILA METROPOLITNA (VUCO-VUCO).....	175
FIGURA 23 – CASA DA FAMÍLIA DE RAFAELA.....	176

### **TABELAS**

TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS E TERMINAIS BRASILEIROS 2007-2016 (EM MILHÕES DE TONELADAS).....	95
TABELA 2 – INDÍCES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES – IPOJUCA-PE.....	118
TABELA 3 – CENSO POPULACIONAL DOS BAIRROS DE SANTO AGOSTINHO (2010).....	122
TABELA 4 – POPULAÇÃO ESTIMADA DE RECIFE E DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE 2007-2018.....	158

### **GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – LIBERAÇÃO ANUAL DOS RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE (FMM).....	156
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS

*ALCA – Área de Livre Comércio das Américas*

*ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*

*BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento*

*BNB – Banco do Nordeste do Brasil*

*BNDE – Banco nacional de Desenvolvimento Econômico*

*BPC/LOAS - Benefício de Prestação Continuada/Lei Orgânica da Assistência Social)*

*BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*

*CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*

*CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento*

*CELPE – Companhia Energética de Pernambuco*

*CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*

*CFCE – Conselho Federal do Comercio Exterior*

*CHESF – Companhia Hidroelétrica do Vale do Rio São Francisco*

*CIPS – Complexo Industrial Portuário de Suape*

*CITEPE – Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco*

*CMO – Construção e Montagem Offshore*

*CODEPE – Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco*

*CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco*

*CODEVASF – Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco*

*CPC – Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL*

*CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças*

*DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público*

*DCPV – Destilaria Central Presidente Vargas*

*DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais*

*DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas*

*EAS – Estaleiro Atlântico Sul*

*EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas*

*EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental*

*EPCI – Engenharia, Suprimento, Construção e Instalação*

*FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo*

*FCA – Ferrovia Centro Atlântica S.A*

*FERROESTE – Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A*

*FERRONORTE – Ferrovia Norte Brasil*

*FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife*

*FMI – Fundo Monetário Internacional*

*FMM – Fundo da Marinha Mercante*

*FPSO – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência*

*FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador*

*FTC – Ferrovia Tereza Cristina S.A*

*IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool*

*IBAS – Fórum de Diálogos Índia, Brasil e África do Sul*

*IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas*

*IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*

*IE/UFRJ – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos*

*IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana*

*INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária*

*INSS – Instituto Nacional do Seguro Social*

*ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros*

*JK – Juscelino Kubitschek*

*LC – Longo Curso*

*MMMP – Movimento Metropolitano por Moradia Popular*

*MODEC – Mitsui Ocean Development & Engineering Co.*

*MPF – Ministério Público Federal*

*MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*

*ONU – Organização das Nações Unidas*

*OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte*

*PAC – Programa de Aceleração do Crescimento*

*PAC-CH – PAC-Cidades Históricas*

*PAEG – Plano de Ação de Bases do Governo*

*PARLASUL – Parlamento do Mercosul*

*PCB – Partido Comunista Brasileiro*

*PDI/RMR – Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana do Recife*

*PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo – Nova Política Industrial do Governo*

*PDT – Partido Democrático Trabalhista*

*PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A*

*P&D – Pesquisa e Desenvolvimento*

*PFL – Partido da Frente Liberal*

*PGL – Pier de Granéis Líquidos*

*PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*

*PMAHC – Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti*

*PND – Plano Nacional de Desenvolvimento*

*PND – Programa Nacional de Desestatização*

*PPA – Plano Plurianual*

*PPSH/RMR – Plano de Preservação de Sítios Históricos*

*PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool*

*PRODEPE – Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco*

*PRODINPE – Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco*

*PROMEFE – Programa de Modernização e Expansão da Frota*

*PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural*

*PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos*

*PSD – Partido Social Democrático*

*PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira*

*PSOL – Partido Socialismo e Liberdade*

*PT – Partido dos Trabalhadores*

*PTN – Partido Trabalhista Nacional*

*RFSA – Rede Ferroviária Federal S.A*

*SDS – Secretaria de Defesa Social*

*SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão*

*SEP/PR – Secretaria de Portos da Presidência da República*

*SINTEPAV-PE – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral no Estado de Pernambuco*

*SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore*

*SPU – Secretaria do Patrimônio da União em Pernambuco*

*SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste*

*TCU – Tribunal de Contas da União*

*TES – Território Estratégico de Suape*

*TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo*

*TLSA – Transnordestina Logística S.A*

*TMD – Teoria Marxista da Dependência*

*TRANSPETRO - Petrobrás Transporte S.A*

*TUP – Terminal de Uso Privado*

*UNASUL – União de Nações Sul-Americana*

*UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*

*ZIP – Zona Industrial Periférica*

*ZPC – Zona de Proteção Cultural*

*ZPE – Zona de Preservação Ecológica*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	vi
<b>ABSTRACT</b>	vii
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	x
<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO 1 – PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO</b>	31
1.1. A Criação da CEPAL	32
1.2. Sudene e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste	38
1.3. Críticas à CEPAL	39
1.4. Nova cepal e consenso de Washington	44
<b>CAPÍTULO 2 – TRANSIÇÃO E HEGEMONIA</b>	45
2.1. A Nova República oligárquica e o governo Collor	45
2.2. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)	46
2.2.1. Política econômica	46
2.2.3 Conjuntura Política e Luta de classes	50
2.3. A ascensão de Lula	51
2.3.1. Plano Plurianual de Aplicações - PPA 2004-2007	52
2.3.2. Reforma Previdenciária e Fundos de Pensão	57
2.3.3. Acompanhando um movimento: cai Palocci, sobe Mantega	59
2.3.4. segundo governo lula: “(neo) desenvolvimentismo” <i>stricto sensu</i>	62
2.3.5. Programa de Aceleração do Crescimento – 2007-2010	63
2.3.6. Política Externa no Cone Sul	63
2.3.7. Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP	67
2.4. Dilma Rousseff e a Nova Matriz Econômica	68
2.5. O concerto Petista	70
<b>CAPITULO 3 – ASPECTOS TEÓRICOS DO “NOVO” PROJETO DE DESENVOLVIMENTO</b>	76
3.1. O novo-desenvolvimentismo	77
3.2. O Instituto de Economia da Unicamp e sua Escola	79
3.3. Rede desenvolvimentista UFRJ e Unicamp	81
3.4. Social-desenvolvimento petista	81
3.5. Desenvolvimento como estratégia para maior integração aos círculos de acumulação global	83
<b>CAPÍTULO 4 – “(NEO)DESENVOLVIMENTISMO” NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)?</b>	88
4.1. Crise e retomada da economia pernambucana	92

4.2. Consolidação do Complexo de Suape (Infraestrutura e logística)	95
4.2.1. Portos no Brasil	95
4.2.2. Sistema Ferroviário	98
4.2.3. Investimentos do PAC e ampliação do CIPS	100
4.2.4. Estrutura portuária de Suape	103
4.2.5. Principais grupos privados	103
4.2.6. Empresas públicas, incentivos fiscais e incentivos financeiros	105
4.2.7. Refinaria do Nordeste S/A	107
4.2.8. Sete Brasil	107
<b>CAPÍTULO 5 – SUAPE E SUAS METAMORFOSES SOCIAIS: UM SERENO DESESPERO</b>	<b>109</b>
5.1. Suape, PAC e a Nova Colonização: a territorialização do capital por espoliação	112
5.2. Constituição dos municípios	116
5.3. A relevância antropológica	124
5.4. Chegada em campo	133
5.5. Resistencia, luta e burocracia entre pescadores da Z8	136
5.6. Calhetas, Nazaré e os aglomerados circunvizinhos	141
5.7. Nova Tatuoca	149
5.8. Proliferam as ocupações urbanas em Cabo de Santo Agostinho	161
5.9. Metamorfozes sociais na Microrregião de Suape	177
5.10. Consequências das medidas adotadas nos âmbitos Territorial, Ambiental e Trabalhista em SUAPE	180
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>183</b>
1. Rearticulação das frações e burocracia judicial pós 2014	183
2. Vinho novo em odre velho?	185
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>191</b>



## INTRODUÇÃO

A presente tese insere-se no esforço de refletir sobre alguns elementos de reconfiguração social no contexto econômico associado ao Partido dos Trabalhadores (PT), por vezes denominado “*(neo)desenvolvimentismo*”, isto é, a aplicação de um conjunto de medidas econômicas e jurídicas, acompanhadas de políticas públicas articuladas, com vistas a impulsionar o crescimento econômico, através da estratégia de maior integração da economia brasileira aos círculos de acumulação do capital em âmbito mundial – não sem importantes consequência culturais, territoriais, ambientais e trabalhistas.

Discutiremos alguns aspectos da agenda político-econômica que norteou o projeto de governo durante os treze anos da coalisão liderada pelo PT, mas que perdeu força após 2014, quando se combinou a crise econômica mundial com a crise política nacional, dando início a um processo de rearticulação das frações políticas e burocráticas das oligarquias regionais e financeiras em torno da maior subordinação da nação e das massas sociais aos imperativos da gestão e mercado globais imperialistas, como precisamos as relações internacionais entre as potências mundiais e o Brasil e demais países da América Latina.

A pretensão foi investigar como o aporte de capitais, públicos e privados, tem influenciado no processo de mutação social das classes trabalhadoras nos municípios ligados diretamente ao Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) e quais têm sido suas consequências para a economia regional, bem como para os moradores da Microrregião de Suape. Estabelecemos o recorte temporal de nossa análise a partir de 2007/2008, que corresponde ao início do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2011) e lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – marcante para a região – bem como a irrupção da crise econômica mundial, que desencadeia, como será verificado ao longo da última década, uma nova etapa da luta de classes mundiais.

Durante este período, o governo federal havia encontrado um sólido parceiro no estado de Pernambuco, que estreitou suas relações com o Palácio do Planalto e converteu-se em um destino importante, entre os estados nordestinos, dos investimentos federais, além de dispor de uma atrativa política fiscal ao empresariado, nos diversos âmbitos (municipais, estadual e federal), proporcionando uma liquidez financeira providencial, haja vista que o estado atravessava desde muito tempo uma crise agroindustrial, desdobramento, em grande medida, de sua crise canavieira. A barata e desqualificada mão

de obra local, advinda do meio rural, e acrescida de trabalhadores de outras regiões – eventualmente, países – também foram decisivas para essa nova fase econômica.

Portanto, o “*(neo)desenvolvimentismo*” representou, em Pernambuco, a retomada do crescimento, demonstrada – de forma aparente e superficial, é verdade – na elevação do Produto Interno Bruto (PIB) durante o período, elevação esta impulsionada em grande medida pelos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Para além da constatação de elevação do PIB é preciso analisar também os índices de concentração de renda e acesso a bens e serviços públicos. Por exemplo, em 2004 Pernambuco registrou o oitavo maior PIB entre os estados nacionais (perto de R\$ 48 bilhões), mas sendo o terceiro estado com maior concentração de renda do país (SOBEL; MUNIZ; COSTA, 2009, p. 02).

A tese trabalha com a hipótese de que durante os governos do PT houve alterações em alguns aspectos importantes da política econômica, dotando os setores da burguesia vinculados ao capital nacional de maior ascendência sobre o Estado, direcionando parte dos recursos públicos para suas empresas e projetos. Do ponto de vista dos assalariados, houve redução do desemprego e aumento anual da massa salarial, criação de programas de capacitação profissional – exercendo alguma influência na qualidade da mão de obra em algumas regiões; também foram significativos os índices de migração entre trabalhadores, em geral proporcionando mudanças de estilos de vida e novas aglomerações demográficas.

Os múltiplos acontecimentos políticos e econômicos, ao longo da última década vão, sucessivamente, engendrando as mudanças qualitativas na correlação de forças – processo que não é linear, há que ressaltar – e na própria composição das classes sociais, gerando reações e resistências. Sem embargo, não corroboramos com a tese de que houve mudanças na liderança do bloco no poder<sup>1</sup>, haja vista que a mediação estatal entre capital estrangeiro – principalmente em sua forma financeira – e nacional permaneceu sendo feita em proveito do primeiro, no sentido de que o segundo vem assimilando, paulatinamente, sua lógica e determinação. Os governos petistas não reverteram essa tendência, apesar das mudanças na política econômica.

Para tratar da sociedade que se forma no Brasil, a partir do processo de abertura econômica internacional e das privatizações de importantes estatais ao longo da década de 1990, seguida da posterior consolidação do Plano Real, vem à luz uma nova abordagem econômica e um conjunto de proposições políticas acerca do processo de desenvolvimento socioeconômico das nações. Entre o arsenal explicativo da intelectualidade brasileira

---

<sup>1</sup> POULANTZAS, 1977.

envolvida, a utilização do sufixo “neo”, ou “novo”, ou “social”, como também ocorre, comparece como o traço distintivo desta nova e heterogênea corrente teórico-política.

Conquanto prestem deferência ao método histórico-estruturalista – ligado à vertente composta por intelectuais que atuavam por meio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL<sup>2</sup>) e que criaram a teoria latino-americana do desenvolvimento econômico – os “pós-cepalinos” (tomando-os em conjunto) marcam categoricamente suas diferenças. Uma de suas premissas centrais é que a nova realidade emergente reclama uma teoria capaz de embasar a intervenção política e econômica nos dias atuais, transpondo as limitações dos cepalinos, sobretudo no que se refere ao tratamento dispensado aos mercados internacionais, sua importância na garantia de investimentos externos e protagonismo quanto à estabilidade e governabilidade internas.

Com a enfática concessão feita ao mercado sobre decisões estratégicas defendida por esses professores e *policy makers*, nos confrontamos com uma inversão da realidade, pois, segundo o ponto de vista teórico que estamos partindo, são as forças anárquicas do mercado que costumam requisitar a intervenção econômica e reguladora do Estado, cuja natureza dinâmica corresponde à tarefa de agenciar os grandes capitalistas e conter a insatisfação popular, por meio de concessões e controles vários. Embora insustentável teórica e historicamente, a “satanização” neoliberal do Estado, uma ideologia que não explica sociológica e economicamente o processo de exploração e acumulação capitalistas, estrutura básica das sociedades burguesas, alhures ecoa, dada a própria característica político-econômica das disputas conjunturais do país, exercendo certa contaminação nas formas de pensar e atuar daqueles que estão ligados, de alguma forma, ao compromisso de retomada do desenvolvimento nacional.

Como se pode notar, vamos tomar como axioma a teoria marxista clássica (MARX, 1988; MARX & ENGELS, 2007 ) partindo da noção de que a sociedade brasileira está dividida em classes sociais e que, como parte constituinte e pela posição que ocupa em relação à divisão internacional do trabalho e dos mercados capitalistas internacionais, estabelece uma relação de subordinação com os países que comandam o mundo, convertendo os demais em exportadores de matérias-primas e importadores de capital,

---

<sup>2</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 como organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), para estudar a realidade e prestar consultorias aos países da América Latina. Em sua origem, esteve à frente da CEPAL o economista argentino Raul Prebisch e, no Brasil, sua figura de maior destaque é, sem dúvida, o economista paraibano Celso Furtado.

caracterizando-os como semicolônias modernas das metrópoles financeiras (LENIN, 1979).

Se é verdade que existiu *algum* [sic] grau de independência e soberania na formação histórico-econômica do país, também é certo que seu caráter, fundamentalmente, foi mais alegórico, volúvel. As políticas econômicas e sociais do PT não tinham capacidade de romper com esse crônico quadro histórico, o que pode ser constatado, “ontem e hoje”, no nível de controle nacional sobre os recursos naturais, recorrente ingerência externa em toda história republicana, a concentração de renda garantida pela violência estatal sobre seu povo, sobretudo as camaradas mais pobres, a qualidade de vida da maioria, a composição oligárquica de nossas instituições políticas e jurídicas e o grau de participação popular nos processos decisórios.

Apesar dessa “ortodoxia” na escolha do referencial teórico basilar, não podemos desconsiderar as transformações multitudinárias (econômicas, políticas e culturais) ocorridas no mundo e na academia a partir dos anos 1960 e ao longo das últimas décadas, que proporcionaram à pesquisa social uma renovação e ampliação de seus instrumentais e pressupostos, que não podem ser desconsiderados nos trabalhos acadêmicos atuais. Por isso incorporamos também, além de alguns autores marxistas que trouxeram novas contribuições, como Antônio Gramsci, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, David Harvey e Décio Saes, a utilização da abordagem antropológica e etnográfica para conseguir trabalhar melhor algumas mediações analíticas entre as mudanças econômicas e culturais demonstradas junto à população de Suape, sem perder de vista os condicionantes capitalistas da espoliação contemporânea (HARVEY, 2008) .

Como assentado pela teoria marxista, a dinâmica de um tempo está relacionada dialeticamente com as estratégias de sobrevivência do capitalismo, sistema social cujo crescimento está permanentemente afetado pelas crises, que impõe a destruição de suas forças produtivas, imprescindível, por sua vez, para a retomada do crescimento. A essência do capitalismo contemporâneo está na contradição entre as suas forças produtivas, mundializadas e altamente desenvolvidas, que se chocam com suas relações sociais estagnadas, baseadas na propriedade privada, nos monopólios e na concentração de renda crescente.

A explicação teórica do poder avassalador das multinacionais sobre os recursos brasileiros, em consequência da abertura econômica internacional da Nova República, a partir dos anos 1980, está na contradição entre a necessidade de internacionalização das forças produtivas – como condição vital do capitalismo financeiro – e as fronteiras

nacionais dos países, que se levantam como barreiras históricas (política, culturais e jurídicas) a serem enfraquecidas nesta nova etapa histórica, ao menos nos países subordinados pelo países imperialistas.

Assumindo diferentes formas, o capital busca sua reprodução, sendo os capitalistas seus agentes. Enquanto relação social, seus movimentos retroalimentares (financiamento e organização da produção; circulação; financeirização) precisam ser encarnados por diferentes agentes sociais capitalistas, constituindo, assim, as frações de classe da burguesia (industrial, comercial, financeira) com interesses fracionais divergentes, isto por conta da disputa em torno da repartição da mais-valia total, resultante da produção (POULANTZAS, 1977; SAES, 2014). Além disso, países como o Brasil, de extensão territorial grandiosa e portador de diferenças históricas e culturais significativas, as frações de classes ganham também contornos regionais (BOITO JR., 2000; 2007), de modo que o processo de produção, distribuição e consumo adquirem contornos particulares, alimentando a formação econômico social brasileira.

Enquanto classe social capitalista, a despeito dos atritos que ocorrem no movimento do capital e sua manifestação na sociedade, mas tomada em seu conjunto, a atribuição histórica da burguesia em geral é garantir o aumento do capital global, caracterizado por Marx (1988) como a reprodução ampliada do capital, a acumulação de parte da mais-valia total gerada pela exploração dos recursos naturais e pelo tempo não pago da força de trabalho, acumulação que não pode ser interrompida, mas que está sempre se batendo com as consequências de criação de novos capitais e suas reiteradas crises de superprodução.

O padrão de acumulação capitalista contempla momento de complementariedade entre diferenças e mesmo entre opostos, permitindo a expansão econômica e a estabilidade do sistema, como também momentos de conflitos, ressecando a engrenagem vital do padrão de acumulação em voga. Neste movimento adstringente de reprodução, manifestam-se forças sociais capitalistas com perspectivas e interesses contrastantes, estruturando assim a divisão *fracional* da classe capitalista.

Na base dos conflitos inter-burgueses, entretanto, não se desenvolvem forças antagônicas<sup>3</sup>, diferentemente de quando se trata do proletariado urbano e rural, que em momentos de crises de acumulação precipitam-se contra as classes capitalistas em conflitos

---

<sup>3</sup> Por vezes os interesses não se chocam e sim complementam-se, como podemos conferir no arranjo mediado pelo Governo do Estado de Pernambuco entre os setores do empresariado industrial de Suape e o setor rural ligado à produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul. Da mesma forma, Estado, empresários e grande mídia condenaram em uníssono as grandes greves dos trabalhadores de Suape em 2011 (VERAS DE OLIVEIRA, p.236, 2013; MACIEL, p.109-110, 2016).

extraordinários. Mesmo assim é relevante para a investigação e análise sociais acompanhar a disputa pela hegemonia do processo produtivo, manifesto em hegemonia política, pela qual a maioria da sociedade é arrastada para seguir uma determinada forma de acumulação econômica, projeto político e diretrizes socioculturais, durante determinado período.

No atual estágio de desenvolvimento da economia mundial, e do ponto de vista do Brasil enquanto país semicolonial, ou seja, um país que está subordinado econômica, cultural e militarmente às potências centrais (LENIN, 1979), cuja inserção no mercado mundial se deu e se dá através da maior subordinação às economias plenamente industrializadas, a determinação do padrão de acumulação e regulação internas é dada, em última instância, pela fração representante e associada ao capital internacional – empresas mistas, importadoras, bancos e sociedades financeiras (SAES, 2015) – que desde o início do desmonte (ainda em curso) do Estado chamado varguista (1930-1980), através, novamente ressaltamos, da abertura comercial e Plano Nacional de Desestatização em 1990, repactuação sociopolítica do Plano Real em 1993 (IANONI, 2009), quebra dos monopólios e restrições ao capital estrangeiro em 1995 (LEME, 2015, p.511), elevação da taxa de juros e da dívida interna e externa de forma crônica, subordina o conjunto da burguesia brasileira de forma incontestável.

Para um país com as características do Brasil, segundo estamos defendendo, não é possível, nos marcos do capitalismo, realizar políticas de longo prazo, posicionando-se de maneira independente perante a estratégia do capital financeiro internacional, o que redundaria na impossibilidade de superação do atraso econômico, resolução da crise social e conquista da soberania nacional. Certo é também que, pela combinação de uma série de elementos de ordem econômica, política e cultural internos, pode ocorrer – como ocorreu historicamente – por parte das “burguesias semicolonias”, a imposição temporária do projeto nacionalista de sua classe, mais ou menos populistas ou baseados em organizações sindicais, em choque com os interesses imperialistas.

No Brasil, os maiores exemplos, nada típicos, dessa política nacionalista foram Getúlio Vargas, logo em seu primeiro governo, quando tomou medidas soberanas, como renegociação da dívida externa e promoção da industrialização e o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), que buscou a recuperação econômica e diminuição da vulnerabilidade externa por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento. No primeiro caso, a dominação burguesa baseou-se em um novo pacto oligárquico e na repressão policial, por um lado, e na estatização das organizações sindicais e apelo direto ao povo (feito diligentemente por Getúlio Vargas, mormente via rádio), por outro. Já no segundo

exemplo, a ordem interna é baseada apenas no crescimento econômico e em procedimentos draconianos, forma por excelência de atuação política dos militares brasileiros.

Notadamente, o processo de constituição do capitalismo brasileiro, que desperta como tal rigorosamente a partir do século XX, permitiu a existência de medidas que contrariaram, em diferentes graus e ênfases, os interesses imediatos dos Estados Unidos, um dos principais interessados estrangeiros no país. A partir do início da década de 1990, todavia, a hegemonia estadunidense se impôs sobre as autoridades políticas e econômicas locais, reclamando fortes medidas antinacionais, com aprofundamento da exploração da força de trabalho, em que a violência de classe assume cada vez mais relevância na manutenção do consenso e do *status quo*. Embora a proeminência ianque seja incontestada, o papel da China é hoje central para pensar o Brasil e compreender sua economia, bem como a estrutura geopolítica mundial e os impasses do multilateralismo contemporâneos.

Fiel à concepção de que a violência é a “parteira da história”, no Brasil o seu uso também tem sido o voto de minerva, a espada que desata o nó górdio dos impasses e conflitos políticos instalados entre empresários/Estado e trabalhadores/moradores interessados. Essa tem sido uma das regras de ferro da autocracia brasileira, tanto nos primeiros governos civis pós-ditadura quanto durante o “(neo)desenvolvimentismo”, como ocorreu, por exemplo, nas gigantescas greves durante as obras das usinas hidrelétricas de Jirau (Rondônia) e Belo Monte (Pará) em 2013 ou como verificado em Suape (Refinaria Abreu e Lima e Polo Petroquímico) em 2012 – e contra as populações indígenas e camponesas desses e outros locais, castigadas de maneira ininterrupta pelas empresas e o Estado, que solapam suas condições materiais e espirituais de existência individual e reprodução social.

Aliás, a particularidade do “(neo)desenvolvimentismo” parece ser que a mercantilização da natureza e a violência de classe, aplicada tão resolutamente contra as populações que vivem ou trabalham nas áreas dos megaprojetos, foram justificadas, desta vez, como as dores do parto do crescimento econômico sustentável e da distribuição de renda, que juntos preparavam o salto para a democratização do Estado, discurso melódico aos ouvidos dos trabalhadores brasileiros.

Na realidade, estivemos diante da estratégia de seguir com a modernização econômica voltada para a exportação de matérias-primas e internacionalização da economia, articuladas com políticas de alguma inspiração keynesianas. Porém, essas medidas, além de insuficientes e reversíveis, mostraram-se inadequadas – ao menos do ponto de vista dos trabalhadores –, como podemos verificar nos índices de geração de

empregos temporários e precarizados, na incompatibilidade das reservas ecológicas criadas com as populações nativas, na expropriação das terras e pagamento de irrisórias indenizações, bem como toda calamidade social criada com as grandes obras do PAC, ao menos é o que podemos inferir a partir do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS.

Os setores nacionais aos quais havíamos nos referido, que melhoraram suas posições na obtenção de incentivos e benesses do Estado são, especialmente, de Construção Civil (empresas de engenharia), Metalmecânico, Mineração, Alimentício, Bebidas, Instituições Financeiras nacionais e Agronegócio<sup>4</sup>. Este quadro não foi alimentado visando contrapor-se ou reverter a presença e a dominação das multinacionais, campeãs do capital estrangeiro na economia brasileira, mas convergiu, adaptando-se aos seus ditames. O setor nacional criado, em grande parte oriundo das oligarquias tradicionais<sup>5</sup>, permaneceu submetido à liderança do *rentismo financeiro* (bancos, seguradoras, fundos de pensão e de investimento) nacional e internacional.

O golpe parlamentar de 2015, que derrubou a Presidente Dilma Rousseff foi parte da manifestação dos impasses da economia mundial e as dificuldades para avançar nas reformas estruturais, visando à alegada estabilidade macroeconômica, ou seja, à flexibilização capitalista do trabalho e o aprofundamento da lógica de sociabilidade capitalista, focada no indivíduo, na meritocracia e no mercado, valores assentados na propriedade privada e na exploração do trabalho assalariado.

Embora a criação do CIPS se trate de um fenômeno que remonte às décadas de 1970 e 1980 – passando por reestruturações nos anos 1990 – a literatura e as pesquisas de campo demonstram que a microrregião vem passando por mudanças qualitativas drásticas, principalmente a partir de 2007/2008, no que se refere à paisagem física e composição social, mudanças essas sem paralelos (SILVEIRA, 2010). Neste sentido, alguns temas comparecem como de primeira grandeza para apreender o processo em curso, que assume diversas formas, manifestando-se, por exemplo, através dos fluxos migratórios, na relação entre agricultura e indústria, no uso e propriedade da terra (COSTA, 2015), conflitos territoriais e dialética homem/natureza (SAQUET & SPOSITO, 2009).

Resgataremos as contribuições antropológicas sobre mudança social (FELDMAN-BIANCO, 1987), desenvolvimento (SARDAN, 2015) autoridade etnográfica (CLIFFORD,

---

<sup>4</sup>São setores de atividade da burguesia brasileira, mas divididos e/ou disputados com as multinacionais estrangeiras.

<sup>5</sup>Fundamentaremos posteriormente.



2008) e tratamento interpretativo dos dados coletados (GEERTZ, 1978), para isso nos utilizaremos da pesquisa de campo e da análise comparativa, destacando as regularidades dos fatos observados no comportamento real, em âmbito microscópico (questões relacionadas ao modo de vida de algumas comunidades dos municípios de Cabo de São Agostinho e Ipojuca), investigando as relações sociais desses indivíduos e destes com o processo de mudança, relacionando-os, teoricamente, com a dinâmica mais geral: Polo de Suape como resultado de políticas regionais e nacionais de desenvolvimento, concebidas sob o signo da política e finanças internacionais.

Somando-se à essas investigações, outra abordagem interessante, que vem ganhando espaço no Brasil e que nos pode ser útil, se tomada criticamente, diz respeito à *Socioantropologia do Desenvolvimento*, conjunto de conceitos e técnicas de pesquisa desenvolvidos pelo antropólogo Jean Pierre Olivier de Sardan, cuja abordagem privilegia a interação entre os atores sociais envolvidos, sendo o desenvolvimento, como manifestação dos processos de mudança social, caracterizado como resultado dos conflitos sociais e culturais implicados, mesmo quando ocorridos em condições de profundas desigualdades hierárquicas e de poder, transcendendo, assim, a visão normativa acerca do desenvolvimento (SARDAN, 2015).<sup>6</sup>

Da mesma forma, ganha relevância as análises acerca das implicações negativas dos Megaprojetos econômicos, decorrentes da contradição entre os empreendimentos estatais e os direitos das populações locais e povos tradicionais, no que tange à imposição do “progresso” em detrimento dos direitos territoriais e humanos dos moradores impactados, em que “ganhos de produtividade são, conseqüentemente, obtidos pela transferência dos danos sociais e ambientais a terceiros, ações estas viabilizadas pela construção das condições políticas que viabilizem e favoreçam a penalização dos mais despossuídos” (COLETIVO, 2013, p. 167).

Além do mais, por outro lado, a inovação pretendida aqui é pensar esse quadro a partir dos impactos que a crise econômica e o ajuste fiscal têm exercido, ab-rogando grande parte dos investimentos previstos. No começo de 2017 a obrigatoriedade da participação da indústria local nas obras petrolíferas (Lei 9.478/1997), instrumento através

---

<sup>6</sup> Mesmo fugindo de nossa alçada, é preciso assinalar que outra área das Ciências Sociais que vem travando a discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento, bem como seu uso na elaboração de Políticas Públicas é a Geografia. Para uma aproximação inicial das discussões europeias (principalmente França, Itália, Reino Unido e, posteriormente, Espanha) sobre a evolução do conceito de *desenvolvimento local*, em seu processo de surgimento, institucionalização, crítica e ressignificação, entre os anos 1970 e 1990, ver DANSERO, GIACCARIA, GOVERNA (2009).

do qual era garantido que toda construção de plataformas e sondas devessem ter 65% de conteúdo nacional foi relativizada.

Mesmo antes disso, por meio dos pedidos de *waiver* – “mecanismos de isenção do cumprimento do Conteúdo Local comprometido, quando comprovado a não existência de fornecedores brasileiros, prazo de entrega excessivos, preços excessivos ou uma substituição tecnológica” (TCU, 2016, p. 851-852) – essa limitação vinha sendo contornada. De 2005 em diante, quando este dispositivo foi aceito para os contratos de concessão, os pedidos vêm se multiplicando. No bojo dessa tendência, foi solapada a exclusividade de extração da camada do Pré-Sal pela Petrobrás – principal responsável pela encomenda de embarcações – cancelando assim vários contratos com os estaleiros de Suape. Petrobrás que, aliás, está sendo reestruturada na lógica do “Estado mínimo”, isto é, está sendo esfacelada e progressivamente privatizada.

As evidências atestam que o país adentra em um novo ciclo político e econômico, precipitado com a manifestação e aprofundamento da crise mundial no Brasil, resultando no esvaziamento do projeto político anterior e de suas medidas econômicas, em voga durante a última década. Este fenômeno político se relaciona com a inter-relação da economia nacional com as centrais, principalmente via sistema financeiro e meandros da reprodução ampliada do capital.

Em síntese, as multinacionais estão retomando posições outrora perdidas, como expressão de um novo rearranjo da composição do poder político entre as frações das classes capitalistas. Trata-se, fundamentalmente, de refletir sobre um novo momento na forma de acumulação capitalista no Brasil, materializando-se na intensificação do ataque à soberania nacional frente ao avanço da desnacionalização da economia e como este processo tende a impor maior penalização às populações locais, aumentando a concentração das riquezas e aprofundando a pobreza e a degradação ambiental. Quadro que coloca em xeque as pretensões teóricas e as realizações políticas do recente projeto desenvolvimentista, assentado nas premissas de crescimento sustentável com distribuição de renda e consecução de uma democracia plena no Brasil.

Mediante análise bibliográfica, estudo de diversos relatórios técnicos e a pesquisa de campo, abordaremos os diferentes aspectos e elementos de mudança, que contribuem para pôr em relevo as tensões, também de natureza diversa, entre “tradição” e “globalização” em andamento na microrregião de Suape. Um trabalho de tal envergadura, mostrando sua relevância através de rigorosa pesquisa empírica, bem como o enfrentamento às questões

teóricas fundamentais exige trabalho conjunto de vários pesquisadores – um trabalho coletivo, já em curso, aliás<sup>7</sup>.

Estudos sobre as atividades industriais e portuárias em Suape, como manifestação da reestruturação produtiva (HARVEY, 2008) e inserção subordinada do Brasil na economia internacional, já existem (THEODORO, 2015) e somos obrigados a partir deles. Da mesma forma, apreciações sobre os impactos sociais e ambientais na microrregião são abundantes, em que podemos citar como exemplos SILVEIRA (2010), SANTOS (2011) e PÉRES (2016). A relevância de nossa pesquisa se justifica na medida em que buscaremos atualizar a investigação de como a expansão de Suape tem remodelado a configuração produtiva e qual é atualmente a situação da população do seu entorno. Além do crescimento econômico recente, também pretendemos diagnosticar como o refluxo da estratégia “(neo)desenvolvimentistas”, com tendências desindustrializantes e estagnacionistas se manifestaram em Suape.

Sobre pesquisa e coleta de dados junto às instituições governamentais, privilegiou-se, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para estudo estatístico sobre as populações locais, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do estado, que coordena os planos e diretrizes para ocupação produtiva – e supostamente sustentável – do território, sintetizadas no Plano Estratégico para Suape. Também foram consultadas Leis Municipais (como a Lei nº 2179/2004, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo em Cabo de Santo Agostinho), Planos Diretores Municipais e documentos técnicos multidisciplinares de Impacto Ambiental (EIA/RIMA's) para melhor reconstituição do objeto da pesquisa.

Outra estratégia de trabalho adotada foi apoiarmo-nos em estudos etnográficos encontrados que dialogassem, de alguma forma, com nosso objeto, transformando estas fontes de referência em qualificados meios de informações e inspiração metodológica, principalmente àquelas relacionadas ao sentido da mudança, atribuído pelos trabalhadores

---

<sup>7</sup> Diversas pesquisas vêm sendo realizadas pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e ao Departamento de Geografia da UFPE; pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas/GRAPP-UFPE; assim como também pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho/LAEPT-UFPE. Além de tantas outras teses e dissertações produzidas recentemente por pesquisadores de todo o país, em seus aspectos não somente sociológicos, antropológicos, políticos e geográficos, como também biológicos, químicos, arquitetônicos e de engenharia (naval, civil, petróleo).

e moradores, entendendo que o *olhar* dos sujeitos envolvidos nas cotidianas alterações é significativo para a investigação social.

A realidade é que o CIPS e seu entorno têm sido investigados por um conjunto considerável de pesquisadores sociais, nos campos econômico, socioambiental e antropológico no período recente, destacadamente pelo fato de que o Complexo foi implantado sobre vários engenhos remanescentes. No caso, ao tratar do Complexo de Suape, abordaremos as consequências dos investimentos realizados sobre a composição das classes e grupos sociais na Microrregião de Suape (principalmente em Cabo de Santo Agostinho), historicamente marcada pelas atividades agrícolas, mas que passou por um processo exponencial de urbanização (precária), movimentos migratórios, crescimento da população operária, atrelado à diminuição relativa dos assalariados rurais, camponeses, comunidades de pescadores e expulsão de famílias nativas, habitantes dos antigos Engenhos e comunidades pesqueiras.

Além de refletir sobre os condicionantes e consequências dos investimentos públicos e privados na região, que foram viabilizados pela articulação entre políticas federais e medidas estaduais, será parte também de nossa análise a nova fase do CIPS, ou seja, o arrefecimento das atividades produtivas em suas fábricas e estaleiros, relacionadas com a situação política e econômica mais geral do país, que tem implicado em rescisões contratuais, privatizações, demissões e revisão de prazos e planejamento estratégico por parte das empresas da região. A desaceleração econômica e restrição da atividade produtiva têm produzido aumento do contingente de desempregados e subempregados – com suas consequências sociais bárbaras, assinalando o aprofundamento das desigualdades e concentração de renda e riquezas.

A presente tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, procuramos retomar as ideias principais da teoria econômica desenvolvida no país ao longo do século XX, sua retroalimentação com a história política brasileira, com destaque para a região Nordeste e a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a importância da CEPAL, bem como as críticas por ela sofrida por parte de diferentes matizes teórico-política na tentativa de renovação da política e economia brasileiras ao longo da última década.

No segundo capítulo, trataremos do período de transição à redemocratização brasileira, abarcando o esgotamento político do regime militar – desencadeado com a crise do petróleo em 1973 e crescente endividamento externo –, a política econômica privatizante adotada ao longo dos anos 1990 e seu posterior arrefecimento – dado o

enfraquecimento eleitoral de seus representantes, resultado do aumento da pobreza e concentração de renda – e da paulatina ascensão de Lula e seu partido. Para compreensão dessa sempre incompleta transição, nos será caro os conceitos de “oligarquia” e “hegemonia”, assim como a exposição das principais medidas econômicas adotadas e uma breve discussão acerca do conceito de “reformismo”.

No terceiro capítulo, estamos nos propondo apenas a destacar os aspectos teóricos chave da nova proposta de desenvolvimento, através de seus principais expoentes no país. Chamamos atenção para o fato de que esse é um debate em construção e andamento, compondo-se de ideias e conceitos que podem variar de acordo com os autores e para melhor dimensão da questão, optamos por nos referenciar tanto nos intelectuais proponentes como também naqueles que são críticos da nova política econômica.

No quarto capítulo, vamos entrar nas particularidades propriamente ditas do objeto da pesquisa, através da história do Polo de Suape, com os impasses de sua conclusão em decorrência da situação econômica nacional, as alterações do marco legal portuário ao longo dos anos 1990 e seu impulso e consolidação na década seguinte, com destaque para as obras de 1999 a 2001, mas, principalmente, a partir dos investimento do PAC de 2007 a 2012, fundamentalmente. Também elencamos nessa seção os principais grupos econômicos públicos e privados que foram decisivos para o Complexo Industrial e Portuário de Suape.

No último capítulo, tratamos da população local e algumas mutações ocorridas no município de Cabo de Santo Agostinho, passando pela história da microrregião de Suape, a situação atual da *população residente*, utilizando-se de uma metodologia que procurou combinar o referencial teórico-analítico-documental que vinha sendo feito com a análise de trajetórias individuais, narrativas e significados atribuídos às profundas mudanças em curso.

Nas considerações finais, afirmamos que a nova conjuntura político-econômica expressa as exigências do capital financeiro, que se manifestou internamente via Banco Central, grande mídia, classes médias e oposição burguesa, mas também diretamente via espionagens, infiltrações e ingerências diversas. Esclarecendo, não que a interferência em si seja novidade no Brasil e no mundo, principalmente quando se trata dos Estados Unidos, mas o que queremos destacar é justamente a forma atual de desestabilização de países, experienciada agora pelo Brasil – depois de Honduras em 2009 e Paraguai em 2012 – em que a intervenção assumiu a híbrida forma de golpe parlamentar/constitucional. Finalmente, concluímos, com apoio da literatura, criticando a pretensão de retomada do

desenvolvimento, sem alterar as bases da sociedade, do poder oligárquico e, principalmente para o nosso caso, destruindo o modo de vida e de trabalho das populações da microrregião de Suape.

## CAPÍTULO 1 – PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

Em nossa investigação, a temática do *desenvolvimento* e suas implicações são caras, visto que nosso objetivo tem sido compreender em que estado se encontra, atualmente, a organização de parte das forças produtivas, em uma região em específico e ao mesmo tempo demonstrar que o país passa por uma significativa alteração em sua política econômica, particularmente na área de grandes empreendimentos estruturantes, como é o caso do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), na região metropolitana de Recife, no estado de Pernambuco.

As grandes mudanças econômicas e culturais processadas no Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX, fomentaram e embasaram as reflexões sobre o planejamento estatal como elemento de crescimento econômico e construção da identidade nacional, torna-se um dos temas centrais para os teóricos e políticos envolvidos no debate relacionado com as vias de desenvolvimento possíveis e propícias ao país, com a finalidade última de atingir padrões socioeconômicos, se não no patamar das principais economias, ao menos compatíveis com aquilo que se deveria esperar de um país moderno. A partir da década de 1950, aí sim de forma mais decidida e consequente, registraremos avanços marcantes no rigor das análises<sup>8</sup>.

Podemos dizer que uma das referências primordiais é François Perroux (1903-1987) que, juntamente com o Padre Lebre<sup>9</sup>, exerceu influência indelével sobre a *intelligentsia* brasileira comprometida com os caminhos para o desenvolvimento nacional, principalmente entre geógrafos e economistas, haja vista que suas ideias principais relacionavam-se com criação de polos de crescimento a partir de determinadas indústrias

---

<sup>8</sup> O governo Dutra inicia com a questão do planejamento, ainda sob influência estadunidense, em um contexto de abertura para aquele país. Existia um setor nacionalista que resistia à “neocolonização” e lutavam por adotar uma política e uma via de desenvolvimento baseado na industrialização do país, aliada aos EUA e autônoma ao mesmo tempo. Mas claro que esse setor industrial nacional foi forjado como “filho” do Estado, das políticas de Getúlio... (embora um setor de bebidas, roupas, etc, já existisse em SP). Esse setor (industrial/nacional e nacionalista) não mais existe (vide a indústria automobilística, p ex.). O PT encarnou esse espírito, mas faltou corpo. Incorporar essa reflexão.

<sup>9</sup> Lebrete teve papel importante na criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU) a partir de 1951.

motrizes e em torno de espaços geográficos significativos (aglomerações populacionais, áreas importantes de extração de matérias-primas e fluxos comerciais).

Louis-Joseph Lebreton (1897-1966) foi um economista e católico dominicano francês, criador do movimento “Economia e Humanismo”. Sua preocupação com o “Terceiro Mundo”, sua atividade intelectual e política, bem como sua concepção teológica sobre as questões sociais lhes renderam grande prestígio entre os reformadores e militantes sociais na América Latina, em um contexto de grande mobilização e lutas sociais no subcontinente. Ao mesmo tempo, o protagonismo da Igreja Católica para manter sua influência ideológica sobre os mais pobres, como costumam dizer, foi um grande incentivo para que projetos de desenvolvimento acalentassem a situação e a vida daquelas pessoas.

Ainda na década de 1950 já teremos a proposta de criação de um Porto/indústria em Suape, inclusive com uma refinaria de petróleo, baseada em estudos seriados para o desenvolvimento econômico do Nordeste e de Pernambuco, elaborados junto à Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE), com a participação de Lebreton (*Estudo Sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, de 1955), Francisco de Oliveira (*Problemas de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco*, de 1959), dentre outros (GUMIERO, 2015, p. 133; GODOY, 2014, p.07-8)<sup>10</sup>.

### 1.1. A CRIAÇÃO DA CEPAL

A grande depressão dos anos 1930 possibilitou que países latino-americanos dessem início aos seus respectivos processos de Substituição de Importações, buscando assim contornar a instabilidade do período. De forma mais ou menos intensa, tais países promoveram a industrialização mediante investimentos externos, empréstimos e transferência de tecnologia, com vistas a constituição do setor de produção de bens de capital (máquinas e ferramentas), avançando na integração – dependente – das economias locais ao sistema econômico mundial.

No Brasil das primeiras duas décadas do século XX, o declínio das oligarquias regionais<sup>11</sup>, sobretudo proprietárias de terra, recrudescer a disputa em torno do poder

---

<sup>10</sup> Porém, o primeiro relatório técnico para viabilidade do porto em Suape é de 1972, o “relatório da Fundação dos Estudos do Mar” (“Um novo porto para o Nordeste”), sob a direção do almirante Pedro Moreira (GARCIA; MUSSALÉM, 2011, p. 50-51, apud. MACIEL, 2016, p. 132).

<sup>11</sup> Tratar melhor essa questão (quem, quando) e o processo de transformação dessas oligarquias.



político nacional. O desfecho da década de 1930 criou as condições para o desenvolvimento econômico, pois implicou na centralização política estatal, sem a qual não seria possível ao governo de Getúlio Vargas criar instituições centralizadas, como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) para tomar as medidas industrializantes que marcaram a ascensão política da burguesia industrial brasileira, concentrada na região sudeste (MEIRELLES apud BOITO, 2007, p. 59).

De acordo com Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi, a ideologia desenvolvimentista brasileira, originada nos anos 1930 e que perdurou até os anos 1980, sintetiza-se, em suas variantes, da seguinte forma.

i) A industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil; ii) Não há possibilidade de conquistar uma industrialização eficiente mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo; iii) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; iv) O Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e orientando recursos financeiros, provendo estímulos especiais, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente (BIELSCHOWSKY, MUSSI, 2006, p. 02).

Nos países de economias predominantemente primário-exportadoras e importadora de produtos manufaturados e de capitais, isto é, de capitalismo débil em relação às nações industriais, ao Estado nacional é atribuído papel marcante, no que se refere ao processo de reconfiguração da economia interna, como se deu a partir de meados do século XX no Brasil, buscando um padrão de desenvolvimento capitalista assentado na associação dos capitais estatal, privado nacional e multinacional.

As teorias do desenvolvimento brasileiro surgidas, de forma mais sistemática, a partir dos anos 1950, atribuíram à industrialização a forma pela qual a sociedade nacional avançaria na superação das desigualdades regionais, superando o baixo crescimento, a heterogeneidade estrutural, revertendo a inserção dependente do país na economia mundial e, assim, superando a pobreza de sua população, heranças do passado colonial. Essa é precisamente a contribuição teórica e política da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 como organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), para estudar a realidade e prestar consultorias aos países da América Latina.

Em sua origem, esteve à frente da CEPAL o economista argentino Raul Prebisch, que demonstrou (PREBISCH, 2000) que o atraso e dependência<sup>12</sup> econômicos não são problemas meramente internos dos países periféricos, mas correspondem à realidades histórico-estruturais, determinadas pela forma de inserção na economia mundial capitalista, em que a estruturação das economias periféricas volta-se aos interesses dos países centrais. Além disso, e mais determinante, é o fato de que as relações econômicas entre “centro e periferia” se dão mediante o processo de “trocas desiguais”. Em “*Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico*”, originalmente publicado em 1952 como documento da CEPAL, o economista afirma que

À medida que a renda real *per capita* ultrapassa certos níveis mínimos, a demanda de produtos industrializados tende a crescer mais que a de alimentos e outros produtos primários (...) Para aumentar sua renda real, os países periféricos precisam importar bens de capital cuja demanda cresce pelo menos proporcionalmente à citada renda, ao mesmo tempo que a elevação do padrão de vida manifesta-se numa intensa demanda de importação de grande elasticidade, que tendem a crescer mais do que a renda (PREBISCH, 2000, p.185).

A especialização desses países em ramos extensivos (produção voltada para agricultura e mineração) implica na “*deterioração dos termos de troca*”, conceito cunhado para se opor ao conceito de David Ricardo de “*vantagens comparativas*”, que estabeleceu que a especialização produtiva dos países deveria seguir sua “vocação” natural.

Partindo do método histórico-estrutural, a elaboração teórica da CEPAL, primeiramente com Raul Prebisch esclareceu que, como a produção extensiva tem rendimentos decrescentes, ao contrário da produção industrial, a longo prazo a especialização causa crescentes desvantagens aos países baseados na economia primário-exportadora e importadores de bens com alta densidade tecnológica e de capital, implicando na transferência de valor desses países para as economias industriais avançadas. Essa crítica à teoria *ricardiana* do comércio exterior leva à conclusão da imperiosa necessidade de promoção do desenvolvimento industrial dos países periféricos como forma de superar o subdesenvolvimento, incorporando amplas massas de força de trabalho ao processo produtivo e, sem romper com as leis de funcionamento capitalistas, promover a equidade social e estabilidade política. Para a visão cepalina, a industrialização e autonomia frente ao mercado internacional se daria mediante políticas de câmbio e de

---

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que na dependência pode haver – geralmente há – uma articulação entre setores atrasados e modernos, nacionais e internacionais.

crédito, em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) ocupava papel destacado (AMARAL, 2012, p. 31).

Depois de Prebisch, o mais destacado economista da CEPAL foi o brasileiro Celso Furtado, cujas obras são basilares para a constituição da crítica da econômica política cepalina, sustentando que a criação de um portentoso parque industrial, gerando emprego e desencadeando a criação de um robusto mercado interno é a condição *sine qua non* para as economias latino-americanas superarem sua condição subdesenvolvida, manifesta, no caso do Brasil, na díspar distribuição das forças produtivas no território nacional, perpassado por enorme heterogeneidade social e desigualdades regionais, relacionadas com os ciclos econômicos e com a história colonial latino-americano (FURTADO, 1979).

A influência da CEPAL no Brasil é enorme, atingindo desde empresários até o Partido Comunista. Em sintonia com suas formulações econômicas e políticas, uma gama considerável de intelectuais brasileiros buscou contribuir com o despertar de uma suposta “consciência nacional”, cuja unidade de interesses podia ser encontrada para além dos antagonismos de classe. Apesar de certas diferenciações internas secundárias em suas elaborações conceituais e caracterizações políticas, comungavam dessa tese, *nacional-desenvolvimentista*, além dos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>13</sup>, aqueles reunidos em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

O relatório produzido pelo *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)*, que culminou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, em 1959, está inserido nesse objetivo, qual seja, o de agir sobre a economia regional mediante o planejamento estatal<sup>14</sup>, buscando a harmonização industrial, pois do contrário, segundo Furtado, colocava-se em risco a unidade nacional, com a possibilidade do desencadeamento de forças centrífugas a partir da região Centro-Sul.

A debilidade econômica da burguesia (financeira, tecnológica e organizacional), assim como a predominância das oligarquias agrárias no Nordeste, impôs a intervenção do Estado para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e para garantia da unidade nacional. Em 1945 foi criada a Companhia Hidroelétrica do Vale do Rio São Francisco (Chesf); em 1948 a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf); e em 1951 o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Finalmente, temos o surgimento da SUDENE, sediada em Recife, como coroamento da política de combate aos setores e

---

<sup>13</sup> A Política do PCB era coerente com a política de frente popular stalinista, adotada no sétimo congresso da Internacional Comunista, de 1935.

<sup>14</sup> Para uma apreciação crítica da formação e atuação da SUDENE, Ver: OLIVEIRA (1980).

classes refratários ao desenvolvimento nacional, para usarmos a linguagem desenvolvimentista da época.

Em âmbito nacional, o presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) aprofunda o processo de Substituição de Importações – iniciado nos governos de Vargas – com seu Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano de Metas), na perspectiva de estabelecer as bases da indústria nacional, produtora de bens de capital, infraestrutura necessária para consolidação da indústria nacional de bens duráveis (veículos, máquinas, eletrodomésticos, construção civil) reduzindo assim as importações.

Quanto ao contexto político nacional, no momento de criação da SUDENE, Kubitschek buscava à época contornar a situação de instabilidade social, dado o caráter acentuado da luta de classes, como era o caso do meio rural nordestino, destacadamente em Pernambuco. Com o intuito de atingir um equilíbrio entre as frações capitalistas, realizou uma política de aproximação com os Estados Unidos, incentivo à penetração das empresas multinacionais e contração de empréstimos externos. Ao mesmo tempo, JK mantém aliança com as frações nacionalistas, principalmente das Forças Armadas, ao desenvolver o referido Plano de Metas, conseguindo assim uma estabilidade provisória.

Pernambuco destaca-se, dentre as unidades federativas, como grande protagonista das políticas desenvolvimentistas. Das Ligas Camponesas de Francisco Julião ao governador do estado Miguel Arraes, todas as chamadas “forças progressistas” convergiam em seu apoio a SUDENE em sua luta contra as oligarquias que comandavam o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), cuja ação obstruía o desenvolvimento da região Nordeste.

Nos três anos e três meses que se seguiram ao término do mandato de JK, o choque entre as frações governantes e o recrudescimento das lutas sociais, manifestaram-se em instabilidade política, travando as medidas econômicas dos governos que se seguiram<sup>15</sup>. O golpe militar de 1964 põe fim a esse período, marcado por expectativas, mobilizações e iniciativas de superação do poder oligárquico predominante, muito embora, sob os militares, também verificaremos importantes medidas estratégicas no sentido da descentralização econômica e ampliação do parque industrial brasileiro com fins modernizantes.

---

<sup>15</sup> Jânio Quadros (PTN) saiu vitorioso nas eleições de 1960, renunciando à presidência após sete meses, no que foi substituído pelo seu vice, João Goulart. Nesse meio tempo, dada a crise institucional e tentativa de golpe militar, a presidência foi exercida durante duas semanas por Ranieri Mazzilli, entre 25 de agosto de 1961 e 7 de setembro de 1961.

O golpe civil e militar de 1964 e seus governos subsequentes, no sentido mais geral da coisa, teve como objetivo primordial intervir no cenário político, exterminar os dirigentes políticos e sindicais anticapitalistas no Brasil e impedir a proliferação das idéias e práticas revolucionárias no continente sul-americano. Neste sentido, portanto, esteve a serviço do conjunto da burguesia, inclusive internacional, sob a hegemonia da sua fração estadunidense.

Mas do ponto de vista institucional, seu primeiro governo, exercido pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) buscou unificar as frações em disputa e superar, de forma autoritária, os impasses legais e institucionais vigentes, promovendo um conjunto de reformas (tributárias, monetárias e financeiras) e preparando assim o terreno para a superação da crise política e aplicação de diretrizes econômicas estratégicas para a retomada do crescimento econômico.

De fato, durante os dois mandatos seguintes, qual sejam, do Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969) e General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a economia do país ganha novo impulso, ambiciosas obras de infraestrutura são ativadas sob o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a população brasileira tornar-se predominantemente urbana. Aprofundando o modelo econômico de industrialização por Substituição de Importações, o crescimento econômico é notável, cujas taxas de crescimento são de 11,1% ao ano, acompanhadas de baixas taxas inflacionárias – ocorrência nada trivial – e balança de pagamentos positiva (VELOSO, VILLELA & GIAMBIAGI, 2008, p. 222).

Nada obstante, é importante frisar que o ambiente internacional no período é favorável, com

forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo [bem como o] aumento da liquidez internacional resultante da criação do mercado de eurodólares no final da década de 60 permitiu a ampliação das possibilidades de endividamento dos países tomadores, entre os quais o Brasil (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008, p. 226).

Dessa forma, nota-se os fatores endógenos e exógenos se articulando para propiciar o considerável crescimento econômico verificado no período. Todavia, implicou no crescente endividamento externo e dependência ao dólar, gestando, em seu movimento, a fragilidade futura para enfrentar a crise do petróleo vindoura, que reduziu significativamente a capacidade de investimento do governo de Médici, colocando um ponto final no ciclo de prosperidade experimentado, a despeito das suntuosas taxas de

crescimento anteriores<sup>16</sup>.

O modelo de desenvolvimento econômico nacional associado aos capitais estrangeiros, aplicado sem oposição pelos militares, estrangulou a economia nacional e à recessão dos anos 1980, seguiu-se uma reestruturação econômica baseada no desinvestimento estatal, redução salarial e demissões – o que não reverte a estagnação. Esse quadro, que perdurou por quase três décadas, começou a ser alterado a partir de 2007, com a retomada do crescimento econômico, investimentos estatais, pequena recuperação do poder aquisitivo dos salários e tímida redução das desigualdades sociais (SAMPAIO JR., 2012, p. 679).

A crise política e econômica pós ditadura militar perdura, ainda hoje, no país. A América Latina, em geral, incluindo o Brasil, passou por duros enfrentamentos; as experiências, balanços e implicações políticas encerram um período, marcado por diferentes nacionalismos, entre os militares e a militância política de esquerda, com suas disputas internas. A incapacidade dos governos de transição – transição apenas no sentido de marcarem o período entre a forma de governo autoritária-ditatorial para a forma democrático-eleitoral – em combater a estagnação e conter a pobreza permitiu as condições de uma ampla renovação, com grande protagonismo da esquerda parlamentar e dos movimentos sociais. Contudo, aos menos no Brasil, os traços oligárquicos, típicos da democracia brasileira, permanecem. E com estes, a crise.

## 1.2. SUDENE E O PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Do ponto de vista regional, as críticas artístico-culturais e político-sociais ao processo de concentração do poder e da riqueza na região sul ganharam corpo ainda nas décadas de 1920 e 1930. Primeiro, o *Movimento Regionalista* de Gilberto Freyre e outros, que expressaram, em geral, a crítica conservadora ao processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, encabeçado por São Paulo, via *complexos agroindustriais* cafeeiro e as mudanças culturais e urbanísticas ensejadas pela modernização. Logo em seguida a esse primeiro movimento de crítica cultural, floresce entre os literatos nordestinos a chamada “*Segunda Geração Modernista*” (SANTOS, 2016).

---

<sup>16</sup> Muito embora a economia, durante toda década de 1970, não tenha se estagnado, uma vez que as taxas de crescimento mantiveram-se positivas. Todavia, sem a força para os grandes projetos anteriores, o que culminou na grande retração da década seguinte.

Diferenciando-se significativamente das visões idílicas acerca do Nordeste, a “Geração de 30” colocou as desigualdades sociais e as dificuldades cotidianas daí decorrentes como o principal mote de sua elaboração artística, cujos artífices, não raro, eram inclusive engajados nos partidos e movimentos contestatórios da época. As secas de 1952 e 1958 desencadearam um importante processo migratório para o Sudeste, a despeito da vontade dos poderosos e do planejamento governamental<sup>17</sup>. Concomitantemente, a pesada estiagem da década de 1950, somada à utilização *patrimonialista* e *clientelista* do DNOCS por parte dos “coronéis” regionais, fizeram recrudescer a indignação e o sentimento de insustentabilidade da situação socioeconômica nordestina.

Diante da faraônica administração de Juscelino Kubitschek, com enormes recursos da industrialização paulista sendo despejados na construção de Brasília e aliada à situação crescentemente tensa das lutas sociais no meio rural nordestino, em 1959 os novos governadores do Nordeste assumem o discurso desenvolvimentista<sup>18</sup> e reivindicam maior atenção do governo JK. Trata-se de um misto de renovação e manutenção sociais, em que as artes e a economia são identificadas como modernas apenas na medida em que pretendem expor e extrapolar as formas e estruturas vigentes, muito embora essa superação seja menos cristalizada que anunciada.

*En passant*, eis nossa *Belle Époque* de meados do século XX, universo sobre o qual emerge a “Questão Regional”, de acordo com a já prosaica disposição feita pela Economia Política Cepalina, quando da reconstituição analítica dos elementos estruturais da sociedade brasileira.

### 1.3. CRÍTICAS À CEPAL

A ideologia desenvolvimentista da segunda metade do século XX se fortalece com as

---

<sup>17</sup> Embora o afluxo dessa farta, desqualificada e, portanto, barata mão-de-obra para São Paulo tenha sido fundamental para os processos de industrialização e urbanização que se seguiram.

<sup>18</sup> Cabe lembrar que antes de 1970, a duração dos mandatos dos governadores não era uniforme. Dessa forma, no Nordeste foram eleitos em 1958 os governadores de Sergipe (Luís Garcia/UDN), Bahia (Juracy Magalhães/UDN\*), Ceará (José Parsifal Barroso/PTB), Piauí (Chagas Rodrigues/PTB). Já os estados que elegeram seus governadores em 1960 foram Paraíba (Pedro Goldim/UDN), Maranhão (Newton Belo/PSD), Alagoas (Luiz Cavalcante/UDN\*) e Rio Grande do Norte (Aluizio Alves/PSD).

\*Militares.

teorias da CEPAL, cujo surgimento marca o amadurecimento e refinamento do debate em bases teóricas rigorosas, se contrapondo aos economistas liberais (Eugênio Gudín à frente) e explicando o processo inicial de industrialização ocorrido até o momento, seus vínculos e condicionantes externos. Além do mais, apontava caminhos econômicos para a plena constituição da *Nação*, assimilados, em diferentes graus, tanto por agentes do setor público quanto privado, servindo de ponto de partida para intelectuais de matizes liberais e socialistas. Traços comuns podem ser identificados, embora conformassem a base para concepções e ações distintas.

Entretanto, predominou o *esquema* que definia o Brasil pela divisão entre setores progressistas, civilizador e setores conservadores, arcaicos (TOLEDO, 1978). Após a derrubada de João Goulart em 1964 e o crescimento econômico subsequente dos anos 1970, parte do pensamento econômico brasileiro vai se debruçar sobre a tentativa de superação crítica da teoria cepalina. O próprio Celso Furtado, em suas declarações, artigos e posteriormente livros, faz um balanço do conceito de desenvolvimento após o golpe militar, sendo um dos primeiros a problematizar a associação do conceito de desenvolvimento à mera questão de crescimento econômico, apartado dos fatores de justiça social e democracia política.

Nesse contexto, as duas vertentes da Teoria da Dependência surgem para responder teoricamente porque a inserção autônoma da economia brasileira no sistema mundial não se realizou. Uma, de cunho marxista, surgida paralelamente ao contexto de superação da substituição de importações (SAMPAIO JR., 2017, p.27), sustentará que para superar a dependência seria preciso romper com a dominação imperialista e com o capitalismo. Seus principais nomes foram Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank, Orlando Caputo, Sergio Ramos, Roberto Pizarro e José Martínez. Apesar de sua vigorosa produção, teve pouca circulação nos meios acadêmicos e políticos do país durante o período de sua formulação.

Já a segunda vertente, defensora da possibilidade de promoção do desenvolvimento interno associado, isto é, sem romper com o capitalismo mundial, argumentara que o desenvolvimento nacional pressupunha submissão às regras e ditames internacionais para assim avançar no desenvolvimento capitalista brasileiro. Para fazer a crítica à CEPAL, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), arautos dessa vertente, sustentaram que a inserção associada e subordinada do país não deveria ser encarada como fator negativo, mas sim almejada, defendendo-a como única possibilidade de desenvolvimento para o Brasil.



Segundo Marisa Amaral, valendo-se da sistematização de Magnus Blomström e Björn Hettne (1990), originalmente feita em 1984, ambas as vertentes compartilham de quatro aspectos comuns: I-) o subdesenvolvimento está conectado de maneira estrita com a expansão dos países industrializados; II-) desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; III-) subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista; IV-) a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político (AMARAL, 2012, p.32).

O fracasso das propostas cepalinas<sup>19</sup> elaboradas no período precedente ao golpe militar de 1964, em consonância com toda uma perspectiva aberta nos anos 1930, implicou na revisão de algumas de suas principais teses. Embora mantendo-se no método histórico-estrutural do desenvolvimentismo clássico, a problemática do desenvolvimento, propriamente dito, foi sendo substituída por outras abordagens. Destaca-se também a ruptura com uma das ideias centrais da CEPAL dos anos 1960, e aqui me refiro à teoria econômica e sociológica da estagnação secular.

Segundo Celso Furtado, em seu *“Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista”* [1969], verificava-se entre as economias latino-americanas uma tendência à estagnação, por conta da má distribuição de renda e à própria estrutura do capital nessas economias. Maria da Conceição Tavares assinala, em artigo publicado com José Serra em finais de 1971, *“Além da estagnação”* (2000), que o capitalismo brasileiro se reproduz a despeito do incipiente e atrofiado setor de bens de produção que, aliás, independe do mercado interno para se reproduzir, pois as inversões estatais e do capital externo criam os elos e demandas interindustriais.

O esgotamento do dinâmico período proporcionado pelo processo de substituição de importações, verificado nos anos precedentes, não era manifestação de estagnação econômica, como sentenciou alguns estudiosos, dentre eles Furtado, mas expressava, pelo contrário, a “transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista”. Os autores não ignoram o caráter “perverso” do capitalismo periférico, mas advogam que seu desenvolvimento satisfatório, ao menos no caso brasileiro, prescinde da superação de certos condicionantes estruturais internos prejudiciais para a maioria da nação, como são o elevado índice de desemprego e concentração de renda, isso porque a produtividade e elevação dos lucros não passaria mais pelo crescimento do mercado e consumo internos.

---

<sup>19</sup> Essa afirmação ainda carece da fundamentação: por quê fracassou?

((TAVARES & SERRA, 2000, p.592-3).

Essa abordagem unilateralmente econômica permite inferir que os interesses do capitalismo brasileiro não precisam corresponder, necessariamente, às necessidades nacionais, como soberania, ampliação do mercado interno e redução das desigualdades sociais. É marcante, nesse novo período histórico, o processo de subordinação da elaboração teórica da CEPAL às exigências das forças do capital monopolista internacional.

De acordo com Sampaio Jr., a citada obra de Tavares e Serra

é a referência básica dessa nova concepção que oculta o nexo entre modernização dos padrões de consumo, tendência estrutural à concentração de renda e subdesenvolvimento. Ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento (SAMPAIO JR., 2012, p. 677).

Se contrapondo às teses da estagnação econômica, com destaque para um diálogo crítico com a tese de Furtado sobre o tema, Conceição e Serra afirmam que a crise de meados dos anos 1960, decorrente do esgotamento das atividades industriais por substituição de importações, em alguns países da América Latina, como no Brasil, deve ser tomada como o processo necessário de nascimento de uma nova forma de desenvolvimento capitalista, de maneira que essa nova realidade exige “um conjunto de projetos para novos investimentos” estatais e multinacionais (TAVARES & SERRA, 2000, p.600) que, por si só, contornariam a crise, possibilitando a retomada do crescimento, independentemente da concentração de renda e diminuição do consumo das massas.

Claro é que essas mudanças teóricas assentam-se em transformações políticas mais globais, como o golpe de 1964, o recrudescimento das ações imperialistas dos Estados Unidos frente à promoção da luta de classes na América Latina e às próprias insuficiências da teoria dual cepalina. Essa vertente interpretativa, identificada com a burguesia industrial paulista, dependente financeira e tecnologicamente do capital externo, vai ser bastante influente nos rumos das concepções de desenvolvimento brasileiro. As revisões, alteração de hipóteses e incorporação de novos temas seguindo diferentes esquemas teóricos, vão acabar por esvaziar a CEPAL de seu núcleo conceitual fundamental, baseado na relação centro-periferia e desenvolvimento periférico<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Cf. COLISTETE, 2001.

Outra proeminente escola voltada para refletir e propor acerca do desenvolvimento brasileiro é a de Campinas, sediada na Unicamp, que tem na tese de doutoramento de João Manuel Cardoso de Mello, “*Capitalismo Tardio*”, de 1975 – publicada em 1982 – seu marco inicial, em que o autor aponta as lacunas da CEPAL e da Teoria da Dependência de Cardoso e Falleto, realizando inclusive uma reinterpretação das fases históricas e do caráter do desenvolvimento. Cabe salientar que a conceitualização de capitalismo tardio, utilizada por Mello para caracterizar as origens da industrialização brasileira e sua relação com o capital cafeeiro, não guarda semelhanças com o conceito de capitalismo tardio utilizado pelo belga Ernest Mandel, economista e político de vinculações marxistas.

Explicando as fases históricas do capitalismo e buscando compreender as grandes mudanças do pós-guerra, Mandel vai se utilizar da noção de *ciclos* de desenvolvimento capitalista. Seu livro “*Capitalismo Tardio*” é publicado em 1972 e seu autor enquadra e explica o processo de expansão capitalista e aumento de sua produtividade nos anos 1950 e 1960 como período de ascensão, seguido pelo declínio dos anos 1970, como momentos diferentes e complementares das “*ondas longas*” de desenvolvimento.

Para Mandel a fase liberal do capitalismo, seguida pela industrial e monopolista marcaram a trajetória do sistema até culminar na crise estrutural e conflitos crônicos, abertos em 1914 com a confirmação das tendências bélicas em desenvolvimento desde a última década do século XIX. As duas grandes guerras, por um lado, e a derrota histórica do proletariado mundial ao longo dos anos 1930/1940, por outro, permitiram, de acordo com Mandel, o restabelecimento temporário do sistema econômico internacional, e desta vez de forma mais próspera do que se tinha nos dias anteriores à hecatombe da primeira metade do século XX.

Para Cardoso de Mello, a CEPAL não reconstruiu devidamente a passagem das mudanças históricas dos modelos econômicos, isso por causa dos aspectos formalistas de sua análise, decorrentes de sua concepção formalista do conceito de capital, no que se refere ao período histórico de mudança entre o período colonial e a passagem para uma economia primário-exportadora, assentadas no trabalho assalariado, isto é, predominantemente capitalista (MELLO, 1971, p.19-20). Outra crítica é feita no sentido de superar a problemática cepalina de “nação”, necessária para se chegar à essência da questão, ou seja, que trata-se, antes de tudo, não de desenvolvimento nacional, mas de desenvolvimento do capital, a despeito das particularidades nacionais, embora não seja correto negligenciá-las.

Em última instância, o movimento de migração para o Brasil de capital industrial e

financeiro, em particular oriundos dos Estados Unidos, são explicados pelas necessidades de ampliação da reprodução do capital, demandando novas fontes de matérias primas, novos mercados e oportunidades de comércio por parte dos países centrais. E em primeira instância, essa transferência internacional de capital específica é condicionada pelas alterações econômicas, institucionais e políticas ocorridas no país, promovidas pela dinâmica interna (MELLO, 1971).

#### 1.4. NOVA CEPAL E CONSENSO DE WASHINGTON

Passados os anos 1990, a primeira década do século XXI no Brasil foi de retomar o debate conceitual e político da estratégia de desenvolvimento, desta vez em um novo patamar, já considerando as novas teorias da Cepal e o desenvolvimento de seus corolários conceituais, além de todo avanço do pensamento econômico brasileiro em geral, que possibilita a observação retrospectiva e identificação de rupturas e continuidades nas teorias e projetos contemporâneos.

Assimilados os períodos militares (1964-1985) e a abertura econômica “*neoliberal*”, a Cepal passou por amplo desenvolvimento teórico-conceitual, abarcando um espectro mais diversificado de investigação e formulação política, e entre os anos 1980 e 1990 abandonou a problemática do desenvolvimento como central para a agência, voltando-se para questões macroeconômicas de curto prazo, estabelecendo uma nova perspectiva para a instituição, que então adere às reformas liberalizantes.

Isso terá duas grandes consequências para seu arcabouço teórico: incorporação de muitas das recomendações do Fundo Monetário Internacional – FMI – e Banco Mundial; revisão em um dos pilares conceituais da teoria clássica do desenvolvimento, me refiro ao papel do Estado na economia, que foi rebaixado à condição de instituição passiva e complementar (BOCCHI & GARGIULO, 2017, p.05-6). As teorias e política neo/novo-desenvolvimentistas dos anos 2000 em diante vão justamente defender a retomada do protagonismo do Estado na economia, mas, cuidadosamente, sem romper com o postulado de livre mercado e ações estatais completares, além de desconsiderar, ou considerar apenas como fator dinâmico e positivo, o papel das multinacionais e seu caráter predador na economia nacional.

## CAPÍTULO 2 – TRANSIÇÃO E HEGEMONIA

A crise fiscal do Estado desenvolvimentista, articulada com a crise política relacionada com o esgotamento da ditadura militar, são os principais condicionantes objetivos que estabeleceram as condições para que a ideologia neoliberal encontrasse terreno fértil para avançar sobre o país, servindo de esteio do reagrupamento de diferentes frações capitalistas em torno da estratégia de enfraquecer o Estado brasileiro. Esse enfraquecimento se deu especialmente via privatizações e pela expansão da influência e liberdade de movimento dos fluxos de capitais estrangeiros, ressignificando as ideias sobre desenvolvimento econômico e soberania nacional.

O imperialismo, conjunto complexo de relações que fundamenta o desmonte de importantes empresas públicas ao longo dos anos 1990, bem como da crescente desnacionalização da economia brasileira, é o principal responsável pelo processo de desindustrialização e financeirização da economia, de modo que a conjuntura aberta melhorou significativamente as condições para a imposição da hegemonia das frações diretamente ligadas às ideias e práticas neoliberais. O movimento para estabelecer a hegemonia do capital financeiro sobre a sociedade nacional nem sempre é linear, em geral sofre avanços e recuos, expressão da luta de classes e das eventuais disputas palacianas entre as classes dominantes, disputas condicionadas pela estrutura semicolonial/dependente ocupada pelo Brasil em relação às potências mundiais.

### 2.1. A NOVA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA E O GOVERNO COLLOR

A história colonial e imperial brasileira foi marcada pelo poder autocrático das elites agrárias e exportadoras, seguida pela república dos coronéis, a República Velha (1889-1930) com fortes disputas internas e movimentos armados contestatórios, como foram o *tenentismo* e o *cangaço*, para dar dois exemplos de movimentos de classes diferentes, um desencadeado nas cidades da região do sudeste, outro no sertão nordestino. O período posterior ao Estado Novo (1937-1945)<sup>21</sup> ou “Era Vargas” (1930-1945) até o golpe militar de 1964, caracterizou-se pela “retomada” de uma democracia altamente

---

<sup>21</sup> Getúlio Vargas ainda foi eleito e exerceu um segundo mandato presidencial, de 1951 até 1954, ano de sua morte por suicídio, uma trágica ação política e histórica.

instável, política e institucionalmente. A Constituinte de 1946, o governo repressivo de Eurico Dutra (1946-1951) e a reorganização das elites regionais e burocráticas, principalmente em torno do golpista Partido Social Democrático (PSD), mantém a mesma hegemonia oligárquica no Brasil.

Outra “transição conservadora”, ocorreu durante o governo de José Sarney (1985-1990), que não logrou alcançar a estabilização econômica, todavia deu os primeiros passos para a constituição de um novo sistema político, com apoio das Forças Armadas, transpondo a crise institucional precipitada com a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985. Seu governo também contempla a elaboração da Constituição Federal de 1988 e o lançamento das bases para o Mercosul, criado formalmente em 1991, além da preparação da primeira eleição direta para presidente pós ditadura civil e militar.

O Plano Cruzado (1986) foi um plano de política heterodoxa, com congelamento dos preços (alimentos, combustíveis, serviços, dólar) e adoção do “gatilho salarial”. O Plano foi perdendo força, com a crise de abastecimento e a generalização do ágio por parte dos fornecedores, encarecendo o conjunto dos produtos básicos da população, como gás, carne, etc.

## 2.2. OS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-1998)

### 2.2.1. POLÍTICA ECONÔMICA

Ao entregar o poder, as Forças Armadas deixaram uma economia fragilizada, esgotada pelo endividamento externo e dificuldades fiscais. Após alguns planos econômicos de estabilização mal sucedidos, a disputa política levou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso a desempenhar um destacado papel na história política contemporânea. Membro de uma antiga linhagem familiar de influentes e poderosos políticos e militares, que remonta ao Império, FHC despontou como intelectual moderno e renovador, o que lhe dá prestígio para tornar-se Presidente da República para conduzir a agenda neoliberal, tida como a única forma de tirar o país de sua longa letargia econômica.

Assim, o renomado uspiano esteve à frente de um agressivo programa de privatizações, abertura econômica, ajuste fiscal, controle da inflação, estabilização da moeda e repressão às greves e às mobilizações rurais. Sua tarefa foi de reformar o Estado para dar início às novas formas de espoliação das riquezas nacionais em favor do capitalismo global, sintetizado no capital financeiro, mas que perpassa outras formas de capital na reprodução da economia nacional.

O governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tratou de alinhar o Brasil às diretrizes do Consenso de Washington, além de perseguir as reformas estruturais em favor do capital (como a da Reforma da Previdência, sem êxito, mas com algum avanço) e impedir a aplicação dos direitos civis garantidos pela Constituição Federal de 1988, por exemplo, o cumprimento da função social da terra, demarcações de Reservas Indígenas e reconhecimento de Comunidades Tradicionais. Nunca é demais sublinhar, um movimento que sofre resistência popular e das categorias profissionais organizadas, influenciando as estruturas políticas e as agências reguladoras, ou seja, a luta de classes incide, de diferentes maneiras e intensidade, nos processos decisórios dos aparelhos de poder, de maneira que nem todas as pretensões antipopulares e antinacionais são plenamente realizadas.

Com a abertura econômica e incentivo à entrada do capital forâneo da década de 1990, como redução de taxas alfandegárias e flexibilização dos marcos limitantes às remessas de lucros ao exterior, temos um avanço no entrelaçamento da economia brasileira ao mercado internacional de capitais, elementos que fragilizaram o país diante das crises que eclodiram em alguns elos da economia mundial, como foram os casos da crise mexicana de 1994 (Efeito Tequila), a crise monetária do sudeste asiático (1997) e a moratória russa (1998).

Embora a estabilidade dos preços tenha sido garantida, o período foi, no Brasil, marcado pela contração monetária, aumento dos juros sobre a dívida pública e instabilidade fiscal, principalmente do setor público (OLIVEIRA & TUROLLA, 2003, p. 197). O Banco Central adotou entre 1995 e 1998 o regime de câmbio semifixo, atrelando o real ao dólar. Isto acarretou no aumento da renda disponível e do consumo de bens importados, fator que resulta na contração da indústria nacional e, por conseguinte, na elevação da taxa de desemprego; finalmente, com a diminuição das exportações, o saldo da balança comercial declina em 1995, mantendo-se deficitário até 1999 (REZENDE, 2009, p.12-15).

O Plano Plurianual (PPA) para o período de 1996/1999 foi elaborado com a preocupação central de consolidar a estabilização dos preços, mas também tratou de elencar prioridades de investimentos, apresentando uma nova política de desenvolvimento, elaborando sua metodologia a partir dos eixos de infraestrutura, tomados como instrumento de integração regional, por exemplo, os eixos Transnordestino e São

Francisco<sup>22</sup>, com destaque para os recursos hídricos. A justificativa para essa nova geografia econômica, descentralizada, estaria na distribuição dos impactos (sociais e ambientais) dos grandes projetos de infraestrutura entre as regiões. (TAVARES, 2016, p. 673-674). Tratou, antes, de uma parceria com a iniciativa privada para adequar o país às demandas e à competitividade do mercado internacional.

No ano 2000, por iniciativa do Brasil, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ocorre uma importante decisão regional sul-americana, com a criação da IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, com objetivo de avançar na integração da infraestrutura (transporte, energia e telecomunicações) entre os doze países constituintes, servindo como órgão de coordenação política e econômica entre os governos e a iniciativa privada.

---

<sup>22</sup> Outros Eixos são: Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Sudeste, Sudoeste, Sul e Indefinido.



**FIGURA 1 – EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**



Fonte: Viana, Lócio, Sales, 2006 p. 03.

Nos primeiros anos da IIRSA, podemos dizer que os avanços foram mais no sentido do planejamento metodológico e consolidação institucional, com a formação das primeiras Carteiras de Projetos em 2003-2004 (HONÓRIO, 2013, p.43-46), inclusive porque, além do longo processo de consolidação, comum para iniciativas desta envergadura, o país, à época, aplicava uma política de ajuste fiscal incompatível com grandes obras de desenvolvimento.

Em 4 de maio de 2000 o presidente Cardoso sancionou a Lei Complementar nº101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), limitando os gastos da União com o funcionalismo em 50%

da arrecadação para União e 60% nos casos de estados e municípios<sup>23</sup>. Quanto às políticas assistenciais, criou o Auxílio Gás e o programa Bolsa Escola.

### 2.2.3 CONJUNTURA POLÍTICA E LUTA DE CLASSES

A estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real<sup>24</sup>, garantiu a vitória em primeiro turno de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 1998 (53,06% dos votos válidos contra 31,71% alcançados por Lula<sup>25</sup>), um ano após enviar à Câmara dos Deputados a Emenda Constitucional permitindo sua reeleição presidencial, aprovada também no Senado Federal, tornando-se o primeiro presidente reeleito da história política brasileira. De acordo com Oliveira e Turolla (2003), a partir de 1999 o governo FHC altera sua política cambial, abandonando o regime de câmbio semifixo (câmbio fixo, flexibilizado pelas bandas cambiais<sup>26</sup>) e passando a adotar o câmbio flutuante, de flutuação suja, “na qual o Banco Central manteve a intervenção na forma de venda pontual de reservas e oferta de títulos públicos indexados à taxa de câmbio” (OLIVEIRA, TUROLLA, 2003, p. 197). Em outubro de 1998 foi lançado o Plano de Estabilidade Fiscal, criando metas de superávit primário e desvalorização cambial.

O governo aglutinou o conjunto do empresariado, inclusive a fração burguesa dos meios de comunicação, sendo a mídia o arauto contra as empresas públicas e a estrutura de Estado varguista e defendendo as reformas neoliberais: privatização, ajuste fiscal, flexibilização da legislação trabalhista, fim dos monopólios estatais e da estabilidade dos servidores públicos, internacionalização do capital, etc. (ALVES FILHO, s/d). Também teve maioria parlamentar e grande apoio dos governadores.

A unidade das elites econômicas e políticas foi importante para enfrentar o regime exaurido e a crise financeira dos anos 1980, acertando uma frente política, ou seja, em torno de um programa prático, cujo objetivo central foi, a despeito dos distintos interesses intrínsecos, desmontar as instituições básicas do Estado vigente, conformando assim um

---

<sup>23</sup> Disponível no *site*: [www.acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/fernando-henrique-cardoso-sanciona-lei-de-responsabilidade-fiscal-em-2000-10674163](http://www.acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/fernando-henrique-cardoso-sanciona-lei-de-responsabilidade-fiscal-em-2000-10674163)>. Acesso: 17 de mar. de 2019.

<sup>24</sup> Ver também Cf. FILGUEIRAS, 2006.

<sup>25</sup> A título de curiosidade, Ciro Gomes (PPS) foi o terceiro colocado obtendo 7.426.235 de votos (10,97%) seguido por Enéas Carneiro 1.447.076 (2,14%). Os demais candidatos não atingiram 1%. Nulos e brancos somados corresponderam à 18,7% dos votos válidos, enquanto o índice de abstenções computado foi de 21,49% (TSE, 2018).

<sup>26</sup> Refere-se a uma faixa estabelecida pelo Banco Central de cotação máxima e mínima em que o câmbio tem liberdade de oscilar de acordo com o mercado. A forma de garantir esses limites é a entrada do Banco Central no mercado, comprando e vendendo moedas.

bloco entreguista, sob a hegemonia da burguesia rentista, que trata de revitalizar o sistema para retomada dos lucros, isto mediante a razão inversa da prosperidade da *força de trabalho*, individual ou coletivamente, através da depreciação das condições de vida das famílias assalariadas e debilitando suas organizações políticas, seja por multas e/ou junto à opinião pública, garantindo melhores condições à apropriação do excedente social pelo capital financeiro. Mas esse movimento de internacionalização e desestatização da economia encontrou resistência dos assalariados organizados (SALLUM JR., 1999).

Temos aqui o terreno sobre o qual vigorou a estabilização econômica do Plano Real. Cardoso concluiu seu segundo mandato à frente de um governo desgastado, com baixa popularidade e com aumento do endividamento externo, haja vista que ao se socorrer por duas vezes ao FMI para contornar sua crise de liquidez<sup>27</sup>, já que seu partido e o *establishment* político já não convenciam as massas como no governo anterior, e nos muros das grandes cidades, já se podia ler, com uma recorrência crescente, a emblemática frase “*fora FHC*”, pichação sintomática de que havia chegada a hora de uma mudança na condução política do país.

### 2.3. A ASCENSÃO DE LULA

As desconfianças do empresariado nacional e estrangeiro para com o Partido dos Trabalhadores (PT) vão sendo, aos poucos, equacionadas e a exaustão do modelo neoliberal (SAAD-FILHO, 2016, p. 172), em paralelo ao denominado *boom* das *commodities* mundiais, impulsionado principalmente pela demanda asiática, com destaque para China, colocam necessariamente ao Estado e à economia brasileiros a renovação de suas relações internacionais, de modo que esse processo se encontra com uma conjuntura que permite a eleição, inédita, de um Presidente da República advindo de um partido de origem popular, baseado nas organizações sindicais e movimentos sociais. Luiz Inácio Lula da Silva, vitorioso nas eleições de outubro de 2002, foi bem-sucedido em forjar uma ampla aliança político-partidária, fator indispensável à manutenção do poder político em âmbito federal – isso naqueles tempos e ainda hoje, diga-se de passagem – conquistando o apoio eleitoral de amplas camadas populares e das classes médias em favor de seu nome.

---

<sup>27</sup> FHC recorreu aos empréstimos internacionais por três vezes: em 1998 (US\$41,5 bilhões para rolar a dívida privada), 2001 (US\$ 15,7 bilhões) e 2002 (US\$ 37 bilhões).

Com a vitória eleitoral do PT e aliados<sup>28</sup>, os políticos e ideólogos da aliança entre capital produtivo e trabalho – os *trabalhistas*, da “esquerda” ao “centro” – se entusiasmaram, pois estariam dadas as premissas políticas internas para a retomada do desenvolvimento econômico, não mais o clássico modelo cepalino, é verdade, todavia uma forma moderna, inclusiva e globalizada de social-desenvolvimento<sup>29</sup>, um novo padrão de acumulação econômica mais propenso ao atendimento das necessidades nacionais diante da nova realidade macroeconômica mundial.

Aproveitando os ventos favoráveis e virtuosos da economia mundial, que cresceu significativamente entre 2002 e 2007, o presidente Lula e sua equipe econômica elaboraram um projeto de poder, em um primeiro momento, baseado na transferência de renda tímida, sem afrontar os interesses do capital financeiro, mantendo a política econômica do governo anterior. Ainda assim, o governo foi exitoso naquilo que se propôs, a saber, manter a inflação estável, iniciar sua política de inclusão social e distribuição de renda, bem como assegurar a expansão da economia brasileira<sup>30</sup>.

### 2.3.1. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÕES - PPA 2004-2007

Como parte do planejamento governamental e de uma nova política orçamentária, os primeiros planos de desenvolvimento remontam à Era Vargas, no contexto do esforço de industrialização do país. Já o “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek teve o mesmo objetivo e marca a simbiose do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento interno (MARTINS NETO, 2018, p.20) e, finalmente, durante o primeiro governo resultante do golpe civil e militar de 1964, isto é, o governo do marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) temos a abertura de uma nova conjuntura econômica, caracterizada por uma forma de “desenvolvimentismo conservador”, mediante o Plano de Ação de Bases do Governo (PAEG), materializando uma forma de condução da política macroeconômica

---

<sup>28</sup> A coligação “Lula Presidente” foi composta pelos partidos PT, PL, PCdoB, PV, PHS, PMN, PCB, além do apoio de alguns políticos do PMDB, como por exemplo o clã de José Sarney. Já no segundo turno, a candidatura de Lula atraiu o apoio de PPS, PDT, PTB, PSB, PGT, PSC, PTC.

<sup>29</sup> Cf. POCHMANN, 2010; OLIVA, 2012; BARBOSA & DIAS, 2010; SADER & GARCIA, 2010; SAAD-FILHO, 2011.

<sup>30</sup> Junho de 2003 a julho de 2008, de fato, corresponde ao período de maior expansão da economia brasileira, segundo dados analisados a partir de 1980 pelo Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos, ligado à Fundação Getúlio Vargas (AGÊNCIA BRASIL, 2010).

baseada no capital estatal, privado nacional e estrangeiro, que vai também preparar as bases para a “Revolução Verde”<sup>31</sup> dos anos seguintes.

A Constituição de 1988 incorporou o Plano Plurianual (PPA), novo instrumento institucional de planejamento de médio prazo a ser utilizado pelo Governo Federal (MARTINS NETO, 2018, p.26), embora não sustentado em um amplo debate sobre planejamento estratégico – em decorrência da conturbada conjuntura política e econômica daquele momento.

Depois do “hiato” de planejamento causado pela abertura econômica, iniciada nos anos 1980 e aprofundada na década seguinte, o tema foi novamente colocado oficialmente como desafio prático aos dirigentes e funcionários do poder público, isso a partir do terceiro PPA 2000-2003, com melhores definições sobre atribuições e responsabilidades, além de importantes avanços metodológicos. Posteriormente, já sob a égide do Partido dos Trabalhadores, o PPA 2004-2007 avançou a partir das inovações do Plano anterior, buscando renová-las e garantir sua consolidação.

O PPA 2004-2007 foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil e das Secretarias de Comunicação e de Gestão Estratégica de Governo, além de ser aberto para consulta de técnicos e representantes da sociedade civil. O Plano foi constituído de três grandes eixos estratégicos de desenvolvimento de longo prazo, chamados no documento de mega objetivos: Inclusão Social e Redução das Desigualdades; Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BRASIL, 2003).

Para os formuladores da política proposta, tratava-se de proceder com as mudanças estruturais que garantiriam a realização plena da democracia e cidadania brasileiras. Para tanto, a proposta visava atacar a exclusão social e a má distribuição de renda e, embora tarefa complexa e desafiadora, o país dispunha, de acordo com o PPA 2004-2007, de total condição objetiva para se atingir essa meta, visto que desfrutava, dentre outros atributos, de força de trabalho ampla e recursos naturais generosos, além de uma classe empresarial diligente e profissionais qualificados (BRASIL, 2003, p.19-20). Faltava, porém, uma organicidade virtuosa entre tais elementos – e era então que entrava o Estado, com sua

---

<sup>31</sup> Diz respeito ao conjunto de inovações tecnológicas na agricultura, com vistas a aumentar a produtividade, mediante utilização de insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e incorporação de sementes modificadas geneticamente. Esse processo que se inicia na Europa e Estados Unidos nos anos 1950, chega ao Brasil durante o regime militar e ainda caminha, nos dias atuais, a passos largos na agricultura nacional.

capacidade organizativa e indutora do crescimento, porém sem romper com o tripé da política macroeconômica praticada até então.

Vemos nessa formulação uma contradição flagrante, pois ao mesmo tempo que alega ser necessário a realização de reformas estruturais, afirma também que todos os elementos para superar o atraso econômico e as desigualdades sociais e culturais já estariam presentes na estrutura da sociedade nacional. Assim, as propostas de “reformas estruturais” do governo não somente mantinham a estrutura vigente, como partiam da noção de que as profundas mudanças não eram uma questão de gênero, mas apenas de número e grau. Portanto, um pseudo-reformismo – aquilo que André Singer, porta-voz do governo de então chamou posteriormente de “reformismo fraco”. Para ficar mais claro, vamos definir sumariamente o reformismo, em seu conteúdo, sua forma e sua prática.

O que caracteriza o *conteúdo* do reformismo é condensar um conjunto de políticas governamentais que buscam alterar a estrutura social vigente, em geral para superação do atraso (ou subdesenvolvimento) econômico, modernização das estruturas políticas e jurídicas e mitigação considerável [sic] das desigualdades sociais, realizadas de maneira gradual e cumulativa. Já sua *forma* é marcada pela aversão – e mesmo o combate – a todo tipo de ruptura violenta da estrutura do Estado capitalista, preservando, em última instância, as dimensões parlamentar, jurídica e militar do *poder* da burguesia, mas pretensamente sob bases menos autoritária e desigual, alterando a dinâmica subjacente da relação entre as classes sociais, sem romper com sua disposição fundamental.

Para completar o quadro conceitual do reformismo, realçamos ser mister incorporar a soberania nacional e suas implicações na arena mundial, como informação enormemente relacionada às determinações do caráter constitutivo do reformismo, em sua eventual manifestação político-concreta. Já na *prática*, devemos acrescentar, as propostas reformistas objetivam-se nas formas de conter, antagonizar e aplacar o neoliberalismo, circunscrevendo sua práxis política no esforço de refundação do capitalismo. Há que se acrescentar que o reformismo tem claro que tais transformações implicam intensos conflitos, mas defende que sua resolução pode e deve se dar em bases democráticas, institucionais.

Não é isso, todavia, que encontramos na formulação do PPA em questão, menos ainda nas políticas efetivamente implementadas durante o primeiro governo Lula. Para o cientista social André Singer, em seu livro “Os sentidos do lulismo” (2012), há o “reformismo forte”, cuja meta principal é a superação das desigualdades, e o “reformismo fraco”, que concentra seus esforços em uma meta mais modesta, embora de significativo

impacto, ou seja, acabar com a pobreza, com o Estado conferindo especial atenção aos mais pobres. O conceito utilizado por Singer é o de “subproletariado”, isto é, o conjunto dos indivíduos que são obrigados a vender sua força de trabalho por um preço abaixo do valor correspondente à sua reprodução física e social, cuja origem remonta à escravidão e sua maior incidência pode ser verificada nas regiões Norte e Nordeste do país (SINGER, 2012).

Singer elabora sua importante contribuição sociológica sob um pano de fundo mais geral: reconhecendo que o lulismo (esse “reformismo fraco”) possui importantes diferenças com as ideias originais do PT, advoga que não se trata de uma ruptura com a tradição política do partido. O autor reconheceu que havia “duas almas” petista, a original, cuja expressão política é marcada pela defesa das reformas estruturais e o lulismo, que atua em favor dos mais pobres, sem romper com a ordem estabelecida.

Esse caminho permitiu o alinhamento eleitoral em torno de Lula, um movimento que começou na primeira eleição, mas consolidou-se em 2006, quando o PT logrou mudar sua base social, incorporando novas classes e camadas sociais ao seu projeto político. Como se pode depreender das ideias apresentadas por André Singer, o “reformismo fraco” foi um mal necessário para tornar o país menos desigual, de acordo com o que era possível diante da correlação de forças.

Ocorre que, segundo nosso ponto de vista, as políticas de “inclusão social” e redução da pobreza não são típicas de governos reformistas, visto que o *Welfare State* e mesmo o liberalismo não desprezam tais políticas, bem menos consistente no caso do segundo, mas aplicadas com maior firmeza, no caso dos Estados conhecidos como de Bem-Estar social. A manutenção da política econômica do segundo governo FHC, fez com que o governo Lula seguisse a cartilha neoliberal precedente, a despeito do início dos projetos sociais e do anúncio do desenvolvimentismo do PPA 2004-2007.

Outro aspecto importante da proposta governamental em questão diz respeito à redução da vulnerabilidade externa como condição indispensável para o crescimento sob bases sólidas (BRASIL, 2003, p.21). De fato, um tema fundamental não somente para o crescimento sobre bases sustentáveis como para a atuação soberana junto às demais economias mundiais. Porém, a política econômica adotada pelo governo não implicou, necessariamente, em diminuição da vulnerabilidade externa, a despeito do melhor desempenho do país em suas relações comerciais. Essa melhoria estaria, fundamentalmente, no crescimento da economia mundial, principalmente China (fator que independe do governo interno) e na intensificação das parcerias comerciais, principalmente

com os países da América Latina e África (um mérito do governo Lula), muito embora somente viável como desdobramento do crescimento mundial geral do período, por definição não *ad infinitum* e, portanto, insustentável.

Esta concepção acerca da estratégia econômica do primeiro governo Lula que estamos apresentando está sendo baseada nas contribuições de Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves, mais precisamente no livro “A Economia Política do governo Lula”, onde os autores sustentam que não somente houve continuidade do modelo, como tratou-se de uma adaptação passiva e regressiva da economia nacional ao sistema econômico mundial, mantendo a vulnerabilidade externa, seja nas esferas monetário-financeira, quanto produtivo-real, tecnológica e comercial (FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007, p.33), de modo que a eleição extraordinária de um metalúrgico para a Presidência da República foi o triunfo de uma política conservadora, que aliás vinha se esgotando, todavia fora renovada, sob o manto da mudança.

As “duas almas” do PT estariam mais para a “reencarnação” do velho espírito em um novo corpo, cujas sessões de regressão permitiram vislumbrar uma certa lembrança de uma época mística, onde era possível defender a coexistência dos ideais socialistas e capitalistas desenvolvimentistas, mas que a “vida real mundana”, da governabilidade a todo custo, tratou de exorcizar. Na dialética das transformações quantitativas e qualitativas operadas no interior do partido, as constantes adaptações políticas processadas fizeram com que esse importante instrumento dos trabalhadores, criado pelo movimento operário e movimentos sociais nos anos 1980, concluísse como um partido aburguesado, isto é, cujas membros – ou mais precisamente, seus principais líderes – sucumbiram à “cosmogonia” oligárquica brasileira, que jura de pés juntos que não há vida após o latifúndio e o capital financeiro.

Neste sentido, sintomática foi a declaração do fundador e chefe máximo do Banco Itaú, Olavo Setúbal, para o jornal Folha de São Paulo, em entrevista realizada em 13 de agosto de 2006, reproduzida pelos autores supracitados:



Havia uma grande dúvida se o PT era um partido de esquerda, e o governo Lula acabou sendo um governo extremamente conservador... A visão era que o Lula iria levar o país para uma linha socialista. O sistema financeiro estava tensionado, mas, como ele [Lula] ficou conservador, agora está para ganhar novamente a eleição e o mercado está tranquilo. Não tem diferença, do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula ou do Alckmin é igual. Os dois são conservadores. Cada presidente tem suas prioridades, mas dentro do mesmo leque de premissas econômicas. Acho que o Lula vai conservar a premissa de superávit primário, de metas de inflação e tudo o mais. São evoluções que estão consolidadas no Brasil e serão mantidas por qualquer presidente (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, *Apud.* FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007, p.183)

Dessa forma, nos parece mais adequado falar em pseudo-reformismo, haja vista que as expectativas não são confirmadas e a política industrial e social do governo não enfrentam, efetiva e consistentemente, as mazelas estruturais da sociedade brasileira, ao contrário, segue submetida à política da ortodoxia neoliberal.

### 2.3.2. REFORMA PREVIDENCIÁRIA E FUNDOS DE PENSÃO

Durante os governos anteriores, não faltaram esforços para realização de mudanças no sistema previdenciário, porém, FCH não foi bem-sucedido nesse quesito – à exceção de alterações na aposentadoria de trabalhadores do setor privado, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Portanto, a aprovação de mudanças constitucionais no que diz respeito ao sistema previdenciário do funcionalismo público, ocorrida no fim de 2003<sup>32</sup>, foi um trunfo de Lula junto aos barões das finanças, fração de classe cujo apoio era imprescindível para o projeto político do partido liderado pelo ex-sindicalista.

Uma das consequências dessa reforma foi que os novos servidores públicos deixaram de ter direito à aposentadoria com salário integral, acabando por incentivar os fundos de previdência complementar (Fundos de Pensão), cujos recursos deveriam ser manejados no mercado financeiro, através de hábeis aplicações, decididas pela Diretoria do Fundo, responsável pela gestão dos recursos<sup>33</sup>. Outra consequência, política, foi o processo de aproximação do PT com a ideologia tucana, subserviente do mercado financeiro, resultando inclusive em depuração interna, com a expulsão dos parlamentares petistas que

---

<sup>32</sup> Proposta de Emenda Constitucional 40/2003, transformada no Senado em Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e complementada pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

<sup>33</sup> “Reforma da Previdência é a primeira grande vitória de Lula”. Terra. Economia. Disponível no *site*:<[www.terra.com.br/economia/reforma-da-previdencia-e-a-primeira-grande-vitoria-de-lula.caf9bb6b4572d3bc5d8bb41926e163fflr91owco.html](http://www.terra.com.br/economia/reforma-da-previdencia-e-a-primeira-grande-vitoria-de-lula.caf9bb6b4572d3bc5d8bb41926e163fflr91owco.html)>. Acesso: 05 de out. de 2019.

votaram contra a reforma, como Luciana Genro, Heloisa Helena, Babá e João Fontes<sup>34</sup>, que vai resultar na criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fundando em junho de 2004 e reconhecido pela Justiça Eleitoral em setembro de 2005.

A primeira grande vitória do governo Lula no Congresso Nacional foi enfrentando a resistência de sua própria base sindical e social, no que contou com apoio da oposição parlamentar (PSDB e PFL) – inclusive via subornos, como veio à público em seguida no processo do chamado mensalão –, dos 27 governadores e da repressão policial no dia da votação, para aprovação de uma reforma em favor da austeridade fiscal e controle de despesas, ou seja, a agenda do Banco Mundial e FMI (MARQUES & MENDES, 2004).

Sobre os Fundos de Pensão, já em seu Programa de Governo de 2002, o PT anunciava a importância que via nos fundos de pensão como instrumento de poupança de longo prazo para o financiamento do crescimento interno, mas será somente durante seu governo que poderemos ver as implicações desse posicionamento. De fato, essa discussão é central para compreensão da adaptação da burocracia sindical ligada ao PT aos ditames do neoliberalismo, na medida em que vamos encontrar interesses convergentes entre a especulação financeira e a administração dos fundos dos trabalhadores, lastreando a capitulação ideológica, por assim dizer, no alinhamento de interesses materiais de uma parcela privilegiada do movimento sindical à dinâmica do mercado especulativo.

O sociólogo Francisco de Oliveira, um dos fundadores do PT e importante referência nos estudos sobre a estrutura econômica e os condicionantes das disparidades regionais do Brasil, tem uma elucidativa contribuição acerca dessa relação entre o movimento sindical e os fundos de pensão. No posfácio que escreveu em julho de 2003, para seu livro “*Crítica à Razão Dualista*”, por sua vez publicado originalmente em 1972, chama atenção para o fato de que trabalhadores oriundos de antigas empresas estatais, por exemplo, funcionários do Banco do Brasil, passaram a fazer parte de altos Conselhos, como do BNDES, que decidem sobre a destinação dos fundos dos trabalhadores e, nesse processo, passaram a se beneficiar com a rentabilidade das operações, cujo sucesso esteve umbilicalmente ligado à reestruturação produtiva e consequente desemprego (OLIVEIRA, 2003, p. 146).

Essa aproximação da aristocracia sindical petista com técnicos e economistas ortodoxos, embaixadores das políticas liberalizantes, fez com que Francisco de Oliveira classificasse – exageradamente – essa camada como uma nova classe social. Ademais, os

---

<sup>34</sup> 82 parlamentares da base governista foram contra a reforma previdenciária de Lula. Além de integrantes do próprio PT, a proposta foi rejeitada por deputados do PSB, PDT e PCdoB.

volumosos e cobiçados fundos comparecem como uma das formas de aprofundamento da influência do capital financeiro internacional sobre economia nacional, incrementando a dívida pública (PAULANI, 2008). Colocando nesses termos, não é difícil compreender porque Antônio Palocci foi o primeiro ministro confirmado por Lula, ainda em fins de 2002.

### 2.3.3. ACOMPANHANDO UM MOVIMENTO: CAI PALOCCI, SOBE MANTEGA

Embora não seja economista, Antônio Palocci Filho destacou-se à frente da economia brasileira no primeiro governo Lula (2003-2006), de modo que suas ideias e resoluções comparecem como ponto de partida para nossa reflexão sobre o período, assim como o economista Marcos Lisboa, escolhido para Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005. Apesar de nossa pesquisa situar-se no período posterior, apresenta-se a política econômica liderada por Palocci apenas para assinalar que houve uma mudança importante de condução econômica a partir do segundo governo Lula e mantida por Dilma Rousseff até aproximadamente 2012/2013.

Já para entender as medidas do segundo governo (2007-2010) será importante conhecer o cientista social e economista pela Universidade de São Paulo Guido Mantega, que se destacou à frente de importantes cargos nos governos Lula, como Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, de janeiro de 2003 a novembro de 2004, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), de novembro de 2004 a março de 2006 e, finalmente, Ministro da Fazenda, de março de 2006 a dezembro de 2010.

Antônio Palocci foi o primeiro Ministro da Fazenda de Lula, permanecendo no cargo até 27 de março de 2006, quando pediu demissão e foi substituído pelo economista Guido Mantega, que à época presidia o BNDES. Médico de formação, Palocci entrou na militância de esquerda ainda na juventude, ocupou cargos técnicos junto à Secretaria de Governo de São Paulo, foi influente dirigente sindical, não somente em sua categoria, mas também na Central Única dos Trabalhadores (CUT), culminando em sua participação na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), passando a integrar a corrente interna dirigida por Lula e José Dirceu – a “Articulação” – em 1987.

Antes de ser ministro, Antônio Palocci ocupou diversos cargos políticos, tanto no executivo municipal, quanto no legislativo, estadual e federal. Foi eleito vereador por Ribeirão Preto em 1988 e permaneceu no legislativo municipal até 1990, trocando o cargo por um mandato de deputado estadual, que também acabou renunciando em 1992 para

assumir a prefeitura de sua cidade; foi eleito deputado federal em 1998 e novamente prefeito de sua cidade natal em 2000, cargo que também entregou em 2002, para em seguida assumir a coordenação do programa de governo do então candidato Lula.

Após a eleição presidencial, coordenou a equipe de transição de governo e em seguida foi escolhido para Fazenda (o primeiro ministro confirmado por Lula) dado sua capacidade de articulação com o empresariado – teve papel importante, por exemplo, na elaboração da famosa “Carta ao Povo Brasileiro” de 22 de junho de 2002, que buscava acalmar o setor, em especial suas frações financeiras, garantindo a preservação dos contratos já firmados pelo governo e comprometendo-se em manter as políticas fiscal, monetária e cambial em vigor.

Já Guido Mantega é um antigo quadro da esquerda brasileira e sua trajetória foi marcada pela discricão: militou contra a ditadura; esteve no PT desde sua fundação (1980), mas não vinculado a nenhuma corrente interna. Nunca se candidatou a nenhum cargo eletivo, mas teve vida pública como técnico, participando pela primeira vez de um governo petista como assessor na Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Paulo<sup>35</sup> e como diretor de Orçamento, durante gestão de Luiza Erundina (1989-1992). Seu perfil intelectual, técnico e conciliador permitiu que se convertesse em um dos principais conselheiros econômicos de Lula, coordenando os programas econômicos do PT nas eleições presidenciais que se seguiram até sua vitória.

Embora antigo colega no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e orientando de Fernando Henrique Cardoso, foi um incisivo crítico das privatizações ocorridas em seu governo, bem como do Plano Real e sua política de âncora cambial<sup>36</sup>. Com a eleição de Lula, Mantega teve importante papel do PPA 2003-2007 e muito provavelmente os aspectos desenvolvimentistas contidos no documento sejam de sua lavra, quando Ministro do Planejamento.

Responsável pelos gastos públicos durante o primeiro governo Lula, Mantega se esforçou em captar e liberar os recursos necessários para os investimentos em infraestrutura, porém em uma realidade de altos índices percentuais do PIB reservados ao superávit primário (4,25%). Um trabalho de Sísifo, mas que preparou as condições mínimas para os investimentos no setor produtivo, pois lançou as bases para as Parcerias

---

<sup>35</sup> O Secretário da pasta era Paul Singer.

<sup>36</sup> Mecanismo de contenção da inflação via fixação da taxa de câmbio (atrelamento da moeda nacional à moeda estrangeira, em geral o dólar) com objetivo de conter o aumento dos preços.

Público Privadas (PPP's), condição sem a qual não seria viabilizada a política econômica “(neo) desenvolvimentista” do PT, posta em prática no governo seguinte.

À primeira vista, a direção da economia brasileira durante o primeiro governo Lula pareceu não falar a mesma língua<sup>37</sup>. De um lado, o Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil<sup>38</sup>, ambos mantidos sob a batuta de gestores vinculados ao pensamento econômico ortodoxo. Nessa linha, o Ministério da Fazenda montou sua equipe com Joaquim Levy, Marcos Lisboa, Bernard Appy, Otaviano Canuto e Murilo Portugal e a meta principal foi garantir o tripé macroeconômico.

Já o Banco Central, cuja direção foi posta nas mãos de Henrique Meirelles, político, mas também banqueiro, manteve toda Diretoria da gestão anterior de Armínio Fraga e, ao elevar a taxa de juros (através, principalmente, da fixação da taxa Selic<sup>39</sup>), manteve sob controle a inflação<sup>40</sup>, implicando em baixo crescimento do PIB no primeiro ano de governo (1,1%), assinalando, como declarado publicamente às vésperas das eleições presidenciais, que não dariam nenhum “cavalo de pau” na condução econômica do país. Porém, a taxa Selic, que atingiu 26,5% (nominal) em fevereiro de 2003, passou a cair no ano seguinte, e, entre idas e vindas, conclui 2006 em 13,25%. Com relação à política fiscal, o governo também elevou a meta do superávit primário, cuja média atingiu 4,1% do PIB (ou 4,83%, segundo a antiga metodologia do IBGE) entre 2003 e 2006, contra os 3,4% no quadriênio 1999/2002 (ALMEIDA, 2009, p.17).

Por outro lado, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão foi assumido em 2003 pelo heterodoxo Guido Mantega, disposto a reduzir a vulnerabilidade externa, atrair grandes investimentos em infraestrutura, reduzir desigualdades regionais e constituir um vigoroso mercado interno, estratégia divergente das políticas econômicas adotadas por Palocci e Meirelles. Após as divergências entre Carlos Lessa e os demais homens fortes da economia tornarem-se insustentáveis, Guido Mantega assumiu o

---

<sup>37</sup> De fato, o economista Carlos Lessa, à frente do BNDES no primeiro ano de governo, não corroborou com a defesa a todo custo dos índices de superávits praticados, entrando em conflito com Henrique Meirelles e Antônio Palocci para que fosse reduzida a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), o que o derrubou ainda em 2004, sendo substituído por Mantega na Presidência do Banco no mês de novembro daquele ano.

<sup>38</sup> “Eu tinha uma equipe muito forte no Banco Central, com Afonso [Sant’Anna] Bevilaqua, Eduardo [Henrique de Mello Motta] Loyo, Rodrigo Azevedo, Beny Parnes, depois o Alexandre Shwartzman e o próprio Ilan Goldfajn, que ficou um tempo até ser substituído pelo Afonso” (MEIRELLES, 2019, p.22).

<sup>39</sup> Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco do Brasil, utilizada por este para controlar a inflação, visto que influencia as demais taxas de juros, como dos empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras.

<sup>40</sup> Já a inflação é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, que caiu de 9,3% em 2003 para 5,69% em 2005 (MERCADANTE, 2006, p. 71).

BNDES<sup>41</sup>. Em 2005, Mantega promoveu mudanças nas Políticas Operacionais do Banco (redução de 30% em média nos spreads<sup>42</sup>) visando o barateamento e facilitando a tomada de empréstimo, ampliando em 18% a liberação de crédito (R\$ 47 bilhões)<sup>43</sup> em relação à gestão anterior, com destaque para projetos estruturantes nas Regiões Norte e Nordeste e atualização das formas de financiamento concedidas às pequenas e médias empresas (BRASIL, 2005).

Por questões políticas e não necessariamente econômicas, Palocci caiu e foi substituído por Mantega no Ministério da Fazenda. Nas eleições presidenciais de outubro do mesmo ano, o programa de governo do candidato à reeleição estampou, em sua primeira página, a seguinte frase atribuída à Lula: “O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade” (LULA PRESIDENTE - PLANO DE GOVERNO 2007/2010).

#### 2.3.4. SEGUNDO GOVERNO LULA: “(NEO) DESENVOLVIMENTISMO” *STRICTO SENSU*

Embora tenha prometido não realizar nenhuma mudança brusca na condução da política econômica, a posse de Guido Mantega como Ministro da Fazenda preocupou a fração da burguesia ligada ao capital financeiro, imediatamente implicando na elevação do dólar e do risco-país, em 2% e 5%, respectivamente – antes mesmo das eleições de outubro de 2006. Essa movimentação superestrutural, de alterações de cargos e possível inflexão na política econômica, na verdade expressava a queda de braços que vinha ocorrendo nos bastidores entre as frações da burguesia ligadas ao setor produtivo e aquelas vinculadas ao rentismo, em torno dos rumos que o país deveria trilhar.

A escolha por incentivar a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida através da qual as empresas aumentam seus bens de capital e a sociedade eleva sua demanda efetiva (KEYNES, 1996) é incompatível com as altas taxas de juros praticadas em favor do rentismo, exclusivo meio de vida de uma parcela da burguesia brasileira<sup>44</sup>. Tanto é assim

---

<sup>41</sup> Entre os programas do BNDES tivemos: Modermac; Prosoft; Profarma; Progeren; Pro-caminhoneiros; Procomp. 122 bilhões de reais em financiamento concedidos entre 2003 e 2005, com destaque para plataforma da Petrobrás, extração em campos, gasoduto de Urucu e recriação da Sudene e Sudan (MERCADANTE *apud*. ALMENIDA, 2009, p. 58).

<sup>42</sup> Spreads bancário é a diferença entre a taxa de captação e de empréstimo (esta sempre superior) realizada pelo banco.

<sup>43</sup> A maior parte dos recursos do BNDES são provenientes do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

<sup>44</sup> Certamente, há também setores cuja atuação transpassa tanto a forma de acumulação baseada no capital financeiro quando comercial e produtivo, problema muito mais complexo para a determinação dos vínculos das frações do capital e seus agentes.

que uma consequência evidente do avanço da financeirização é a industrialização galopante, que se abriu a partir da adoção das políticas do Consenso de Washington. Compreender o “(neo)desenvolvimentismo” tem relação com verificar sua capacidade de reversão desse processo.

### 2.3.5. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – 2007-2010

Conhecido com PAC 1, essa foi a primeira grande iniciativa econômica do segundo mandato do Presidente Lula da Silva, com fins relacionados ao incentivo à indústria de transformação e da construção civil, mas também tendo em vista o impulso que seria proporcionado aos setores comerciais. A viabilidade foi planejada através do estímulo ao crédito, desonerações tributárias e atração de capitais externos via investimentos produtivos, com financiamento público do BNDES e Caixa Econômica Federal.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado em 28 de janeiro de 2007, prevendo investimentos, (públicos e privados) de 503,9 bilhões reais, previsão de investimento atualizada posteriormente para R\$ 657 bilhões, até o ano de 2010, com destaque para as políticas sociais, que comparecem para o governo como um dos eixos fundamentais do desenvolvimento econômico propriamente dito, além da questão imanente de justiça social que deveria ser perseguida.

### 2.3.6. POLÍTICA EXTERNA NO CONE SUL

Com a nova conjuntura aberta a partir do fim do regime militar e promulgação da Constituição de 1988, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) passou a ter, grosso modo, duas vertentes doutrinárias que deram o tom da política do corpo diplomático brasileiro, no desenrolar das últimas três décadas. Isso correspondem à cristalização de uma corrente de pensamento inclinada para o fortalecimento da relação Sul-Sul, assim como também em favor do maior protagonismo do Brasil no subcontinente e junto ao Conselho de Segurança da ONU. Essa ala pode ser identificada como um seguimento nacionalista da corporação, entre aquela parte da burocracia egressa da academia diplomática do Instituto Rio Branco. A outra ala da burocracia consular corresponde ao setor conhecido como liberal, que é uma parte privilegiadas da burocracia descomprometida com os trabalhadores brasileiros, pois, do alto dos seus cargos, decidem

sobre elementos estratégicos da política, comércio e cultura do país a partir dos interesses das oligarquias agrárias e financeiras. Conservadores e elitistas, esses altos funcionários dessa tradicional e consistente camada burocrática, preferem a cultura europeia e os Estados Unidos, sendo caudatários dos valores globais e da discreta capitulação, transfigurada em *soberania compartilhada* (SARAIA, 2007).

Naturalmente, o governo Collor privilegiou a política externa liberal, porém sob Itamar Franco a outra ala do Itamaraty ganhou mais espaço, inclusive é durante o exercício de seu mandato que Celso Amorim assumiu o Ministro das Relações Exteriores (1993-1995) pela primeira vez. Em seguida, durante os governos FHC as duas correntes internas dos diplomatas atuaram de maneira equilibrada, por exemplo, conciliando abertura econômica com obstrução diplomática à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), trabalhando para postergar a adesão. Finalmente, nos governos Lula, o experiente diplomata de carreira Celso Amorim retornou ao comando do Ministério, permanecendo a frente da pasta durante todo período, além do primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011), até ser transferido para o comando do Ministério da Defesa (SARAIVA, 2007, p.22).

Os anos em que Amorim conduziu as relações exteriores (2003-2011) nos são particularmente importante por serem aqueles em que o Brasil mais ousou na política de integração regional da América do Sul e no protagonismo político internacional, não somente defendendo o multilateralismo nos organismos internacionais, mas efetivamente associando-se a outros países, cujas características emergentes lhes eram semelhantes, em acordos comerciais, energéticos e políticos, apresentando os temas e preocupações sociais como estratégicos para o desenvolvimento interno e regional.

Quanto à associação em blocos comerciais com países similares, principalmente economicamente, tivemos o Fórum de Diálogos Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), também conhecido como G3, que foi criado em junho de 2003 (Declaração de Brasília), sendo que suas reuniões de cúpula ocorreram entre 2006 e 2011<sup>45</sup> (BRASIL, s/d). Também foi um período de procura por novos mercados e aumento das exportações agrícolas e minerais.

---

<sup>45</sup> I Cúpula IBAS, Brasília, setembro de 2006; II Cúpula IBAS, Pretória, outubro de 2007; III Cúpula IBAS, Nova Délhi, outubro de 2008; IV Cúpula IBAS, Brasília, abril de 2010; V Cúpula IBAS, Pretória, outubro de 2011.



No âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), tivemos maior aproximação entre Brasil e Argentina, dentro de uma relação complexa de interesses regionais entre esses dois países. As conversações para o Mercosul remontam ao governo José Sarney, sendo firmado em 1991 (Tratado de Assunção) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que, entre outros, formalizou a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (CPC), composta por parlamentares dos países, que deveriam avançar o debate sobre a concretização da iniciativa regional; o debate foi lento, mas, marcando passo, avançou.

Merece destaque o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL, de 17 de dezembro de 1994 (Protocolo de Ouro Preto), que definiu as atribuições da CPC, progredindo com a estruturação institucional do organismo multilateral<sup>46</sup>, com objetivo de melhor “coadjuvar na harmonização das legislações; realizar exames de temas prioritários quando demandados (...); e encaminhar recomendações” (PIETRAFESA, 2011, p.201). Entre 2003 e 2004, os deputados e senadores sul-americanos que integravam a CPC encarregaram-se de estabelecer as bases para a criação do ParlaSul (Parlamento do MERCOSUL), com a aprovação de seu Protocolo Constitutivo em 2005.

O Brasil, historicamente, está inserido de forma subalterna na economia capitalista. Outrossim, é evidente as características centrípetas de sua economia na região, dada suas dimensões continentais, tamanho da população e potencial consumidor, fartos recursos naturais e relativa consolidação industrial. Essas características o colocam em uma posição intermediária<sup>47</sup>, cujo peso “gravitacional” não é aproveitado, da mesma forma que internamente suas capacidades produtivas estão longe de ser utilizadas, em sua plenitude, ou mesmo em suas capacidades básicas de reprodução, uma vez que a longa tendência desindustrializante em curso não foi revertida, subsistindo o baixo nível cultural, atraso econômico e pobreza e concentração de renda predominantes.

Entre as duas opções políticas, que se desenvolveram entre os membros da chancelaria brasileira, a visão dos interpretes marxistas da realidade brasileira era que o ponto de vista soberano e inclusivo só poderia ser consequente com o advento da revolução social. Entre os demais intelectuais e políticos, obviamente, era preciso seguir procurando as vias legais e democráticas para o progresso social, sem deixar as formas típicas do comércio internacional, isto é, comparecer com a exportação de produtor

---

<sup>46</sup> BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.901**. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 09 de maio de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm)>. Acesso em 24 de set. de 2019.

<sup>47</sup> Immanuel Wallerstein (1974) em sua teoria do “sistema-mundo”, fala em semiperiferia, para estes casos.

primários e comprar no exterior os bens de alta densidade tecnológica e científica quando fossem demandados.

A partir desse enfoque, também podemos melhorar a compreensão do “*(neo) desenvolvimentismo*”, um conjunto complexo e variado de doutrinas econômicas, que a história quis que ganhasse *forma* durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Mais precisamente, homens determinados, movidos por interesses políticos e econômicos, deram forma e conteúdo à, assim chamada, história política da redemocratização brasileira. Apesar do caráter diverso e, talvez, difuso dos conceitos econômicos relativos ao *neodesenvolvimento*, acreditamos que houve uma equação de seus elementos principais, consubstanciando um novo programa de ação, muito bem assessorado – pois amparado teoricamente por acadêmicos profissionais e técnicos experimentados nos quadros da Administração Pública.

Essa *nova forma política* foi bem conduzida pelo Presidente Lula da Silva e seus colaboradores novos e antigos. Em uma identificação dos interesses do governo petista com os interesses das frações capitalistas internas, trabalhou pelo projeto de poder e de mudança social do bloco no poder que se formou, arregimentando também o grosso das organizações trabalhistas e populares (CUT, Força Sindical, MST, UNE, CPT) e dispondo de ampla simpatia externa e crescimento vigoroso da economia mundial.

Com o acúmulo da experiência partidária na administração de estados e prefeituras, conjuntamente com expressiva base parlamentar no Congresso do PT e a popularidade de Lula, garantiram que o partido despontasse como um grande aglutinador, capacitando-o, ao longo de décadas, para apresentar-se como uma terceira via entre o neoliberalismo desgastado e a ruptura revolucionária.

O PT deve ser compreendido como fruto desse movimento dos trabalhadores em luta pela redemocratização, mas ao mesmo tempo contra a carestia de vida neoliberal, no bojo da retomada das lutas sindicais e do surgimento de vários movimentos populares. Eleito presidente e ao longo de seus dois mandatos, Lula apresentava um projeto supostamente capaz de assimilar as potencialidades de ambas as posições antagônicas na luta de classes, compatibilizando-as retórica, política, teórica e diplomaticamente. Conclamando seus amigos e suas amigas, no Brasil e no mundo, o Presidente Lula e sua equipe defendiam que o país estava destinado a trilhar a senda do mundo globalizado, a avançar com no protagonismo e em suas relações comerciais com o mundo.

As Políticas Públicas e Sociais do PT, assim como as proposições comerciais e culturais do Brasil durante seu exercício, no que tange às relações internacionais, nunca deixou de frisar que as grandes transformações sociais – com especial atenção ao povo mais pobre – eram tomadas como condição indispensável à integração e o fortalecimento dos laços internacionais. As profundas transformações, em nossos termos, relacionam-se historicamente com os privilégios oligárquicos, as tarefas democrático-burguesas cronicamente não superadas, a vulnerabilidade externa estrutural e, diante disso, uma frágil democracia e uma vaga soberania. Já o governo apresentou os desafios como caminhos a serem trilhados ao longo do progresso brasileiro, até quando não se sabe perseguindo o imperativo categórico de democratizar o Estado, promover o crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social.

Nesse processo, a questão regional e a relação com os países do bloco sul-americano devem ser tomadas como parte constitutiva e imprescindível do novo projeto de desenvolvimento, que tiveram oportunidade após o declínio dos governos neoliberais dos anos 1990<sup>48</sup>. É verdade que uma importante iniciativa, a IIRSA, foi criada ainda durante o segundo governo de FHC. Ocorre que as mudanças políticas no subcontinente, porém, principalmente através da liderança de Néstor Kirchner, na Argentina, e de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil – e depois Hugo Chávez, com a adesão especial da Venezuela – colocaram o processo de integração em outro patamar (OLIVEIRA CRUZ, 2018, p. 30). Em finais de 2004, aconteceu nas cidades de Cusco e Ayacucho, Peru, a III Reunião dos Presidentes da América do Sul e as relações entre os países foram fortalecidas com a criação da União de Nações Sul-Americana (UNASUL).

### 2.3.7. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO – PDP

Em maio de 2008 o Governo Federal lançou a *Política de Desenvolvimento Produtivo – Nova Política Industrial do Governo (PDP)*, anunciada como resultado da confluência de interesses públicos e privados, confluência esta que já vinha sendo estabelecida, embora com avanços limitados, por meio da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, criada em março de 2004, visando promover a indústria nacional, aproveitando o promissor ciclo recente de crescimento interno e externo. As

---

<sup>48</sup> Assim como as relações do Brasil com países do continente africano e do oriente médio, todavia, nos concentraremos apenas no aspecto sul-americano.

grandes metas do PDP foram estabelecidas na direção de aumentar da taxa de investimento, elevar o gasto privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ampliar as exportações e dinamizar as pequenas e médias empresas (ALMEIDA, 2008).

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, a nova política industrial do segundo governo Lula negligenciou alguns elementos imprescindíveis para a economia nacional, tais como

(...) a excessiva valorização cambial; a reversão da tendência de baixa das taxas de juros; a retomada do processo de elevação de preços; a preocupante queda dos saldos comerciais que ameaça o equilíbrio externo; a ainda elevada relação dívida/PIB; o perfil pouco confortável da dívida pública; a baixa capacidade de investimento do setor público; a confusa e injusta estrutura tributária e, por fim, a limitada disponibilidade e qualidade da infra-estrutura, tanto no que diz respeito às logísticas de transporte, comunicação, energia, quanto de saúde, saneamento, educação, qualificação profissional etc. (DIEESE, 2008, p.04).

A nota técnica do DIEESE se refere às deficiências de origem na formulação da política, mas reconhece a iniciativa como positiva, e, com os investimentos do PAC que à época ainda não haviam sido efetivados, a política poderia prosperar, muito embora assinala suas fraquezas fundantes, uma vez que não havia um enfrentamento consistente da política cambial e de juros, fator relevante quanto à reversão da tendência desindustrializante em curso.

#### 2.4. DILMA ROUSSEFF E A NOVA MATRIZ ECONÔMICA

Em outubro de 2010 Dilma Rousseff foi eleita Presidente do Brasil em segundo turno contra José Serra (PSDB), conquistando 56,05% dos votos válidos contra 43,95% de Serra, tornando a primeira mulher eleita para chefe do Poder Executivo Federal. Também foi seu primeiro cargo conquistado pelo voto popular, apesar de sua longa experiência política, seja na clandestinidade, durante o período dos governos militares, seja atuando como quadro técnico em gestões do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – seu partido antes do PT –, assumindo a Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre (1985-1988) e Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul em duas ocasiões (1993-1994 e 1999-2002), sendo que na última foi sob gestão do governador do PT, Olívio Dutra. Em 2001 filiou-se ao PT, participou da elaboração do plano de governo de Lula e, com sua

vitória, depois de compor sua equipe de transição, assumiu o Ministério de Minas e Energia. Os escândalos do chamado mensalão derrubaram José Dirceu e o Presidente escolheu Rousseff para Ministra-Chefe da Casa Civil em 2005.

O primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) empreendeu mudanças em relação aos Planos Plurianuais anteriores, por entender que estes não eram adequados para orientar as prioridades orçamentárias, servindo mais como instrumento de transparência e controle de gastos públicos (PAULO, 2013, p.48). Buscando incentivar o desenvolvimento interno, mas desta vez no contexto de crise econômica, que naquele período retornava ao país após as medidas anticíclicas adotadas por Mantega no governo anterior, Rousseff empreende alterações consideráveis na política fiscal e econômica, buscando incentivar os setores industriais, através da “redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada” (BASTOS, 2016, p.03).

No primeiro ano, o governo Dilma Rousseff lança o PPA-2012-2015, com o sugestivo título “*Plano Mais Brasil, mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação*”. De fato, o objetivo era entregar as obras e serviços públicos já contratados, não tendo caráter inovador, no sentido de lançar novas metas e programas, mas promover incentivos para o empresariado seguir com suas atividades ligadas aos programas sociais e à política de desenvolvimento, visando aprofundar a modernização do país.

Depois do relativo sucesso do governo anterior em contornar a crise econômica mundial por meio de incentivo ao consumo e medidas para minimizar as fugas de capital, o novo governo precisava garantir as condições financeiras para manter o crescimento e foi então que Dilma optou por contrabalancear o poder do capital financeiro, para garantir os investimentos, iniciando os choques com a poderosa e hegemônica fração do capital reinante no país. Lula, aproveitando a bonança mundial, conseguiu manejar e “servir a dois senhores”, mas, diante da desaceleração mundial, as contradições entre programas sociais e investimentos industriais, por um lado, e rentismo, por outro, se acirraram.

A nova matriz econômica pode ser definida da seguinte forma, de acordo com o economista da Unicamp Pedro Paulo Zahluth Bastos

Ao reduzir juros e, portanto, o custo fiscal da dívida pública, o governo tinha três objetivos: i) ganhar graus de liberdade fiscal para a execução da política social, de investimento público e subsídios aos investimentos privados; ii) ao reduzir a rentabilidade das aplicações financeiras do setor privado com risco mínimo, forçar a ampliação do investimento produtivo e em infraestrutura, apoiando-o com subsídios fiscais e creditícios; iii) reduzir o diferencial internacional de juros e, assim, criar condições para a depreciação cambial, entendida como necessária para conferir competitividade internacional aos investimentos produtivos (BASTOS, 2016, p.17-18).

Essas medidas tinham por objetivo incentivar o investimento do empresariado em formação de capital fixo em detrimento do rentismo, política de desenvolvimento de longo prazo que, como não podia deixar de ser, contrariou os interesses da oligarquia financeira, interna e mundial. Todavia, essa ousada mudança não foi devidamente defendida junto à sociedade, isto é, não se realizou uma disputa hegemônica em torno da nova política e, quando a reação ocorreu, travestida de críticas técnicas, o governo não esteve à altura para enfrentar o foco inimigo, das baterias midiáticas e infantaria de economistas e o governo se viu acuado, passando a mover-se, não mais de acordo com sua própria iniciativa, mas a partir dos ditames táticos dos banqueiros e especuladores, reagindo aos movimentos do oponente.

No início do seu segundo mandato, Dilma cedeu às pressões, mas suas concessões foram tidas como insuficientes e precipitaram-se forças centrífugas no bloco no poder em torno do apoio ao governo. Em um movimento truncado e difícil, finalmente, a burguesia se reunificou plenamente pelo fim da política de conciliação de classes, liderada pelo PT, e resolveu-se dar uma guinada na condução econômica do país, derrubando seu governo e retornando às políticas de desmonte e intensificando o “choque” neoliberal.

## 2.5. O CONCERTO PETISTA<sup>49</sup>

Entendemos haver três formas heurísticas de apresentação do problema, fundamentada em suas respectivas referências teóricas, no que diz respeito às decisões de política econômica do primeiro governo Lula. A primeira pode ser resumida como aquela que sentencia que o governo foi tão-somente a continuidade do segundo governo FHC e a partir de 2007/2008 tivemos uma guinada qualitativa, de fato, na condução econômica do país.

A segunda forma de explicação toma o primeiro período como de preparação para a transição, quando teve-se que adotar medidas para garantir a estabilidade, a confiança dos

---

<sup>49</sup> Concerto no sentido de congruência e não de uma peça musical.

investidores externos, diminuição do risco-país e elaboração de normas jurídicas e sistemas regulatórios, sem os quais não seria possível realizar a transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Essa é a linha que mais foi utilizada pelo governo, embora já fizessem questão de dizer que o novo governo marcava uma mudança com o anterior, visto que FHC não tinha um plano de governo para o desenvolvimento nacional, enquanto o PT partia de uma estratégia de crescimento sustentável e de distribuição de renda, que, alegava-se, seria aplicada com consistência e responsabilidade, cujos frutos poderiam ser colhidos após o “ajuste fiscal definitivo”. Somente depois disso a economia estaria preparada para suportar a redução da taxa de juros (LOPREATO, 2006).

Já a terceira linha interpretativa, crítica do governo e das novas teorias do desenvolvimento, afirma que os governos lulistas compareceram como forma de organizar melhor o avanço do neoliberalismo e assegurar a hegemonia financeira, alastrando a incidência do capital fictício, um processo em curso desde o Plano Real. Acreditamos que as três formulações se complementam, a despeito das incompatibilidades também existentes.

A particularidade do segundo governo Lula não foi adotar uma postura de confronto com os interesses do rentismo em favor da distribuição de renda consistente. Porém, sem contrariar tais interesses – muito pelo contrário –, teve força política e “ambiência” financeiro-especulativa para adotar, a seu modo, um tipo de política desenvolvimentista, com crescente protagonismo do Estado via instituições financeiras públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES) com vistas a atrair investimentos privados, particularmente nos setores de logística e infraestrutura.

As medidas econômicas que vão embasar tal projeto serão, principalmente, o financiamento público para recuperação de setores estratégicos e competitivos, como o agronegócio, mineração e petróleo (SAAD-FILHO, 2016, p. 173), aliadas às políticas de recuperação salarial e distributivas e adequações jurídico-administrativas. Oportuno será para nós aqui contextualizar o leitor acerca do movimento de desindustrialização flagrante em curso desde a fundação da atual República, fazendo-o a partir dos setores de Petróleo e Gás (P&G) e Naval, permitindo compreender a política industrial do petismo em um espectro mais abrangente e de acordo com as tendências hodiernas do capitalismo brasileiro.

A regressão relativa do capital industrial na criação do valor tem implicações determinantes na estrutura das classes sociais e na vida cotidiana das massas urbanas e rurais do país, um dos elementos-chave para a compreensão da concepção estratégica em questão, uma vez que foi propalada a possibilidade do Brasil se tornar uma potência nos seguimentos

estratégicos acima mencionados<sup>50</sup>. Ademais, analisar o setores de P&G e Naval nos auxilia à compreender as profundas transformações verificadas nos últimos anos na microrregião do Porto de Suape, em Pernambuco, importante polo de desenvolvimento durante os governos dirigidos pelo PT e organizado para se tornar porto de referência mundial, além de instrumento através do qual o país inserir-se-ia no mundo globalizado de forma sólida e consequente.

De acordo com os arautos da nova estratégia, sejam eles técnicos, políticos ou intelectuais, nada indicava haver qualquer limitação estrutural que não pudesse ser transposta para obter o êxito almejado, de maneira que com preparo, planejamento e investimento adequados o Brasil poderia superar o atraso econômico, consolidando assim sua democracia – e atingindo a *plena* cidadania (OLIVA, 2010, p.127).

Nota-se, em linhas gerais, uma subestimação, por parte desses técnicos e ideólogos, da disputa e controle dos recursos naturais por parte dos países centrais, de maneira que qualquer aspiração soberana, ainda mais com pretensões de liderança global em determinado setor, não seria possível sem choques com as potências econômicas já estabelecidas. *Post festum*, podemos afirmar que o Brasil capitulou, sem resistência alguma por parte do empresariado nacional, ao recrudescimento da espoliação, demonstrando que a caracterização, supostamente imprecisa e ultrapassada, do Brasil como um país semicolonial, se mostrou plausível, como pretendemos sustentar.

A rica dinâmica da economia e da política brasileiras desafiou o Partido dos Trabalhadores a demonstrar, em mais de uma década, como poderia ser – no que ponderaram “dentro das possibilidades do país” – um governo de esquerda. O PT de Lula, Luiz Gushiken, José Dirceu, Vicentinho, Antônio Palocci, mas também dos movimentos sanitaristas dos anos 1980 no Sudeste, protagonistas da luta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de seringueiros aguerridos do Norte, região de maior violência latifundiária, de resistência camponesa heroica e mundialmente reconhecida; de padres e freiras na região Sul do país, artífices da retomada da luta pela terra. Este é o PT que marca a convergência político-organizativa da antiga militância que lutou contra o regime militar com a nova dinâmica do processo de abertura política, surgida com o esgotamento da ditadura e a retomada das lutas operárias e camponesas no Brasil, da década de 1970 para cá.

---

<sup>50</sup> Expectativa reforçada com a descoberta da camada do Pré-Sal em fins de 2006.



Neste caudal político é criado e cultivado o projeto petista de reformas sociais, acendendo ao poder do executivo federal, não sem antes fazer amplas coligações partidárias e demonstrar seu aceite à ordem capitalista e capacidades administrativas<sup>51</sup>, um desafio que não é exclusivo ao PT, mas de todas as agremiações do Brasil que visam presidir o país, uma vez que a conformação de grandes alianças expressa as características regionais e desigual das várias frações e grupos burgueses distribuídos no território, a base daquilo que Sergio Henrique Abranches conceituou e depois se popularizou na imprensa como o “presidencialismo de coalizão”, marcado pela instabilidade, mas cuja plasticidade permite o molde da conjuntura.

Nos confins da região Nordeste é recorrente, para dar um exemplo, frações ligadas ao orçamento público, estadual ou municipal, visto quase não haver outra fonte de recursos; inclusive os sindicatos dos trabalhadores, por sua vez, vão concentrar seus filiados no funcionalismo público (além da agricultura). Para um político que represente grupos financeiros baseados em São Paulo – e, comumente, nem todo o partido é representante exclusivo de determinada fração, mas algumas atuam por seu intermédio –, o apoio daquelas frações que dependem do fundo público não será nada mecânico, de modo que as amplas coligações e alianças são determinantes na disputa pela direção do conjunto da burguesia e entre as oligarquias regionais e financeiras.

No passado, a pretensão de um Estado nacional como instrumento de soberania, regulando o mercado, definindo métodos, planejando e coordenando os fluxos e investimentos de capital, não soaram bem aos ouvidos dos banqueiros internacionais. Ainda que seus interesses estratégicos não estivessem sendo contrariados, no caso do Brasil, a tentativa de desenvolvimento soberano (nacionalista) não foi aceita pelo centro de comando do capitalismo mundial.

Com o processo de elevação dos EUA à qualidade de potência predominante<sup>52</sup> no cenário mundial, no decurso do pós II Guerra Mundial, a expansão da influência soviética e os processos de independência nacional ocorridos nas antigas colônias europeias durante esse período, o quadro mundial da divisão internacional do trabalho foi alterado

---

<sup>51</sup> Já em 1982, além de eleger a oito Deputados Federais, o PT elege seus dois primeiros Prefeitos: Gilson Menezes em Diadema e Manuca, em Santa Quitéria do Maranhão. Em 1985, Maria Luiza Fontenele é eleita para prefeitura de Fortaleza, primeira capital conquistada pelo PT. EM 1988, o partido ganha as prefeituras de outras importantes capitais, como São Paulo, com Luiza Erundina, Porto Alegre, com Olívio Dutra e Vitória, com Vitor Buaiz.

<sup>52</sup> Maria da Conceição Tavares (1985), afirma que antes da década de 1980, não era possível determinar como certo que os Estados Unidos fossem se impor como nação hegemônica mundial – esse processo ainda estava em curso (o que, de fato, ocorre posteriormente). Tavares limitava-se em definir os Estados Unidos como “potência dominante”.

(POCHMANN, 2010). O padrão de desenvolvimento industrial fordista-keynesiano foi expandido, *mutatis mutandis*, outros países, como foi o caso do Brasil, elevando a produtividade média do trabalho e abrangendo um maior contingente territorial, alterando parte do espaço social do país.

A expansão do capital financeiro e o aumento da transferência de riquezas do Brasil para os centros econômicos, em especial aos Estados Unidos – e isso a despeito da elevação da taxa de extração de mais-valia verificada nos anos 1990 – condicionaram a estagnação econômica do país. A burguesia brasileira se ligou de forma mais intensa e complexa ao mercado internacional, enfraquecendo os projetos e aspirações de desenvolvimento soberano nacional, inclusive com o “deslocamento de investimentos para os limites do Estado nacional” operado pelas grandes empresas brasileiras, que ganham importante projeção multinacional (BUENO, 2008).

Passados os anos 1990, a primeira década do século XXI no Brasil foi de retomada do debate conceitual e político sobre a estratégia de desenvolvimento, desta vez em um novo patamar, já considerando os novos desdobramentos das teorias da Cepal e seus corolários conceituais, além de todo avanço do pensamento econômico brasileiro em geral, que possibilita a observação retrospectiva e identificação de rupturas e continuidades nas teorias e projetos contemporâneos.

Assimilados os acontecimentos políticos e econômicos dos governos militares (1964-1985) e a abertura ao “*neoliberalismo*”, a Cepal passou por amplo desenvolvimento teórico-conceitual, abarcando um espectro mais diversificado de investigação e formulação política, e entre os anos 1980 e 1990 abandonou a problemática do desenvolvimento como central para a agência, voltando-se para questões macroeconômicas de curto prazo, estabelecendo uma nova perspectiva para a instituição, que então adere às reformas liberalizantes.

As pesquisas e o debate sobre *desenvolvimento* têm como finalidade compreender a atuação dos Estados nacionais, as vias de inserção na economia mundial, a organização do mercado frente às novas realidades econômicas e suas implicações sociais, as formas assumidas de “inclusão social”, mobilidade e consumo advindos com os supostos novos modelos de reprodução socioeconômicos. Ganha destaque, para o debate, os governos surgidos na América Latina como expressão da contraposição – em variadas proporções –

às políticas e recomendações do Consenso de Washington<sup>53</sup>, a partir da reação das nações e populações dos países atingidos pela intensificação da transferência das riquezas nacionais aos países imperialistas.

---

<sup>53</sup> Conjunto de medidas neoliberais recomendadas pelo FMI, a partir de 1990, aos países semicoloniais com objetivo de impor a realização de abertura e ajustes macroeconômicos.

### CAPITULO 3 – ASPECTOS TEÓRICOS DO “NOVO” PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

As pesquisas e o debate atual sobre o desenvolvimento têm como finalidade compreender a atuação dos Estados nacionais, as vias de inserção na economia mundial, a organização do mercado frente às novas realidades econômicas e suas implicações sociais, como as formas assumidas de “inclusão social”, mobilidade e consumo advindos com os supostos novos modelos de reprodução socioeconômicos, surgidos em parte pela eleição de governos contrapostos – em variadas proporções – ao Consenso de Washington, a partir da reação das nações e populações dos países atingidos pela intensificação da transferência das riquezas nacionais aos países centrais do capitalismo global.

No caso brasileiro, têm-se atribuído o qualificativo de “*neodesenvolvimentista*” (BOITO JR, 2012), “*novo desenvolvimentismo*” (BRESSER-PEREIRA, 2010; SICSÚ, PAULA, MICHEL, 2007; OLIVA, 2010), “*nacional-popular*” (VIANA, 2008), “*socialdesenvolvimentista*” (POCHMANN, 2010) entre outros, para se referir ao modelo econômico adotado nos últimos anos, seja de forma crítica ou apologética<sup>54</sup>. Dialogando com os autores clássicos, a bibliografia atual ganha corpo ao trabalhar conceitos econômicos e sociológicos já consagrados, readequando-os frente às mudanças organizacionais ocorridas no mundo do trabalho, tanto em âmbito nacional quanto externo<sup>55</sup>. Passaremos para à exposição das principais teorias e conceitos que tratam da existência ou não de uma realidade político-econômica diferenciada sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora Dilma Rousseff.

Na seara dos intelectuais que se debruçaram sobre a reorganização do capitalismo no Brasil durante os últimos anos, vamos encontrar defensores e críticos das medidas adotadas pelo PT e aliados. O debate é complexo e difícil, pois o mesmo processo é conceituado de diversas formas, os significados dos termos podem variar de acordo com os autores e algumas noções estão ainda em construção ou em disputa. Destarte, buscamos

---

<sup>54</sup> Para a apreciação crítica das novas propostas de desenvolvimento, ver Rodrigo Castelo (2012; 2013); Reinaldo Gonçalves (2012); Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2012) e Ana Elizabete Mota (2012).

<sup>55</sup> Os economistas brasileiros se inserem com muita propriedade nessa discussão, seja pela tradição da abordagem da temática (CEPAL, ISEB, CEBRAP, Escola de Sociologia da USP), seja pela atuação de alguns Programas de Pós-Graduação, que estiveram voltados para o aprofundamento dos estudos sobre desenvolvimento nacional, como é o caso da escola econômica da Unicamp (“Escola de Campinas”), cuja influência é irradiada para o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) e, mais recentemente, o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) tem recuperado a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e parte da intelectualidade outrora reunida no ISEB.

apenas enunciar as ideias principais do debate brasileiro acerca do novo projeto de desenvolvimento para o país, dando atenção às políticas econômicas colocadas em prática no período.

### 3.1. O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Associado ao conceito de novo-desenvolvimentismo estão as ideias econômicas e a presença no debate de Luiz Carlos Bresser-Pereira, com seus livros, artigos de jornais e entrevistas, que representa, ao que nos parece, um divisor de águas para a fundamentação teórica do programa econômico do neo/novo-desenvolvimento<sup>56</sup>. Bresser-Pereira (2009) vai se destacar ao defender, de forma contundente e sistematicamente elaborada, a importância do Estado como instrumento para uma estratégia de desenvolvimento capitalista nacional, ao lado dos mercados, até porque é, segundo este autor, através das empresas que os países disputam o mercado globalizado.

A produção intelectual de Bresser-Pereira é extensa e não teremos condições de abordá-la na íntegra, mas o que destacamos é sua macroeconomia estruturalista do desenvolvimento (2010) de inspiração keynesiana e contraposta à ortodoxia baseada no famoso tripé macroeconômico (meta de inflação, meta fiscal e câmbio flutuante), já que tal política costuma implicar em estagnação da economia nacional. Porém, mesmo sendo um crítico do Consenso de Washington, vê vantagens em uma política superavitária, sendo suficiente a administração correta dos cinco preços macroeconômicos<sup>57</sup>: taxa de câmbio, taxa de juros, taxa de salários, taxa de inflação e taxa de lucro.

Além desta genuína preocupação macroeconômica, outros pontos importantes da teoria novo-desenvolvimentista que prosperou junto aos professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), à frente Bresser-Pereira, se relacionam com a ampliação do investimento privado em infraestrutura e maior abertura ao comércio internacional. Além disso, uma das chaves analítico-explicativas que deve informar as ações governamentais, para obter uma relação equilibrada e satisfatória entre estas duas instâncias (investimento interno em infraestrutura e demais setores nacionais e comércio internacional) é ter ciência e vigilância da manifestação do fenômeno econômico conhecido como *doença holandesa*.

---

<sup>56</sup> Algo irônico, é verdade, pois este economista e político brasileiro, que dispensa maiores apresentações, além de professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 1959, também foi ministro da Fazenda em 1987 e Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998), período nefasto à soberania nacional, com graves privatizações e desmonte da estrutura estatal.

<sup>57</sup> São assim denominados por serem preços que afetam todos os setores e decisões de investimentos.

Este conceito diz respeito a uma falha de mercado, que, se não neutralizada, constrange o capital industrial, devido à sobrevalorização crônica da taxa de câmbio, que beneficia os setores capitalistas ligados à produção e exportação de recursos naturais abundantes (BRESSER-PEREIRA, MARCONI, OREIRO, 2016). A forte entrada de moeda estrangeira permite importar bens de capital, como ferramentas, máquinas, veículos, equipamentos, instalações, etc. Em países que apresentam baixos índices de industrialização, a especialização do comércio exterior baseado na exportação de recursos naturais impede a industrialização. Em países como o Brasil contemporâneo, este fenômeno é um estímulo à desindustrialização, pois as frações comerciais exportadoras prevalecem, com adoção, por parte do Estado, de políticas econômicas orientadas por estas frações, em detrimento do capital produtivo.

Na economia mundial, o Brasil pode ser caracterizado com um país de industrialização mediana, ao lado apenas de Argentina e México, dentre os latino-americanos, com um parque industrial e mercado interno consideráveis, embora sobredeterminado pela forte ascendência das frações exportadoras sobre o país, impedindo seu desenvolvimento político e econômico. No país, há estruturas intocáveis. A modernização do Estado e da economia assentou-se sobre a adequação *prussiana* da burguesia exportadora, que postergou, amiúde, as tarefas democráticas classicamente elementares, como a integração regional do país, a realização da reforma agrária e efetivação de um Estado plenamente laico, para dar três exemplos da manutenção do atraso, no capitalismo brasileiro.

Em abordagem muito próxima a de Bresser-Pereira, ao menos no que se refere ao papel do equilíbrio macroeconômico, liberdade de mercado e participação do Estado no saneamento do ambiente econômico para gerar investimento, o economista João Sicsú também tem sua contribuição no processo teórico-político de estabelecimento do conceito “*novo-desenvolvimento*”, filiando-se a uma abordagem pós-keynesiana, ressaltando a centralidade da articulação entre crescimento econômico e equidade social. Em conjunto com Armando Castelar (SICSÚ & CASTELAR, 2009) é organizador de uma referencial coletânea produzida pela Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), presidido à época por Márcio Pochmann, com a participação de renomados intelectuais e experientes técnicos e gestores, de diversas áreas, que se propunham a discutir as estratégias de crescimento adotadas, suas possibilidades e desafios.

No entendimento de João Siscú, reformas no sistema financeiro, educacional e

tecnológico são partes constitutivas da estratégia de desenvolvimento atual<sup>58</sup>. Segundo este (SISCÚ, 2009), essa estratégia, que possui caracteres econômico e social consiste, primeiramente, em definir claramente onde se pretende chegar, e, em seguida, adotar a trajetória econômica correspondente. Ao estilo Sun Tzu, quando o antigo general chinês ensina a importância do *Tao* para justapor em sintonia as ações militares às aspirações de seu povo, na famosa obra *A arte da Guerra*.

Do mesmo modo, o diretor do IPEA entre 2007 e 2011 nos alerta que, sem negligenciar os componentes objetivos das Políticas Públicas, como instrumentos, objetivos, metas e mecanismos de avaliação, é central a tarefa de emular, no conjunto da sociedade, os elementos simbólicos e subjetivos correspondentes, como sonho, utopia e orgulho diante da promessa de consecução de um país desenvolvido, caso contrário as forças políticas que coordenam o pacto político-social vigente não conseguem atingir os fins almejados e o governante jaz fracassado de antemão. (SISCÚ, 2009, p.19).

### 3.2. O INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP E SUA ESCOLA

Ao tratar das estratégias políticas e do debate teórico sobre o desenvolvimento brasileiro é preciso se referir à “Escola de Campinas”. Por isso, sem pretender esgotar sua apresentação e sua extensa produção, dedicaremos algumas linhas à essa destacada escola de pensamento. O Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE-Unicamp) nasceu entre os anos de 1968, com a chegada de jovens economistas egressos de cursos da Cepal em São Paulo e Rio de Janeiro, que foram os responsáveis pela criação do curso de Graduação em 1970 e de Pós-Graduação no ano de 1974, consolidando-se como uma das principais escolas do pensamento econômico brasileiro. Sua base teórica está referenciada, principalmente, em Michal Kalecki, Karl Marx e Joseph Schumpeter, utilizados para identificar as particularidades da economia nacional.

A primeira característica marcante do IE-Unicamp foi sua copiosa produção intelectual, de grande qualidade científica e alcance explicativo, apresentada originalmente em formato de dissertações e teses durante os anos 1970 e 1980. Outra de suas características notáveis, ao longo dos anos, tem sido o engajamento político e preparo profissional de seus membros para o que se refere às questões públicas, de modo que os

---

<sup>58</sup> Oportuno lembrar que Sicsú (2003) publicou uma bem fundamentada crítica à política econômica adotada nos dez primeiros meses governo Lula, caracterizada como uma completa continuidade da ortodoxia liberal do governo anterior (1999-2002).

seus mais destacados representantes já ocuparam cargos de Ministros, Secretários, Assessores, Presidência e Diretorias de Institutos de Pesquisas, articulando os fatores econômicos da geração de empregos e redução das desigualdades sociais com planos e políticas de gestão, em geral subsidiados por uma estratégia teórico-política de desenvolvimento nacional, sem descuidar da realidade da América Latina e mundial.

As obras fundantes da “Escola de Campinas”, como passaram a ser conhecidos os intelectuais lotados no Instituto, são “*Capitalismo Tardio*”, de João Manuel Cardoso de Mello e “*Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*”, de Wilson Cano, ambas surgidas em 1975 e em 1980 temos a tese “*Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a Economia Política*” de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Paralelamente ao notável crescimento da economia, os anos de 1968 a 1974 também são de transição política, quando se estabelece o período autoritário, através do endurecimento institucional e coercitivo do regime instalado em 1964. É também o período de ampliação do pensamento econômico brasileiro, através da crítica à teoria cepalina, feita por intelectuais próximos à Comissão, como é o caso dos fundadores e primeiros professores que vão compor a escola campineira.

Durante o período, partindo do pensamento cepalino emerge um conjunto de reflexões originais, operando uma reinterpretação da economia brasileira, a partir de uma crítica interna ao estruturalismo, ampliando a capacidade analítico-interpretativa da Economia Política brasileira, já bastante desenvolvida pela Cepal, com novas e ricas interpretações da realidade, em sintonia com as transformações políticas e econômicas em curso no Brasil e Região. Além da contribuição ao pensamento econômico brasileiro, podemos afirmar que há também uma contribuição original do IE-Unicamp à teoria econômica em geral como, por exemplo, as contribuições de Belluzzo, uma considerável releitura da teoria do valor, que vai exercer grande influência sobre uma série de trabalhos posteriores.

Além de Mello, Cano e Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, que chega no Instituto em fins de 1973 é quem desenvolve uma das mais fecundas e importantes contribuições e influência<sup>59</sup> sobre as gerações futuras de economistas, elucidando

---

<sup>59</sup> Maria da Conceição Tavares já vinha influenciando sobremaneira um conjunto de economistas brasileiros que estavam exilado no Chile. José Serra, por exemplo, já havia escrito “Além da Estagnação”, um importante ensaio com Tavares em 1970. Com o golpe de Augusto Pinochet em 1973 parte destes intelectuais e militantes retornam ao Brasil, passando a compor os quadros o IE-Unicamp, como José Carlos Braga e Paulo Eduardo de Andrade Baltar, entre outros. No caso de Serra, este somente retornará ao Brasil e ingressará na Unicamp em 1978.



teoricamente diversos temas centrais, como os condicionantes que marcaram a passagem entre crescimento e estagnação dos anos 1970, a natureza e dinâmica do capital financeiro na economia nacional e a relação entre Economia e Política, entre dominação e luta de classes (TAVARES, 2000; FIORI, 2000). Em 1974 temos a chegada da quarta geração, citamos Luciano Coutinho e Jorge Miglioli.

Entre os autores mencionados anteriormente, fica claro que as proposições compõem como a forma de dotar o capitalismo interno da robustez necessária para se firmar, seja no sentido de precaver-se diante das imposições do mercado externo, seja diante dos problemas sociais decorrentes da estagnação e desindustrialização internas, ocorridas principalmente durante os anos 1990.

### 3.3. REDE DESENVOLVIMENTISTA UFRJ E UNICAMP

A partir do IPEA, que funda em 2011 a Rede Desenvolvimentista sob a direção de Ricardo Carneiro, dispomos de outra grande iniciativa de intelectuais, em sua maioria economistas da UFRJ e Unicamp, no sentido de subsidiar e contribuir com uma elaboração política que pudesse dar sustentabilidade ao crescimento econômico, retomado a partir de 2004<sup>60</sup>, inclusive no longo prazo, assimilando as tarefas e preocupações ambientais. Seu documento referência é “*O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos*”, escrito por treze professores do Instituto de Economia da Unicamp<sup>61</sup>. Ao constatar a *débâcle* do crescimento médio anual após vigorar o nacional-desenvolvimentismo (1930-1980) e ter lugar as reformas liberais dos anos 1990<sup>62</sup>, a sugestão dos autores é o aperfeiçoamento de mecanismos internos de financiamento de longo prazo, uma política de investimentos, tanto públicos quanto privados, em infraestrutura econômica e social, ramos industriais e tecnológicos, assim como a ampliação do consumo das massas<sup>63</sup>.

### 3.4. SOCIAL-DESENVOLVIMENTO PETISTA

Para concluir a resumida exposição dos autores simpáticos à articulação do protagonismo da esfera pública, muito embora de uma forma renovada em relação ao

---

<sup>60</sup> CARNEIRO, R. **O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos**. Rede Desenvolvimentista, 2012.

<sup>61</sup> Ricardo Carneiro; Eduardo Mariutti; Pedro Paulo Zaluth Bastos; Fernando Sarti; Célio Hiratuka; Claudio Maciel; Carlos Brandão; André Biancareli; Francisco Lopreato; Paulo Baltar; Anselmo dos Santos; Fernando Nogueira da Costa; Walter Belik.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 02.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 04.

estruturalismo histórico latino americano, com a participação decisiva do capital privado, os autores seguintes são os que estamos chamando de “intelectuais orgânicos típicos” da nova política econômica do PT, seja pela biografia política propriamente dita, seja pelas contribuições e posições privilegiadas ocupadas durante os governos petistas, que os permitiram trabalhar suas ideias econômicas e políticas como políticos e funcionários públicos em posições privilegiadas à ação.

Me refiro a Aloizio Mercadante Oliva e Márcio Pochmann, que vão preferir utilizar a categoria social-desenvolvimento, no debate conceitual. Nesse rol, destacaremos também Guido Mantega e Antônio Palocci Filho. Em seguida, resgataremos alguns pontos do debate entre André Singer e Armando Boito Jr., não pelos mesmos motivos dos anteriores, necessariamente, mas por constituírem-se em duas referências importantes da Ciência Política dedicada ao estudo do período.

Aloisio Mercadante é um destacado político brasileiro e quadro histórico do PT, além de economista formado pela Unicamp. Em sua tese de doutoramento, (OLIVA, 2010) faz uma defesa incondicional dos governos Lula, explica as medidas tomadas e justifica seus acertos. Segundo ele, o social-desenvolvimentismo lulista expressou uma singularidade na história brasileira, em que pela primeira vez o elemento social compareceu como eixo estruturante do novo processo de desenvolvimento, de modo que, por meio do fortalecimento das instituições republicanas, como Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público (MP) e Polícia Federal (PF); estímulo ao mercado interno, articulado com a integração à economia mundial; e investimentos excepcionais em políticas públicas, o país teria rompido a reiterada lógica de concentração de renda e exclusão social, dando início mesmo a um novo padrão de acumulação econômica.

Márcio Pochmann, economista com longa atuação e trabalho junto ao PT, afirma que os governos do presidente Lula corresponderam à “transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista”, reorientando a inserção internacional, garantindo a soberania nacional e salvaguardando o país frente as crises externas, tão permeáveis sob a égide da política neoliberal anterior<sup>64</sup>. A emergência do social-desenvolvimento como novo padrão de acumulação pode ser demonstrado, para o ex-presidente do IPEA, na redução de gastos com a dívida pública, criação do fundo soberano e ampliação das reservas internacionais, diversificação de parceiros comerciais, fortalecimento e criação de novas empresas e bancos estatais, recomposição do funcionalismo público, aumento

---

<sup>64</sup> POCHMANN, 2010, p. 41.

salarial, transferência de renda e popularização do crédito, resultando em ganho de produtividade<sup>65</sup> para a economia nacional.

### 3.5. DESENVOLVIMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA MAIOR INTEGRAÇÃO AOS CÍRCULOS DE ACUMULAÇÃO GLOBAL

A crítica ao neoliberalismo é o denominador comum das propostas e elaborações teóricas dos autores citados acima, sejam eles vinculados à macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, à corrente que intercede em favor da emergência de um novo padrão de acumulação, denominado *social-desenvolvimentismo* ou aqueles intelectuais vinculados ao que alguns denominaram “Nova Escola de Campinas” como o já citado Ricardo Carneiro, Pedro Paulo Z. Bastos, assessor do governo municipal do PT em Campinas entre 2001 e 2002 e Luciano Coutinho, que presidiu o BNDES de 2007 a 2016, para dar três exemplos daqueles economistas da Unicamp que contribuíram com os governos do PT<sup>66</sup>.

Passemos agora a analisar as ideias dos principais críticos do novo modelo, considerado também como pacto (neo)desenvolvimentista (PFEIFER, 2013) e suas teorias correspondentes. Dividiremos esses autores em duas linhas de interpretação, a primeira como aquela que reconhece um novo padrão de desenvolvimento, ou, no mínimo, um rearranjo significativo das frações capitalistas internas que, sob os governos analisados, influenciaram a política econômica de tal modo que tiveram seus interesses econômicos garantidos, em detrimento do capital estrangeiro, ao menos por determinado período, marcando uma alteração macroeconômica e de condução política.

Embora façam tais constatações, são críticos da maior parte das medidas adotadas, principalmente pelos seus limites em contemplar, de forma satisfatória, as demandas e anseios dos trabalhadores. Iremos considerar como representantes dessa visão o cientista político Armando Boito Jr., que nos fala da frente política (neo)desenvolvimentista (BOITO JR., 2012) e o sociólogo Giovanni Alves, que debate sobre a caracterização de governos pós-neoliberais na história recente.

Começando por Armando Boito Jr. (2007), que acompanhou a relação entre Estado e burguesia nacional durante os governos do PT, com ênfase para o comportamento das

---

<sup>65</sup> Ibid., p. 43-49.

<sup>66</sup> De outro lado temos, por exemplo, Paulo Renato Souza, um dos fundadores do PSDB em 1988 e Ministro da Educação durante os dois mandatos de FHC e Paulo Nogueira, que coordenou a Área de Economia da Fapesp entre 1996 e 2002.

frações capitalistas – analisadas teoricamente em termos poulantzianos<sup>67</sup> e empiricamente por meio de sua imprensa, posicionamento de políticos e gestores ligados à determinadas frações – e sua atuação frente à disputa pelo orçamento público.

Em face da estagnação dos anos 1980 e os problemas financeiros decorrentes, por exemplo o aumento da inflação, os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992) Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) recorreram às privatizações e abertura internacional, como parte da brusca mudança de orientação à política de liberalização econômica imposta. Com a crise cambial de 1999 opera-se um impulso às exportações de produtos primários, política baseada na obtenção de dólares para sanear o déficit das contas internas. A procura de liquidez e Transações Correntes (TC) superavitárias serão a referência do segundo governo de FHC (1999-2002) e primeiro governo Lula (2003-2006).

No processo, um setor interno da burguesia brasileira conseguiu se fortalecer de forma considerável, embora ainda submetido às diretrizes do grande capital financeiro internacional.

Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção da correção iniciada no segundo governo FHC. Iniciou a sua política agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política (...) ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais – minérios, papel e celulose, produtos alimentícios etc. O carro-chefe das exportações é o agronegócio, setor responsável por cerca de 40% de todas as vendas do país no exterior – destacam-se o complexo da soja que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas (EXPORTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO, 2005, p. B-3, Apud, BOITO JR., 2007, p. 66).

A primeira consideração a ser feita é que a política baseada na exportação de produtos de baixa densidade tecnológica contraria o fortalecimento do mercado interno. E o contrário também é certo, isto é, o fortalecimento do mercado interno vai na contramão da política de especialização regressiva imposta pelas potências econômicas que controlam, em última instância, o processo de acumulação capitalista e sua divisão do trabalho internacional correspondente.

Por consequência, o montante financeiro resultante da maior participação brasileira

---

<sup>67</sup> Cf. POULANTZAS (1977).

no mercado externo, principalmente via exportação de *commodities*, como soja, minério e petróleo cru, não pode ser aplicado livremente – no sentido de prescindir da aprovação do “mercado” mundial – pelo governo brasileiro na produção nacional (capital industrial), através da criação e desenvolvimento de novos seguimentos e ramos industriais e tecnológicos autóctones, fortalecendo e diversificando o mercado interno.

Ao menos, devemos ressaltar, não pode fazê-lo sem correr o risco de perturbar a forma como se organiza contemporaneamente a reprodução capitalista mundial, cujas características fundamentais são expressas no alto nível de integração das economias nacionais via sistema financeiro mundial, na estratégica política adotada pelas potências centrais de espoliação colonial, aplicada com ainda maior empenho após a crise que marca o fim dos “anos dourados” do capitalismo (1950-1970) e no recrudescimento das imposições políticas e econômicas aos países de economia média (como é o caso do Brasil) no tempo e no espaço, da sociabilidade neoliberal<sup>68</sup> (DARDOT & LAVAL, 2016).

É certo que essa linha interpretativa contraria os resultados apresentados pelos defensores do presumido novo modelo de desenvolvimento, em suas várias abordagens e ênfases, cujos esquemas e sistemas teóricos apontam que o país obteve resultados satisfatórios na superação de uma forma de inserção subordinada da economia brasileira no cenário internacional, e, – o que é mais interessante – sem contrapor-se estrategicamente aos ditames das finanças mundiais, logrou um crescimento econômico considerável, retomando a caracterização do Brasil como uma potência emergente.

Bem, a esse respeito, há uma constatação importante apontada por Boito Jr., que podemos resgatar. Não é que os social-desenvolvimentistas e similares estariam simulando acerca do crescente destaque brasileiro, principalmente do grande capital interno (industrial, comercial e financeiro), impulsionado por políticas governamentais favoráveis. Ocorre que, segundo este autor, a postura subalterna do Brasil frente às potências econômicas, a despeito de atritos comerciais localizados, coexistiu com um crescente protagonismo do capitalismo brasileiro, principalmente impondo-se sobre as demais burguesias latino-americanas (BOITO JR., 2007, p. 68), questões relacionadas com o caráter da relação associada da dependência e as formas que tais relações assumem concretamente na contemporaneidade.

Outro aspecto digno de destaque, ainda em diálogo com a passagem supracitada,

---

<sup>68</sup> Sobre a forma que historicamente o capitalismo contemporâneo assumiu, em que o capital financeiro adquiriu poder avassalador sobre as demais formas de capital, temos uma extensa literatura. Aqui nos baseamos em LENIN (1979); CHESNAIS (1997) e HARVEY (2008), principalmente.

diz respeito à discussão teórica que informa o conteúdo das pautas de exportação adotadas entre os governos do PSDB e PT. Ao eleger o agronegócio como seu elemento central, ou seja, privilegiar um setor de pouco dinamismo intra-industrial (MILANI, 2011), as tendências apontam para a desindustrialização e manifestação da doença holandesa.

Para Giovanni Alves, o governo constituído pela frente política em torno do lulismo aprofundou a dinâmica do capitalismo flexível, ao mesmo tempo em que aumentou os gastos públicos, realizou uma distribuição de renda e apresentou particularidades quanto à inserção geopolítica internacional (ALVES, 2010; 2014).

Numa segunda linha interpretativa, vamos encontrar os críticos mais ferrenhos da reorganização e modernização do capitalismo no Brasil, como é o caso de José Luiz Fiori, Reinaldo Gonçalves, Rodrigo Castelo, Marcelo Carcanholo e Plínio de A. Sampaio Jr. Para estes autores, medidas econômicas ecléticas e manutenção da política macroeconômica anterior caracterizam o novo/(neo)desenvolvimento como a continuidade de políticas neoliberais, assim como a ausência das discussões clássicas sobre a teoria do valor, dependência, subdesenvolvimento e revolução brasileira fizeram com que seus ideólogos apresentassem, equivocadamente, as políticas econômicas adotadas como a constituição de um novo modelo, quando não passaram, de acordo com estes autores, de injeção de novo ânimo para o modelo quase esgotado.

A vulnerabilidade externa é um tema chave para o desenvolvimento interno e a soberania nacional, importante para situar e caracterizar a posição do Brasil no mercado mundial. Os dados demonstram uma recorrente oscilação entre déficit e superávit<sup>69</sup> das Transações Correntes ao longo da história econômica brasileira, com o país logrando diminuir a vulnerabilidade nos últimos anos, embora não de forma perene e estrutural<sup>70</sup>.

Pelo contrário, de acordo com Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras (2007, p.88), após uma melhora conjuntural, a vulnerabilidade estrutural aumentou, reforçada com vendas e fusões de empresas nacionais, a queda das exportações aos Estados Unidos foi compensada pelo aumento das exportações para China – sendo 85% dessas exportações de produtos com baixo valor agregado –, apresentando inclusive um retrocesso industrial e o fortalecimento do mercado interno não foi considerável.

Embora o processo de modernização capitalista tenha diminuído distâncias, superado barreiras físicas e culturais e forjado a possibilidade, ao menos discursivamente, de

---

<sup>69</sup> RIBEIRO, Fernando José da S.P. **Reavaliando a vulnerabilidade externa da economia brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2016.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 20.

constituição de um gênero humano global, os Estados nacionais ainda são os *players* mundiais, certamente ao lado das multinacionais, que também atuam disciplinadamente em favor de suas respectivas nações – e vice-versa (GONÇALVES, 2003 & FIORI et al., 1999).

O processo de globalização em curso é a realização concreta do desenvolvimento internacional das forças produtivas, que entram em choque com as fronteiras nacionais constituídas, desdobrando-se em guerras comerciais, interferência na política interna dos países por parte das potências, aplicação de sanções e sabotagens diversas, expressando com isso as tendências bélicas do capitalismo global. A questão do controle do petróleo é bem ilustrativa. O que está em questão, portanto, é saber se o PT logrou criar um novo padrão de acumulação econômica, alterar a direção moral e ideológica da sociedade (hegemonia) e superar as características e fundamentos oligárquicos do Estado brasileiro.

É preciso ter clareza sobre as distinções entre os enunciados e proposições teóricas e as políticas efetivamente implementadas. Assim, no capítulo seguinte nos deteremos à análise do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), por entender ser este empreendimento um típico projeto “(neo) desenvolvimentista”; outrossim, entendemos que seus desdobramentos e consequências são uma espécie de síntese da luta de classe e dos desafios hodiernos à soberania nacional.

## **CAPÍTULO 4 – “(NEO)DESENVOLVIMENTISMO” NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE (CIPS)?**

O capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante uma crise, em um momento subsequente (David Harvey)

As implicações das atividades econômicas do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS – na microrregião de Suape será o ponto de partida para compreensão de alguns elementos da reconfiguração socioeconômicas e político-culturais das classes sociais no Brasil, procurando destacar as particularidades e generalizações a partir da observação de mutações em algumas esferas da vida social, como econômica e cultural, a partir da observação da cidade de Cabo de Santo Agostinho e eventualmente territórios adjacentes, durante a última década (2008-2018), com destaque para esse megaprojeto econômico. O Complexo está situado na Nucleação Sul da Região Metropolitana do Recife, distante cerca de 40 quilômetros da capital do estado, localizando-se, mais precisamente, entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com acesso a partir da BR-101 e da PE-60.

A articulação política para criação do Complexo começou efetivamente no final do governo estadual de Eraldo Gueiros Leite (1971-1975). Três anos depois, sob o governo de Moura Cavalcanti (1975-1979), foi sancionada a Lei 7.763/78, criando a Empresa Suape Complexo Industrial e Portuário (CIPS), uma Empresa Pública de direito privado. Foram desapropriados 13.500 hectares de terras no Município de Ipojuca para a sua construção.

No contexto de desaceleração econômica, aumento do endividamento externo e fracasso do Plano Cruzado em 1987 o governo de José Sarney (1985-1990) decreta moratória<sup>71</sup>. Com o país quebrado, o Estado de Pernambuco se vê obrigado a seguir marcando o passo com o porto de Suape e, sem conseguir atrair os investimentos necessários para cativar os grandes empreendimentos estruturadores, recorre a empréstimos estrangeiros de US\$ 50 milhões para completar algumas obras básicas de infraestrutura (ALVES, 2011, p. 120).

Com o processo de desmonte estatal dos anos 1990, devido aos ajustes macroeconômicos exigidos pelo FMI e à estagnação econômica, o país promoveu mudanças na sua forma de participação na divisão internacional do trabalho, sucumbindo

---

<sup>71</sup> **Brasil decreta moratória. Com o Brasil quebrado, Sarney rompe com os credores.** O Globo, 2013. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-moratoria-9948414>>. Acesso em 05 de set. de 2018.



às pressões e acelerando a abertura econômica para o capital externo. Esse novo padrão de acumulação, cuja reconfiguração mundial vinha se processando desde os anos 1970, implicou em alterações importantes no quadro institucional portuário brasileiro.

De acordo com este rearranjo do sistema internacional, em 1991 Suape adquire o status de Porto concentrador de cargas de uso público, capacitando-se, assim, a receber da União Federal recursos para investimentos em infraestrutura. No mesmo ano foi inaugurado o Cais de Múltiplos Usos (terminal marítimo para calado de 15m, cais com 340m de comprimento por 39m de largura, com uma área de 13.260 m<sup>2</sup>, ponte de acesso ao cais e terminal *roll-on-roll-off*) “destinado a movimentar contêineres e granéis sólidos, diversificando o desembarque de outros tipos de cargas” (MEDEIROS, et. al., 2014, p. 70).

No ano seguinte foi superado o impasse legal existente entre Pernambuco e a União, de modo que, através da Portaria nº 57/92, do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários – DNTA/SNT, o governo estadual foi autorizado a realizar novas obras, aparelhamento adicional e exploração comercial do Porto de SUAPE<sup>72</sup>.

Em seguida, a Lei de Modernização dos Portos (nº 8.630/93) foi promulgada, comparecendo oficialmente como o mecanismo legal mais adequado para melhoria da competitividade dos portos brasileiros e para agilizar e reduzir os custos das atividades portuárias. Antes, todavia, a lei dos portos respondeu a duas determinações de ordem política e econômica e não apenas aos desafios técnicos e logísticos colocados pela “globalização”, como pode se supor, quando as justificativas para mudança de todo um setor são apresentadas sob os imprecisos conceitos de “melhorar”, “agilizar” e “reduzir”.

A primeira determinação foi da conjuntura econômica mundial dos anos 1990, mais fortemente integrada e sob a égide estadunidense, cujas transnacionais pressionaram por maior acesso às riquezas naturais do Brasil (agrícolas, minerais e animais), bem como por deter maior controle do processo produtivo e extrativista das cadeias produtivas mundiais. Em perfeita sintonia com esta, comparecem os elementos internos, em que, com o esgotamento do regime militar precedente, gestaram-se as condições políticas para uma investida privatizante mais agressiva, resultando em maior apropriação da mais-valia pelo capital, logicamente em detrimento do trabalho assalariado. A investida não conseguiu, embora fosse essa a aspiração, ferir de morte o Estado varguista e a política portuária até então em vigor, cujos fundamentos remontam às décadas de 1930/40. Ainda assim foi um passo significativo, todavia incompleto, para o desmonte almejado.

---

<sup>72</sup> BRASIL. Decreto nº 15.750, de 8 de agosto de 1992.

A conjuntura econômica mundial dos anos 1990 diz respeito ao processo de restauração capitalista no Leste europeu, a consolidação do dólar, aumento da exploração e da demanda petrolífera e, finalmente, a elevação imposta dos EUA à condição de árbitro mundial, não sem resistência, evidentemente. Esse cenário reforçou a contradição, sempre presente no capitalismo, entre o caráter internacional das forças produtivas – à frente os monopólios e oligopólios – e as fronteiras nacionais brasileiras, resultando na espoliação dos recursos do país e deterioração do setor produtivo nacional, dada a ação avassaladora dos conglomerados internacionais, sediados nos países centrais e responsáveis pela dominação imperialista.

A abertura para o mercado externo ampliou a participação de empresas privadas nas atividades portuárias, revigorando o setor e contribuindo para o saldo positivo da balança comercial ao impulsionar as exportações, todavia às custas de desemprego e degradação das condições de trabalho da categoria. A privatização do setor siderúrgico – desmonte da *holding* Siderbrás – por intermédio do Programa Nacional de Desestatização (PND) golpeou a economia pernambucana, haja vista que o estado ficou em desvantagem com a liberalização econômica e sua indústria metalmeccânica foi prejudicada pela concorrência com outros estados, como Bahia e os estados do Sudeste, assim como pela ampliação da presença de empresas multinacionais.

Com relação ao sistema de transporte brasileiro dos anos noventa, destaca-se o modal rodoviário, responsável por mais de 60% de tudo que era transportado no país naquela década e tendo havido passado por uma expansão singular, saindo de 8.675 km de extensão em 1960 para 47.487 km em 1980, estabilizando-se em 2000 em 56.097 km. Como parte do processo mais geral de desinvestimento em infraestrutura, o sistema deixa de ter a atenção orçamentária que marcou a rápida extroversão verificada, com verbas insuficientes à sua manutenção e garantia de eficiência (IPEA, 2010).

Diante desse quadro, são adotadas concessões à iniciativa privada e delegação da administração a estados. Esse processo de renúncia do controle federal das rodovias limitou-se às regiões Sul e Sudeste do país, não sendo adotado nas regiões Norte e Nordeste (salvo exceções), pois a taxa de retorno não tende a ser atrativa aos investidores privados. Já as ferrovias, ao longo da década de 1990, foram todas privatizadas; e os portos, foram-no parcialmente. Somente os aeroportos mantiveram-se sob a gestão da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), uma empresa pública nacional. (MONTES & REIS, 2011).

Com a crise fiscal do Estado, os recursos da Portobrás – estatal responsável pelo investimento nos portos brasileiros, criada em 1975 e extinta em 1990 – são cortados, inviabilizando sua inversão ao recém criado Porto de Suape, frustrando a expectativa de Pernambuco, que esperava que a política de descentralização econômica e redução dos desníveis regionais, anunciados no II PND, viessem ao encontro da iniciativa estadual de criação de seu novo porto, ocorrendo sua estagnação no momento mesmo de criação.

Corroborando essa afirmação, inclusive, podemos notar que sua estreia, efetivamente, data somente de novembro 1982, com a atracação do navio Araxá (CUNHA & LUCENA, 2006) e, definitivamente, no ano seguinte, quando começam a operação do PGL-1 (Pier de Granéis Líquidos) e a movimentação de álcool pela Petrobrás “ao que se sucederam, após a transferência das empresas de combustíveis do Porto do Recife para lá, a BR Distribuidora, a Shell e a Texaco (...) formando o ‘Pool de Derivados de Petróleo’” (MEDEIROS, et al., 2014, p. 70). Os recursos foram, naquele momento, provenientes unicamente de Pernambuco.

Por mais uma década, a construção e atividades do Porto de Suape seguiram-se de forma precária, todavia, o Governo do Estado de Pernambuco conseguiu atrair grandes empresas e realizar algumas parcerias de peso. De acordo com Alves (2011), após alteração do Plano Diretor original, em 1988 Suape contava com os seguintes empreendimentos:

O parque de tancagem de granéis líquidos (Shell, Esso, Atlantic, Texaco, e Petrobras Distribuidora) realocado do Porto de Recife; Diamar, fábrica de embarcações de fibra; Tequimar, produtos químicos; a Norte Gás Butano, a Novogas e a Norgas, Distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – GLP e logo em seguida a Pande, beneficiamento de arroz e envasamento de óleo comestível e a Sanbra (atual Bunge), refinação de óleos vegetais (ALVES, 2011, p.133).

A infraestrutura, porém, estava aquém das possibilidades da área e não traduziu-se em avanços para o desenvolvimento regional, outrora almejado, embora tenha sido, em relação ao passado, um passo significativo na busca pela desconcentração produtiva e integração do mercado interno. Estagnado e endividado, o sonho de transformar o país em potência desmoronara, juntamente com a infraestrutura criada nas décadas precedentes.

Três anos após a edição da Lei de Modernização dos Portos, isto é, em 1996, o Decreto Presidencial nº 9.277 permitiu novas alterações regulamentares na gestão portuária, visto que o referido decreto transfere aos estados e municípios a competência da administração

de estradas, ferrovias, portos e aeroportos federais<sup>73</sup>, permitindo que os entes federados repassassem o patrimônio público à iniciativa privada. No mesmo ano, o porto de Suape é incluído no “Programa Brasil em Ação<sup>74</sup>”, recebendo investimentos federais, o que viabilizou a construção do seu porto interno, cuja primeira etapa concluiu-se em 1999 e a segunda foi iniciada em 2001<sup>75</sup>, estendendo o canal de navegação em mais 450 metros (SUAPE, 2017).

As esperanças de desenvolvimento regional foram retomadas pelo governo Lula. Seu primeiro mandato não foi tão relevante, no que diz respeito ao Porto de Suape, porém, a medidas adotadas em seguida mostraram-se cruciais, de modo que a mobilização de forças econômicas e intelectuais realizadas traduziram-se no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. O poder público dividiu o território pernambucano em doze Mesorregiões, a partir das quais estabeleceram-se as Regiões de Desenvolvimento (RD's)<sup>76</sup> econômico do estado. Para ficarmos apenas na Zona da Mata, destacamos a importância, além Suape, do Polo de Desenvolvimento Norte-Goiana (farmacoquímico e automotivo) e Polo de Desenvolvimento Oeste-Vitória (bebidas, alimentos e metal), com grande presença do capital estrangeiro<sup>77</sup>.

Foi o início de um período de mudanças qualitativas na microrregião de Suape, dado o impacto sobre a população local, com remoções de comunidades inteiras, destruição de casas, impactos nas atividades econômicas – principalmente pesqueira – e elevação explosiva de sua densidade demográfica, devido às migrações de trabalhadores – há quem diga se tratar da maior migração de trabalhadores registrada na história brasileira, depois das obras de construção da cidade de Brasília.

#### 4.1. CRISE E RETOMADA DA ECONOMIA PERNAMBUCANA

Relembrando a conjuntura político-econômica de então, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), encaminhado ao Congresso em 1971, aprovado para o ano

---

<sup>73</sup> BRASIL. Decreto nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

<sup>74</sup>“Lançado em agosto de 1996, o Brasil em Ação agrupa 42 empreendimentos: 16 na área social e 26 na área de infraestrutura. Todos com o objetivo de reduzir custos na economia, propiciar o aumento da competitividade do setor produtivo e melhorar a qualidade de vida da população” (BRASIL, 1998).

<sup>75</sup>Em 2001 é inaugurado o PGL-2 de Suape e as obras de ampliação do porto interno, atingido 4 cais, dois deles arrendados nesse mesmo ano para a empresa Tecon Suape.

<sup>76</sup> Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central, Sertão do Itaparica, Sertão do Pajeú, Sertão do Moxotó, Agreste meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Mata Sul, Mata Norte e Metropolitana.

<sup>77</sup> O conglomerado multinacional Mondelēz International, Inc. (confeitos, alimentos e bebidas) é estadunidense; já o Grupo Roca (louças e metal), espanhol.

seguinte e vigente até 1974, traduzia o aspecto nacionalista da política das Forças Armadas, com seu intuito de transformar o Brasil em uma nação desenvolvida, quiçá uma potência, direcionando vultuosos capitais (em forma de investimento estatal direto e incentivos fiscais e financeiros a empreendimentos privados) para os setores de siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia e mineração, condicionando avanços no processo de Substituição de Importações (MATOS, 2002, p. 47).

A eclosão da crise do Petróleo (primeiro choque em 1973), não alterou imediatamente as prioridades econômicas do governo Médici (1969-1974), de modo que o crescimento econômico também foi a marca daquele governo, ao lado da censura à imprensa e grande repressão ao movimento sindical e estudantil. Entretanto, é preciso considerar o caráter precário do nacionalismo da ditadura militar brasileira, quando entendemos que o celebrado aumento do PIB, que de fato foi considerável, esteve profundamente marcado pelo avanço da penetração de capitais estrangeiros na economia nacional, durante o período.

O crescimento industrial interno sustentado no BNDES e na poupança externa foi uma combinação virtuosa de início, registrando crescimento extraordinário (entre 1967 e 1973, o PIB aumentou 10,2% ao ano, em média) e o governo autoritário pode se vangloriar do prestígio advindo com o “milagre econômico, baseado na associação entre capital nacional (público e privado) e estrangeiro ou, em termos políticos, na aliança entre as frações oligárquicas nacionais (alta burocracia civil e militar, ruralistas e grandes empresários urbanos) com a oligarquia financeira internacional. Todavia, esse processo trouxe consequências desastrosas para os trabalhadores e para soberania nacional e o prestígio da junta militar se desgastou.

O II PND (1975-1979) manteve o planejamento estratégico com vistas ao crescimento nacional mediante o fortalecimento da indústria (estatal e privada) e da agricultura, aumento das exportações e manutenção das taxas de crescimento em torno de 10% ao ano. Entretanto, não logrou êxito na tentativa de reverter a retração econômica, a despeito das grandes obras e investimentos. Pelo contrário, fez crescer o endividamento externo – chegando a US\$ 90 bilhões, pagos com recursos das exportações – assim como também ampliou a concentração de renda, o crescimento do período não superou os 6,5% e a inflação chegou à 94,7% ao ano (CHIAVENATO, 1997).

O segundo choque do Petróleo, em 1979, culminou na impossibilidade de seguir adiante com a política econômica nacionalista das Forças Armadas, em conciliação com o endividamento externo e aumento da dependência. Este é o contexto econômico nacional

mais geral no momento da criação do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Na esfera estadual, teremos a crise canavieira que se seguiu em Pernambuco; o legado econômico da Sudene, principalmente no incentivo às lavouras permanentes, de produção irrigada no Agreste e no incentivo ao setor terciário no litoral; e, finalmente, os impactos locais do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Antes de ser ultrapassada por São Paulo na metade do século passado, a cultura canavieira de Pernambuco era a maior do país. Mesmo perdendo essa posição, a lavoura pernambucana foi bastante próspera ao longo da década de 1960, apresentando crescimento médio de 3,8%<sup>78</sup> ao ano e respondendo por mais de 70% do valor agregado do setor agropecuário. Na década de 1970, a modernização das usinas aumentou a capacidade produtiva, contida em 1974 a partir da queda nos preços do açúcar no mercado internacional. A oligarquia açucareira exigiu subsídios estatais e, somando-se à elevação do preço internacional do petróleo, o governo instituiu o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) em 14 de novembro de 1975 (OLIVEIRA, 2014, p.65 e 67).

O aporte financeiro promovido pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool)<sup>79</sup>, os repasses de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as facilidades junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – seguidos pela seca de 1982/83, que levou à falência muitas usinas e destilarias ao longo da década – assim como a expansão das fronteiras agrícolas (com a participação também do setor de fruticultura emergente) levaram à concentração de capital e de terras, ao aumento da pobreza e do desemprego no campo, elevando a importância relativa da pecuária em detrimento da cana-de-açúcar e nutrindo os movimentos pela Reforma Agrária ao longo dos anos 1990<sup>80</sup>. Na década de 2000, fenômenos multiescalares, em que citamos sumariamente os mais relevantes, como o aprofundamento dos laços da agropecuária pernambucana com o mercado internacional de *commodities*, a estabilização econômica do Plano Real e a ação estadual para melhor se posicionar em relação à economia nacional, mobilizando seus efetivos políticos e recursos fiscais, desencadeiam uma nova fase da economia pernambucana.

---

<sup>78</sup> Embora não fosse o item exclusivo da produção agrícola do estado, a cana-de-açúcar se sobressaia no computo geral.

<sup>79</sup> O programa foi encerrado em 1990, como parte da política de desregulamentação do setor promovida pelo governo Collor.

<sup>80</sup> Por exemplo, em 1989, havia ocorrido apenas três ocupações rurais, mobilizando quinhentas famílias. Já em 1997, foram 51 ocupações com a participação de 8.550 famílias, conseguindo a instituição até aquele ano de 16 assentamentos (MST, apud. ANDRADE, p. 279, 2001).

## 4.2. CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO DE SUAPE (INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA)

### 4.2.1. PORTOS NO BRASIL

O sistema portuário do país é dividido entre Portos Públicos e Terminais de Uso Privativo (TUP) e o perfil das cargas transportadas é dividido entre granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral. Já os principais produtos movimentados pelos portos brasileiros são minério de ferro, combustíveis e óleos minerais, contêineres, soja, bauxita, fertilizantes/adubos, milho, açúcar e carvão mineral.

A forma predominante para navegação é a de Longo Curso (LC), com 741,5 milhões de toneladas transportadas (quase que inteiramente destinadas à exportação), que corresponde a 79% do total das movimentações, seguida pela forma de transporte via Cabotagem (21%). No caso de Suape, suas características de porto concentrador fazem da cabotagem uma forma de transporte bastante requisitada, forma esta que ganhou impulso ao longo da última década, passando de 2,8 milhões de toneladas em 2005 para 15,4 milhões de movimentadas via cabotagem em 2016<sup>81</sup>.

Segundo a ANTAQ (2017), a participação regional brasileira na movimentação portuária (embarque e desembarque) em 2016 se distribuiu da seguinte maneira. Região sudeste: 50%; região nordeste: 27%; região sul: 14%; região norte: 9%<sup>82</sup>.

No caso da movimentação de contêineres, destacado produto na movimentação do Porto de Suape<sup>83</sup>, o país registrou crescimento médio anual de 6,4% de 2010 a 2015. Em 2009, o BNDES constatou que a movimentação total dos portos nacionais foi de 733 milhões de toneladas. Deste montante, 35% (260 milhões de toneladas) passaram pelos portos públicos e 65% (473 milhões de toneladas) foram movimentadas via terminais particulares (terminais de uso privativo).

A distribuição das atividades logísticas entre setor público e privado na esfera do transporte portuário manteve-se estável de 2009 para cá, como podemos contatar na tabela de movimentação a seguir.

---

<sup>81</sup> “As operações de desembarque de mercadorias para os centros de distribuição da Bosch e da Bic, instalados na região este ano, contribuíram para esse resultado. Os principais estados de origem foram Bahia, São Paulo e Rio Grande do Norte. Como destino, os principais estados foram Ceará e Amazonas” (SUAPE, 2017).

<sup>82</sup> Em alguns gráficos a região centro-oeste aparece com 3,7 em 2016, contra 4,5 em 2015. Porém, isso implicaria mudança no percentual das outras regiões. Informação que não consegui compreender ainda.

<sup>83</sup> “4º lugar no ranking de movimentação de contêiner, atrás dos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS)” (SUAPE, 2017).

**TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS E TERMINAIS BRASILEIROS 2007-2016 (EM MILHÕES DE TONELADAS)**

	<b>Portos Públicos</b>	<b>Terminais de Uso Privado</b>	<b>Total</b>
<b>2007</b>	279 t.	476 t.	755
<b>2008</b>	274 t.	496 t.	770
<b>2009</b>	260 t.	473 t.	733
<b>2010</b>	296 t.	543 t.	839
<b>2011</b>	311 t.	577 t.	888
<b>2012</b>	317 t.	588 t.	905
<b>2013</b>	337 t.	593 t.	930
<b>2014</b>	349 t.	620 t.	969
<b>2015</b>	351 t.	657 t.	1.008 bilhões
<b>2016</b>	343 <sup>84</sup>	655 t. <sup>85</sup>	998.068.793

Fonte: elaboração própria a partir dos anuários estatísticos da Antaq (2015; 2017).

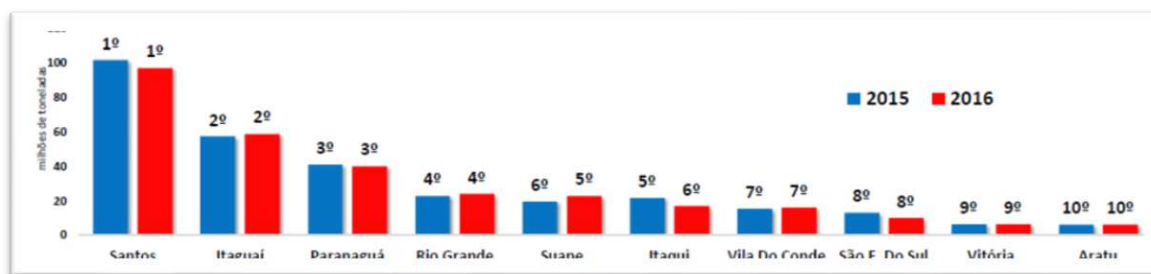
Como se vê, no comparativo da movimentação portuária em 2016, os Portos Públicos movimentaram 34% (343 toneladas) e os TUP's 66% (655 toneladas), mantendo a média. Atualmente, são 30 portos públicos em operação, sendo que o de Santos-SP destaca-se como o primeiro na movimentação de cargas, enquanto Suape ocupa a quinta posição.

---

<sup>84</sup> Santos (28,3%), Itaguaí (17,1%), Paranaguá (11,7%), Rio Grande (7%) e Suape (6,6%) movimentaram 70,7% das cargas totais dos portos organizados (ANTAQ, 2017)

<sup>85</sup> Ponta da Madeira (22,7%), Tubarão (16,5%), Almirante Barroso (7,1%), Ilha Guaíba (7%) e Angra dos Reis (5,8%) representaram 59,1% do total de cargas (ANTAQ, 2017).



**FIGURA 2 – PRINCIPAIS PORTOS ORGANIZADOS EM MOVIMENTAÇÃO (2015-2016)**

Fonte: Antaq, 2017, p.33.

Suape melhorou sua posição no biênio avaliado, superando o Porto de Itaqui (São Luiz, MA), que apresentou queda na movimentação durante o período, depreciada pelos combustíveis e pela soja. Esse quadro geral se manteve durante o primeiro semestre de 2017, com exceção da décima posição, que deixou de ser do Porto Aratu (Candeias, BA) e passou para Santarém, de acordo com a mais recente atualização no ranking realizado pela ANTAQ e FIESP.

Os dez principais portos listados acima representaram o movimento de cerca de 85,3% da movimentação total dos 30 portos organizados, que transportaram aproximadamente 80,7 milhões de toneladas de carga bruta durante o primeiro trimestre de 2017, um recuo de 2,4% em relação ao mesmo período de 2016. O mais recente levantamento realizado pela ANTAQ indica diminuição dos fluxos de minério (-9,3), combustíveis minerais (-4%) e cereais (-55,2%). O porto de Suape apresentou crescimento de 12,1% na movimentação de cargas, com destaque para grânéis líquidos rumo à Refinaria Abreu e Lima, oriundo do Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santos, transportada via cabotagem (ANTAQ, 2017, p. 07).

Enquanto o escoamento da mineração teve queda recente entre os portos públicos, os terminais privados elevaram a movimentação de minério em 12% no começo de 2017, assim como elevou-se o percentual de movimentação de sementes e grãos em 63,2% e de fertilizantes em 30,02%. Por outro lado, também foram registradas quedas na movimentação de produtos químicos inorgânicos (-4,1%), madeira e carvão vegetal (-22,2%) e produtos químicos orgânicos (-15,5%). O minério de ferro é o principal produto movimentado entre os mais ativos portos privados (ANTAQ, 2017, p. 09).

Os incentivos fiscais por parte do governo do estado também foram decisivos para impulsionar a instalação de empresas na região, principalmente por meio do Programa de

Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe) e o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe). Do ponto de vista da economia pernambucana, o “*(neo)desenvolvimentismo*” proporcionou ao estado maior diversificação do seu parque industrial, ampliando sua cadeia produtiva com a criação de novos setores, como de gás, petróleo, offshore e naval (FROTA & LIMA, 2014, p. 68).

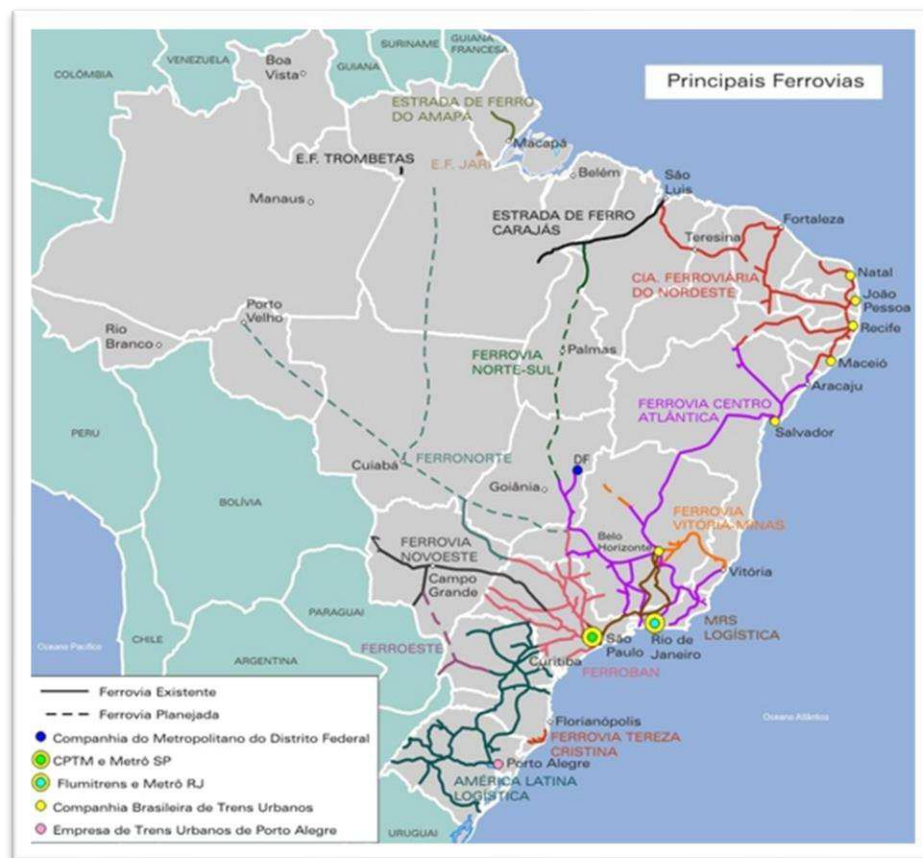
Os programas citados atuaram para recuperação, expansão e modernização das instalações das cadeias produtivas locais, contando com investimentos estatais diretos via BNDES ou em maior ou menor grau em associação com capitais estrangeiros, como estadunidense, chineses, coreanos e europeus. Durante a última década, foi planejada e desenvolvida na região, de forma coordenada, uma das maiores e mais ousadas medidas econômicas de investimento produtivo do período recente, que seus entusiastas classificaram como a retomada do desenvolvimentismo.

#### 4.2.2. SISTEMA FERROVIÁRIO

As primeiras estradas de ferro do Brasil foram construídas ao longo da segunda metade do século XIX, financiadas por grandes fazendeiros de São Paulo, com objetivo de escoar sua produção para o Porto de Santos, de acordo com as necessidades impostas pela crescente demanda da economia agroexportadora do café. Também tivemos a decisiva presença do capital inglês na construção de vias férreas e na importação de trilhos, vagões e locomotivas. Essa forte relação entre construção de ferrovias e atividade exportadora do café condicionaram a concentração dessa forma de transporte na região sudeste.

Em 1957 as empresas existentes no setor foram, em sua maioria, unificadas na Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Durante o governo Collor houve redução na movimentação de cargas via malha ferroviária. O sistema ferroviário nacional, que cresceu significativamente ao longo da segunda metade da década de 1970, passou por pesados cortes e desinvestimento entre 1989 a 1994 (MARQUES, 1996, p. 16). A RFFSA, grande empresa da União no setor, composta então por doze superintendências regionais e com uma participação notável na produção e circulação industriais, foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (decreto nº473/92) e entre 1996 e 1999 o processo de desestatização do modal ferroviário do Brasil estava consolidado.

FIGURA 3 – SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO



Fonte: Associação Nacional dos Transportes Ferroviários<sup>86</sup>

Assim, a malha ferroviária do país foi fatiada em doze concessões, administrada pelas seguintes concessionárias: A Ferrovia Centro Atlântica S.A (FCA), a Ferrovia Tereza Cristina S.A (FTC), a MRS Logística S.A<sup>87</sup>, a Transnordestina Logística S.A (TLSA), a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A (Ferroeste), a Ferrovia Norte Brasil (Ferro norte), a Valec S.A (Empresa Pública que administra a Ferrovia Norte-Sul), a Vale S.A (que administra as concessões da Estrada de Ferro do Carajás), a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) e América Latina Logística S.A. Esta última administrando quatro malhas, além de ter incorporado a Ferronorte (MENELAU, 2012, p. 32).

O setor de transporte férreo do Nordeste é administrado pelas ferrovias FCA (Bahia e Sergipe) e Transnordestina (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), sendo que esta última foi um projeto que contou com recursos da

<sup>86</sup> Disponível em: < <http://www.antf.org.br>>. Acesso em 19 jan. 2019.

<sup>87</sup> O controle acionário da empresa é dividido da seguinte forma: Gerdau (2,37%), Usiminas Participação e Logística (19,92%), Vale (19,26%), CSN (14,13%) e Minerações Brasileiras Reunidas S/A- MBR (20%), Congonhas Minérios S.A. (13,7) e a canadense Railvest Investments Inc. (7,83% das ações).

CSN, Valec, Finor, BNDES, BNB e Sudene. A ferrovia Transnordestina foi idealizada como infraestrutura estratégica para a aceleração do crescimento e desenvolvimento da região Nordeste e de Pernambuco, como forma de ligação com outras regiões do país e fortemente ligada aos fluxos da exportação primária. Entre os principais produtos transportados destacam-se: Minério de ferro, calcário, ferro gusa, açúcar, óleo de soja, farinha de trigo, derivados de petróleo, produtos siderúrgicos, contêineres e insumos para construção civil como gesso e cimento (MENELAU, 2012, p. 32).

#### 4.2.3. INVESTIMENTOS DO PAC E AMPLIAÇÃO DO CIPS

O quadro de desinvestimento estatal foi alterado, aproximadamente entre 2007 e 2014, essencialmente. A partir do final do primeiro governo Lula (2003-2006), medidas econômicas foram tomadas no sentido de descentralizar os polos navais brasileiros, produtores de plataformas e embarcações, historicamente concentradas no Estado do Rio de Janeiro. Em 2007 foi criada a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR (Medida Provisória nº369/07 e posterior Lei 11.518) com intento de formular políticas para o setor e promover programas e projetos de desenvolvimento em infraestrutura portuária.

Entre 2007 e 2010, foram investidos R\$ 2 bilhões nos portos nacionais através do BNDES, aumentando a produtividade e o volume das exportações dos portos e terminais brasileiros. Em Suape, somados os investimentos públicos e privados em infraestrutura e gestão, o montante atingiu R\$ 7 bilhões neste mesmo período e a força de trabalho empregada diretamente no porto saltou de oito para dezoito mil trabalhadores<sup>88</sup>.

Outra política setorial de desconcentração produtiva aplicada pelo governo Lula, particularmente em seu segundo mandato, foi a da indústria naval, com implicações para a cadeia produtiva e composição social da microrregião de Suape e Estado de Pernambuco, que registrou crescimento considerável na composição nacional da força de trabalho naval (cerca de 78 mil operários), saltando de 0,04% em 2004 para 13,22% em 2010, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, com 63,44% (DIEESE, 2012, p.70).

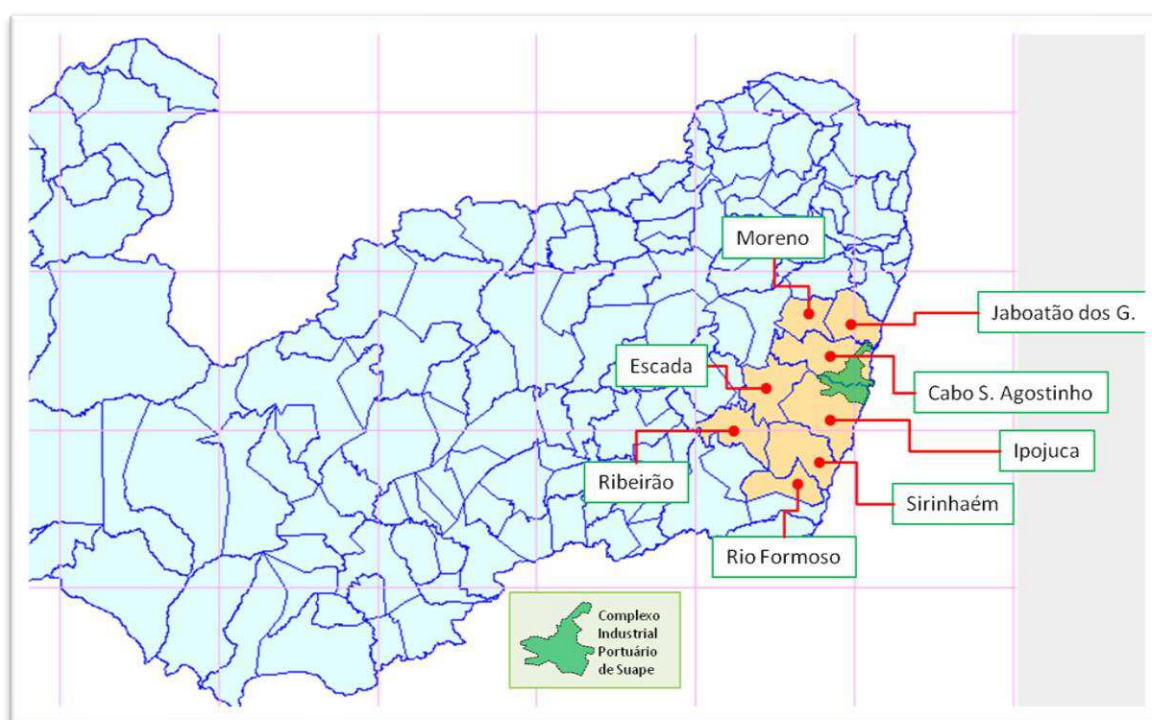
Como no passado, por realização da SUDENE, na última década Pernambuco compareceu como um dos estados mais importantes para a economia nordestina, embora tenha ocorrido, de fato, um enfraquecimento relativo de sua força econômica na região

---

<sup>88</sup>Disponível no site: [www.estadao.com.br/noticias/geral,melhor-porto--suape-teve-investimento-de-r-7-bilhoes,507487](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,melhor-porto--suape-teve-investimento-de-r-7-bilhoes,507487). Estadão. 06/02/2010. Acesso em: 09 de ago. de 2015.

nordeste, desde os anos 1970. Ainda assim, novamente o estado foi protagonista de políticas econômicas para o desenvolvimento regional, aplicadas pelo Governo Federal e reforçadas pelas medidas estaduais adotadas. Em novo momento histórico, as obras do PAC – com seu slogan informal de transformar o Brasil em “um verdadeiro canteiro de obras”<sup>89</sup> – possibilitou à região metropolitana de Recife, mais precisamente nos seus municípios que compõem o Território Estratégico de Suape (TES), converter-se em uma das principais frentes de investimento do Programa (MEDEIROS & GODOY, 2015, p. 77).

**FIGURA 4 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE**



Fonte: Condepe-Fidem, 2013.

O TES é composto por todos os municípios que, de uma forma ou outra, estão vinculados às atividades econômicas do CIPS, congregando, além dos municípios do Complexo, outros, e o plano original foi que se tornassem distritos satélites do Porto, como Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Ribeirão e Sirinhaém, estes dois últimos incorporados posteriormente. Em 2007, sua população era de 1.047,690 de pessoas e em 2018 atingiu

<sup>89</sup> Disponível no site: [www.politica.estadao.com.br/noticias/geral.lula-diz-que-vai-transformar-o-brasil-em-um-canteiro-de-obras,30188](http://www.politica.estadao.com.br/noticias/geral.lula-diz-que-vai-transformar-o-brasil-em-um-canteiro-de-obras,30188). Estadão. 06/08/2007. Acesso em: 09 de ago. de 2015.

1.173,527 habitantes<sup>90</sup>, dentro de um movimento de deslocamento interno rumo às proximidades do Porto de Suape e da mobilização extraordinária de mão-de-obra advindas de vários estados.

O quadro de aquecimento econômico fez com que a área do CIPS passasse por abrangente processo de reestruturação econômica e territorial (THEODORO, 2015, p.07), seguindo as determinações impostas pelo atual padrão de acumulação capitalista, baseado na flexibilização trabalhista (HARVEY, 2008), em incentivos fiscais por parte do Estado, forte presença do capital privado e direcionado para o mercado externo. De acordo com Ana Paula Theodoro Bianchi, os atuais investimentos em Suape diferem daqueles típicos do período nacional-desenvolvimentista (1955-1980), pois não buscam maior integração econômica e territorial local com padrões nacionais de desenvolvimento, mas tão somente tem por finalidade submeter a economia local aos círculos de valorização do capital, oriundos de outras regiões e países.

(...) tais investimentos não ocorrem de forma a aumentar a integração da estrutura produtiva pernambucana, mas obedecem a determinações impostas pelo atual padrão de acumulação capitalista. Grosso modo, tais investimentos visam tornar aquele território atrativo aos fluxos de capitais internacionais, os quais, desde a reestruturação produtiva promovida pelas novas tecnologias da III Revolução Industrial, movem-se pelo globo em busca de melhores condições de reprodução, forçando a integração dos territórios mais dinâmicos à integração dos mercados à nível mundial (THEODORO, 2015, p.01).

De fato, o aporte de capitais a partir de 2007 expressou a retomada do investimento na região, com o planejamento para uma importante infraestrutura com capacidade de impulsionar a cadeia produtiva de toda região. Contudo, devido à prevalência dos consórcios dominados pelo capital estrangeiro, assim como o fato de que as operações portuárias tendem a priorizar as exportações, a reestruturação não foi capaz de converter em desenvolvimento regional essa movimentação econômica colocada em marcha. Ao contrário, os investimentos na região têm acarretado conflitos com a população local e as alterações socioeconômicas não tem beneficiado o estado como esperado.

Como já dissemos, CIPS está localizado entre os municípios de Cabo de Santo

---

<sup>90</sup> Com exceção de Ribeirão, cujo registro estatístico de sua população de 2007 não se encontra nos órgãos estatísticos oficiais. Mas para dimensionar, esse município tinha população de 41.765 habitantes em 2006, diminuindo para 39.317 em 2009 para em seguida crescer para 44.728 em 2012, finalmente, 47.209 habitantes em 2018. Para mais informações, consultar a Base de Dados do Estado de Pernambuco, disponível no *site*: [www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?CodInformacao=288&Cod=3](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=288&Cod=3) e os arquivos estatísticos do IBGE, disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/).

Agostinho e Ipojuca, com 61% e 39% de suas instalações nestes municípios, respectivamente. Suas atividades industriais são variadas, com destaque para os estaleiros construtores de grandes embarcações, refino de petróleo (desde de 2014), infraestrutura portuária para importação e exportação de mercadorias, além de se ligar à uma rede de cadeias produtivas relacionadas com exportação mineral e construção naval. A vitalidade de seu porto encontra-se em suas capacidades logísticas, projetado para estar em completa sintonia com o mercado mundial.

#### 4.2.4. ESTRUTURA PORTUÁRIA DE SUAPE

O Porto de Suape é constituído pela sua parte externa e interna. O Porto Externo abrange dois Píeres de Granéis Líquidos (PLG-1 e PLG-2), com a destinação operacional para óleo bruto e derivados de petróleo e álcool e o Cais de Múltiplo Uso (CMU), que aloja carga geral. Por sua vez, o Porto Interno possui 1.600 metros de cais e cinco berços de atração, conta com um terminal de contêineres especializado (TECON) e três cais públicos de uso múltiplo (ANTAQ, 2017). O Porto também dispõe de 4 armazéns<sup>91</sup> e 5 pátios<sup>92</sup>.

As implicações demográficas e socioambientais desse primeiro período das obras do PAC foram significativas na região metropolitana de Recife, no Território Estratégico de Suape, na microrregião de Suape e, principalmente, no município de Cabo de Santo Agostinho. Os grandes investimentos realizados atraíram mais de 100 empresas para área do Complexo, assim como uma massa de operários – operários de outros estados e agricultores e assalariados da indústria canavieira de toda região da Mata Sul pernambucana, que migraram para o referido município, chegando a atingir a cifra de 58 mil trabalhadores em 2011.

#### 4.2.5. PRINCIPAIS GRUPOS PRIVADOS

A construção do Estaleiro Atlântico Sul (EAS) começou em 2005, realizada por 4 mil

---

<sup>91</sup> “Um alfandegado, de área de armazenagem de 3.200 m<sup>2</sup>, localizado no Terminal de Contêineres; outro situado no terminal da empresa Suata Serviços e Logística Ltda., com 10.000 m<sup>2</sup> de área destinada à estocagem de contêineres; um terceiro localizado no terminal da empresa Atlântico Sul, com 1.800 m<sup>2</sup>; e um último, situado no terminal da empresa Windmore, com 5.000 m<sup>2</sup>” (ANTAQ, 2107).

<sup>92</sup> “Há um pátio de armazenagem localizado na retaguarda do Cais 1 com capacidade total de 245.000t para minérios. Outro situado no terminal de contêineres (TECON-Suape) ocupa uma área de 280.000 m<sup>2</sup>. Um terceiro pátio, de área de 55.000 m<sup>2</sup>, é destinado somente para contêineres vazios. Por fim, o pátio da Suata tem 41.000 m<sup>2</sup> e o pátio da Atlântico Sul tem 30.000 m<sup>2</sup>, ambos para contêineres” (ANTAQ, 2107).



operários contratados pelo consórcio composto, inicialmente, pelos grupos empresariais Camargo Correia, Queiroz Galvão, Samsung Heavy Industries e PJMR. (COSTA: 2015, p.34). A área da empresa EAS abrange 160 hectares e atualmente seus sócios são Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e um grupo de empresas japonesas encabeçadas pelas IHI Corporation e Japan Marine United.

Trata-se de um estaleiro para construção de navios cargueiros (petroleiros, contêineres, graneleiros e de cargas gerais), navios de perfuração, barcos de apoio e plataformas *offshore*, com capacidade de produzir embarcações de 500 mil toneladas. Entrou em operação em 2008 e em 2010 concluiu sua primeira embarcação petroleira.

Ao lado do EAS estaria hoje o estaleiro do consórcio Schahin-Tomé (Shahin Engenharia & Tomé Engenharia Óleo e Gás), contratado pela empresa japonesa Mitsui Ocean Development & Engineering Co. (Modec), fornecedora da Petrobras. O consórcio foi contemplado pelo Governo do Estado com 40 hectares de terras concedidos na área destinada à indústria naval de Suape, além de incentivos fiscais generosos, por intermédio dos programas estaduais de fomento como o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (Prodepe) e Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco (Prodinpe)<sup>93</sup>.

Contudo, o grupo Schahin-Tomé não parecia satisfeito, e abriu conversações para mudança do local e do conteúdo de suas instalações, declinando da intenção original de implantar uma fábrica de navios, substituição pela construção de um “canteiro naval” “onde peças e componentes do navio-plataforma viriam prontos da China e montados em uma área de 69 mil metros quadrados no Cais 2” (KINCAID, 2011)<sup>94</sup>. Por fim, a japonesa Modec resolveu unilateralmente que não tinha mais interesse pela região.

O estaleiro Vard Promar, abrangendo uma área de 800 hectares na Ilha Tatuoca, em Ipojuca, foi a segunda instalação do tipo de propriedade do grupo italiano Fincantieri, somando-se ao estaleiro localizado no Rio de Janeiro, à época. Também foi o segundo estaleiro de Suape, viabilizado pelo Programa de Expansão e Modernização da Frota (Promef), inaugurado no final de 2012. Dedicar-se à construção de embarcações do tipo *offshore*, para exploração e produção de petróleo e gás, como também navios de pesca,

---

<sup>93</sup> Prodepe: 75% de crédito presumido do ICMS por 12 anos, podendo ser renovado por igual período. Prodinpe: isenção do ICMS, diferimento do recolhimento do tributo e dispensa de cobrança antecipada do imposto na aquisição de mercadorias, bens e serviços por estaleiros).

<sup>94</sup> “Schahin transfere projeto para o Rio de Janeiro”. KINCAID, Mendes Vianna Advogados. 2011. Disponível em: <http://www.kincaid.com.br/clipping/6896/schahin-transfere-projeto-para-o-rio-de-janeiro.html>.



gaseiros, guarda-costa e quebra-gelos (PORTAL NAVAL<sup>95</sup>). As obras de construção de sua estrutura começaram em 2011 e se estenderam até 2013 mobilizando cerca de 1.500 trabalhadores. Depois de um início promissor, as atividades do empreendimento enfraqueceram e o posterior fechando do estaleiro carioca acabou por concentrar a produção em Suape.

A empresa de construção civil Construcap, sediada em São Paulo, anunciou sua entrada no setor naval em 2009, com investimentos de R\$ 200 milhões na construção de um estaleiro em Suape, voltado para produção de "*topside*", estruturas que são instaladas sobre os cascos das unidades flutuantes FPSO<sup>96</sup>, onde se produz e processa petróleo bruto e gás, antes de ser armazenado no casco das plataformas produtoras.

Em 2012 anunciou a criação do empreendimento Construção e Montagem Offshore – CMO, voltado à exploração do Pré-sal. O empreendimento contava com a participação da empresa Orteng Engenharia e Sistemas, sediada em Minas Gerais e especializada no fornecimento de instalações elétricas e a norte-americana McDermott, gigante na área de Engenharia, Suprimento, Construção e Instalação (EPCI). Em 2015, a multinacional Vinci Energies, do grupo francês Vinci (Concessões, Construção, Rodovias e Energia) comprou a Orteng. A Construcap também realizou atividades consorciadas com a Construtora Ferreira Guedes, do grupo Agis.

Outro consórcio de peso firmou-se entre Alusa Engenharia, (proprietária do investimento) e Galvão Engenharia, com a participação das coreanas Komac (design) e Samgdog (gerenciamento). A previsão de investimento inicial foi de US\$ 500 milhões. O capital coreano também esteve presente através das gigantes STX e Samsung C&T. Já o capital português compareceu por intermédio da empresa MPG Shipyards. As investigações e prisões desencadeadas no âmbito da Operação Lava-Jato, da Polícia e Ministério Público federais, além de atingir a Alusa, que mudou seu nome para Alumini engenharia SA, abalou as atividades de todas as empresas ligadas ao grande capital nacional em atividade em Suape.

#### 4.2.6. EMPRESAS PÚBLICAS, INCENTIVOS FISCAIS E INCENTIVOS FINANCEIROS

Há na literatura especializada e no sistema de leis e regulamentos vigentes no Brasil, uma delimitação muito bem marcada entre as diferentes formas operacionais e finalidades

---

<sup>95</sup> <http://www.portalnaval.com.br/estaleiros/estaleiros-brasil-regiao-estaleiro/ward-promarpernambuco/>

<sup>96</sup> Em inglês, "Floating Production Storage and Offloading".

das empresas públicas (seja em âmbito federal, estadual, distrital ou municipal), que podem ser estatais (governamentais) ou de capital misto, ambas vinculadas a União. O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atua sobre as empresas em que a União detém a maioria do capital social.

O Estado como acionista em setores estratégicos é pressuposto para sua política e a aceitação ou não desse pressuposto, assim como a maneira mais ou menos “flexível” de atuação governamental sobre o mercado são temas de debates políticos e acadêmicos no cenário nacional. As empresas estatais do ramo portuário (longo curso, de cabotagem e vias internas) abarcam 5% do total das empresas federais. Apesar da prevalência quantitativa de empresas do setor produtivos, o setor financeiro (13%) possui 75,7% dos ativos, representa 69,7% do lucro líquido e concentração do quadro de pessoal (41%). Em 2013 o sistema estatal brasileiro detinha 141 empresas, 18 no Setor Financeiro (bancos e agências de fomento) e 123 compondo o Setor Produtivo. No ano seguinte, houve redução desse quadro, fechando 2014 com a marca de 135 empresas, pois houve redução do setor produtivo para 117 empresas.

Destaca-se, nesse processo de redução do controle estatal e conseqüente avanço de empresas privadas em áreas estratégicas, como o setor elétrico, que por ter sido enfraquecido politicamente em decorrência das investigações da Polícia Federal, converteu-se no setor mais vulnerável às grandes investidas do capital internacional, por intermédio, por exemplo, dos investidores de *private equity*.<sup>97</sup>

Além do ramo energético, o Setor Produtivo é composto por Petróleo & Gás, Produção de Bens de Alta Tecnologia, Saúde, Abastecimento, Comunicação, Transporte Urbano, Administração de Infraestrutura de Transporte (portos, aeroportos e ferrovias) e Hídrica, Telecomunicações, Tecnologia da Informação, Correios e Pesquisa. Com relação à força de trabalho que compõe as empresas estatais, em 2009 seu quadro de pessoal próprio era de 481.775 mil trabalhadores. De acordo com o DEST, entre 2010 e 2014 teve aumento de 11,2%, alcançando a marca de 553 mil empregados. O percentual de trabalhadores portuários desse universo era de 1% em 2014 (DEST, 2015, p.19).

---

<sup>97</sup> Investimentos estrangeiros de longo prazo.

#### 4.2.7. REFINARIA DO NORDESTE S/A

Em 2007, tiveram início as obras de construção da Refinaria do Nordeste S/A – REFINE (Abreu e Lima), pensada originalmente como um empreendimento binacional (de responsabilidade da Petrobrás e da venezuelana PDVSA), a desistência do governo venezuelano fez com que o Brasil assumisse-a inteiramente. Foi idealizada para ser a maior e mais moderna refinaria do país, com a utilização de 100% de tecnologia nacional. Atualmente seu funcionamento é parcial, mas já demonstra grande capacidade produtiva, pois de acordo com a Petrobrás, em agosto de 2016 a refinaria alcançou a marca de 3,09 milhões de barris de petróleo, o que corresponde a 99,77 mil barris por dia (PETROBRÁS, 2016). Orçada originalmente em US\$ 2,5 bilhões, seus custos já ultrapassam os US\$ 18,5 bilhões. Sua conclusão é imprevista.

Em agosto de 2010, o Polo Químico entrou em funcionamento. Além da Refinaria Abreu e Lima, é composto pelas empresas chamadas estruturadoras, com importância para a cadeia produtiva da região, são elas a empresa PQP – formada pela junção da Petroquímica Suape e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) – e a M&G Polímeros. São produtoras de preforma PET, resina plástica ácido tereftálico purificado (PTA) e filamentos de poliéster, abastecendo seis empresas do Complexo Industrial (SUAPE, 2017). No final de 2016, a Petrobrás anunciou a venda do Polo Químico-Têxtil para a mexicana Alpek (uma das líderes mundiais na produção de plástico e poliéster) por apenas US\$385 milhões (aproximadamente R\$ 1,250 bilhão), valor cerca de oito vezes inferior aos R\$9 bilhões já investidos.

#### 4.2.8. SETE BRASIL

A empresa Sete Brasil S.A encontra-se em recuperação judicial. Foi criada em 2010 por sete sócios investidores (Petrobrás, funcef, previ, valia, BTG Pactual, Santander, Bradesco), que entraram com R\$1,9 bilhões. Aos sócios originais, somaram-se a Luce Brasil (criada exclusivamente para investir na Sete Brasil), com aporte de R\$300 milhões e a companhia de investimento norte-americana EIG, com R\$500 milhões. Seu objetivo declarado foi estimular a indústria do petróleo do país, preparando-a para os novos desafios da exploração dos enormes blocos de óleo e gás do Pré-Sal, empreitada que demanda a construção de equipamentos de extração adequados, inclusive modernas sondas, capazes de operar em águas ultra profundas.

Para o planejamento original de construção de 30 navios-sondas, a Sete Brasil estimou investimento na ordem de 27 bilhões de dólares, a serem geridos pela Caixa Econômica Federal. Em acordo com a política de conteúdo local, 50% desses recursos (US\$13,5 bilhões) foram investidos pelo BNDES, aproximadamente 25% (US\$6,5 bilhões) seriam capital da Sete Brasil, isto é, de seus sócios operadores e o restante do financiamento de Agências de Crédito e bancos comerciais.

A licitação para fabricação das sete primeiras unidades de perfuração marítima, encomendadas pela Petrobrás via Sete Brasil, foi vencida pelo Estaleiro Atlântico Sul (EAS). O preço final foi de US\$ 4,6 bilhões (em torno de US\$ 662 milhões por sonda). O EAS, pela sua alta capacidade produtiva e condição de construir diversas formas de embarcações, no auge de suas atividades acumulou as encomendas das referidas sondas com os contratos firmados com a Transpetro para construção de 22 navios petroleiros (14 do tipo Suezmax e 8 Aframax), além da construção do casco da Plataforma P-55, esse colosso da engenharia brasileira, também encomendado pela Petrobrás. Assim, foi o estaleiro que obteve o maior montante dos recursos do Promef.

Esse fenomenal aporte de recursos públicos e privados em Suape, para execução das atividades industriais de tal magnitude – em alguns casos na produção de mercadorias de alta densidade tecnológica, como é o caso dos navios-sonda – demandou a transferência de trabalhadores especializados de outras regiões e mesmo de outros países. Porém, também foi necessário mobilizar ampla parcela de mão de obra local, recrutada entre a população rural da Zona da Mata Sul, ligadas às atividades canavieiras, pesca, criação de animais, roças de mandioca e feijão e colheita de frutas (PÉREZ & GONÇALVES, 2012, p. 167). Segundo Ângelo Alberto Bellelis, presidente do EAS, entre 2008 e início de 2011, para dar conta dos contratos firmados, foram investidos mais de R\$ 16 milhões em capacitação, além de contar com parcerias como Senai, Governo e prefeituras.

## CAPÍTULO 5 – SUAPE E SUAS METAMORFOSES SOCIAIS: UM SERENO DESESPERO

*A humanidade moderna não se concebe sem uma subumanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal (e essa negação fundamental permite (...) que tudo o que é possível se transforme na possibilidade de tudo (SANTOS, 2007, p.76).*

Depois de estilhaçado pelas grandes guerras, o mundo transformou-se no teatro de operações de diversos movimentos de libertação nacional anticoloniais. As Ciências Sociais, permeada pelo processo histórico que lhe é seu chão, apresentaram importantes renovações criativas e novas formas de engajamento teórico-políticas a partir dos anos 1950/60. E no Brasil não foi diferente, portanto, seguindo as tendências mais gerais da economia e política do mundo ocidental e oriental, de modo que o país também se destacou na efervescência social, engajando-se nas lutas e nas ciências.

A alta burocracia civil e militar, em seu duplo papel de atuar em causa própria, pois adquirem interesses próprios em relação às frações capitalistas e ao Estado, mas ao mesmo tempo é composta por indivíduos e famílias que tão-somente personificam o elemento decisório de reprodução do capital, não tiveram êxito em manter o país alheio às pressões políticas da luta de classes e ao decorrente florescimento do debate público internacionais – a despeito da notória brutalidade do Estado contra as lutas e reivindicações populares no plano interno da formação econômico-social brasileira.

Outro dado relevante para contextualizar aquele período, é que o sistema capitalista conheceu mudanças alentadoras durante o florescimento do *Welfare State* e da expansão fordista, encontrando terreno fértil no Brasil para a reprodução do capital, conjuminando com o processo de substituição de importações nacional. Mas o avanço enseja contradições e desdobra-se também, amiúde, em crise política. Na primeira metade da década de 1960, as forças progressistas da política nacional, tendo como autor intelectual de seu projeto o histórico-estruturalismo dos economistas heterodoxos da CEPAL – no caso da teoria econômica – e os movimentos e partidos nacionalistas e de esquerda – no caso das forças sociais dos trabalhadores organizados – chocaram-se, de forma indelével, com a estrutura oligárquica da sociedade.

Entre 1962 e 1964 os embates adquiriram contornos tão ásperos de luta fracional e de classe, que inviabilizaram uma reconciliação, tendo em vistas que as massas sociais se

radicalizaram, a despeito do ritmo planejado pelo governo João Goulart para viabilização das reformas de base<sup>98</sup>. É precisamente assim que, com a aquiescência dos Estados Unidos<sup>99</sup> e por intermédio das Forças Armadas, os donos do poder<sup>100</sup> derrubaram a democracia formalmente constituída e abriram uma nova senda histórica no país a partir do golpe civil e militar de 1964.

Em meio a intensas disputas para “controlar” o processo histórico e definir as formas de inserção brasileira na modernidade capitalista, um casal de meia-idade, em um extremo litorâneo da Zona da Mata Sul de Pernambuco, chamados José Manuel da Rosa e Maria Josefa da Conceição Alves também encetava em uma nova fase de suas vidas e, enquanto a capital Recife vivia as dores da consolidação traumática do regime militar recém estabelecido, esses dois agricultores plantavam coqueiros na beira da praia e por toda a montanha, em um dos locais de antigos faróis e fortes militares de holandeses e portugueses em tempos, vulgarmente, imemoriáveis.

Foi assim que começou a ocupação moderna da praia de Calhetas e do pontal de Nazaré, entre as praias de Gaibú e Suape, local onde nos concentramos para verificar alguns aspectos das mudanças em curso em Cabo de Santo Agostinho<sup>101</sup>. Ao menos assim foi narrado por Dona Rosemere da Rosa (neta desse casal pioneiro de Calhetas), que tivemos a honra de conhecer, visitar sua casa e conversar sobre o processo e o modo de vida antes e depois da criação do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS.

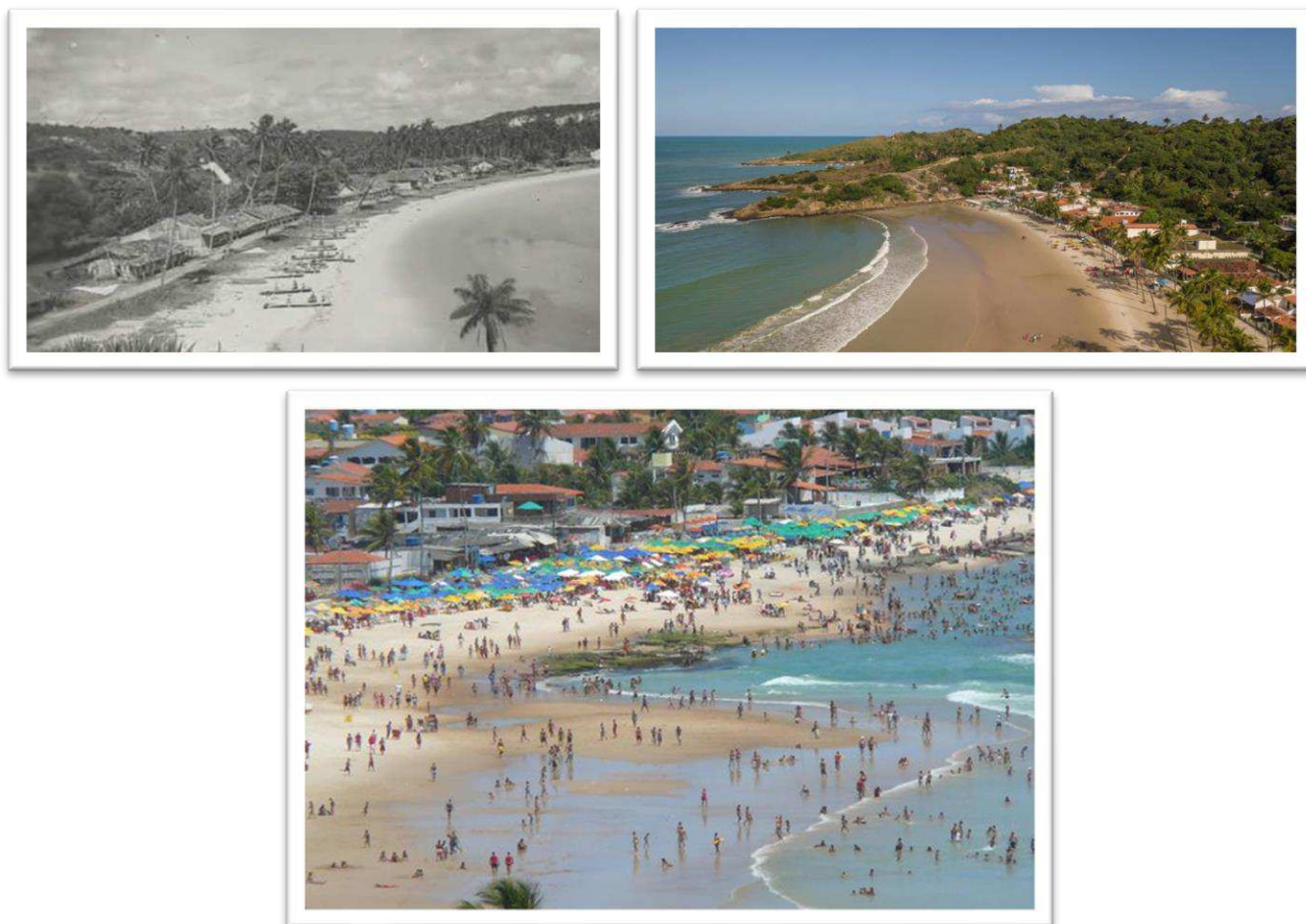
---

<sup>98</sup> Expressivo, no sentido de que os trabalhadores avançavam mais rápido do que a pretensão governamental de seguir os trâmites jurídico-políticos estabelecidos, foi a consigna das Ligas Camponesas daquele momento: “*Reforma Agrária na lei ou na marra*”

<sup>99</sup> Os Estados Unidos já pressionavam, via sua Embaixada no Brasil, por um golpe de Estado no país desde 1962.

<sup>100</sup> FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Digital Source, 2001.

<sup>101</sup> Nosso modesto trabalho de campo se concentrou nessas imediações, eventualmente realizando visitas a outros bairros.

**FIGURA 5 – PRAIA DE GAIBU NAS DÉCADAS DE 1950, 2000 E 2010**

Fonte: Acervo Biblioteca IBGE; PMCSA (Projeto Orla); TripAdvisor Brasil.

Ao lado de Calhetas está a praia de Gaibú. A primeira imagem (FIGURA 4) retrata essa praia antes da existência do Porto de Suape e dos empreendimentos turísticos. A segunda imagem é de 2003, quando a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho (PMCSA) encomendou o Projeto de Gestão da Orla marítima (PROJETO ORLA) com vistas a promover o desenvolvimento sustentável da cidade. Finalmente, a última imagem expressa a efervescência turística que caracterizou o auge da economia pernambucana e municipal entre 2008 e 2014, fundamentalmente.

Entre os pescadores artesanais da praia de Gaibú, comerciantes de Calhetas e agricultores da Vila Nazaré, testemunhas oculares das grandes transformações, adotamos a forma de pesquisa exploratória, cujo procedimento etnográfico baseou-se em visitas, entrevistas semiestruturadas e na convivência com moradores, comparecendo e tentando presenciar as atividades econômicas, políticas, culturais e de lazer dessas comunidades,

como o fizemos ao acompanhar três pescadores (Nal Pescador, Guiga e Galego) em uma pesca em alto mar, comparecendo a um evento organizado pelas comunidades impactadas pelo CIPS, ONG's e Ministério Público (lançamento do Relatório da Plataforma Dhesca/2018), participando de festas populares tradicionais (Festa da Ouriçada) ou mesmo frequentando os locais de convívio social dos moradores (praças, *camping*, praias, bares e academia).

Nas imediações de Nazaré e Gaibú, surgiram novos aglomerados populacionais, bairros informais ou vilas semi-urbanas, cujo moradores, em sua maioria, são provenientes de outros estados, hoje desempregados ou subempregados, na esteira das demissões de Suape. Já entre os moradores urbanos, priorizamos conhecer alguns locais em Cabo de Santo Agostinho, como bairros centrais, mercado municipal, pontos históricos, antigos engenhos e estivemos em duas ocupações (Cristo Rei e Vuco-Vuco), organizadas pelo Movimento Metropolitano por Moradia Popular (MMMP) e eventualmente outros movimentos, a depender do momento, onde pudemos realizar enriquecedoras entrevistas e registros fotográficos.

### 5.1. SUAPE, PAC E A NOVA COLONIZAÇÃO: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL POR ESPOLIAÇÃO

Analisando o caráter do Estado moderno frente às mudanças culturais e técnicas gestadas no processo de universalização do capitalismo, o sociólogo alemão Max Weber<sup>102</sup> chamou a atenção para o fundamento racional/capitalista que, paulatinamente, permeava as instituições, com o desenvolvimento de sua estrutura administrativa e lastro de seu corpo burocrático, de modo que a prerrogativa de “*gestão*” e “*eficiência*” para os negócios públicos condicionou uma expressão *tipicamente* empresarial do Estado contemporâneo, cuja eficácia depende, crescentemente, da *expertise* em questões de mercado.

Todavia, é seguro dizer que nem mesmo Weber (1999) chegou tão longe em retratar o Estado como uma máquina neutra e imparcial, tal como o fizeram os arautos neoliberais, que intercedem em favor de uma reforma na estrutura da máquina governamental brasileira, sob alegação de que esta estaria em melhores condições de “*maximizar*” os

---

<sup>102</sup> WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn - Editora Universidade de Brasília (UNB), Distrito Federal, 1999.



resultados econômicos e habilitar-se plenamente para a concorrência no mercado internacional (DARDOT & LAVAL, 2016).

Ao contrário, as mudanças processadas no âmbito do Estado, dos anos 1990 em diante, corresponderam não ao axioma da criteriosidade técnica, mas à ampliação, sob nova conjuntura histórica, da espoliação dos países submetidos às potências mundiais, que avançam sobre novos territórios, como é o caso do que vem ocorrendo no entorno do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Assim como a relação da população local com o movimento dos navios estrangeiros e a atividade portuária não são recentes, o caráter violento e prejudicial ao meio ambiente também é, de certa forma, uma atualização da exploração *primitiva* da região, de tipo colonial, em que pese o ordenamento jurídico e os tratados internacionais modernos. Aliás, é para garantir a legalidade da intensificação da rapinagem que as leis e o Estado, nos países atrasados/dependentes, precisam se adequar aos novos condicionantes da “governança” global do capitalismo mal renovado.

Seguramente, as determinações históricas e econômicas do período colonial português e holandês – para o caso da Capitania de Pernambuco – têm suas particularidades e a explicação das condições atuais não podem ser feitas por analogias. Outrossim, ao acompanhar os dados da produção e exportação brasileiras nos ramos agrícolas e mineral ou, ao presenciar os navios estrangeiros partindo repleto de riquezas naturais, deixando para trás pobreza, violência estatal e degradação ambiental, é quase inevitável não fazer a analogia com o colonialismo.

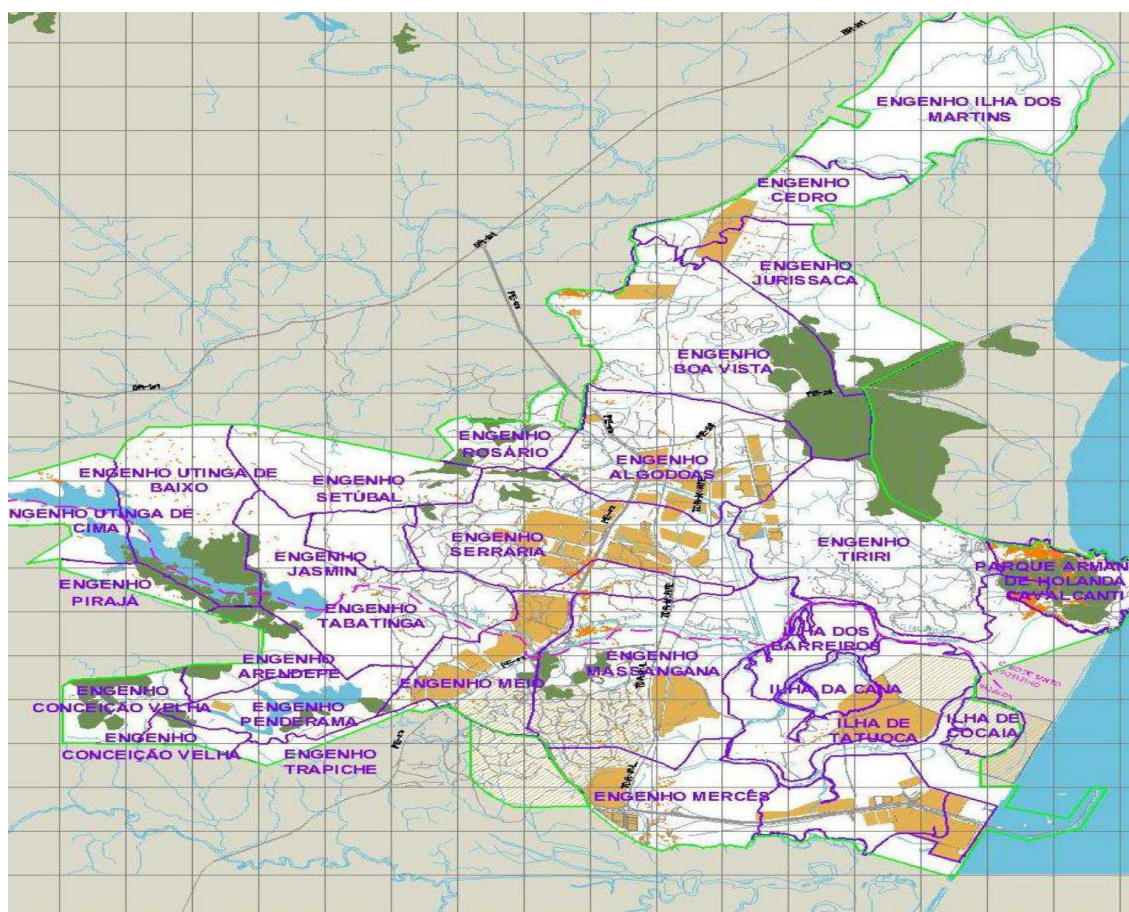
Apesar das diferenças, a perplexidade dos habitantes locais de outrora, ao se deparar com o Estado mercantilista, sintonizado às Companhias das Índias Orientais, unidos na destruição de sua cultura, possivelmente se aproxima da reação dos pescadores e agricultores que vivem ou viviam no entorno de Suape, diferente talvez em graus, mas sob o mesmo signo da revolta e impotência.

Impulsionada pelos investimentos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a infraestrutura do CIPS avançou sobre 27 comunidades tradicionais, entre moradores de engenhos, pescadores e remanescentes quilombolas, que antes de 2009 totalizavam uma população de 25 mil pessoas<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> GUARDA, Adriana. **Crescimento e conflito no Porto de Suape. Derrubada de casas é alvo de denúncias contra a diretoria do complexo.** UOL, 05 de mai. de 2012. Disponível em: <[jonline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/05/05/crescimento-e-conflito-no-porto-de-suape-41167.php](http://jonline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/05/05/crescimento-e-conflito-no-porto-de-suape-41167.php)>. Acesso em: 03 de set. de 2019.

FIGURA 6 – COMUNIDADES DENTRO DO CIPS



Fonte: Consórcio Planave S.A & Projotec, 2010.

Sob a gestão do Governo do Estado, a Empresa Suape está determinada em retirar uma parcela importante dessa população (de forma mais ou menos paciente, dependendo do local e complexidade do caso). E são importantes para a microrregião de Suape, devemos esclarecer, no sentido que, dado seus vínculos histórico-culturais e relações materiais e simbólicas estabelecidas com a terra e o com o mar, essa parte da população é indispensável para a preservação ambiental e do patrimônio histórico do pontal do Cabo e ilhas de Ipojuca, isto é, a região de impacto direto do Porto de Suape.

Essa postura política gerou e continua gerando inúmeros conflitos, devido à expropriação de suas terras, poluição dos rios Massangana, Tatuoca, Ipojuca<sup>104</sup> e Merepe, construção de barragens, estação de tratamento de esgoto (entre as localidades denominadas Cepovo e Águas Cumpridas, nas imediações de Gaibú e Nazaré), destruição

<sup>104</sup> De acordo com os *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS)* do IBGE, o Rio Ipojuca é o terceiro rio mais poluído do país.

e contaminação dos mangues, fatores que implicam na devastação do modo de vida dos grupos sociais ali estabelecidos.

Segundo os critérios norteadores das medidas econômicas do PAC, consonantes com os interesses do capitalismo global, essa população local passou a representar, de 2008 em diante, um verdadeiro enclave à ocupação territorial em curso. Por mais que na última década o crescimento econômico tenha sido robusto nos municípios do CIPS, a concentração de renda e dos lucros provenientes da exploração de Suape, em mãos das elites pernambucanas e, principalmente, das empresas multinacionais presentes, juntamente com a destruição ambiental, têm impedido melhorias sérias e duradoras nas condições de vida das grandes massas populares.

Antes da existência do Porto de Suape, essa faixa litorânea – pela parte de Cabo de Santo Agostinho – era constituída pelas vilas de pescadores de Tapuama, Paiva, Pedra do Xaréu, Enseada dos Corais, Gaibú, Calhetas, Nazaré e Suape. As famílias dessas vilas baseavam-se na pesca, adotando a agricultura de forma complementar, principalmente durante o inverno, quando as atividades marítimas eram mais difíceis, momento que se dedicavam ao plantio de raízes, como a batata<sup>105</sup> e a macaxeira e frutas como abacaxi, abacate, manga, coco, caju, pitanga, acerola e mangaba.

Já as faixas de terra adjacentes eram constituídas pelas comunidades que se caracterizavam pela dupla atividade (pesca e agricultura) com maior ênfase na agricultura, como era o caso dos nativos de Tiriri, Algodoais, Serraria, Ilha de Mercês (quilombola) e Massangana. Outras comunidades atingidas pela construção e expansão portuária são Jurissaca (maior parte das desapropriações), Engenho Ilha (conflito imobiliário com a reserva do Paiva, com a família Brennand), Pau d’Alho, Usina Bom Jesus, Usina Salgado, Ilhas de Tatuoca e Cocaia<sup>106</sup>.

Entre as comunidades tradicionais, que não raro possuem famílias amplas, cujos parentes encontram-se distribuídos entre as vilas, geralmente são constatadas práticas de intercâmbio dos produtos de sua atividade econômica, como era o caso dessas vilas, que trocavam frutas com peixes; com o passar do tempo essa troca foi monetarizada, mediada pelos pequenos mercados locais e hoje deixou de existir tal como no passado, com o advento das novas relações sociais, com a diminuição das práticas agrícolas. Mas persistindo entre essas famílias tradicionais, embora de forma quase residual.

---

<sup>105</sup> De fato, a batata inglesa (*Solanum tuberosum* L.) não é uma raiz, mas um caule subterrâneo de tipo tubérculo, mas há, comumente, essa associação.

<sup>106</sup> Sendo as ilhas pertencentes a Ipojuca.

## 5.2. CONSTITUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS

De acordo com a teoria da deriva continental<sup>107</sup>, que avança para a teorização dos pulsos tectônicos (VANDOROS & VALARRELLI, 1976; ALHEIROS & FERREIRA, 1989) durante o período que compreende o final do Cretáceo (terceiro e último período da Era Mesozoica, que durou de 250 a 65 milhões de anos atrás) a intensa movimentação tectônica de proporções globais deu origem a novos continentes sobre o manto terrestre, a *Gondwana* se fragmentou e nasceu a América do Sul, saída da costela do que se tornou a África. O interessante para nós, na história geológica das eras, de longo prazo por definição, é que a derradeira cisão entre os continentes se deu, segundo a referida teoria, em Cabo de Santo Agostinho.

As provas físicas e arqueológicas dessa reviravolta no planeta, que no século XVII serviram de pontos militares estratégicos na disputa entre holandeses (chamados à época neerlandeses) e luso-brasileiros, com participação decisiva em muitos momentos de indígenas e negros (africanos sequestrados para os engenhos pernambucanos), formam hoje belas paisagens naturais e pontos históricos, exploradas pelo setor turístico – mais em Ipojuca do que no Cabo – que prosperou ao lado do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

---

<sup>107</sup> Conhecida pelo menos desde o século XVII por navegadores do Atlântico Sul e por pensadores, como Francis Bacon, mas sistematizada pela primeira vez pelo geógrafo e meteorologista alemão Alfred Wegener em 1915.

**FIGURA 7 – RUÍNAS DO FORTE SÃO FRANCISCO XAVIER SOBRE O ROMPIMENTO TECTÔNICO (CALHETAS)**



Fonte: Eduardo Martins De Brito. 10/12/2018

O mais antigo registro de presença europeia em Cabo de Santo Agostinho é de 1500, quando o espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514) atingiu suas encostas em 26 de janeiro. Ainda, seu povoamento começa efetivamente em 1571, após a expulsão dos índios Caetés da região, empreendida pelos portugueses que se instalaram, ligados à atividade canavieira. Em 1635 os portugueses perderam o domínio da região para os neerlandeses, região esta que já havia se destacado como território estratégico de ligação com a Europa e demais capitanias, além de oferecer uma infraestrutura adequada para desembarque de pessoas escravizadas provenientes do continente africano. O controle lusitano sobre a região de Suape foi retomado em 1646, com a *Insurreição Pernambucana* (1645-1654).<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> Movimento que ocorreu no contexto da ocupação holandesa na região Nordeste, comandado pelo senhor de engenho de Pernambuco, João Fernandes Vieira e que contou com a participação decisiva de africanos libertos e índios potiguares (VAINSENER, 2006).



FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DO PORTO DE SUAPE NO PERÍODO COLONIAL (1634)



Fonte: MACIEL, p.80, 2016<sup>109</sup>.

O município de Ipojuca, que abriga importantes instalações industriais do CIPS – citemos como exemplo as principais plantas: Usina Siderúrgica de Pernambuco, Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul e Complexo Industrial Químico-Têxtil – teve seu processo de constituição histórica similar ao Cabo, com a escravização dos indígenas, local de desembarque de africanos escravizados<sup>110</sup>, protagonismo durante a resistência à invasão holandesa do século XVII, economia baseada na produção canavieira, substituição dos

<sup>109</sup> Coleção do arquivo municipal da Biblioteca de Athenaeum, em Deventer – Holanda (livre de direitos autorais). Disponível em: [https://www.stadsarchiefdeventer.nl/?sid=sab:dib\\_rep&pid=uuid:F9909825-D16B-E5D6-FEFD008074193803](https://www.stadsarchiefdeventer.nl/?sid=sab:dib_rep&pid=uuid:F9909825-D16B-E5D6-FEFD008074193803). Acesso da autora em 1 de mar. de 2015.

<sup>110</sup> A requisitada praia chamada Porto de Galinhas tem esse nome por ser o local de desembarque de “galinhas”, que era como os mercadores de escravos se referiam aos negros sequestrados.

engenhos pelas usinas e crescimento populacional recente. A partir do mapa de Suape (Figura 4), que ilustra em seu centro o vilarejo de Ipojuca, que veio a se tornar município autônomo em 1846, podemos inferir sobre como era a região quando da insurreição contra o domínio holandês.

Esse município se cristalizou onde havia importantes engenhos, como engenho Guerra, Penderama, Saco, Trapiche, Dourado, Maranhão, Queluz, Santa Rosa, Cachoeira, Amazonas, Piedade, Arendepe, Tabatinga e muitos outros. Atualmente, Ipojuca possui um bairro principal – Ipojuca (todos os setores) –, os bairros São Miguel, Engenhos e Rurópolis e os distritos de Nossa Senhora do Ó e Camela, além de muitas comunidades locais, como Salina, Socó, Merepe I, Merepe II, Merepe III, Pantanal, Cupe, Muro Alto, Maracaípe, Porto de Galinhas, Canoas, Toquinho, Serrambi, Suape, entre outras.

Em 2012, tinha 83.862 habitantes e já era notória a insuficiência de instituições de saúde e educação para dar conta de sua população, que cresceu nos últimos anos e, segundo dados mais recentes, Ipojuca conta com vinte e uma Unidades do SUS – contra vinte e nove registradas em 2009 – e setenta e oito escolas municipais, oito estaduais, dezessete privadas e uma federal (IBGE, 2018).

**TABELA 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes -Ipojuca - PE**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,139	0,256	0,499
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	11,49	21,94	40,70
% de 5 a 6 anos na escola	37,18	54,89	92,82
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	15,60	35,17	73,94
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	3,96	14,10	31,21
% de 18 a 20 anos com médio completo	4,07	6,47	22,89
<b>IDHM Longevidade</b>	0,597	0,712	0,774
Esperança de vida ao nascer	60,82	67,72	71,44
<b>IDHM Renda</b>	0,440	0,523	0,613
Renda per capita	123,97	206,67	362,68

Fonte: PNUD, Ipea, FJP, apud. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, s/n<sup>111</sup>.

A mais recente avaliação e categorização organizada acerca dos índices de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros, foi realizada em 2013 a partir dos dados do IBGE de 2010. Essa avaliação, que é feita a cada dez anos pelo Instituto de

<sup>111</sup> Disponível em: < [www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/5186/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5186/)>. Acesso em 05 de set. 2019.

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundação João Pinheiro (FJP) revelou aumento da renda média nos municípios do Complexo de Suape. A construção dos estaleiros e outras plantas produtivas, bem como as construções dos navios que se seguiram, gerou muitos empregos diretos e indiretos, alimentando a atividade a jusante e a montante na região e no estado.

No que compete à educação, em comparação com as duas décadas anteriores, em 2010 o saldo é extremamente positivo, como verificado em Ipojuca. Contudo, há de se convir que apenas 22,89% dos jovens de 18 a 20 anos terem concluído o ensino médio, ou somente 40,70% dos adultos (acima de 18 anos) terem concluído o ensino fundamental são números que devem gerar preocupação, tendo em vista que escolaridade tende a acompanhar o acesso ou não a muitos bens materiais e imateriais criados pela coletividade.

Ainda de acordo com o levantamento do PNUD, entre 2000 e 2010 a população de Ipojuca cresceu a uma média anual de 3%, bem acima da média nacional (1,17%) e a taxa de mortalidade infantil diminuiu, passando de 46,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 22,8 em 2010, neste caso apenas um pouco acima da média nacional (47,3 óbitos por mil nascidos vivos em 2000 contra 20,4 em 2010). Em 2010, em Ipojuca, 14,3% da população ativa adulta estava desocupada<sup>112</sup>. Todavia, nos anos que se seguiram à pesquisa, ou seja, de 2010 em diante, muita coisa mudou. No primeiro quadriênio (2011-2014), o crescimento se acentuou e no segundo (2015-2018) arrefeceu, de maneira que uma atualização desses índices ainda está por se fazer. Voltemos, agora, para o município do Cabo de Santo Agostinho.

Em 08 de fevereiro de 1858 foi inaugurada a estrada de ferro *The Recife and São Francisco Railway Company Limited*, que corresponde à primeira ferrovia do Nordeste e segunda do país<sup>113</sup>, ligando a Estação Cinco Pontas, no Recife, à Vila do Cabo. De grande importância econômica para a produção e comercialização canavieira, o empreendimento exigiu alto contingente de mão de obra, desencadeando um movimento migratório importante para região do Cabo (BARROS, 2004, p.28).

Outro processo histórico de peso para a alteração da composição social de Cabo e

---

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> Oficialmente denominada *Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petropolis*, a “Estrada de Ferro Mauá” foi a primeira, inaugurada de forma espetacular em 1854. No Jornal do Comércio, em sua edição de 1 de maio daquele ano, pela pena de Francisco Octaviano, pode-se ler: “[...] Mauá, a estrada de ferro, a locomotiva, são as palavras mágicas que arrebatam toda a gente; são o objeto de sua sofreguidão, o tema de sua disputa, o alvo de sua criatividade. Não se pensa, não se fala, não se quer saber senão de Mauá e de seu Railway!” e o Correio Mercantil do dia 02 de maio, encantado, comparou o trem com: “[...] cavalos que conduzem as fadas às regiões sabáticas” superior em velocidade ao corcel árabe da mais pura raça” (citado em BRITO, J. do N. apud. ARANHA, 2017, p.18-19)



Ipojuca foi a modernização dos engenhos e sua subsequente substituição pelas usinas, que incidiu sobre o campesinato da região. A monocultura e a concentração fundiária demandadas pelas usinas canavieiras arruinou o modo de vida de um grande contingente de agricultores, causando êxodo da Zona da Mata Sul, resultando nas concentrações populacionais que dariam origem aos grandes bairros, como, por exemplo, Ponte dos Carvalhos, localizado entre os bairros Cidade do Cabo e Pontezinha, ou Nossa Senhora do Ó, bairro sede de Ipojuca.

Em 1940 Getúlio Vargas criou a Destilaria Central Presidente Vargas (DCPV), vinculando-a ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que contou com uma moderna vila operária, com “vias pavimentadas, coleta de lixo, água encanada, iluminação pública e residencial, igreja, escola, enfermaria, cinema, praça pública, agremiações recreativas e esportivas” (BARROS, 2004, p.39). A DCPV parou de operar em 1974, acompanhando o declínio do IAA, mas a partir dela nasceu o bairro Destilaria, um local atualmente decadente e nostálgico, envolto por ocupações de moradores sem teto e movimentos sociais, como veremos mais à frente.

A partir dos anos 1950 e 1960, ocorreu novos surtos migratórios, resultando no aumento do contingente populacional em bairros e favelas de todas as cidades metropolitanas de Recife, promovendo – em parte, pois essa ocorrência não foi absoluta – a separação capitalista necessária da força de trabalho dos meios de produção. Na década de 1970, o Programa Nacional do Alcool (“PROÁLCOOL”) intensificou esse processo, beneficiando os usineiros em detrimento dos pequenos e médios agricultores. Nas últimas décadas, os bairros e vilas praianos de Ipojuca e Cabo também registraram importante crescimento populacional, como em Porto de Galinhas/Maracaípe e Gaibú, respectivamente.

A criação do Distrito Industrial, em 1961, atraiu algumas empresas para o município de Cabo de Santo Agostinho, dando início às atividades industriais e nascimento de um proletariado moderno, formado à época por “3.433 empregados, sendo que 2.373 (69%) constituem a parcela de mão-de-obra diretamente ligada ao processo produtivo” (BARROS, 2004, p.49). Como esse contingente da força de trabalho não foi recrutado entre a população local, os novos postos preenchidos implicaram em novo movimento migratório à microrregião.

Do crescimento urbano incontrolável e a posterior estagnação econômica dos anos 1980 e 1990, proliferaram as favelas e maiores índices de desempregados nos municípios de Suape. A retomada econômica dos anos 2000 gerou milhares de novos empregos e com

eles o crescimento populacional (além do crescimento vegetativo inerente). De acordo com o IBGE, quando levantamos os registros anuais da população estimada, em 2007 a população do Cabo marcava 163.139 pessoas, elevando-se para 205.112 em 2018. Já a evolução anual por bairros é mais difícil precisar, embora através da observação empírica seja notável a expansão populacional.

Segundo o Censo de 2010, os principais bairros cabenses, em termos populacionais, são Ponte dos Carvalhos, Cidade do Cabo (centro e demais setores), São Francisco, Cohab, Malaquias, Engenho Ilha e Charneca, todos registrando índices populacionais acima de dez mil habitantes em 2010.

<b>Bairro</b>	<b>População</b>
Ponte dos Carvalhos	26.946
Centro	8.575
São Francisco	15.309
Cohab	15.306
Malaquias	12.678
Engenho Ilha	11.680
Charneca	10.254
Pontezinha	9.207
Gaibú	8.829
Garapu	7.508
Charnequinha	5.860
Pirapama	4.831
Santo Inácio	3.946
Vila Social Contra Mocambo	3.876
Bom Conselho	3.817
Enseada dos Corais	3.700
Rosário	2.870
Distrito Industrial Diper	2.438
Juçaral	2.134
Suape	1.631
Distrito Industrial Santo Estevão	1.031
Destilaria	713
Paiva	421
Itapoama	148

Fonte: Elaboração própria. Base de Dados do Estado (BDE)<sup>114</sup>.

Desde então, a população cresceu consideravelmente, não somente nos bairros mais populosos, mas em todo o município, em geral de forma irregular e desordenada. Entre os

---

<sup>114</sup> A Base de Dados do Estado de Pernambuco utilizou-se dos dados do Censo de 2010 do IBGE. Disponível em: <[http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?CodInformacao=1167&Cod=3](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1167&Cod=3)>. Consultado em 03 de set. de 2019.

anos de 2012 e 2014, a demanda por moradia aumentou consideravelmente na cidade. O impulso econômico e de geração de emprego do Porto de Suape, revigorando a cadeia produtiva dos ramos petrolífero, da construção civil e indústrias auxiliares, implicou em fluxos migratórios sem precedentes, elevando o preço dos aluguéis, não somente no município estudado, mas também em Ipojuca, Sirinhaém e Jaboatão dos Guararapes.

Em Cabo de Santo Agostinho, a elevação foi mais sentida nas regiões de praia (Pedra do Xeréu, Paiva, Enseada dos Corais e Gaibú) e nos bairros Cohab, Cabo (centro), Vila Roca, Destilaria, Garapu e até mesmo nas áreas de morros e vales, mais periféricas. Aluguéis que antes de 2012 estavam entre trezentos e quatrocentos reais, chegaram a setecentos ou oitocentos reais, em média, nos locais mais afastados do centro e do Porto; e entre mil e mil e quinhentos nas melhores e mais estratégicas áreas. A especulação imobiliária apurada foi positiva para aqueles que dispunham de casas ou mesmo de quartos para locação<sup>115</sup>, mas com consequências insuportáveis para uma parte expressiva da população.

De um lado, foram prejudicadas as pessoas expulsas de suas terras pela Empresa Suape em troca de um Auxílio Aluguel, pois, além dos problemas inerentes às mudanças em seu estilo de vida, tiveram dificuldades para conseguir casas compatíveis com o valor do cheque, que variaram entre 150 e 500 reais. De outro lado, também caiu em desgraça a parte pobre da população que vivia de aluguel naqueles bairros e se viu impossibilitada de acompanhar o aumento repentino de seus gastos, sendo obrigada a procurar casas mais baratas e, na impossibilidade, morar de favor com familiares, ocupar regiões de mangue e beira de rios, encostas de morros e barreiras ou, como muitos de fato fizeram, engrossar as fileiras dos movimentos por moradia, participando de ocupações urbanas, que aumentaram substancialmente a partir de 2014 e das desmobilizações de mão de obra, com a demissão de cerca de 42 mil trabalhadores, 42% desses sendo oriundos outros estados.

### 5.3. A RELEVÂNCIA ANTROPOLÓGICA

Quando a investigação social, depois de delimitar seu objeto de pesquisa, situando-o de acordo com as exigências teóricas do campo de investigação, depara-se com a contingência de conhecer de perto os atores sociais implicados, a etnografia comparece como o conjunto de procedimentos pelo qual o investigador pode avançar e ampliar seu

---

<sup>115</sup> Porém, depois de 2014, os empréstimos e investimentos feitos para reforma e ampliação de casas, converteram-se em prejuízos, dado o desaquecimento imobiliário subsequente.

conhecimento das redes, estilos e trajetórias existentes, *mediando* as suposições pré-determinadas pela teoria com as explicações e práticas “nativas”.

Pela, digamos, *expertise* idiográfica do método etnográfico, o trabalho de campo não é mais realizado apenas por antropólogos, mas eventualmente por alguns outros profissionais, com maior ou menor rigor. É comum se dizer que o fazer etnográfico exige coragem, criatividade e tenacidade no trato com as pessoas que são parte da investigação, sejam elas já familiarizadas ou indivíduos há pouco desconhecidos do pesquisador. Ao proceder com a coleta dos dados etnográficos, que reconstituem o contexto tratado, o pesquisador deve ter atenção e perspicácia, pois as declarações mais importantes comumente estão ocultas à primeira vista.

Em semelhante tarefa, ao investigador que lança mão da exploração etnográfica está colocada a rotina de, reiteradamente, quebrar as resistências de seus informantes e interlocutores, mas sem exceder na forma, “assustando-o”, ou negligenciando os cuidados com certos procedimentos consagrados, como evitar fazer anotações durante as conversas e interações, por exemplo. Como os laços afetivos e a proximidade com os informantes precisam ser constantemente retomados, o investigador também é constantemente avaliado e testado pelos sujeitos da pesquisa, o que exige *anthropological blues*, do qual nos fala Roberto da Matta (1978).

Outro elemento relevante de semelhante prática é que esta causa no pesquisador, invariavelmente, impressões marcantes e inspiradoras. Como foi dito, portanto, o método etnográfico não é um enunciado de técnicas que podem ou não ser usadas na pesquisa, mas implica em um comprometimento teórico com uma abordagem que não enfoca a realidade a partir dos aspectos macroeconômico e das tendências mais gerais, mas postula que a explicitação de singularidades tem um papel a desempenhar na produção do conhecimento.

Como nosso interesse primordial é conhecer as metamorfoses sociais operadas na região de Suape, as formas de registros quantitativos deverão ser amplamente utilizadas, como estatística populacional, montantes de investimentos, etc. Porém, quando se pretende acompanhar a movimentação desses indivíduos que têm suas redes de reciprocidade, seus grupos sociais e fração de classe alterados, como de assalariado rural para urbano, pescador para operário ou agricultor para camelô, essas mudanças implicam reconfigurações profundas, para além da quantidade salarial ou espaço físico de moradia, mas na mudança qualitativa no “modo de ser” e na trajetória de vida.

A prática etnográfica, tomada como imersão em campo, não almeja “adaptar” a explicação científica ao ponto de vista da população estudada, “justificando” sua visão de

mundo, mas sim interagir com a experiência dos atores envolvidos (crenças, comportamentos, etc.), procurando por aqueles significados que não se revelam *a priori* ou de forma seriada. A compreensão do “outro”, de forma mais detida, é o resultado das necessidades do domínio colonial, da relação das nações europeias em expansão concorrencial, baseadas no poderio militar, na cultura cristã e no capitalismo comercial, entre os séculos XVI e XIX. Em seguida, em pleno auge do processo de expansão europeu, podemos afirmar que entre 1860 e 1920 a Antropologia Social está formada e o método etnográfico devidamente incorporado à disciplina.

A fundamentação e o *métier* etnográficos se aperfeiçoaram e o ofício do antropólogo desdobrou-se em diferentes estilos, gerando grandes descobertas e reflexões. Seus “pais fundadores”, Bronislaw Malinowski (1884-1942) pioneiro da escola britânica e Franz Boas (1858-1942), da escola americana de Antropologia, foram importantes para a consolidação da etnografia como método, metucioso, de sistematização de dados sociocultural, amalgamados por um fio teórico condutor. Os antropólogos Redcliffe-Brow e Evans-Pritchard são outros grandes expoentes da antropologia britânica, anti-evolucionista, anti-difusionista e calcada na análise de campo, de acordo com a longa tradição empirista e materialista do pensamento científico inglês. Ruth Benedict e Margareth Meed são outras destacadas representantes da Antropologia Cultural norte-americana.

A antropologia como um arsenal explicativo para a dominação dos povos e como ferramenta de compreensão do “diferente”, tomado ainda como inferior, desponta como uma possibilidade frutífera de parceria entre intelectuais e a política, a despeito dos formidáveis avanços já realizados por esses pioneiros, quanto à compreensão da diversidade humana. Este processo deixou marcas profundas nas sociedades contatas e em seguida submetidas, como ocorreu na América, Austrália e África entre as comunidades camponesas e aborígenes, enfraquecendo sua organização e coesão interna, além disso desenvolvendo sentimentos de inferioridades em relação à civilização europeia.

A partir dos anos 1950 e com maior força nas duas décadas seguintes, a pesquisa etnológica expande-se e se transforma, induzida pelas transformações socioculturais e político-econômicas processadas em esfera mundial naquele período. Em decorrência, a partir da segunda metade do século XX despontam críticas aos métodos tradicionais, como é o caso, por exemplo, da antropologia interpretativa de Clifford Geertz e, posteriormente, a antropologia pós-moderna, implicando novas abordagens etnográficas e, por conseguinte, novas relações sujeito-objeto. Como não se trata de revisitar a ampla literatura, queremos

apenas destacar que, desse contexto, surge a crítica da autoridade etnográfica, que nos parece oportuno trazer.

É nesse panorama que as contribuições de James Clifford comparecem como uma penetrante crítica das formas de autoridade etnográfica que se constituiu ao redor das escolas, definidas pelo autor como experimental, interpretativa, dialógica e polifônica, para pensar a cultura como um diálogo em aberto e as diferentes abordagens como inseparáveis do “debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade” (CLIFFORD, 2008, p. 20).

Os “primeiros momentos” da história da antropologia no século XIX são marcados pelo chamado antropólogo de “gabinete”, que se utiliza dos materiais de segunda mão, registrados por missionários, funcionários coloniais, exploradores, aventureiros de diversos tipos, etc. Os dados contidos em tais relatos são organizados e servem para fundamentação empírica de suas propostas teóricas. Contudo, com o desenrolar dos debates e o desenvolvimento institucional da antropologia social, os dados coletados por esses viajantes e estudados pelos primeiros antropólogos passaram a ser questionados em sua objetividade.

(...) esses homens tinham preconceitos e opiniões já sedimentadas, coisas essas inevitáveis no homem comum, seja ele administrador, missionário ou negociante, mas repulsivas àqueles que buscam uma visão objetiva e científica da realidade (MALINOWSKI, 1984, p. 20).

Ainda que reunidos com alguma sistematicidade, a predominância das *pré-noções* do olhar ocidental e amador desses cronistas, desabilitava, de acordo com a nova perspectiva em surgimento, que tais relatos fossem tomados como *fatós*, capazes de justificar uma análise rigorosamente científica das ditas sociedades primitivas. Esse foi, portanto, o *espírito* teórico que motivou a primeira geração de etnógrafos, cuja figura marcante é, de longe, Malinowski.

Embora não tenha inaugurado a *ida* a campo, nem sido o primeiro a enunciar uma abordagem que superasse o tratamento exótico em relação ao *nativo*, Malinowski foi quem realizou, da mesma forma que Franz Boas, a mais firme e exemplar saída do gabinete, estabelecendo a independência do antropólogo em relação aos relatos de viajantes, missionários e administradores, demonstrando que cabe ao antropólogo realizar a coleta dos dados, vivenciando a experiência *in loco* e extraíndo suas análises da observação “ao vivo” e devidamente anotadas no diário de campo.

Entre essa geração e os primeiros antropólogos, as Ciências Sociais haviam passado por notáveis avanços em seus aspectos teórico-metodológicos e profissionais. Na França, em 1887, o próprio Émile Durkheim esteve à frente da criação do curso de Ciência Social na cidade de Bordeaux, onde, com a participação de Marcel Mauss, Lucien Lévy-Bruhl, Maurice Leenhardt, Georg Simmel e outros, realizaram vigorosas contribuições para a constituição daquelas ciências, ampliando o entendimento sobre as formas de investigação social. O *funcionalismo sociológico* de Durkheim foi particularmente inspirador na formação dos primeiros antropólogos profissionais, não somente franceses, inclusive<sup>116</sup>.

Já nos Estados Unidos Franz Boas<sup>117</sup> cria, em 1899, um departamento destinado ao estudo de Antropologia, na Universidade de Columbia<sup>118</sup>. Muitas revistas especializadas surgem entre os séculos 1860 e 1920 e a profissionalização da disciplina avança. É nesse contexto que os primeiros antropólogos vão realizar seus trabalhos de campo, procedimento que ganhará importante significado para as discussões político-epistemológicas das próximas décadas. O trabalho etnográfico torna-se condição para o exercício profissional do antropólogo.

O trabalho de campo intensivo, realizado por especialistas treinados na universidade, emergiu como uma fonte privilegiada e legitimada de dados sobre povos exóticos (...). Em meados da década de 1930 já se pode falar de um consenso internacional em desenvolvimento: as abstrações antropológicas, para serem válidas, deviam estar baseadas, sempre que possível, em descrições culturais intensivas feitas por acadêmicos qualificados (CLIFFORD, 2008, p. 21)

Conforme os estudos das “sociedades primitivas” se aprofundam, os antropólogos se convencem que o contato direto com o *objeto* estudado é indispensável, uma condição para o bom desenvolvimento da pesquisa (LAPLANTINE, 2003, p. 57). Assim, o trabalho de campo desponta-se como método proeminente na investigação do “outro”, do desconhecido. Contudo, a exposição da pesquisa não é o relato daquilo que foi observado, mas as conclusões tiradas a partir da análise das sociedades, que não se mostram de imediato em sua plenitude explicativa, mas disfarçada de desinteressante normalidade.

---

<sup>116</sup> Outro fato importante para Durkheim e seu grupo, diga-se de passagem, foi a criação, pelo *École Pratique des Hautes Études* em 1885, da seção destinada às Ciências Religiosas.

<sup>117</sup>Sobre a contribuição de Boas, ver: BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Tradução Celso Castro. 6 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

<sup>118</sup> Na primeira fase de sua vida acadêmica, Marshall Sahlins pertenceu à vertente neoevolucionista, se opondo ao culturalismo da corrente de Boas. Porém, no final dos anos 1960, influenciado pelo estruturalismo e pela política franceses, Sahlins muda totalmente de posição.



Bronisław Kasper Malinowski (1984), ao contrário de seus mestres – por exemplo, James Fraser – não estava preocupado em *situar* as sociedades primitivas em relação ao desenvolvimento histórico da civilização humana, mas buscou explicá-las em si mesmas, revelando sua coerência e suas regras sociais altamente elaboradas, embora avessas ao comportamento “civilizado” e, por conseguinte, difícil de serem enquadradas nas explicações teóricas estabelecidas e consagradas até então.

A compreensão das chamadas sociedades primitivas tornava-se possível, desde que o olhar do antropólogo se adequasse à objetividade funcional das instituições.

A fim de pensar essa coerência interna, Malinowsky elabora uma teoria (o funcionalismo) que tira seu modelo das ciências da natureza: o indivíduo sente um certo número de necessidades, e cada cultura tem precisamente como função a de satisfazer à sua maneira essas necessidades fundamentais. Cada uma realiza isso elaborando instituições (econômicas, políticas, jurídicas, educacionais...), fornecendo respostas coletivas organizadas, que constituem, cada uma a seu modo, soluções originais que permitem atender a essas necessidades (LAPLANTINE, 2003, p. 62).

Suas observações sugeriam que a pesquisa social de caráter antropológico deveria permitir o entendimento do sentido atribuídos pelos *nativos* às suas ações e, assim, perceber de que maneira as instituições e os padrões de comportamento presentes nas organizações sociais analisadas trabalham com as necessidades básicas, socialmente estabelecidas, de coesão e *funcionalidade* da totalidade nativa (MALINOWSKI, 1984, p. 24).

Mas é o fato de estar em campo que conta, segundo os fundadores da etnografia antropológica, pois é ao aplicar e verificar a validade da teoria que o antropólogo exerce sua autoridade etnográfica. Malinowski vai basear sua autoridade na experiência, a descrição e análise da experiência. Margareth Meed e Evans-Pritchard são outros exemplos típicos dessa forma de autoridade etnográfica.

Outro avanço significativo na teoria antropológica da primeira metade do século XX pode ser encontrado entre as contribuições da *Escola de Manchester* que, estudando as sociedades tradicionais, principalmente no continente africano, desenvolveu, além das contribuições antropológicas em si, uma abordagem algo criptomarxista, manejando noções e conceitos, principalmente de *mudança* e de *conflito social*, de forma sofisticada e grosseira, ao mesmo tempo.

Na medida em que a perspicácia etnográfica desses antropólogos, aliada à densa formação acadêmico/intelectual que dispunham, os habilitou a enfrentar novos problemas e dar respostas científicas, par além do *funcionalismo*, empreenderam obras icônicas do

pensamento social, ampliando o arcabouço da pesquisa em ciências humanas. Apesar de suas contribuições, entretanto, sua gnoseologia mecânica contrastava com o método dialético, forma mais apurada de investigação dos processos sociais.

Também a escola francesa de antropologia marxista – como Maurice Godelier – avançou no engajamento e desenvolvimento da teoria antropológica, no que tange à relação entre economia e cultura.

Com o influente antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006) e sua abordagem hermenêutica, porém, a observação participante, cuja ênfase até então vinha sendo dada à experiência, desloca-se para a interpretação. Somente o fato de estar em campo não lhe torna o mais habilitado para interpretar o nativo e suas redes de relações simbólicas. A propósito, Geertz é um grande continuador da antropologia sob outro enfoque teórico-metodológico. Durante toda primeira metade do século XX, o método funcionalista e o método estruturalista predominaram. A partir dos anos 1945 o processo de descolonização tem implicações no fazer antropológico. A predominância funcionalista e a influência de Durkheim na escola inglesa são repensadas. Geertz desenvolve seu novo método de trabalho, através da aplicação da hermenêutica em suas pesquisas, realizadas na Indonésia e Marrocos, propondo uma *descrição densa*, esforço literário através do qual o autor do texto etnográfico revela, interpretativamente, o que está nebuloso ou mesmo oculto nos fenômenos observáveis.

Geertz se contrapõe ao estruturalismo de Lévi-Strauss ao tomar o conceito de cultura no plural, sendo que para sua antropologia hermenêutica as culturas possuem características únicas, que não se repetem; não são, portanto, a manifestação culturalmente particular de uma estrutura universal, mas expressam as diferentes teias de significados costuradas pelos homens em sua construção simbólica atribuidora de sentidos. Aprender a cultura é mais perceber do que explicar.

A leitura dos símbolos da cultura exige imersão, não buscando se igualar ao nativo, mas desvendar seus significados, observando os fatos como espécies de jogos, com acordos tácitos, de sensações psicológicas profundas, não explícitas.

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como

uma ciência interpretativa, à procura de significados (GEERTZ, 1978, p.15).

*A descrição densa* deve captar essas construções culturais, complexa e em constante mudança, e não um conjunto de leis abstratas e duvidosas. A semiótica é útil para a compreensão dos sistemas simbólicos, como religião, mito, parentesco, comunicação, etc. Cultura, dessa forma, não é definida como coisa, plenamente localizável, mas muito mais ligada ao campo da linguagem e as formas de nomeação (atribuição de significados compartilhados).

James Clifford (1998) nos chama atenção de que a proposição de Geertz, em que o discurso se torna texto – e a etnografia interpretação das culturas – possui as desvantagens de reduzir um discurso, feito em caráter dialogal e performático, em texto para a interpretação, não dependendo mais do sujeito que fala, dependendo agora de “organizar os significados não controlados em um texto numa única intenção coerente” (p.38).

O processo de pesquisa é separado dos textos que ele gera e do mundo fictício que lhes cabe evocar. A realidade das situações discursivas e dos interlocutores individuais é filtrada. Mas os informantes – juntamente com as notas de campo –, intermediários cruciais, são tipicamente excluídos de etnografias legítimas (CLIFFORD, 2008, p. 40).

Assim, muitas situações e diálogos são eliminados, notadamente àqueles relativos às dificuldades. É verdade que não é tardio na história da etnografia a publicação de diários e relatos do trabalho de campo. Porém, é comum, segundo a crítica feita por Clifford e que estamos nos referindo, as produções etnográficas relatarem suas dificuldades iniciais, contratempos e mudanças de planos, mas para em seguida apresentar seu estudo límpido, onde não aparece qualquer dificuldade ou dúvidas procedimentais. Esse “salto” é exatamente a lacuna das experiências e reflexões que desaparecem, ao transformar a cultura em texto.

A despeito das contribuições da antropologia interpretativa, que não foram poucas, seu método de estabelecer analogias como as formas literárias de conhecimento deixa a desejar quando o objetivo do antropólogo é colocar sua própria realidade em questão. Com isso, chega-se ao entendimento de que “nem a experiência nem a atividade interpretativa do pesquisador científico podem ser consideradas inocentes”. O trabalho etnográfico é tomado por Clifford como uma “negociação construída, envolvendo sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 2008, p. 41).

A partir da década de 1960, já se consolidava o entendimento de que o papel do pesquisador, seu desempenho e inclinações ideológicas devem ser considerados, tendo em

vista que o pesquisador é um sujeito do seu tempo, de maneira que a busca pela objetividade positivista, iluminista, dá lugar à compressão do “outro” como parte do conhecimento de nós mesmos, colocando indivíduo e sociedade – e ciência – em perspectiva.

No final dos anos 1980 temos o surgimento de um conjunto de antropólogos, principalmente estadunidenses, que vão radicalizar a crítica ao padrão estabelecido de investigação da realidade, notadamente a forma em que se realizam as pesquisas de campo. Chegam mesmo a negar as Ciências Sociais estabelecidas, tomando-as exclusivamente como ideologias, baseadas na premissa (supostamente inatingível, portanto, ilusória) de apreensão objetiva do real.

No trato com o campo, a antropologia pós-moderna propõe a transferência da autoridade para o nativo e utilizam-se de técnicas para isso, desde evitar a condução da narrativa até incluir os nativos como coautores do trabalho etnográfico. James Clifford faz a crítica a essa escola por pretender a neutralidade e “anulação” do pesquisador. Não é a voz do nativo, mas ainda a do antropólogo que se faz ouvir no trabalho, de maneira que a antropologia pós-moderna incorre no erro da “utopia da autoridade plural”: o antropólogo é o executivo, o editor; a voz não é dada ao outro, plenamente.

Essas considerações foram importantes para embasar o trabalho de campo, que apesar de feito em tempo limitado (pouco mais de um mês), nossa pretensão foi seguir a maneira antropológica de olhar a realidade, buscando a imersão experiencial e o rigor posterior no tratamento dos dados, como a escolha dos trechos das entrevistas a serem incluídas, pois, embora o pesquisador não se pretenda neutro, a objetividade foi perseguida e a pretensão foi de não identificar imediatamente as informações coletadas com a verdade, mas comparar as narrativas entre si e com dados mais gerais, como notícias de jornais, leis municipais e textos etnográficos que versavam sobre questões similares. Também tentamos inferir, na observação do cotidiano – como a manutenção de um jardim com mudas de árvores frutíferas, no barraco de uma ocupação urbana – acerca do mal-estar ou a ressignificação simbólica a partir das mudanças processadas na história de vida da população residente.

Para observar as táticas de sobrevivência e ressignificação simbólica dessa população frente aos novos desafios, resolvemos trazer também uma chave analítico-conceitual que permita desvelar elementos psicológicos e simbólico-culturais, que a abordagem *espetacular* histórico-sociológica – assim como o enfoque estatístico – não podem revelar acerca das formas de luta e resistência subalterna.

Estamos nos referindo às contribuições do antropólogo e cientista político estadunidense James C. Scott (2011), um atento leitor de Eric Hobsbawm e Edward Thompson, que, partindo desses autores, preocupou-se em desvelar as *formas cotidianas de resistência* das populações camponesas, de maneira que, por estar menos preocupado com os métodos abertos da luta de classes (políticos e jurídicos) do que com as formas silenciosas e corriqueiras de negação e aquiescência (SCOTT, 2011, 226), pode lançar luz sobre a *experiência* desses trabalhadores, que é trazida para analisar a relação de classe.

#### 5.4. CHEGADA EM CAMPO

No dia 27 de novembro de 2018 chegávamos em Gaibú, praia de pescadores e um destacado ponto turístico de Cabo de Santo Agostinho. A estratégia adotada foi de se instalar em uma pousada e, no dia seguinte, procurar algum lugar para alugar durante um mês. Paralelamente, tentávamos contatos com associação de moradores, via telefone, para agendar visitas – contato não possível, num primeiro momento. Outra estratégia foi procurar as Unidades dos Escritórios Sociais, supostamente responsáveis pela mediação dos problemas e conflitos entre moradores e o empreendimento portuário, porém, logo descobrimos que estes não existem, nem nunca existiram efetivamente, a despeito de encontrarmos seus respectivos endereços no *site* da Empresa Suape.

Como havia passado dois dias e não tínhamos conseguido nos contatar com nenhuma organização ou liderança das comunidades e instituições atuantes, nos contentamos inicialmente em conhecer a região, moradores, trabalhadores e transeuntes de Gaibú. O momento era de preparação para a temporada de férias que se aproximava e trabalhadores dos setores de serviços começavam a renovar o quadro dos restaurantes e quiosques das praias. Tratamos de conversar com jovens garçons e cozinheiros, vindos das mais variadas regiões, desde bairros do Cabo quanto de estados como Bahia e Paraíba.

Esses trabalhadores do comércio na praia de Gaibú e seus respectivos empregadores (também conversamos com alguns), porém, não estavam com boas expectativas, pois sentiam que o movimento poderia ser ainda mais fraco do que os dois anos precedentes, de modo que esses trabalhadores temporários não estavam com o emprego assegurado – o que, inclusive, aumentava o assédio moral. Outro fator agravante eram as condições de trabalho desgastantes e baixos salários. Para o caso dos baianos, havia um adicional de estigma, que trataremos mais à frente.

Devidamente estabelecido em um *flat*, alugado na Avenida Enseada dos Corais, agora distante cerca de 45 minutos de caminhada da praia de Gaibú e Calhetas, faltava conhecer e estabelecer contato com os moradores e pescadores que disputavam o território propriamente dito com o Porto e as obras de Suape. Finalmente, conseguimos estabelecer contato com membros do Fórum Suape-Sustentabilidade Ambiental, entidade que congrega um conjunto de outras entidades e lideranças locais em defesa das comunidades atingidas, que nos convidaram para o lançamento do Relatório da Missão de Investigação e Incidência, da Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Dhesca Brasil –, cujo trabalho em Suape consistiu em avaliar as “denúncias e violações de direitos humanos decorrentes da instalação e operação do empreendimento público SUAPE (...) bem como das indústrias instaladas e operantes na área” (DHESCA, 2018, p. 08).

O referido evento ocorreu no dia 06 de dezembro, realizado na Defensoria Pública de União, em Recife. Depois de nos apresentarmos para alguns membros do Fórum Suape, expor nosso propósito e ajudá-los a organizar o jornal informativo do Fórum que seria distribuído, fomos para o auditório e aguardamos a chegada dos moradores das comunidades atingidas. Além de poder presenciar as exposições sobre a situação das comunidades e adquirir material que detalha o estudo do grupo de trabalho da Dhesca, que nos foi muito significativo, mais produtivo ainda foi estabelecer contato com lideranças comunitárias e sindicais presentes, trocar contatos telefônicos para agendar futuras visitas e conversações. Como pegamos carona na volta com o ônibus fretado que levou os membros das comunidades até Recife, pudemos conhecer melhor outros moradores, que não haviam se manifestado durante a reunião, principalmente de Gaibú e Calhetas, e agendar futuras conversas.

Combinei de entrar em contato com o representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo PB/PE (SINDIPETRO), lideranças do Engenho Ilha, Ilha de Mercês, membros da Associação de Pescadores Z8 de Gaibú, com membros do Movimento Metropolitano de Luta por Moradia (MMMP) e da ONG FASE. Preciso registrar que todos foram extremamente solícitos e dispostos a contribuir com a pesquisa, pois o entendimento era de que “quanto mais souberem da situação, melhor”, porém alguns encontros não se realizaram, seja por dificuldades de agenda, por terem sido desmarcados pelos entrevistados ou não conseguir estabelecer contato.

Essas contingências nos fizeram centrar o trabalho naqueles locais em que conseguimos estabelecer contatos mais profícuos – praias de Gaibú e Calhetas, Vila Nazaré

e ocupações nas imediações dos bairros de Rosário e Destilaria, locais de históricos engenhos de cana, interessante para nós por se tratar de local de disputa fronteiriça com a empresa Suape e local de uma importante indústria regional da Era Vargas, respectivamente, como veremos.

Fui introduzido neste universo dos pescadores artesanais de Gaibú por intermédio de Edinaldo Rodrigues, conhecido como pescador Nal. Figura destacada entre seus pares, converteu-se em um dos mais destacados porta-vozes dos pescadores nos últimos anos, que assistem à ruína da qualidade de vida de suas famílias em decorrência das obras dos estaleiros e das dragagens. O amplo conhecimento técnico, histórico e político de Nal sobre a região, assim como sua disposição em nos servir de informante, fortaleceu enormemente nosso entendimento, facilitou acessos e criou laços de solidariedade mútuos entre pesquisador e residentes. Não menos importante, trouxe desafios gnosiológicos consideráveis ao trabalho etnográfico.

Comentando acerca das dificuldades de trabalho dos antropólogos frente à elaboração de laudos técnicos, principalmente a limitação de tempo para realizar uma etnografia de qualidade, o antropólogo Rodrigo Grunewald (2015), partindo de duas de suas experiências, chama atenção para que os porta-vozes e dirigentes políticos podem não ser “o povo do antropólogo”, visto que ao privilegiar a “*pesquisa com representantes*” não vem à tona as contradições e discordâncias existentes<sup>119</sup>.

Embora nossa investigação não esteja relacionada com elaboração de laudos e relatórios periciais, nosso tempo também foi limitado, nossos principais informantes recrutados entre lideranças locais e, por isso, o desafio de buscar o “povo” que vivenciava os impactos e as transformações socioculturais em um modesto tempo – com o agravante da pouca experiência – fizeram com que as recomendações de Grunewald fossem como que uma carapuça adequada, então passamos a usá-la.

Dessa forma, além das conversas com lideranças, procuramos interagir com os demais moradores, frequentando locais públicos e a academia de musculação de Gaibú, paralelamente a visitas aos bairros urbanos e locais históricos da cidade de Cabo. Entre os agricultores de Vila Nazaré, visitamos alguns moradores que estabelecemos laços mais estreitos, comendo e bebendo com eles, inquirindo-os sobre as associações existentes, as mudanças em suas vidas, o que esperavam para o futuro e se podiam apresentar determinados locais nas proximidades, ligados à história e economia (indústria e turística)

---

<sup>119</sup> Ibid., p. 273.

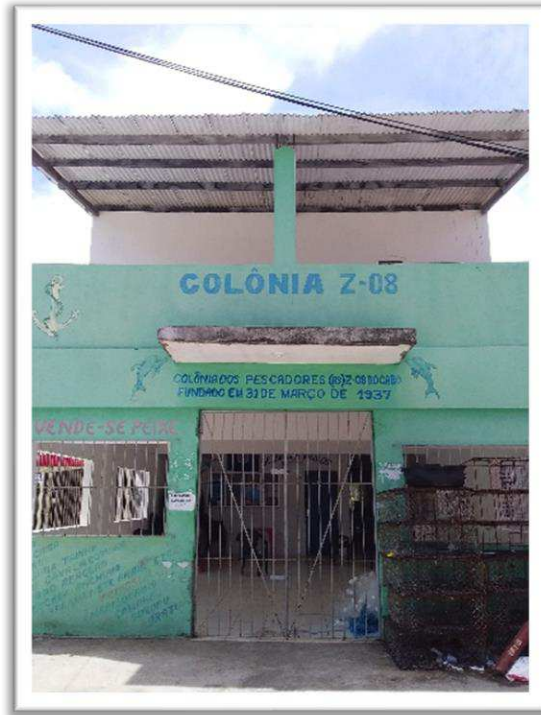
da região. O despertar para conversas com moto-taxistas, comerciantes, balconistas e moradores locais foi positivo para não nos limitarmos a uma narrativa “oficial”.

De fato, não há nada mais ingênuo do que aceitar a ideia de que bastaria se fazer presente em uma determinada comunidade e ouvir alguns indivíduos, para *conhecer* a verdadeira realidade ou, até mais modestamente em abrangência, o “ponto de vista nativo”. É sabido que a verdade do objeto não corresponde, necessariamente, ao que o “objeto” diz ser a verdade (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1999) e que ênfases, entrelinhas e performances costumam ser, desde que para isso tenha o olhar aprimorado, indícios e fontes mais ricas do que informações verbalizadas. Realmente tudo isso é óbvio, mas quando recém conhecemos uma comunidade e ainda não demos conta da história local, dos detalhes conjunturais, minúcias geográficas e estratégias simbólicas e, portanto, ainda não estamos capacitados para acessar as *realidades compartilhadas* daquele grupo, a tentação jornalística costuma seduzir. Nós mesmos estamos cientes, enquanto redigimos essa tese, das limitações que ainda carregamos, dado o caráter *escolar* desse nosso esforço profissional nas Ciências Sociais. Mas o esforço é para elaborar uma análise no sentido da construção sociológica.

#### 5.5. RESISTENCIA, LUTA E BUROCRACIA ENTRE PESCADORES DA Z8

Em 1919, o comandante da Marinha do Brasil Frederico Villar, preocupado com a segurança do litoral brasileiro naquele contexto bélico das primeiras décadas do século XX, dividiu o litoral e os rios em Zonas Pesqueiras, que compreendiam concentrações populacionais de cerca de 200 pescadores. Com o passar do tempo, as colônias converteram-se em organizações sindicais dos pescadores artesanais. Consta que a Colônia dos Pescadores (as) Z8 foi fundada em 31 de março de 1937, congregando famílias de pescadores há muito estabelecidas em Gaibú – e, atualmente, alguns ex-moradores que, por diferentes motivos, todos eles ligados à repercussão negativa das obras de Suape em suas vidas, passaram a morar nas imediações como, por exemplo, o bairro Amaro Leão.



**FIGURA 9 – SEDE DA COLÔNIA DOS PESCADORES (AS) Z8**

Fonte: Eduardo M. de Brito. Praia de Gaibú, 10/12/2018.

No imaginário dos seus membros, porém, a Colônia Z8 sempre existiu, de acordo com a maioria dos pescadores que conversamos, nos relatando que não somente seus pais, mas também seus avós e até bisavós integraram a colônia, sendo esta instituição uma parte constitutiva da comunidade, a despeito de ter sido transferida de lugar algumas vezes e passar por ocasional declínio organizativo ou aparelhamento de grupos.

**FIGURA 10 – PESCADORES DA COLÔNIA-Z8**

Fonte: Eduardo M. De Brito. Praia De Gaibú, 11/12/2018.

Entre 2007 e 2013, as obras de dragagem de aprofundamento para ampliação do Porto castigaram substancialmente a vida presente nas águas de Suape, desde as comunidades fitoplanctônicas (KOENING, et al., 2002) em seus extensos manguezais, aos polipoides antozoários criadores dos arrecifes de corais e chegando aos mariscos, ao caranguejo aratu, siri e aos vários tipos de peixes presentes na costa, afetando, ao que tudo indica, a atividade pesqueira de forma permanente, já que o bota-fora oceânico<sup>120</sup> das obras portuárias tem prejudicado muito os micro e macro organismos biológicos, existentes no espaço marítimo em questão.

Por consequência, é evidente que as atividades industrial/portuárias implicou em contaminação dos rios e do mar. E por ocasião das obras de assoreamento, uma constante na área até 2013, os sedimentos retirados próximos à praia de Gaibú foram despejados nas proximidades, cerca apenas de 500 metros da costa – e cerca de 100 metros dos arrecifes – quando o correto seria, supomos, que esses sedimentos fossem transportados para longe da concentração de vida marinha, uma irresponsabilidade criminosa, que afetou toda a dinâmica da região, reduzindo drasticamente a pesca e a coleta de mariscos, impondo mudanças profundas, irreversíveis, na vida desses pescadores e marisqueiras.

Os trabalhadores artesanais e cooperados passaram a viver de doações, seja do Governo do Estado ou, eventualmente, de seus parentes, ambas as formas absolutamente

---

<sup>120</sup> Uma área de 2,81 km<sup>2</sup>, dividido em seis quadrícula para despejo de sedimentos e lixo residual. Ver Resolução CONAMA n° 454/2012.

insuficientes para manter uma família trabalhadora. Segundo Nal Pescador, inicialmente os cheques eram de 311 reais e depois de muita negociação chegou aos atuais quatrocentos e uma feira [cesta básica] de 79 reais. Essa indenização é paga com recursos estaduais, mas não contempla todos os pescadores, além de não estar claro se todos que recebem os cheques, número estimado pelos pescadores em cerca de 163 indivíduos, são de fato pescadores – um assunto delicado de se tratar na colônia, pois envolve relações de poder e influência.

Malgrado o módico valor, Nal e os demais entrevistados admitem a importância e transcendência dessa espécie de indenização aos pescadores prejudicados, por expressar o reconhecimento, por parte do Estado, de que as atividades portuárias têm impactado negativamente sobre a natureza, assumindo, tacitamente, a responsabilidade pela devastação dos mangues.

Se é verdade que, por um lado, através desse pagamento, a Empresa Suape e o Estado reconhecem que os pescadores foram negativamente impactados em suas atividades econômicas pelas obras da expansão portuária, por outro lado, ao pagar tributo, acreditam estarem livres para seguir com a devassa ambiental, pois, cinicamente, entendem estarem quites<sup>121</sup> com essa população, preparando a regularização para mais intervenções, permanecendo na ofensiva, a despeito dos flagrantes crimes ambientais reconhecidos.

Notamos, por seu turno, que no proceder político e cultural de Nal e seus companheiros da Z8 (ações jurídicas impetradas<sup>122</sup>, organização em Fóruns de comunidades atingidas e insistência em manter seu modo de vida) esses pescadores demonstram estar bem advertidos sobre o “estado de guerra” em curso, de maneira que toda conquista, por mínima que seja, possui sua relevância política e jurídica, auxiliando na resistência à desterritorialização. É a combinação de uma falsa submissão (SCOTT, 2011, p.219) com formas de embates mais abertos.

Ainda segundo Nal Pescador, a vida econômica e psicológica das famílias desassistidas, aquelas que foram obrigadas a mudarem de residência, ou mesmo que permanecem, resignadas, é calamitosa.

---

<sup>121</sup> do latim clássico *quietare*, ou seja, “aquietar”.

<sup>122</sup> Por exemplo, em 2013 os pescadores da Colônia Z8 moveram uma ação junto ao Ministério Público Federal e as dragagens foram interrompidas.

Eduardo: o que está acontecendo com a vida dessas pessoas que estão sem receber?

Nal: Olha, tá difícil visse, mais de 80% vive de doações e pedindo ajuda. Alguns tem situações muito mais gravíssimas, que foram expulsos de suas terras, eles não conseguem mais pescar e plantar e vivem nas periferias, morando de favor na casa de um amigo, de uma amiga, passando muita necessidade, devendo, os que foram retirados de suas casas, que foram para Nova Tatuoca tão devendo muito, no SPC e Cerasa porque não podem, não conseguem pagar uma conta de luz, não conseguem pagar uma água porque tiraram a pesca deles, tiraram a infraestrutura deles, que dava a sustentabilidade deles, que era a pesca e a agricultura né, foram tiradas deles, então a situação é gravíssima.

Eduardo: o pessoal que saiu daqui, além de Nova Tatuoca, foram pra onde? A periferia que o senhor fala é onde?

Nal: Estão espalhados. Aqui, Gaibú Novo, tem Águas Cumpridas, tem Cabeça de Nego lá, que é perto da mata, eles foram dispersos, tem muitos dispersos por todo canto. Tem gente morando em Ipojuca, Nossa Senhora do Ó, vivendo em situações difíceis mesmo, muitos entraram no alcoolismo, nas drogas, por causa do dano psicológico, eles sofreram na verdade um terrorismo psicológico na verdade, a palavra certa é essa, porque pessoas se enforcaram, outros morreram por depressão, tem muita gente que tá encamado. Num único dia, a gente foi fazer uma pesquisa lá em Tiriri, mais de 30 mulheres estavam pensando em suicídio, quer dizer, a situação é gravíssima. Inclusive eu quero ressaltar que nós, pela associação de pescadores – não foi pela Colônia mas pela associação – fomos na DH, denunciamos, trouxemos o Conselho de Psicologia para conversar com essas mulheres, eles ficaram horrorizados pelos danos psicológicos, mas nada foi feito por essas pessoas, o Estado que mandou esse pessoal, esses psicólogos para atender essas pessoas, não deu assistência, foram lá, conversaram e abandonaram. E buscando retorno do trabalho, deu bem claro a entender que falavam assim, “olha, a gente não pode fazer nada porque vai dizer que foi a gente [Estado] culpado de fazer tudo isso”. O Estado nega que fez isso com as pessoas, então até hoje... menino de 23 anos que enlouqueceu, ficou internado no hospital aqui da Tamarindeira, no hospital de doido mesmo, menino de 23 anos, porque a casa foi derrubada com ele dentro, ele disse, “eu não saio da minha casa, eu não saio da minha casa!”, derrubaram com ele dentro...<sup>123</sup>

Significativa alteração pudemos contatar no bairro Amaro Leão, um local próximo a Gaibú, outrora um conjunto de sítios, posse de agricultores de viviam da safra da manga e do caju, mas que quando a empresa portuária avançou sobre esse território, causou desespero nos agricultores que, temendo perder tudo, trataram de vender as terras e mudarem para os bairros urbanos da cidade. Com o processo de expansão das obras portuárias, não tardou para que Amaro Leão fosse tomado por ocupações de

---

<sup>123</sup> Entrevista realizada por Eduardo Martins de Brito em 10 de dezembro de 2018, na praia de Gaibú, no Município de Cabo de Santo Agostinho

desempregados, camelôs e toda sorte de aventureiros que surgem em regiões impulsionadas economicamente, como ocorrido entre os anos de 2008 a 2014.

Destacamos este bairro também por ter se convertido em destino de pescadores que passaram a viver de aluguel, quando foram “agraciados” pela empresa Suape com um auxílio de 250 reais, entretanto, segundo nos informaram, tal pagamento deixou de ser feito. Com isso, esses pescadores não têm conseguido arcar com os aluguéis e são expulsos, em muitos casos indo morar no mangue, vão pegar material reciclado nas ruas, pagam mais um mês de aluguel até serem novamente escoraçados para debaixo de uma árvore ou uma ponte. Conquanto a prosperidade macroeconômica advinda com o Complexo Portuário de Suape nos últimos anos, essa tem sido a desgraça que se abateu sobre essas pessoas que tiveram que sentir na pele os efeitos “colaterais” das políticas econômicas adotadas. Passaram a viver de aluguel

#### 5.6. CALHETAS, NAZARÉ E OS AGLOMERADOS CIRCUNVIZINHOS

A praia de Calhetas atualmente é um destacado ponto turístico do Cabo, com belas paisagens físicas, atrações de passeios e entretenimento (como a famosa e lucrativa tirolesa) e pontos históricos, com as ruínas do Forte São Francisco Xavier, que se encontram em Calhetas, no pontal geográfico que adentra o mar, como podemos conferir. Cabo de Santo Agostinho e, portanto, Gaibú e Calhetas, integram o Setor 3 Sul da Zona Costeira de Pernambuco. É de Calhetas que os pescadores da Z8 costumam zarpar quando vão realizar suas pescarias em alto mar.

A propósito, no dia 13 de dezembro compartilhamos com alguns pescadores uma significativa experiência, quando pudemos acompanhá-los em uma dessas pescarias, convidado por Nal Pescador. Além deste, também nos acompanharam Antônio Rodrigues dos Santos (Guiga) e Galego (somente dispomos no apelido desse pescador) e, não sem medo, aventuramo-nos nessa imersão antropológica. Enquanto preparava-se os utensílios e o barco, Nal me contou sobre sua vida e como a quantidade de peixes diminuía nos últimos anos. Saímos um pouco antes das 6h, com o vento leste (que vem do mar) já bem altivo.

Uma hora depois, e distante 5 km da costa, sentimos, "in loco", essa corrente do leste se chocar com as ventanias provenientes do Sul; esta, nos pegando pela frente, quando da manobra, aquela, pela esquerda. Bem tranquilamente, os pescadores me esclareciam curiosidades náuticas e Nal me contava como vinha sendo perseguido pela

Empresa Suape, também que teve negado seu pedido de proteção policial junto às autoridades competentes, que não somente sua vida, mas de alguns outros pescadores estava em risco pelas denúncias que faziam. Outro assunto que merece destaque é o caso de pescadores sendo presos, agredidos e ameaçados por pessoas obscuras, que costumam surgir de repente “aconselhando-os” a deixar de brigar com Suape e pensar que, um dia desses, seus filhos poderiam não ver seus pais retornando para casa. No interim dessa conversa, ondas de cerca de 4 metros sacudiam nosso barco e uma certa apreensão se instalava, inclusive entre os “velhos lobos do mar”.

“O segredo é manter a proa na horizontal em relação às ondas”, me dizia o mestre. Ao longe, o vento noroeste, oportunista, aguardava o desfecho da conflituosa valsa que já se desenrolava, mas, impaciente, se envolveu, criando um cabaré telúrico entre as forças da natureza, precipitando, assim, uma bela chuva naquela tensa, porém produtiva, manhã de dezembro, trazendo consigo a calma (pois a chuva age como uma parede às ventanias), maior quantidade de agulhas<sup>124</sup> na rede e muito conhecimento pra mim.

No dia seguinte, me encontrei com Fernando, morador nato de Calhetas, que havia conhecido na Audiência em Recife. Não foi difícil encontrar sua residência, pois sua mãe tem um restaurante na Comunidade, e logo que cheguei, fui convidado para almoçar e depois conhecer a localidade. Queria ver primeiro as casas que foram demolidas e saber de seus moradores. Segundo Fernando e alguns vizinhos que nos acompanharam, as casas demolidas eram de “invasores”, ou seja, pessoas que haviam se instalado no local recentemente, a partir do alto fluxo demográfico de 2012 e constituíam-se de trabalhadores que haviam trabalhado no Porto ou nas indústrias próximas e também de comerciantes ambulantes (que vendiam chapéus, óculos e alimento nas praias).

---

<sup>124</sup>Um dos poucos tipos de peixes que ainda pegam, muito embora em quantidades cada vez menores.

**FIGURA 11 – CASA DEMOLIDA EM CALHETAS**

Fonte: Eduardo Martins De Brito. 14/12/2018

Eram pessoas que, como não tinham vínculos antigos e parentais na comunidade, em geral não ficavam muito nas casas, além de não terem conseguido o mínimo apoio para resistir às demolições. Nos foi possível, então, captar a existência do “nós” (moradores tradicionais) e “eles” [*outsiders*, que não deveriam estar ali]. Como não poderia deixar de ser, os meus informantes, em retrospectiva, duvidavam da índole daqueles que foram expulsos e, por extensão, dos moradores recentes que haviam se estabelecido, mais acima, na parte da Vila de Nazaré, não a tradicional e espaço dos parentes e antigos conhecidos, mas suas partes mais afastadas, recém colonizadas, que passaram por um rápido e assustador crescimento populacional. São locais que ganharam novos nomes, inclusive.

Para melhor contextualizar a situação, este é o momento de apresentarmos ao leitor a questão do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti - PMAHC, que fica entre as praias de Suape e Gaibú, precisamente onde estávamos garimpando as informações. Esta é uma área com potencial lucrativo para inversões de capital, devido suas possibilidades turísticas e a valorização fundiária advindas da geografia portuária e, mais recentes, do desenvolvimento industrial do CIPS. Por outro lado, os milhares de indivíduos amalgamados com aquele território antes da ocupação, sob a lógica da pequena e por vezes, da coletiva forma de propriedade, em que o uso da terra não lhe agregava valor, mas preservação e relações simbólicas. São lógicas de ocupação territorial, portanto, controversas.

Analisando desta maneira, podemos entender melhor porque as oligarquias do estado, latifundiárias por excelência, permitiram uma área de preservação ecológica em tão

valorizadas terras. Em 1975, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem) chama atenção, em seu Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana do Recife-PDI/RMR para necessidade de preservação dos vestígios histórico-arquitetônicos presentes na Vila Nazaré, definindo, três anos depois, a área como sítio histórico de Cabo de Santo Agostinho (Plano de Preservação de Sítios Históricos - PPSH/RMR). Ocorre que no mesmo ano foi criada a Empresa Suape (Lei Estadual n. 7.763, de 1978), e em 1979 o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, através do Decreto no 5.765/79 (CUNHA, 2017, p.04), entregue à administração da Empresa Suape.

Desde 1983 a área do PMAHC passou a ser considerada Zona de Proteção Cultural (ZPC), através do Decreto Estadual no 8.447<sup>125</sup>. Como tal, o Plano Diretor Suape, legislando em causa própria, vamos dizer assim, faculta à segurança portuária o poder de permitir quem pode e quem não pode transitar nas imediações, alegadamente para preservar o meio ambiente e garantir a segurança. Mas e quanto às construções industriais e as atividades poluentes do Porto Organizado, que comanda a segurança portuária? Começando a ver, portanto, que por trás da preservação está uma disputa pelo controle do território, dificultando acesso e expansão da população sobre o espaço.

As medidas para garantir proteção do Parque em Nazaré e terras adjacentes passam pela contenção da ampliação de suas posses, restringindo a construção de novas casas – e mesmo a proibição de qualquer reforma – inclusive para os filhos dos posseiros tradicionais<sup>126</sup>, que, impedidos de se estabelecerem a partir da ampliação dos membros da família, são obrigados a deixar a área. O que estamos sustentando, afinal, é que existe uma articulação política, entre várias esferas governamentais, para desgastar a população residente e impedir novos fluxos migratórios para o pontal do Cabo, para que esse espaço seja convertido, definitivamente, em patrimônio econômico do capital. A intenção não é tornar a área desabitada, mas convertida em fonte de exploração hoteleira e afins.

Assim, existe um duplo movimento, por parte do poder político que age na região. Por um lado, a Prefeitura reconhece a proliferação dos novos povoamentos urbanos favelizados ao redor de Nazaré, seja por incapacidade de dar alguma solução, mas também por delimitar a existência das áreas passíveis de povoamento daquelas destinadas à preservação e ao turismo. De outro lado, os poderes municipal e estadual buscam dificultar ao máximo a permanência das famílias remanentes, através da proibição de construções de casas e novos cômodos,

---

<sup>125</sup> CUNHA, *ibidem*.

<sup>126</sup> “Art. 55. Na ZPC não serão admitidos novos parcelamentos do solo para fins urbanos ou rurais” (DECRETO Nº 37.160/2011)



ameaça de demolições (com a presença quase que diária de fiscais da Empresa Suape), não reconhecimento formal de seus endereços (nas tarifas de energia das casas em Calhetas, por exemplo, consta que residem em Tapuama, a quilômetros de distância), proibição de manutenção de lavouras, mesmo conjugadas às casas, proibição do exercício da pesca nas proximidades do porto (com casos de prisão pela Marinha ou segurança portuária), contaminação das águas, ameaças aos líderes comunitários, dentre várias outras investidas deliberadas para expulsar essa população residente.

Em 2016 a Empresa Suape resolveu cercar, com arames, as terras do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, alegadamente para evitar invasões e depredação do patrimônio cultural. Porém, é público e notório que as ruínas e demais vestígios físicos e simbólicos do Parque estão abandonados, de modo que a preocupação do Complexo de Suape limita-se, tão somente, às suas terras. Em nossas visitas, percebemos que os moradores da Vila Nazaré estão há muito na área e se consideram guardiões daquele lugar.

Em companhia de Fernando, morador de Calhetas, fiz a minha primeira visita à Vila de Nazaré. Começamos conhecendo os moradores mais antigos. Me levaram à casa de Caboré, agricultor cuja história familiar remonta à origem da Comunidade. Subimos o Vale (conhecido, mais recentemente, por Vale da Lua) e no caminho da trilha turística, com vários camping e pousadas, abriu-se uma clareira, uma espécie de centro da vila, em que quase todas as casas (cerca de 10) eram também algum estabelecimento comercial para turistas e moradores. Em frente de uma delas estava Caboré, sua companheira e um vizinho (não se identificaram nominalmente), comendo piaba e bebendo pitú; fomos apresentados e, logo, convidados para acompanhá-los. Estão comemorando algo? – “a vida!” – disseram, e brindamos.

Caboré começou a me falar da situação antes e depois das obras do Porto, ressaltando que a maior mudança foi a partir do impulso recente (do PAC 2). Ressentiu-se da Prefeitura Municipal e da administração estadual, denunciando que seu modo de vida está sendo destruído e que novas oportunidades não estavam sendo oferecidas. Sobre a organização política dos moradores para responder aos problemas, disse que há descaso e desinteresse, que a Associação de Moradores – que ele já foi diretor – não somente estava sem gestão como já sua estrutura estava abandonada e que as associações que existem (se referia a Gaibú) negociam sem pensar em Nazaré. Perguntei se isso não fugia à competência de outra associação, ele concordou, disse que gosta do pessoal de Gaibú (“inclusive Nal é meu primo”,

informou), mas não estava satisfeito com a suposta falta de solidariedade dos vizinhos/parentes.

**FIGURA 12 – MORADORES DA VILA NAZARÉ**



Fonte: Eduardo Martins De Brito. 14/12/2018

A companheira de Caboré, que é artista, me contou que procurou a prefeitura para apresentar um projeto artístico para a localidade, que estava disposta a dar seu tempo ao projeto, precisando apenas do financiamento para os materiais, mas foi ignorada e, emocionada, precipitou-se a chorar, Fernando interveio me pedindo uma contribuição para novas bebidas e que ia mandar “o menino ali buscar”, no que minha interlocutora se recompôs e mudou de assunto. Essa conversa, que teve a particularidade de se dar em um contexto festivo e alcoólico, seguramente coloca questões para a coleta de dados, pois, ao mesmo tempo que permite maior aproximação com os moradores, tornando-se confidentes de suas angústias mais profundas, amplia a performance e os exageros, de modo que constituiu em uma fonte a ser considerada em comparação com as demais informações. Mas, indiscutível é o fato de que melhorou o conhecimento valorativo dos moradores de Vila Nazaré.

As terras adjacentes, que formam hoje as periferias de Gaibú e Vila Nazaré, foram o destino de uma boa parcela de trabalhadores, dentre os quais aqueles demitidos a partir de 2014, que se viram impossibilitados de abandonar a região e retornar para seus estados de origem. As mudanças em suas redes de reciprocidade, constituição de novas famílias, vínculos vários adquiridos e mesmo a mais absoluta falência material, fizeram com que passassem a se

ajeitar da forma que fosse possível nas periferias que foram se ramificando nos anos mais recentes. Um desses aglomerados é o sítio Areal, formado a partir de ocupações crescentes nos últimos seis anos e que já somam cerca de mil moradores, segundo apuração interna, como nos foi informado durante a nossa visita ao local em dezembro de 2018, realizada na companhia de Ednaldo Rodrigues de Freitas (Nal Pescador).

Este local corresponde a parte mais alta do pontal do Cabo e seus moradores nos relataram os conflitos com a Empresa Suape. Esses moradores são oriundos das zonas rurais e, muitos, de outros estados, como é o caso de Patrícia, natural da Bahia e que mora com seu marido na comunidade. Ela é membro da Associação dos Moradores do Sítio Areal e viu sua vida declinar economicamente quando seu companheiro não conseguiu se reinserir nas obras portuárias em 2010, voltando para Bahia; porém, em 2012, novas contratações fizeram com que a família retornasse a Suape, conseguindo um emprego nas obras do Consórcio Ipojuca. Depois de 2014, não conseguiram mais emprego e alegam que as condições no estado natal também não são promissoras, de maneira que há mais chances de conseguirem trabalho perto do complexo portuário do que junto aos seus parentes e círculos originais.

Outro morador que conversamos em Areal foi Carlos, também da Associação, que relatou sobre o conflito recente que tiveram com a Empresa e os órgãos públicos (Prefeitura, Polícia Militar, Secretaria do Turismo) que, liderados pelo Major Félix, havia investido contra quinze de suas casas, no intuito de debelar, através o uso da força, o conjunto daquelas precárias habitações, destruindo também as instalações elétricas, direito básico às condições de existência. A população reagiu e tentou impedir a ação, deixando cortar os cabos elétricos, todavia obstaculizando a retirada dos mesmos; também bloquearam a rua em frente, impedindo por algum tempo o tráfego dos ônibus, em desesperadas medidas para resistir à indigência plena, impostas como vocação pelos poderes públicos e investidores capitalistas.

Apurando o fato, confirmamos, junto ao Jornal Fórum Suape – Espaço Sustentabilidade, que o conflito ocorrera no dia 28 de junho de 2018 e a ação foi dirigida pela Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), conjuntamente com a Empresa Suape, a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho e a Polícia Militar<sup>127</sup>. Na realidade, essa ação foi a mais truculenta, porém, nos últimos dois anos, ainda segundo o informativo do Fórum, as tentativas de retirada dos moradores e destruição de casas é uma constante. Segundo o levantamos entre as falas

---

<sup>127</sup> Moradores do Sítio Areal denunciam corte da energia elétrica que vai prejudicar mais de mil famílias. Fórum Suape – Espaço Sustentabilidade. 2018. Disponível em: <[forumsuape.ning.com/profiles/blogs/moreadores-do-sitio-areal-denunciam-corte-da-energia-eletrica-que-](http://forumsuape.ning.com/profiles/blogs/moreadores-do-sitio-areal-denunciam-corte-da-energia-eletrica-que-)>. Acesso: 30 de set. de 2019.

dos moradores, não somente ali, mas também em Calhetas, no último as ações têm sido mais violentas por conta do já referido Major Félix.

Essa figura, cuja lotação e vínculo empregatício permanecem em segredo, sendo apenas conhecido com essa designação genérica de Major, tem estado à frente das “batidas” da Empresa Suape e Prefeitura de Cabo, visto que esta última tem atuado com mais violência e persistência contra as comunidades apenas mais recentemente, como que insinuando que algo nos bastidores do poder político-econômico e das informações privilegiadas, tenha se alterado. Pelo que é dito “à boca pequena”, temos conhecimento de uma tese segundo a qual a área onde hoje está o Sítio Areal está reservada, *discretamente*, para um heliporto, cujo propósito será o de atender o renascimento do turismo, uma vez que, ainda segundo essa linha de raciocínio conjectural, gesta-se ocultamente um plano de construção de cinco hotéis na área, cujo mirante e belezas naturais circundantes, de fato, assombra as mentes mais empreendedoras.

Outro dado que achamos pertinente ser agregado junto às informações acerca desta comunidade, renegada pelo Estado, diz respeito ao acordo firmado entre o Governo de Pernambuco, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 14 de março de 2016. Seu objetivo foi a realização do esforço conjunto, no prazo de dois anos, para mapeamento das necessidades socioambientais da região do Porto de Suape, que resultariam em um plano para o desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, capacitação, educação e empoderamento das comunidades locais<sup>128</sup>. Os agentes estiveram no Sítio Areal, cadastrando as famílias, porém, não tiveram mais nenhum retorno, à exceção de que, logo após o cadastramento, as famílias receberam, nominalmente, intimações expedidas pela Justiça Municipal intimando-os a deixarem suas casas, visto estarem em situação irregular e passíveis de punições criminais. Assim como os moradores, pouco ou nada se sabe dos resultados dessa iniciativa da Unesco e governo estadual.

Carlos, o morador que ainda estamos conversando, é evangélico e reside no local há cinco anos. Ele nos conta sobre o estado de desorganização da associação e as dificuldades para seguir na luta coletiva e então foi provocado a pensar sobre as possíveis vias de resistência possíveis, e, expressando o que interpretamos como um misto de indignação e

---

<sup>128</sup> Nações Unidas Brasil. “Unesco e Governo de PE fecham acordo para desenvolvimento da região de Suape”. 21 de mar. de 2016. Disponível em: [nacoesunidas.org/unesco-e-governo-de-pe-fecham-acordo-para-desenvolvimento-da-regiao-de-suape/](http://nacoesunidas.org/unesco-e-governo-de-pe-fecham-acordo-para-desenvolvimento-da-regiao-de-suape/). Acesso: 30 de set. de 2019.

resignação, nos responde com outras questões, cujas respostas já estavam contidas em seu olhar e tom de voz: “*a delegacia não faz B.O [Boletim de Ocorrência] contra Suape, ou se faz distorce e se não, arquiva. Como fica?*”; e “*como confiar na UNESCO, se ela [refere-se ao cadastramento das famílias para a prometida realocação] é paga pelo próprio inimigo?*”. Dessa forma, Carlos acredita que a comunidade está impedida de se expressar, visto que a Justiça e a imprensa não funcionam para eles. Descendo pela parte de trás do Sítio Areal, chega-se ao Conjunto habitacional Nova Tatuoca.

### 5.7. NOVA TATUOCA

O sonho de deixar o modo de vida praticado, através da possibilidade de contrato com as empresas de Suape, tão recorrente entre os agricultores de Ipojuca (MACIEL, 2016, p.23)<sup>129</sup> jamais foi compartilhado pelo conjunto dos moradores da Ilha Tatuoca, que pertencia à Ipojuca e estava exatamente no “caminho” da ampliação portuária. Dentro do plano de expansão portuária, em 2010 o governo estadual aprovou a implantação de novo estaleiro, contratando a empresa holandesa Van Oord para as obras de dragagem, orçadas em R\$ 94.902 milhões. Iniciou então os estratagemas para roubar as terras dos moradores, trazendo muito sofrimento aos moradores, mas a inauguração do novo empreendimento, o Estaleiro Promar, ocorreu de forma bem-sucedida na ilha, devidamente assoreada e cimentada, em junho de 2013.

Durante os anos de “negociação”, Suape fez uma proposta irrecusável aos moradores: saindo ou não, as obras seguiriam. Diante da relação desigual de forças, parte dos moradores aceitaram os cheques-aluguel e foram morar, na maioria, na periferia de Gaibú ou nas vilas e bairros próximos, em Ipojuca. Assim, a via que o Governo do Estado escolheu foi a imposição, visto que a quase extinção dos peixes, siris e caranguejos, fonte de renda e de alimentação, assim como a contaminação da água potável na ilha inviabilizou a sobrevivência, embora uma minoria tenha permanecido resistindo na ilha até quando foi possível, visto que ocorreu também o assédio da segurança portuária.

---

<sup>129</sup> A pesquisadora Jeanne Maciel, em sua tese de doutorado, trata do deslocamento de trabalhadores da lavoura canavieira da Zona da Mata Sul, especificamente dos municípios de Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, além de Ipojuca, que pertence à região metropolitana de Recife, mas está tradicionalmente ligada à lavoura canavieira e compõe com esses municípios e outros o TES.

**FIGURA 13 – VILA NOVA TATUOCA**

Fonte: Eduardo Martins De Brito 15/12/2018

Em março de 2014 foi inaugurado um conjunto habitacional para concentrar as famílias retiradas da ilha, denominado – para indignação de alguns – Nova Tatuoca, construído entre as vilas Cepovo e Suape, com 75 casas, em um espaço que apartou aquelas pessoas do mar, contrastando sobremaneira com seu estilo de vida pretérito. Apesar da área compreender quatro hectares, as casas são muito próximas, a infraestrutura é precária e as áreas de lazer, como parque infantil, são abandonadas, pois não há manutenção pública municipal tampouco acompanhamento do Governo do Estado.



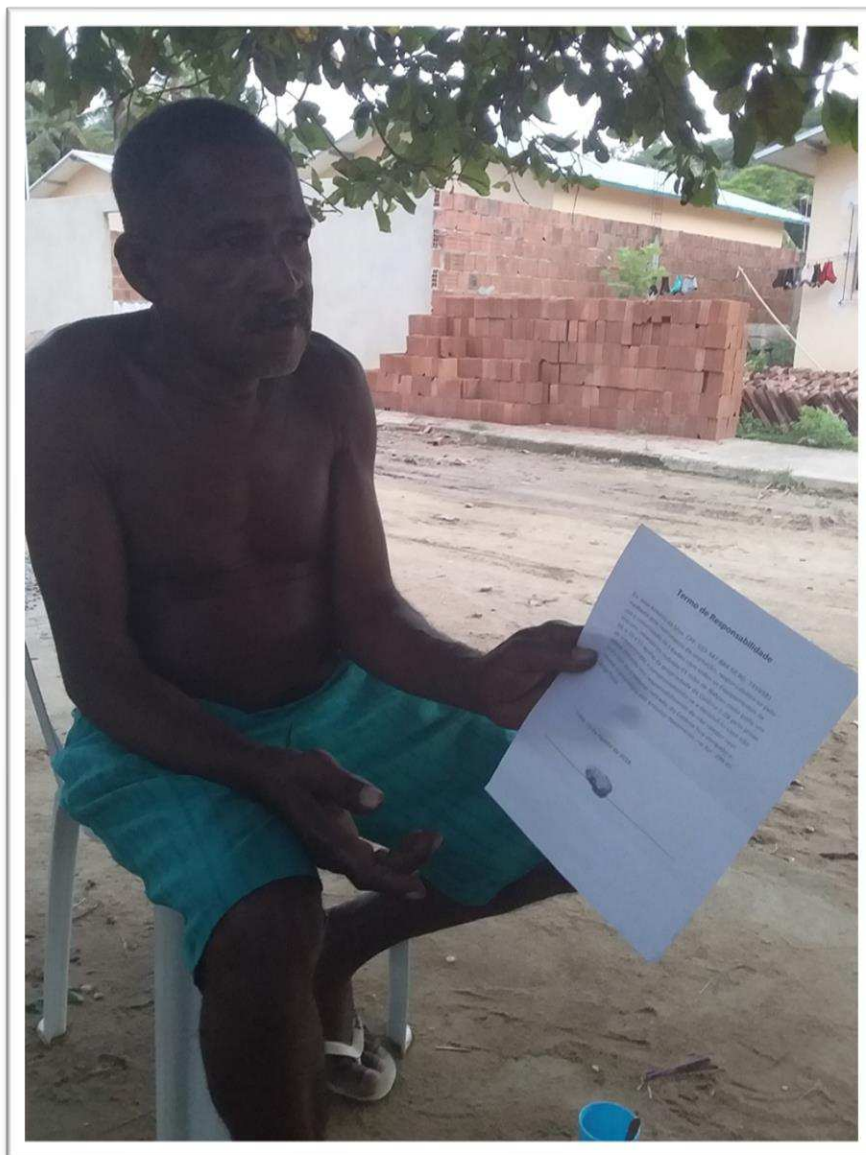
**FIGURA 14 – RUA INCONCLUSA DE NOVA TATUOCA**

Fonte: Eduardo Martins De Brito. 15/12/2018

Segundo José Antônio da Silva, seu Zoé, que nasceu e se criou como pescador na Ilha Tatuoca, mas também pela Ilha de Cocaia (área de aproximadamente 3.660 hectares) a qualidade de vida declinou ao serem transferidos para o Conjunto Habitacional. Zoé saiu da Ilha Tatuoca em 2013, resistindo entre os últimos moradores e, como todos, não se adaptou à nova realidade, pois antes todas as suas necessidades eram satisfeitas no local, sejam lazer, alimentação, espiritualidade, etc., e agora tudo ficou longe, as relações são mediadas pelo dinheiro e seu cotidiano é estressante. Por exemplo, não pode fazer fogo em seu quintal para queimar o lixo, pois a fumaça atrapalha o vizinho, que reclama. Somam-se problemas de saneamento, ausência de coleta de lixo (e, como não pode queimar, precisa levar para outro

bairro), déficit de iluminação pública, violência urbana e escassez de mantimentos alimentícios.

**FIGURA 15 – JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, SEU ZOÉ**



Fonte: Eduardo Martins De Brito. 15/12/2018

Como foi dito, José Antônio foi um dos últimos a deixar a ilha natal. Naquela ocasião, depois de utilizar de todas as artimanhas e pressões, os interlocutores da Empresa Suape asseguraram que, caso não se adaptassem à nova vida no Conjunto habitacional, teriam a opção de retornarem à ilha, se assim ainda preferirem, uma promessa impossível de se realizar, certamente, dada as obras portuárias, de modo que a Ilha Tatuoca, em sua dimensão física e simbólica de outrora, não mais existe e o território ocupado foi totalmente



transfigurado. Sobre a terra e seu pertencimento, Zoé diz que estão tendo outro problema, inaudível no passado, isto é, estão tendo muitas dificuldades em enterrar seus mortos, visto que os cemitérios estão lotados e, quando moravam na ilha, os enterros eram feitos na ilha Cocaia, desabitada até então – mas cujas obras portuárias já tratou de profanar também a memória de seus antepassados, residentes na ilha a mais de duzentos anos.

Como pescador, Seu Zoé foi golpeado em sua essência identitária, como sua fala ilustra: “*Se você me chamar pra limpar um mato, eu não limpo; cortar cana, eu não corto; agora, me chama pra pescar...*”. Como se pode notar, a cosmovisão deste indivíduo é intrínseca ao seu ofício, seu cotidiano gravitou a vida toda em torno dessa forma de sociabilidade, agora relevada a uma triste lembrança. Por vezes, seu Zoé consegue realizar alguma pesca em alto mar, mas, como não tem barco, depende do convite de terceiros, não somente para pescar, mas mesmo para existir, em sua significância profunda.

A relação entre o Estado e esses moradores foi deveras desigual, com indenizações irrisórias, promessas falsas e desolação generalizada. Sobre a remoção desses moradores, entendemos que não havia muito o que fazer de diferente para resistir, mais do que resistiram. Do alto da distância analítica do pesquisador, entretanto, nos parece que o erro derradeiro dos moradores foi quando buscaram, sucumbindo à astúcia mal intencionada dos negociadores de Suape, as saídas individualizadas e unilaterais, rompendo com a unidade e a capacidade de luta, aceitando insignificantes importâncias monetárias e promessas de melhores residências.

Apesar de representante genuíno da comunidade, a influência desagregadora de algumas lideranças pesou para a derrota. Os moradores sempre foram contrários à ideia de deixar a ilha, buscando a negociação, por intermédio da Associação de Moradores de Tatuoca, presidida por Edson Antônio da Silva. Em 2009, como porta-voz dos moradores, Edson explicava que a comunidade não era contra a instalação do Estaleiro, desde que o empreendimento pudesse beneficiar a comunidade, integrando os moradores, priorizando-os nos cursos de capacitação e sem remoção dos moradores tradicionais<sup>130</sup>. Mas com o desenrolar das negociações, alguns moradores foram sendo convencidos a deixarem o local e aceitar as indenizações.

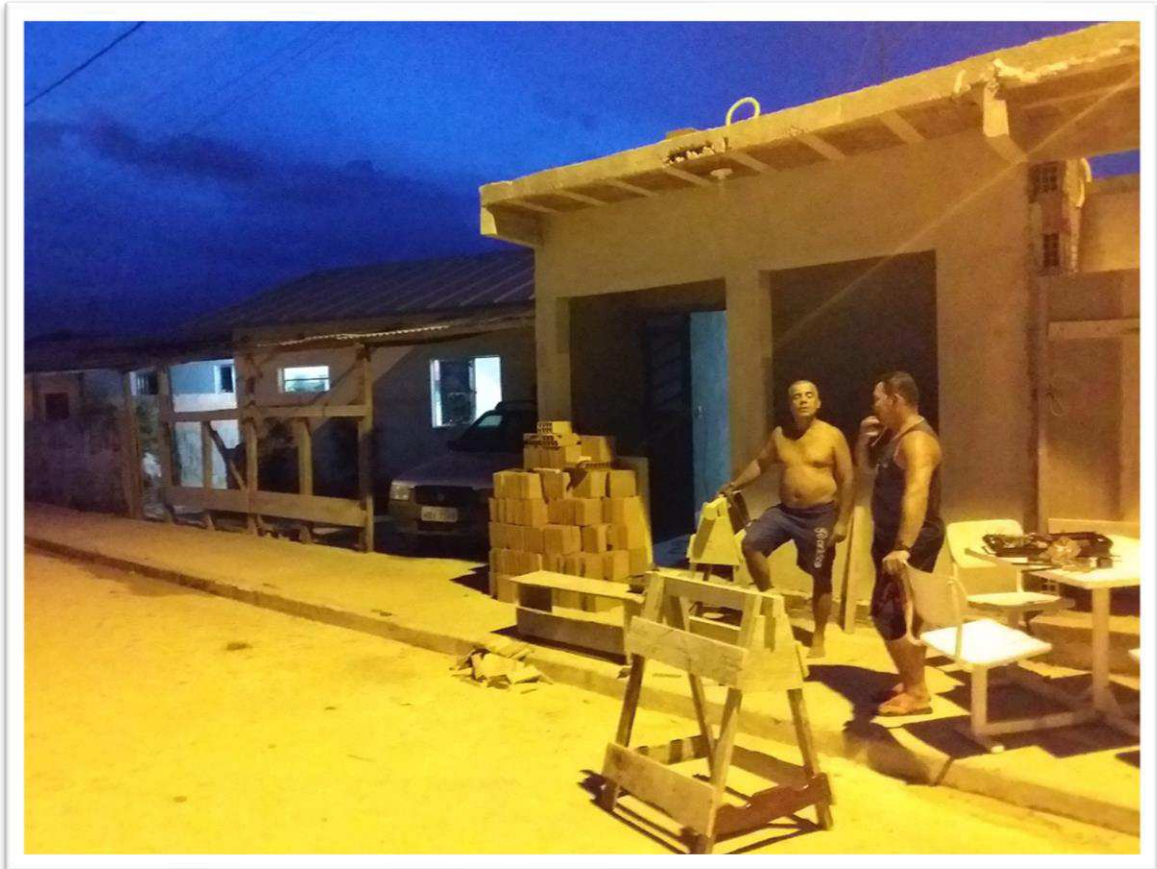
Edson teve um papel importante nesse processo, estando a frente do pedido ao governador Eduardo Campos para criar o conjunto habitacional para o povo de Tatuoca, criando com isso uma fissura na estratégia de resistência e denúncia de violência contra a comunidade. De fato, foi nobre a preocupação com aqueles que haviam deixado a ilha e

---

<sup>130</sup> Ver: Ilha de Tatuoca: “**Estaleiro Atlântico Sul arranca frutos do chão**”. Canal no *youtube* Jornalirismo. 14 de abril de 2009. Disponível em:< [www.youtube.com/watch?v=0Ejj-EuEL6Q](http://www.youtube.com/watch?v=0Ejj-EuEL6Q)>. Acesso: 01 de out. de 2019.

estavam vivendo de favor ou aluguel, aos arredores de Ipojuca e Cabo; porém, ao decidir pela construção do Conjunto, a pedido da própria representação dos moradores, foi decidido que a saída definitiva passava a ser questão de tempo

**FIGURA 16 – VISITA À CASA DE EDSON, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE NOVA TATUOCA**



Fonte: Eduardo Martins De Brito. 10/12/2018.

Atualmente, Edson ainda está à frente da Associação e está arrependido de ter saído da Ilha, pois confessa estar desiludido, pois muitas das promessas não foram cumpridas e, em suas palavras, sua luta proporcionou uma situação semelhante a “*um liquidificador sem copo, batendo em vão*”. Edson se tornou policial municipal em Ipojuca, lamenta o abandono da região e acredita que a saída passa pelo investimento no turismo (como no sítio Lagoa, de Zumbi, que está negligenciado em sua importância e beleza), em educação e fiscalização.

Outro exemplo da ação predatória dos estaleiros sobre a população local pode ser encontrado na sua relação com a Colônia de Pescadores Z-8 da Praia de Gaibú, no Cabo de Santo Agostinho. Segundo denúncia feita por pescadores desta Colônia junto ao Ministério

Público Federal (MPF) em 2011, as dragagens, supressão de boa parte do mangue e obras de aterro e terraplanagem feitas para construção dos estaleiros provocaram redução de até 70% na pesca. Em 2012, no Engenho Tiriri, algumas casas e até mesmo a igreja da comunidade foi destruída pelo Complexo. O Estado construiu o conjunto habitacional Vila Claudete para receber os moradores de Tiriri e Porto do Açúcar, parte foi despejada por ação policial, mas parte ainda resiste. Os Engenhos Jurissaca, Ilha e Cedro, por sua vez, foram expropriados para dar lugar a Companhia Siderúrgica de Suape e em 2013 seus moradores (Jurissaca e Ilha) foram transferidos para o Assentamento Valdir Ximenes de Farias, no Município de Barreiros, distante 75 km do Cabo de Santo Agostinho (PÉRES, 2016, p.118).

Os problemas sociais e financeiros imediatamente sentidos são inúmeros, em cada comunidade é possível constatar a devassa, confusão e empobrecimento das vítimas do “*progresso portuário*” de Suape. Em termos abstratos, as implicações da nova divisão internacional do trabalho, ao redefinir a inserção de Suape na esfera produtiva, principalmente mediante suas atividades portuárias, têm culminado na reconfiguração socioeconômica e espacial da região. A primeira etapa desse processo foi a demanda crescente de mão de obra, que desencadeou um movimento migratório sem precedentes, golpeando as “*formas tradicionais*” de reprodução social e, como não, seu reconhecimento identitário. Ao movimento tendencial de aprofundamento da lógica social capitalista, agindo sobre as formas de sociabilidade pretéritas, somou-se, em Suape, uma característica própria das atividades de construção naval, reforçada pelo atual estado da economia brasileira. Essa característica específica relaciona-se ao fato de que, depois da entrega dos navios, parte considerável da força de trabalho foi desmobilizada, precipitando ondas de demissões.

Quando a carteira de encomendas dos estaleiros está aquecida é possível manter o quadro da força de trabalho, mas quando contratos não são fechados ou são suspensos, como vêm ocorrendo nos últimos três anos, as demissões proliferam. Estamos diante de uma nova fase da economia, determinada a partir da crise econômica mundial, que a partir de 2014 atingiu os estaleiros e armadores nacionais, como podemos acompanhar no caso da região de Suape.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE), em 2014 o Complexo Industrial e Portuário contava com uma força de trabalho na ordem de 38 mil operários, ao que se seguiu um processo massivo e

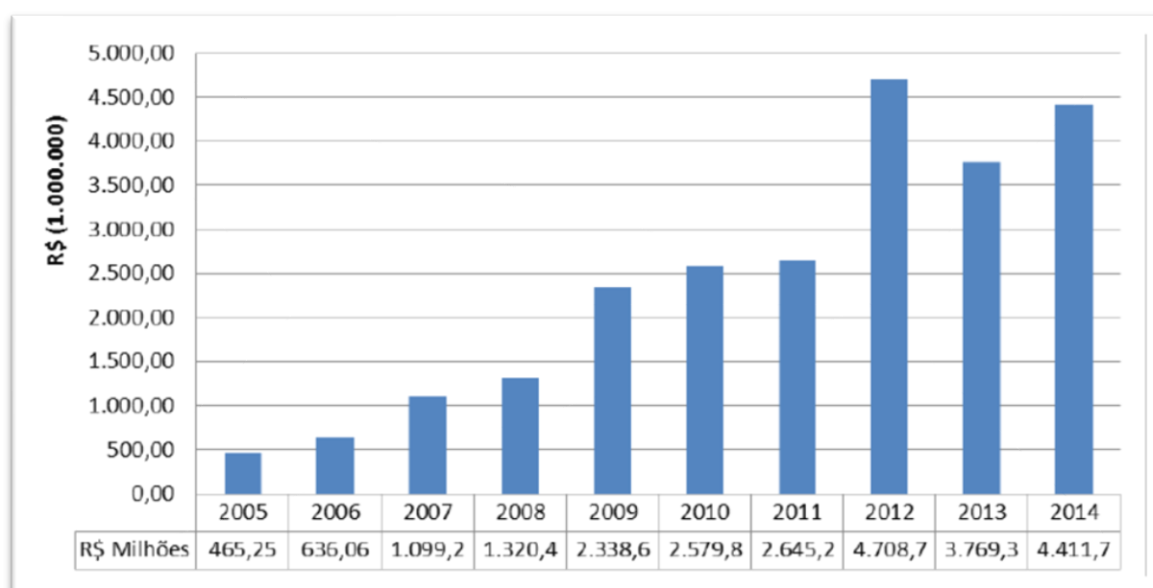
provavelmente irreversível a médio prazo, de demissões no setor, mesmo com os principais estaleiros registrando índices positivos em sua contabilidade. Neste mesmo ano, o EAS registrou uma receita de R\$ 1,9 bilhão, enquanto que o Vard Promar marcou R\$ 675 milhões no faturamento, ambos superando os rendimentos do ano anterior.

Em 2015, o Congresso Nacional solicitou a avaliação da arrecadação e aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). O requerimento, de autoria do senador Álvaro Dias, enviado ao Tribunal de Contas da União requereu auditoria nos recursos arrecadados entre 2005 e 2014, “a fim de que seja avaliada a administração e aplicação dos recursos, ‘notadamente no que diz respeito a financiamentos feitos (...) a empresas objeto de investigação na Operação Lava Jato’” (TCU, 2015).

Entre as empresas que receberam os recursos do Fundo, o Estaleiro Atlântico Sul S.A foi a maior beneficiada, com R\$ 2.478.114.072,65. Em segundo ficou a Petrobras Transporte S.A – Transpetro (R\$ 2.446.824.831,46), cuja presença também foi marcante em Suape. Em quarto lugar no *ranking* de obtenção dos recursos provenientes do FMM, figura a STX Brasil Offshore S.A., com repasses na ordem de R\$ 1.175.584.464,84. Ocorre que o estaleiro Promar em Suape é uma sociedade da STX Brasil Offshore S.A. – subsidiária coreana – com a PMRJ. O próprio Vard Promar S.A recebeu diretamente mais R\$ 589.545.247,23. (TCU, 2015, p.19-20).

Até 2016, registrou-se a conclusão de 556 projetos, nos seguintes setores: Construção de embarcações (508), Apoio à produção (25), Reparo de Embarcações (1), Modernização de Embarcação (11), Construção de Estaleiro (8) e Aplicação/Modernização de Estaleiros (3). Ainda segundo o documento do TCU, de 2005 a 2014 o volume de recursos liberados atingiu R\$ 23,97 bilhões, um crescimento médio anual de 28,4%.

**GRÁFICO 1 – LIBERAÇÃO ANUAL DOS RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE (FMM)**



Fonte: TCU: 2015, p.19. Dados do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)

A operação Lava-Jato implicou de forma decisiva nos setores petrolífero e portuário em geral e Suape em particular. O quadro de investimento constrangeu-se significativamente. A Petrobrás reduziu sensivelmente as encomendas e em 2016 o número nacional de empregos no setor naval minguou de forma abismal, caindo para mais da metade das 82,5 mil vagas atingidas em 2014.<sup>131</sup>

A flutuação da taxa entre contratação e demissão em Suape foi uma constante ao longo dos programas e obras de infraestrutura governamentais, com a taxa de rotatividade equilibrando-se positivamente. Todavia, nossa premissa de que o programa “(neo)desenvolvimentista” se esgotou, ainda sob o governo Dilma Rousseff – como indicam os dados dos investimentos econômicos e as decisões políticas tomadas durante seu último governo – implica verificar a validade de tal afirmação na geração e caráter dos empregos, se terão ou não o vigor que vinham apresentando.

A composição nacional da força de trabalho naval comparece como fator sugestivo para acompanhar a inflexão dos investimentos nos últimos dois anos. Outrora impulsionado pelo governo Lula, como já foi referido acima, o setor está em colapso. Em

<sup>131</sup>MULTIDÃO LOTA CENTRO DO CABO EM BUSCA DE EMPREGO EM SUAPE. G1 PERNAMBUCO. 01/03/2016. DISPONÍVEL EM: G1.GLOBO.COM/PERNAMBUCO/NOTICIA/2016/03/MULTIDAO-LOTA-CENTRO-DO-CABO-EM-BUSCA-DE-EMPREGO-EM-SUAPE.HTML. ACESSO: 27 DE AGO. DE 2018.

2014 atingiu seu recorde, contabilizando 82,5 mil vagas e, de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), no primeiro semestre de 2017 esse número havia reduzido para 33 mil, uma sintomática eliminação de 50 mil postos de trabalho em âmbito nacional. Em 2017, os estaleiros EAS e Vard Promar, em Suape estavam empregando 5 mil trabalhadores (Portos e Navios, 2017).

De acordo com dados divulgados pelo Caged, somente em janeiro de 2017, Pernambuco perdeu 13,9 mil empregos formais, sendo 870 em Cabo e 621 em Ipojuca.

A desaceleração da China, queda nos preços internacionais das commodities e cancelamento de encomendas de navios ao Estaleiro Atlântico Sul e Vard Promar, são alguns dos indicadores do refluxo da produção mundial e nacional e, nesse cenário, as demissões e precarização do trabalho tornam-se mais presentes. No caso do Brasil, principalmente, porque a economia nacional é muito frágil frente às oscilações mundiais. Essa complexa relação é oportuna para questionar uma das bases do chamado “(neo)desenvolvimentismo”, me refiro à blindagem contra a vulnerabilidade externa, supostamente resultante das mudanças estruturais, aplicadas durante os governos petistas, como investimentos em infraestrutura (logística, energia e social/urbano) e medidas institucionais para agilizar o crescimento (desonerações, estímulo ao crédito e financiamento e melhoria do ambiente de investimento) se mostraram pouco eficaz, no que diz respeito ao fortalecimento da soberania econômica nacional.

Os investimentos, concessões e parcerias público-privada não fortaleceram o Brasil frente às pressões do capital externo, como é evidente na presença das multinacionais, crescente endividamento interno e atuação avassaladora dos bancos e fundos de investimentos estrangeiros. Já as demais bandeiras levantadas pelos formuladores do “(neo)desenvolvimentismo”, como fortalecimento da economia interna, geração de emprego e diminuição das desigualdades regionais por meio dos investimentos públicos e protagonismo empresarial precisam ser analisadas mais detidamente, uma vez que são os principais aspectos conceituais que perpassam as formulações teóricas, documentos técnicos e declarações políticas relacionadas ao fenômeno.

O avanço do desemprego<sup>132</sup>, gerador de grandes problemas sociais, está atingindo a população local – que foi sendo atada à locomotiva do desenvolvimento – e os operários

---

<sup>132</sup>Pernambuco fecha 13,9 mil empregos formais em janeiro de 2017, pior desempenho para o mês em 14 anos. G1 Pernambuco. 03/03/2017. disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/pernambuco-fecha-139-mil-empregos-formais-em-janeiro-de-2017-pior-numero-em-14-anos.ghtml>>. Acesso: 14 de set. de 2017.

oriundos de outros locais, que incharam as cidades do CIPS e seu entorno. O avanço do desemprego se explica por dois fatores. Por um lado, pelo avanço da monocultura da cana-de-açúcar na região da Zona da Mata e, por outro, pela demanda de mão-de-obra outrora apresentada, decorrentes dos investimentos no Porto de Suape e das atividades portuárias, que impulsionaram o crescimento populacional em toda região, não somente nos dois municípios de Suape, mas também em seu território estratégico, como vemos no quadro a seguir.

**TABELA 4 – POPULAÇÃO ESTIMADA DE RECIFE E DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO ESTRATÉGICO DE SUAPE 2007 A 2018**

	<b>Cabo de Santo Agostinho</b>	<b>Ipojuca</b>	<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	<b>Moreno</b>	<b>Escada</b>	<b>Recife</b>	<b>Total</b>
<b>2007</b>	163.139	70.070	665.387	52.830	59.850	1.533.580	2.544.856
<b>2008</b>	169.986	74.059	678.346	55.102	62.163	1.549.980	2.589.636
<b>2009</b>	171.583	75.512	687.688	55.659	62.604	1.561.659	2.614.705
<b>2010</b>	185.025	80.637	644.620	56.696	63.517	1.537.704	2.568.199
<b>2011</b>	187.158	82.276	649.787	57.271	63.991	1.546.516	2.586.999
<b>2012</b>	189.222	83.862	654.786	57.828	64.422	1.555.039	2.605.159
<b>2013</b>	196.152	87.926	675.599	59.836	66.419	1.599.513	2.685.445
<b>2014</b>	198.383	89.660	680.943	60.435	66.907	1.608.488	2.704.816
<b>2015</b>	200.546	91.341	686.122	61.016	67.381	1.617.183	2.723.589
<b>2016</b>	202.636	92.965	691.125	61.577	67.839	1.625.583	2741725
<b>2017</b>	204.653	94.533	695.956	62.119	68.281	1.633.697	2.759.239
<b>2018</b>	205.112	94.709	697.636	62.263	68.448	1.637.834	2.766.002

Fonte: Elaboração própria/dados do IBGE.

Somando-se aqueles que perderam suas terras, essa quantidade enorme de migrantes tem elevado a densidade populacional nas favelas e cortiços existentes, criando novos bairros e aglomerações, com suas conseqüentes calamidades sociais aos protagonistas desse processo, que, além do desemprego, convivem com o crescimento do tráfico de drogas e conseqüente aumento da violência, gravidez na adolescência – e, em muitos caso, uso de drogas durante a gravidez (DOMINGUES & LIMA, 2014) – ,

proliferação de doenças, devido aos déficits em saúde, sistema sanitário e habitação.

Segundo relatório “Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014”, divulgado pela Presidência da República, os jovens dos municípios de Suape lideram o ranking de vulnerabilidade, convivendo com os altos índices de homicídios, tráfico de drogas, educação precária ou inexistente e demais chagas da pobreza e da exploração. Segundo dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco de 2012 a 2015, o número de jovens assassinados (de 12 a 30 anos) em Cabo de Santo Agostinho chegou a 69% do total.

Anualmente, cerca de 30 mil meninas e adolescentes pernambucanas entre 10 e 19 anos tornam-se mães, que corresponde à 21,4% do total de partos bem-sucedidos no estado. Em Suape, a ocorrência de gravidez entre adolescentes, seguida por abandono do parceiro tem atingindo altos índices. Segundo pesquisa realizada nos bairros de Suape e de Porto de Galinhas entre jovens grávidas, mediante entrevistas e questionários, o primeiro namoro costumava resultar em moradia compartilhada, de modo que 33% das jovens em primeira gravidez iam residir com seus parceiros e/ ou suas famílias. Contudo, “para 41,3% das jovens esta relação não dura mais que um ano. Uma em cada cinco jovens continuava com o primeiro namorado na época da pesquisa” (SCOTT, et. al., 2012, p.11).

E certamente essas calamidades não foram por falta de recursos. Para se ter uma ideia, de 2008 a 2014, o Complexo Industrial e Portuário de Suape recebeu investimentos públicos de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão do Estado de Pernambuco e R\$ 577,9 milhões da União (VALOR, 2014). Porém, Ipojuca, que concentra quase 40% das instalações do CIPS, não tem saneamento básico. A situação de Cabo e de suas áreas periféricas é praticamente a mesma, sem as condições básicas de saúde. Quanto ao investimento, pressuposto de uma polícia de crescimento econômico a logo prazo, cabe uma observação mais detida quanto à perspectiva governamental de investimento durante esta última década e os resultados desse apores para Suape.

O caso do Complexo de Suape é elucidativo, ao nos permitir acompanhar a materialização de uma tendência que esteve vigente nos últimos anos, não somente no Brasil, mas em outros países da América Latina, a saber, a tentativa de conciliação de lógicas econômicas e sociais opostas. De um lado, conciliar políticas estatais de desenvolvimento econômico interno com a intensificação da precarização do trabalho, avanço do domínio do setor privado e manutenção da alta dependência econômica externa.

Por outro lado, a realização de megaempreendimentos econômicos sobre territórios tradicionais, amparados na retórica do crescimento sustentável com distribuição de renda, tem se mostrado falaciosos. Os limites de tais políticas sugerem que o crescimento



econômico observado não tem logrado superar o atraso e as disparidades regionais. A crise econômica mundial e o acirramento das disputas políticas e sociais em torno do destino da nação tornam premente a compreensão dos limites e das possibilidades socioeconômicas dos modelos adotados nas últimas décadas.

O dramático desenvolvimento assimétrico urbano, sem as condições elementares de sobrevivência para a maioria social, assim como a relação com o espaço rural, na lógica de submissão do campo à cidade<sup>133</sup>, próprio das leis de reprodução capitalistas (MARX & ENGELS, 2007) tem colocado à luz do dia as contradições da expansão das relações capitalistas de produção em Suape, notadamente sob a égide do modelo de acumulação flexível, que age de forma avassaladora sobre as antigas relações.

Ao criar a infraestrutura necessária para o aporte de capitais, o Estado desconsiderou sua população tradicional, em sua diversidade, bem como as implicações urbanas e socioculturais que o megaempreendimento exerceria. Sintomáticas são as expulsões de mais de 15 mil famílias nativas (COSTA: 2015 p.37), inseridas em atividades pesqueiras e na agricultura. O desmatamento, desapropriação de terras de pequenos agricultores, aterro de mangues e contaminação dos rios, a partir da construção dos portos e estaleiros também tem sido fatores de mudanças da composição das sociais na região.

#### 5.8. PROLIFERAM AS OCUPAÇÕES URBANAS EM CABO DE SANTO AGOSTINHO

Escolhemos dar destaques para algumas ocupações urbanas, por ver nelas uma das formas que se manifestaram as mutações sociais, a exemplo do processo que vem envolvendo o antigo bairro Destilaria, em que os moradores, aqueles aposentados, amigos e vizinhos de longa data, reunidos em frente de suas casas ou em algum bar, veem debaixo de seus narizes o crescente movimento em *suas* ruas de pessoas “estranhas” (*outsiders*<sup>134</sup>) “perverterem” suas pacatas rotinas, trazendo consigo a ameaça (aos olhos dos moradores antigos, assim como de seus filhos e netos) e a certeza de que a região vivencia tempos sombrios e que a calma é coisa do passado.

Na companhia de Alexssandro, quando andávamos pelo bairro, registrando as antigas construções, conversando com nosso interlocutor sobre o tempo de construção de casas,

---

<sup>133</sup>Trata-se da seguinte passagem: “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (Marx & Engels, 2007, p. 44).

<sup>134</sup> Cf. BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

praças, estações de trem e reformas nas linhas férreas, conforme nos deparávamos com a paisagem arquitetônica, fomos interpelados por um grupo de senhores em um bar que, muito educadamente, mas desconfiados, indagaram da natureza de nosso trabalho. Depois de esclarecido, se prepararam para falar, mas com um condicionante: “você não é baiano não né?”.

As obras de expansão de Suape a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) atraíram muitos trabalhadores de outros estados, como já foi dito, e destes, muitos provenientes do Estado da Bahia. Segundo o imaginário que se cristalizou, os baianos não são confiáveis, não respeitam as mulheres e tendem a envolverem-se com a criminalidade. Esse preconceito também foi percebido nas regiões praianas, lamentavelmente, com consequências trágicas em muitos casos. Diferentemente do que nos foi relatado nessas áreas, todavia, nas ocupações circundantes da Destilaria não conhecemos nem nos foi relatado a alta concentração de pessoas provenientes da Bahia e sim das regiões rurais da Zona da Mata Sul, em sua maioria.

Ocupações nas imediações das ruínas da antiga destilaria DCPV já eram uma realidade mesmo antes das obras do PAC, com a diferença de que durante esse período elas se deram de forma mais espontânea e menos politizada. Em 2006, tínhamos dois movimentos sociais de luta por moradia com atuação na área, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento de Resistência e Luta Popular (MRLP). De acordo com Alexssandro, que é dirigente do Movimento Metropolitano por Moradia Popular (MMMP), através das ações daqueles movimentos, as famílias que ocupavam a área conseguiram uma negociação com a Prefeitura, com incentivo do Governo Federal, resultando na construção de moradias populares no bairro Garapu. Porém, as casas entregues estavam aquém da quantidade de famílias, a despeito de todas terem sido retiradas das imediações da destilaria. Essas pessoas (cerca de sessenta famílias) que não foram contempladas no Conjunto Habitacional em Garapu, retornaram para a área, mas desta vez cruzando o rio Pirapama e se instalando embaixo da rede elétrica da Chesf.

De fato, corroborando com o que nos foi relatado, consultamos a lei que dispunha sobre a desafetação<sup>135</sup> de bens públicos em 2006 e esta previa “Equipamentos Comunitários 1, 2, 6 e 7 do Loteamento Garapu, para construção de conjunto habitacional, nos termos de Programa Habitacional do Município do Cabo de Santo Agostinho” (Lei Ordinária N°2340/2006). Como se trata de um imóvel da União, cabe à Secretaria do Patrimônio da União em Pernambuco

---

<sup>135</sup> ato pelo qual se extingue o vínculo jurídico sobre uma propriedade ou posse.

(SPU/PE)<sup>136</sup>, entre outros atributos, outorgar a utilização e usufruto da área, em cumprimento com as questões socioambientais e estratégicas.

A SPU concedeu à Prefeitura a responsabilidade sobre a área, por dez anos. Entre 2006 e 2016, não houve grandes alterações, isso em relação às questões fundiárias e de resolução dos problemas e déficits habitacionais. Já no tocante à estigmatização da área, consolidou-se como local deveras perigoso, com ocorrências de estupros, assassinatos e ações ligadas ao desmanche de carros roubados. Apesar da morosidade para o encaminhamento desses problemas sociais, digno de nota é observar que nesse meio tempo, a Administração Municipal autorizou a doação de terreno ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (Lei 2.493, de 16 de setembro de 2009), doou uma área para a Associação Comercial e Empresarial do Cabo de Santo Agostinho (ACEC) no bairro Santo Inácio (Lei 2.569, de 09 de junho de 2010) e foi bem-sucedida na desafetação de uma outra área neste mesmo bairro, que foi doada para a Loja Maçônica Alvorada da Paz nº 10, cuja sede é no centro da cidade (Lei 2.590, de 14 de setembro de 2010).

A Lei nº2179 de abril de 2004 é clara taxativa, asseverando que para ordenar a ocupação do território sobre o qual edificou o município de Cabo de Santo Agostinho e a autoridade pública e policial da Prefeitura, os agentes públicos podem, mesmo deverão utilizar da violência “legítima” para prevalecer sobre qualquer cidadão que ouse contrariar os ditames dos poderosos. No Artigo terceiro está determinado:

A Administração do Cabo de Santo Agostinho, no exercício de sua função pública, intervirá na dinâmica espacial e na ordem econômica e social do município, conformando-as ao interesse público local, e exercerá seu poder de polícia preventivo-fiscalizadora e repressiva em defesa da organização e produção do território municipal, sem prejuízo da ação administrativa dos órgãos federais e estaduais competentes.

Bem, no decênio, a população aumentou e com ela a carência por moradia. Após vencer o prazo da concessão, em 05 de março de 2016 ocorreram novas ocupações no entorno do bairro Destilaria, com a presença do Movimento Metropolitano e mais de duzentas famílias, segundo os organizadores. Inicialmente a ocupação foi batizada de Vila Dilma Rousseff, mas o nome foi mudado para Vila Cristo Rei.

As novas famílias ocupantes têm origens diversas, mas sua grande maioria é proveniente

---

<sup>136</sup> A Secretaria era vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, extinto em 01 de janeiro de 2019.

das áreas rurais do próprio Cabo e municípios próximos, atraídas à cidade de 2010 em diante, fugindo das condições aviltantes que passavam em suas terras de origem. É o caso de Josué, 33 anos, pedreiro, carpinteiro, marteleteiro<sup>137</sup> e armador de ferragens, qualificado nestas profissões pela experiência adquirida ao longo das nove empresas pelas quais passou, antes de ficar desempregado e fazer parte da ocupação, construindo sua casa exatamente em frente às ruínas da DCPV.

**FIGURA 17 – JOSUÉ, MORADOR DAS OCUPAÇÕES CIRCUNDANTES DA DCPV (VILA CRISTO REI)**



Fonte: Eduardo Martins de Brito, 19 de dezembro de 2018.

A trajetória de Josué é reveladora. Nascido em Aredepe, em Ipojuca, esse jovem

---

<sup>137</sup> Diz-se do operador de martelete, ferramenta utilizada para romper e, por vezes, perfurar concreto, cerâmica e rochas em obras de construção.

agricultor foi um típico trabalhador que se transferiu para a cidade, atraído pela possibilidade de melhoria de vida, através do emprego nas obras de Suape, que prometiam “benefícios” trabalhistas (plano de saúde, cartão alimentação, transporte, etc.) e melhores salários (MACIEL, 2016, p.96). Seu primeiro trabalho foi no Estaleiro Atlântico Sul (EAS) nas obras de construção do navio João Cândido, entre 2011 e 2012, como ajudante de pedreiro, carpinteiro e marleteiro.

Em seguida, foi trabalhar na Refinaria Abreu e Lima como armador de ferragens. De fato, segundo ele, sua vida melhorou, passando a receber cerca de 1.700 reais (mais do que o dobro do que conseguia fazer no campo) e ampliar sua visão de mundo. Logo casou, tornou-se pai, mas separou-se alguns anos depois. Os bens adquiridos ficaram com sua ex-esposa e filho, assim como um terreno que também comprou em Ipojuca.

Quando foi demitido da Refinaria, entregou quase todo o montante ganho com a multa rescisória à mãe e partiu para o Cabo em busca de outro emprego, afinal, naqueles tempos, a oferta de trabalho estava em alta, passando pelas empresas GEVIC Construtora, Camargo Correa, Odebrecht, T.D.I, Andrade Gutierrez, Alusa e outras duas que não recorda mais o nome. Nos últimos anos, Josué alega que se enraizou na cidade, aprendendo outras profissões e mudando sua rede de amizades. Seu mais recente emprego havia sido na Empresa Andrade, instalando canaletas. Saiu mediante acordo “amigável” com o patrão, que todavia não honrou o acordo, não lhe pagando o que lhe era devido e quando perguntado sobre o que pensava ou que medidas tomou, apenas balbuciou algumas palavras em resignação.

Nesse processo, se casou e foi morar na ocupação. Hoje separado de sua segunda companheira, mora ao lado desta, pois lhe deu a primeira casa e construiu uma nova para si<sup>138</sup> e segue procurando emprego e contando com novas contratações. Para sobreviver, ampara-se em eventual auxílio da irmã e mãe – que permanecem em Arendepe – para comprar gás ou mesmo para se alimentar.

Ao final do bairro Destilaria, depois de passar pelo anexo da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho (FACHUCA)<sup>139</sup>, já em meio às ruínas da antiga destilaria, tem início a concentração dos barracos de madeira e compensado e vamos entrando na ocupação, que conta com cerca de trezentos barracos erguidos, mas duzentas famílias residindo de fato. Umas das primeiras casas improvisadas

---

<sup>138</sup> Casas de madeirite e compensado, ou barracos, como se diz.

<sup>139</sup> A FACHUCA fica na Rua Sebastião Juventino, S/N e é resultado da concessão das terras da União para a faculdade.

é a da família Carmo da Silva. Essa família começou sua história em Vitória de Santo Antão, local de nascimento de Severino João da Silva e sua esposa, dona Regina do Carmo.

Ambos provinham de família de agricultores, definindo-se como trabalhadores da roça, toda vida na agricultura. Depois de casados, transferiram-se para Camela, distrito de Ipojuca e segunda região mais populosa do município, onde tiveram seus filhos. Após alguns deslocamentos pendulares entre Vitória de Santo Antão e Ipojuca, movimentando-se sempre no meio rural, partiram para a cidade, juntamente com suas duas filhas, Maria do Carmo da Silva, hoje com 45 anos e dois filhos, e Mauricéia do Carmo da Silva, 40 anos, que tem uma filha que mora com ela e outro filho que já saiu de casa. Essa família chegou a participar da ocupação anterior a 2006 e depois que foram removidas, vagaram por diferentes locais, sempre dependendo de favores, durante cerca de nove anos, até retornaram em nova ocupação na Destilaria, agora com novos membros compondo a família.



**FIGURA 18 – FAMILIA CARMO DA SILVA, MORADORES DAS OCUPAÇÕES CIRCUNDANTES DA DCPV (VILA CRISTO REI)**



Fonte: Eduardo Martins de Brito, 19 de dezembro de 2018.

Assim, a família Carmo da Silva é constituída por sete indivíduos, quatro adultos – dos quais, dois são idosos –, um adolescente<sup>140</sup>, e duas crianças, uma de três anos e outra de treze, sendo que esta última é diagnosticamente autista. A situação social dessas pessoas é calamitosa, estão literalmente jogadas no único lugar que conseguiram se abrigar. Segundo relatou Maria do Carmo, não é mais contemplada com o Bolsa Família, que foi cancelado, pois recebe outra forma de auxílio, dada a condição de saúde da filha<sup>141</sup>, fator que também a impede de se inserir no mundo do trabalho, pois a filha requer cuidados

<sup>140</sup> Estuda nas proximidades, na Escola Municipal Carmecita Ramos, na Vila Dr. M. Clementino, entre a Destilaria, Torrinha e a PE060.

<sup>141</sup> Trata-se do BPC / LOAS (Benefício de Prestação Continuada/Lei Orgânica da Assistência Social), de um salário mínimo mensal. Como esse benefício é computado na renda familiar per capita, os órgãos da Assistência Social do governo consideram que essa renda é incompatível com uma família de baixa renda, impedindo-a de fazer para do Programa Bolsa Família.

diligentes.

Outro fator que se levanta como uma barreira para que Maria do Carmo garanta seu sustendo mediante a venda de sua força de trabalho, relaciona-se com o fato de ter pouca escolaridade, ter trabalhado apenas nos serviços domésticos – quando morava na zona rural não exercia a agricultura – e, principalmente, não conseguir compreender o essencial do mundo urbano assalariado, desconhecendo muitas das regras da cotidianidade da cidade, o que lhe tem frustrado, mantendo-a em uma desolação crônica, pelo que percebemos.

Sobre as estratégias de sobrevivência e se tinha algum planejamento para o futuro, mesmo que imediato, Maria do Carmo nos respondeu: “Só pela misericórdia... porque é muita coisa né, dois filhos, só com esse dinheiro pra tudo” [do benefício da filha, de um salário mínimo]. Também disse que quando precisam de atendimento médico para as crianças, levam-nas ao posto do Roca<sup>142</sup>, não muito longe dali e que “as vezes tem remédio, as vezes não, fazer o quê?”. Por detrás do barraco erguido pelo senhor Severino, passa um braço do rio Pirapama e, em períodos chuvosos, a casa costuma ser inundada. Dona Regina relata que há muitas formigas entre as madeiras, por vezes escorpiões. No ano passado, disseram, a filha de Marlene, quando estava no barraco da avó, ainda com dois anos de idade, foi picada por uma abelha e quase morreu [possivelmente é alérgica], mas foi socorrida, lhe foi administrado soro e se recuperou.

Alexssandro me conta que já tentou interceder para que trocassem o local do barraco, saindo da área que alaga. Até chegaram a se transferir para alguns metros dali, ao lado do muro da Escola Técnica – sob responsabilidade da SPU/PE –, mas como a construção estava sob risco de desabamento, a Vigilância Sanitária os removeu. Mas por que resolveram voltar justamente para a beira do rio, indagamos ao Seu José.

– Porque eu tinha umas lavourinhas aqui, feijão, jerimum, milho...

– E tem ainda? Emendamos.

– Tem nada! respondeu. De fato, não havia lavoura no momento, mas pudemos ver algumas árvores frutíferas como, manga, mamão, abacate, entre outros (além de azeitonas) nas imediações, com explicação de Alexssandro de que incentivam o plantio e a preservação ambiental em volta dos rios, orientando a não desmatar e poluir. Sobre o desmatamento e o plantio, realmente conseguem garantir minimamente a não depredação. Minimante, pois as fossas e banheiros estão construídos precariamente, com os impactos ambientais e sanitários decorrentes da inexistência de saneamento básico. Quanto ao lixo

---

<sup>142</sup> Centro de Saúde Vila Roca, localizado na rua Escritor Israel Felipe.



em geral, também é de difícil tratamento e destinação, até porque não há coleta.

De frente, Maria do Carmo improvisou sua casa, que ocupa com sua pequena filha.

**FIGURA 19 – INTERIOR DA CADA DE MARIA DO CARMO DA SILVA (OCUPAÇÃO CRISTO REI)**



**Fonte: Eduardo Martins de Brito, 19 de dezembro de 2018.**

Essa família vive uma transição interrompida, pois sua “travessia” à cidade ainda não terminou. Na ocupação desde 2015, seus membros não sabem o que será de suas vidas, não possuem autonomia alguma para se manter e já estão cansados de mudança – e mesmo de esperança. Maria mantém um espaço para plantas frutíferas e medicinais (boldo, abacate, entre outras) e, como quem reza diante de um altar, deposita sua sorte nesses elementais do reino vegetal (já não contam com o “reino dos homens”), que ao menos podem saciar alguma futura dor, de ferimento, moléstia ou fome.

Passemos agora para outra área de grandes mudanças físicas e sociais em Cabo de Santo Agostinho. A extensa faixa de terra que liga a orla marítima ao centro da cidade, entrecortada pela PR-60 é composta por reservas florestais, comunidades tradicionais, sítios, bairros e ocupações residenciais. Inaugurado em 2009, destaca-se, no Km 03 da rodovia estadual, o Shopping Costa Dourada, um empreendimento do Grupo Santo Inácio S.A. (SISA)<sup>143</sup>, que consiste em uma estrutura para 120 lojas, cinema, estacionamento para 1.200 veículos, além de um luxuoso hotel (Hotel Intercity Suape Costa Dourada, com 290 apartamentos), tudo em uma área construída de 24 mil m<sup>2</sup> com investimento de R\$ 43 milhões<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup> Cujo proprietário é Ayrton Cardoso (dono de grandes extensões de terras na região).

<sup>144</sup> CASTILHO, Fernando. Grupo Sisa inaugura Intercity Suape Costa Dourada nesta segunda-feira. JC Negócios. 2009. Disponível em: < <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnegocios/2017/07/07/grupo-sisa-inaugura-intercity-suape-costa-dourada-nesta-segunda-feira/>>. Acesso em 23 de set. de 2019.

FIGURA 20 – VISÃO PANORÂMICA DO BAIRRO ROSÁRIO A PARTIR DA PE-060



Fonte: Eduardo Martins de Brito. 15/12/2018

O shopping localiza-se a poucos metros da entrada para o bairro do Rosário (sentido centro/litoral), antigo Engenho Rosário. Este, um bairro antigo, todavia, que cresceu consideravelmente nos últimos anos e cujas características físicas e elementos de sociabilidade congregam formas urbanas e rurais de vida e reprodução; aquele, um empreendimento moderno, pertencente a um grande capitalista da região e que destoia do padrão da população ali residente. É nas proximidades que também estão a Vila Claudete e Vila Garapu, bairros que vem recebendo grande quantidade de novos moradores.



Ao lado do Shopping está o Engenho Boa Vista, área que a Empresa Suape busca se apropriar, mas que a Prefeitura do Cabo, vez por outra, também intervém. Por compreender ricas terras, com fontes de água, solo fértil e topografia adequada<sup>145</sup>, o Engenho Boa Vista foi um próspero produtor açucareiro nos séculos passados, a despeito das guerras que tiveram palco na região, adentrando em plena atividade no início do século XX. Suas terras tinham seu limite dado junto a outros quatro engenhos, além de, em sua composição antiga, à sua esquerda, margear o rio Pirapama.

Primeiramente, citamos, entre os que circundavam o Boa Vista, o mais antigo engenho do Cabo de Santo Agostinho: o Engenho Velho; havia também o Engenho Cedro (hoje bairro com este nome); o Engenho Nossa Senhora da Conceição (depois Engenho Trapiche), que deixou de existir como tal e suas terras pertencem à Petrobrás Distribuidora, em Ipojuca, abrigando agora casas e fábricas – e algumas ruínas arquitetônicas do período canavieiro; finalmente, essa também é a região do Engenho Santo Ignácio, convertido atualmente no bairro Jardim Santo Inácio. Desde os anos 1970, as populações tradicionais desses engenhos foram sendo expulsas e constrangidas no uso da terra e dos rios e, com a Zona de Preservação Ecológica (ZPEC) instituída pelo Novo Plano Diretor de Suape-2030 (Decreto nº37.160, de 23 de setembro de 2011)<sup>146</sup>, são consideradas ameaça ao meio ambiente.

Em 2009 foi lançado o PAC Cidades Históricas (PAC-CH), uma ação intergovernamental de iniciativa do Planalto, para preservar o patrimônio histórico brasileiro, tomando o patrimônio cultural como um dos eixos indutores do desenvolvimento (BRASIL, 2009). Cabo de Santo Agostinho foi incluído no Programa, por seu território conter inúmeras construções e vestígios do passado colonial e imperial brasileiro, além de sua população ser herdeira de uma rica tradição cultural.

Entretanto, quase que em sua totalidade, esse patrimônio histórico no entorno do Complexo Portuário de Suape está abandonado e a população local não tem sido valorizada em suas expressões e modos de vida tradicionais, como está demonstrado pela situação social dos residentes, o abandono e mesmo destruição de antigos monumentos

---

<sup>145</sup> Informações adquiridas com Alexssandro e confirmada no site “Brasil Arqueológico”. **Arqueologia do Engenho Boa Vista**. Disponível em: < [www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-engenho-boa-vista.php](http://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-engenho-boa-vista.php)>. Acesso: 23 de set. 2019.

<sup>146</sup> Disponível em: <[www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/decretos/Plano\\_Diretor\\_Empresa\\_Suape-DECRETO-37160-2011.pdf](http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/decretos/Plano_Diretor_Empresa_Suape-DECRETO-37160-2011.pdf)>. Acesso em 23 do set. de 2019.

(como quando a Empresa Suape derrubou a igreja da comunidade do Engenho Tiriri, em sua expulsão em 2012).

**FIGURA 21 – PE-060 E PEQUENAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NAS IMEDIAÇÕES DO LOTEAMENTO GARAPU II**



Fonte: Eduardo Martins de Brito. 15/12/2018

Ocorre que depois de ter realizado um loteamento bem-sucedido chamado Garapu, resolveu empreender com o Garapu II, repartindo alguns lotes ao lado do Engenho Boa Vista por volta dos anos 2002/2003. No dia quinze de maio de 2015 terras próximas ao loteamento Garapu II, pertencentes a prefeitura do Cabo, foram ocupadas por famílias das mais variadas trajetórias, lideradas por um pequeno movimento urbano de luta por moradia.

A ocupação enfrentou repressão policial e durante as primeiras semanas teve que resistir através de protestos, bloqueando a PE 60 para arrancar negociação. Segundo moradores da ocupação que pude conversar, o filho do Dr. Airton estava com a polícia, embora a área fosse da prefeitura. Para aqueles que tratavam sob a lógica da especulação imobiliária, uma invasão bem ao lado do loteamento era claramente prejudicial para os seus negócios. Já a empresa Suape combateu a ocupação, por se tratar de um enclave em sua área de influência e cobiça. Os moradores da ocupação ficaram sob a dupla pressão, de Suape e do Shopping. A Prefeitura alegava que planejava destinar a área para preservação ambiental. A ocupação foi batizada de Vila Metropolitana, mas ganhou a alcunha de “Vuco-Vuco”, alguns moradores e famílias da origem já estão em outros lugares, assim como outras famílias chegaram posteriormente, com a situação relativamente estável.

Diferentemente da parte de baixo, isto é, no loteamento Garapu II, a área da ocupação – mais acima – não alaga, quando chuvas fazem transbordar o Prego, pequeno rio que passa por ali.

**FIGURA 22 – ENTRADA DA OCUPAÇÃO VILA METROPOLITANA (VUCO-VUCO)**



**Fonte: Eduardo Martins de Brito. 15/12/2018**



FIGURA 23 – CASA DA FAMILIA DE RAFAELA



Fonte: Eduardo Martins de Brito. 15/12/2018

### 5.9. METAMORFOSES SOCIAIS NA MICRORREGIÃO DE SUAPE

Retomaremos agora a discussão através da análise de alguns documentos centrais para o entendimento da composição social de Suape e alguns dos projetos de mudança socioeconômica relacionados à população das comunidades e bairros do entorno do complexo portuário-industrial. Uma das nossas referências são os Relatórios de Impacto Ambiental encomendados (2001, 2009, 2010)<sup>147</sup>, Plano de Desenvolvimento e Zoneamento

---

<sup>147</sup>De 2001; encomendado pela PROMAR (2010); de 2009 (O presente documento foi elaborado pela empresa Moraes e Bacelar Advogados e Consultores, e corresponde ao Relatório de Impacto Ambiental - RIMA do projeto de “DUPLICAÇÃO DA RODOVIA PE-060 NO TRECHO ACESSO A SUAPE (km 10,44) – ENTRONCAMENTO COM A PE-061 EM SIRINHAÉM (km 42,17)”

(PDZ), Plano Diretor de Suape e artigos e estudos complementares<sup>148</sup> que nos ajudam a verificar o alcance dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e suas medidas mitigadoras para, em sequência, comparar as informações com o Relatório da Plataforma DHESCA/Brasil (2018), que corresponde ao material mais atualizado.

Os relatórios diagnosticam a situação para melhor guiar empresas e Estado em suas investidas econômicas, de profundas mudanças socioambientais, como as gigantescas obras industriais e de infraestrutura, desmatamento de remanescentes de Mata Atlântica, aterro de arrecifes, dragagem marítima, remoção de moradores e demolições de suas casas – mais ou menos explícitas nos relatórios. Embora consultando e se valendo das referências retiradas da imprensa, como nos sites tanto da empresa Suape quanto do Fórum de Suape-Espaço Socioambiental, além dos grandes jornais estaduais, procuramos nos balizar, toda vez que isso foi possível, nas informações obtidas através da consulta aos órgãos de pesquisa reconhecidos como tal, principalmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) buscando a maior imparcialidade quanto aos dados relacionados às mudanças sociais nos municípios estudados.

Em seguida, visitaremos algumas das monografias que tratam dos moradores e trabalhadores do Porto de Suape e seu entorno, ou seja, nos utilizaremos de estudos que em comum tratam da mesma realidade, todavia, abordando o fenômeno sob ângulos distintos de análise. É assim que reconstituiremos, parcialmente, o ambiente sociocultural de Suape para destacar e tentar explicar alguns elementos que lancem luz sobre a metamorfose que passa a classe trabalhadora.

Foi precisamente sobre essa região, que o Plano Diretor de Suape normatizou a distribuição de suas zonas produtivas e de conservação ambiental, tornando-as incompatíveis com a permanência da população local, traduzindo-se na disputa de território entre a empresa Suape e os camponeses e pescadores, que resistem ao desmantelamento de seus modos e meios de vida. Como a relação de força é desproporcional, a população local vem sendo expropriada e alijada de sua cultura tradicional.

Muitas comunidades rurais, de pescadores artesanais e quilombolas, foram retiradas de seus locais de moradia para dar espaço às novas indústrias, sem que alternativas de vida compatíveis lhes fossem ofertadas, impactando negativamente na preservação das tradições e das identidades culturais

---

<sup>148</sup>Ver: Domingues, R.C; Santos, M. O. S; Gurgel, I. G. D. **A Vulneração socioambiental advinda do complexo industrial portuário de Suape: a perspectiva dos moradores da ilha de Tatuoca- Ipojuca/PE.** In: Rev. Tempus Actas de saúde coletiva. Brasília, 2014.

locais. Há também grandes mudanças culturais condicionadas pelo êxodo rural, estimulado pelas atividades industriais e pela crise do setor canavieiro, cenário que altera os modos de vida, as relações sociais e de vizinhança e os meios de trabalho de parcela considerável das populações dos municípios do *Território* (MEDEIROS & GODOY, 2015, p. 79).

Embora o processo de remoção dessas famílias avance a passos largos, ainda não se completou, e podemos constatar focos de resistência da população, que insiste em permanecer em suas terras, ou seguir negociando melhores condições para transferência, haja vista que os conjuntos habitacionais e assentamentos estão aquém do esperado. É o caso da Comunidade Quilombola do Engenho Ilha de Mercês, que vem resistindo às pressões da Guarda de Suape e da Polícia Militar, que constantemente têm adentrado na comunidade para impedir a construção e reforma de casas e cercas, que eventualmente os moradores tentam realizar. Também tiveram suas plantações e colheitas de frutas restringidas por ordem de Suape, devido à instalação em suas terras da Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape. Com a pesca e agricultura comprometidas, esse contingente de força de trabalho tem se revezado entre as fileiras da construção civil e do desemprego.

Os moradores que permanecem na Ilha de Mercês estão enfrentando muitas dificuldades, como alimentares e econômicas, pois a dragagem portuária praticamente extinguiu os mariscos e peixes e, das 28 casas de farinha outrora em funcionamento, não restou nenhuma – todas foram destruídas pela empresa Suape. Outro problema grave é o déficit de água, pois a única fonte fica dentro da refinaria. Das cerca de 800 famílias que habitavam a ilha antes da construção da petroquímica, restam apenas 213.

Outra Comunidade que estava no caminho do “*progresso*” foi a da Ilha de Tatuoca, habitada até 2014 por moradores cujas famílias, segundo eles, já estavam na área há duzentos anos. Tatuoca foi amplamente impactada pela construção e atividades do EAS, de maneira que a maioria de sua população foi transferida para regiões urbanas periféricas. Temos registro de algumas tentativas de resistência coletiva organizada antes de 2014, mas que não atingiram seus objetivos, como por exemplo a realização de reuniões com a administração de Suape e o boqueio e manifestação na PE60, realizado por camponeses organizados pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em fevereiro e abril de 2012 (PERÉS, 2016, p.55-56).

Poucos permanecem, dada à irresistível situação de assédio e escassez criadas, mas, por outro lado, não tiveram melhor sorte os que deixaram o local. É o caso das 75 famílias dos antigos moradores da Ilha Tatuoca, que aceitaram serem transferidos para o conjunto

habitacional Vila Nova Tatuoca, conjunto este orçado em R\$ 7,5 milhões, financiado pela Caixa Econômica Federal e inaugurado em 2014. Lá, essas famílias foram amontoadas, em um estilo de vida bem diferente que levavam em seus sítios, expostas à violência – o índice de crimes é particularmente alto na região – desemprego, tráfico de drogas e alcoolismo. Não há empregos formais e a pesca de mariscos está comprometida, pela destruição do mangue e todo seu território de pesca. Num primeiro momento, a única saída para essas pessoas foi procurar capacitação e emprego no próprio estaleiro, todavia, presentemente, nem mesmo essa saída irônica é possível, pois o EAS não tem contratado.

#### 5.10. CONSEQUÊNCIAS DAS MEDIDAS ADOTADAS NOS ÂMBITOS TERRITORIAL, AMBIENTAL E TRABALHISTA EM SUAPE

Os moradores do Cabo de Santo Agostinho vivenciam as dores e as descobertas da mudança social em seu cotidiano, resultado, em grande medida, dos investimentos públicos e privados no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (CIPS). As mudanças abertas apontam para um tipo de sociabilidade que o capitalismo monopolista vem impondo, cujos contornos genuínos essenciais, entre parte dessa população, tentamos conhecer. São mudanças particulares nas relações sociais que estão amalgamadas com tramas sistêmicas multiescalares (SAQUET, 2006, p.79), que transpassa as dimensões internacional, nacional, estadual e local, ressignificando o modo de vida e de trabalho das classes sociais, no sentido da maior exploração laboral, poluição ambiental e crescente índices de violência, ou seja, aprofunda-se a barbárie social no Brasil como resultado da incapacidade de superar o atraso econômico, as altas concentrações de renda e desigualdades sociais e garantir a soberania, estancado o saque imperialista.

Com o avanço do neoliberalismo, cuja racionalidade governamental (DARDOT & LAVAL, 2016) não se baseia em conceitos de *soberania* e *desenvolvimento nacional*, os administradores públicos, políticos e empresários tentam transformar os territórios à imagem da empresa capitalista, cooptando e corrompendo os adversários, no caso, a população das quase 50 comunidades atingidas<sup>149</sup>, que é parte do território. Esse Estado de disputa permanente entre a população de Suape e os capitalistas, que instrumentalizam o

---

<sup>149</sup> Fórum Suape-Espaço Socioambiental. **Carta das Comunidades Tradicionais do Cabo e de Ipojuca atingidas em seu Território pelo Complexo Industrial Portuário de Suape**. 2016. Disponível em:<<http://forumsuape.ning.com/profiles/blogs/carta-das-comunidades-de-suape-ao-governador>>. Acesso: 07 de out. de 2019.

Estado para seu uso, é uma expressão dos arranjos concretos da formação econômico-social brasileira, desigualmente combinando as formas pré-capitalistas com o processo de ampliação das relações capitalistas em sua face neoliberal.

A primeira forma que se dá o “choque de cultura” é através das formas jurídicas manejadas pelo Governo e pela Empresa Suape, que criam um conjunto de documentos e estudos normativos e reguladores, como licenciamentos ambientais e relatórios de impacto, que são auto sacramentados pelas suas operações burocráticas, transformando parte da população residente, de guardiões daquelas riquezas naturais e moradores ancestrais da área, em algozes do meio ambiente ou empecilhos ao desenvolvimento sustentável.

Sob esse prisma é possível compreender que a contaminação do mar e o descarte dos resíduos das obras de dragagem da ampliação do Porto, depositados criminosamente nas proximidades da praia, prejudicando sobremaneira os pescadores e marisqueiras de Gaibú e Suape, não foram resultado de um descuido ou confusão operacional. Antes, essa poluição é uma arma na guerra contra as populações locais, minorando sua capacidade de resistência e sobrevivência na área.

Do ponto de vista do trabalho, muitas famílias mantiveram-se em suas atividades autônomas, com seus integrantes tentando manter seu modo de vida e trabalho ou, quando muito, empregando-se temporariamente, para logo retornar à pesca, *utilizando-se* com parcimônia do desenvolvimento portuário, na medida em que conciliavam seus interesses com o avanço do Complexo. Outras famílias, passaram por uma comutação completa, pois, de indivíduos empregados em atividades pesqueira, agrícola e, eventualmente, turística, um número considerável tornou-se operários, em um dos setores de ponta da indústria, como é o caso da indústria naval e petroquímica.

Neste processo, “pacatos” moradores viram-se em meio a movimentos grevistas dos mais radicalizados em 2011 e 2012 (VERAS DE OLIVERIA, 2013), compartilharam do protagonismo do breve renascimento produtivo do país, sentiram na carne o processo de flexibilização capitalista, inclusive as terceirizações (SILVA, 2017) para, finalmente, concluírem, não mais como pessoas que vivem de seu trabalho autônomo, mas como desempregados. Como não mais prescindem do assalariamento, uma vez que os megaempreendimentos vêm remodelando seu território e condições de reprodução, inserem-se no capitalismo de forma precária e devastadora para suas emoções e recordações.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 1. REARTICULAÇÃO DAS FRAÇÕES E BUROCRACIA JUDICIAL PÓS 2014

Tudo indica que a guerra comercial entre Estados Unidos e China é duradoura, não obstante o caráter complementar entre suas economias. A crise de 2008 desencadeou uma reformulação nos planos das superpotências mundiais e nessa esteira, em 2015, o Banco Central chinês anunciou a desvalorização do RMB<sup>150</sup>, o que esteve relacionado com endividamento contraído pelo Estado chinês para lidar com a crise e o entrelaçamento de sua moeda ao dólar. No mesmo ano foi criado o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)<sup>151</sup>, iniciativa chinesa de contraponto ao Banco Mundial, com adesão do Brasil, de importantes países asiáticos – excetuado Japão – e cerca de metade dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), inclusive de Reino Unido, Alemanha e França, malgrado as críticas estadunidenses, marcando o início de uma longa campanha pela supremacia das moedas e do mercado mundial.

E o Brasil continuará, evidentemente, sendo arrastado nessa disputa estratégica entre o “Colosso do Norte” capitalista e o “Dragão Vermelho” comunista, com a necessidade imperiosa de superar a sua condição dependente, em meio a um novo cenário de crise mundial, marcado pela disputa do controle dos recursos naturais e a luta pela hegemonia política global. Através de pesados investimentos de integração econômica (a Nova Rota da Seda<sup>152</sup>), a China vem enfraquecendo a “Estratégia de Contenção” dos EUA para a Eurásia, que ganhou corpo ao longo de todo o período pós-II Guerra<sup>153</sup>.

No contexto da economia mundial, a demanda chinesa que impulsionou a América Latina e em particular o Brasil diminuiu, mas segue com vigor, dadas as características gigantescas daquele país. Extremamente dependente das exportações e do mercado mundial, o Japão

---

<sup>150</sup> Yuan (ou Iuane e que significa “circular”) é a unidade de conta, enquanto Renminbi (RMB, também abreviada como CNY no sistema financeiro internacional) é o nome da moeda chinesa.

<sup>151</sup> Em inglês *Asian Infrastructure Investment Bank*, sua sede fica em Pequim e seu capital inicial foi da ordem de 100 bilhões de dólares, que representou cerca da metade do orçamento do Banco Mundial e o dobro do Novo Banco de Desenvolvimento (o banco dos BRICS) (GONÇALVES & ESTEVES, s/d. disponível em [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2017/relatorios\\_pdf/ccs/IRI/REL-Fernanda%20Lacerda%20Pereira%20Gon%C3%A7alves.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/REL-Fernanda%20Lacerda%20Pereira%20Gon%C3%A7alves.pdf). Acesso 18 jul 2019.

<sup>152</sup> Iniciativa *Belts & Road*.

<sup>153</sup> Trata-se da teoria do *Rimland* – ou anel de contenção continental – criada pelo geógrafo e geoestrategista estadunidense de ascendência holandesa Nicholas J. Spykman (1893-1943), para garantir a hegemonia mundial dos EUA e inspirado na teoria e na política expansionista do Império Britânico.

sentiu grandemente a crise econômica e a ascensão econômica e militar da China, ameaçando-o no Mar do Sul, além de ser obrigado a assistir, impune, os mísseis norte-coreanos sobrevoarem o seu território. A União Europeia dá claros indícios de esgotamento e seus líderes – principalmente a Alemanha, mas também França – pelem para controlar os destinos de países como Grécia, Espanha e Itália, assim como enfrentam a contraposição do Reino Unido, primeira potência industrial, mais afoito atualmente às atividades financeiras.

A crise econômica aberta em fins de 2007 avançou e persiste, reconfigurando amplamente a luta de classes, disputas inter-imperialistas e as lutas nacionais no planeta. O recrudescimento da escalada armamentista, as insurreições no norte da África e Oriente Médio e a requintada guerra híbrida empreendida pelos Estados Unidos contra os países da América Latina, marcam a nova face política do mundo, com repercussões no Brasil. Dilma Rousseff, a “mãe do PAC”, foi derrubada nesse contexto, quer dizer, de agravamento das contradições de classes e de maior pressão econômica e espionagem industrial estadunidenses, esvaziando a política de conciliação de que até então vigorou.

A datação exata desse novo momento de inflexão na política econômica não é simples, pois se 2011 houve ajuste fiscal, começou também logo em seguida um conflito entre o governo de Dilma Rousseff e o capital financeiro devido à política de preços adotada para induzir o investimento privado em infraestrutura e na indústria de transformação (BASTOS, 2017, p.18). Com a crise política instalada, essa política foi sendo abandonada a partir de 2013 e o agravamento das tendências centrífugas da *frente neodesenvolvimentista* (BOITO JR. 2012) dirigida pelo PT obrigou Dilma Rousseff a adotar em 2015, sem nuances, a política definitivamente “restauracionista” da ortodoxia neoliberal, tentativa esta que se mostrou inerte para a manutenção do apoio da grande burguesia.

O caráter insustentável da dívida pública e a entrada do país na recessão, a partir do segundo trimestre de 2014, abalaram a influência do PT – seus críticos mais drásticos buscaram mesmo sua extinção –, agravada com a utilização política, por parte da oposição burguesa, das denúncias de corrupção. A reação do capital financeiro às medidas do primeiro governo Dilma, discrepantes com seus cálculos, começou pelo Banco Central, através da elevação da taxa de juros, em abril de 2013.

Se é verdade que as políticas do PT foram as políticas da burguesia interna, tendo à sua cola o proletariado, cujas duas principais centrais, CUT e Força Sindical, abraçaram como se fossem suas as reivindicações econômicas de seus patrões, marchando ao lado dos capitalistas, também é certo que as mudanças políticas, a necessidade de ampliar a



exploração e o desgaste do PT culminaram na retirada de apoio dessa classe ao governo. Finalmente, pela apatia dos assalariados, agricultores, desempregados e juventude pobre, com exceção de uma pequena parcela sindical, estudantil e de movimentos sociais que protestou contra o golpe em curso, foi sendo reconfigurado o antigo ordenamento do bloco no poder, com apoio imprescindível da grande mídia, classes médias, igrejas neopentecostais, judiciário e militares. Mas é bom lembrar que o PT não foi derrubado pela sua oposição política, mas pela decomposição de sua frente política com a impossibilidade de liderar o país sob a redobrada ofensiva rentista, pois a nova conjuntura exigia ataques mais profundos à classe operária e demais trabalhadores.

## 2. VINHO NOVO EM ODRE VELHO?

A disputa intestina das forças sociais em torno dos elementos definidores da forma de inserção da economia nacional junto à dinâmica mundial, somadas às necessidades da organização internacional do capitalismo contemporâneo, constituem o terreno sobre o qual se travam os debates teóricos acerca do desenvolvimento brasileiro e as lutas políticas para definir quais medidas econômicas, de curto, médio e longo prazo, o país deve adotar.

A nova política e teoria do desenvolvimento econômico nacional, particularmente desenvolvida pelos intelectuais próximos ao PT<sup>154</sup>, basearam-se no crescimento econômico mundial, assentado na elevação dos preços das *commodities* verificado entre 2002 e 2008, por conta, principalmente, da demanda chinesa. Esse crescimento conjuntural da economia brasileira, alicerçado nas exportações, difere, em aspectos-chave, dos pressupostos para o desenvolvimento formulados pela teoria histórico-estruturalista de meados do século passado, visto que o crescimento econômico durante os governos petistas se assentou, como assinala Plínio de Arruda Sampaio Jr.,

---

<sup>154</sup> Bresser-Pereira, principal expoente do “novo-desenvolvimentismo” é um caso à parte, no sentido de que sua biografia não guarda similitudes com o desenvolvimento do PT. Contudo, a perspectiva teórico-política desse importante intelectual orgânico da burguesia paulistana influencia o “desenvolvimentismo petista” de forma marcante.

[na] presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas. Desaparecem os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de commodities e revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial. Por fim, a opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas (SAMPAIO JR., 2012, p. 682).

Essa caracterização, de que as políticas econômicas adotadas reforçam a vulnerabilidade externa e a dependência estrutural, impele o autor a classificar a nova experiência econômica aplicada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com uma farsa, resultante da aliança deste partido com setores da burguesia nacional e alimentada pela esperança e ingenuidade de amplas massas trabalhadoras, pois não passaria, segundo Sampaio Jr., de uma caricatura daquilo que o pensamento burguês brasileiro conseguiu elaborar no passado. O suposto desenvolvimento verificado, portanto, é o rebaixamento e deturpação do “original” em suas políticas econômicas, bem como sua fundamentação teórica seria uma versão atualizada das diretrizes do capital monopolista estrangeiro, sob a égide de sua fração financeira.

Os ideólogos do “(neo)desenvolvimentismo”, não fazem o balanço satisfatório do esgotamento das experiências keynesianas, tampouco compreendem satisfatoriamente as impossibilidades do país superar sua condição semicolonial na fase imperialista do capitalismo, comparecendo não mais como teoria, mas como arma ideológica que cumpre seu papel nas disputas inter-burocráticas entre frações políticas (SAMPAIO, 2012, p. 685-686), mais ou menos ligadas aos partidos e grupos de interesses burocráticos.

As taxas de crescimento, aumento salarial e investimentos sociais da última década estiveram aquém daquilo que um projeto classicamente nacionalista se propõe, tendo em vista que não houve interferência dos governos petistas nas bases da estrutura capitalista nacional, fortemente oligárquica e dependente da demanda externa, nem se colocou por reverter o crescente avanço do capital estrangeiro na economia nacional – como seria esperado de um clássico nacionalismo. Ainda assim, apesar da “coexistência pacífica” com o capital internacional, o presunçoso projeto de crescimento econômico com distribuição de renda dá claros sinais de que chegou ao fim.

A aposta de intelectuais ligados aos governos de Luiz Ignácio Lula da Silva (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), de que enfim as políticas distributivas e econômicas

do PT inaugurariam um novo modelo de acumulação, “pós-neoliberal” (SADER:2013) ou “socialdesenvolvimentista” (POCHMANN, 2010), rompendo com a predominância do capital financeiro, demonstraram-se infundadas. O caso é que, segundo nos parece, o governo Lula marcou um rearranjo na partilha do poder do Estado entre os grupos e frações capitalistas, ou no interior do bloco no poder, em termos poulantzianos, de modo que a fração representante dos interesses da burguesia financeira internacional (destacadamente dos Estados Unidos) perdeu algumas posições, conjunturalmente, sem contudo deixar de exercer sua hegemonia dos rumos gerais da economia nacional.

A eclosão da crise econômica alijou novamente a burguesia nacional das posições conquistadas e o sonho pseudo-nacionalista do PT foi interrompido pela imposição das finanças mundiais (do imperialismo!), que novamente exige mais flexibilização trabalhista, cancelamento dos investimentos estatais em grandes obras e recuo das pretensões internacionais da burguesia brasileira, com vistas a garantir a estabilização macroeconômica (controle da inflação e dos gastos públicos) e a continuidade da espoliação. Esses condicionamentos vão atingir em cheio as obras do PAC realizadas em SUAPE, permitindo acompanhar, ali, o declínio das medidas industrializantes do último período.

Poderíamos dizer que o petismo não reverteu o profundo atraso do país, mas apenas regulou e conteve a superexploração imperante, todavia, nem mesmo isso se sustentaria. O caso é que a hegemonia da burguesia rentista não foi alterada nos governos petistas e na aliança do movimento sindical, camponês e populares com setores produtivos nacionais, como Construção Civil (Votorantim, Odebrecht, Camargo Correa), Siderurgia (Gerdau), Mineração (Vale), alimentício e de bebidas (JBS Friboi, Ambev e empresas ligadas ao agronegócio). Mesmo nestes setores, a burguesia interna<sup>155</sup> está associada ao capital internacional, em forma de sociedades anônimas e consórcios.

Outro importante componente do setor produtivo interno diz respeito às montadoras multinacionais (GM, Volkswagen, Fiat, Mercedes, etc.), responsável por um setor expressivo da cadeia produtiva siderúrgica e afins, de modo que contou com um tratamento bem generoso por parte dos governos petistas. Outros setores pelo qual o capital rentista nacional e internacional tem ampliado sua presença, nos últimos dez anos, tem sido os

---

<sup>155</sup>“O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas” (BOITO JR., 2007, p.60).

grandes conglomerados que atuam nas áreas da Saúde e Educação, aquilo que Boito Jr. denominou por “nova burguesia de serviços”, cuja característica é se destacar como “beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços básicos” (BOITO JR., 2007, p. 61).

Há que se ressaltar também que parte constituinte da burguesia interna<sup>156</sup> diz respeito às instituições financeiras, como Itaú, Bradesco, BV Financeira (do grupo Votorantim), entre outros. Essas foram as forças econômicas que estiveram por trás do projeto de desenvolvimento nacional encampado, cuja noção de crescimento esteve vinculada às ações estatais de acordo com seus interesses. Mediante incentivos fiscais, desonerações e linhas de créditos, o capital rentista nacional e internacional tem ampliado sua presença. A questão é saber se, nos países latino-americanos que elegeram governos “progressistas” ao longo do início deste século<sup>157</sup>, pode-se falar em um novo padrão de acumulação, haja vista que o discurso comum, em diferentes nuances, foi de combater o neoliberalismo.

Mesmo durante os governos do PT, que adotaram significativas medidas econômicas em prol da burguesia interna, a hegemonia e os interesses estratégicos do capital financeiro foram preservados e fortalecidos, demonstrando prevalecer no país a subordinação estrutural aos ditames externos, isto é, à forma imperialista do capitalismo contemporâneo.

Ocorre que a crise econômica mundial, que eclodiu em 2008, atingiu também, com mais vigor a partir de 2014, as frações capitalistas nacionais, e o capital monopolista estrangeiro desencadeou uma revisão nas concessões feitas às burguesias nativas. Esse movimento econômico operado nos últimos dois anos, foi importante para entender o recrudescimento das investidas contra a indústria nacional, quando vemos surgir novamente o famigerado programa de privatizações e concessões do governo federal, com a entrega do patrimônio público nas áreas de energia, aeroportos, rodovias, portos, ferrovias e mineração.

Sintomática é a venda de empresas estatais para pagamento da dívida dos estados, o que deixa explícito se tratar da implementação de reformas na estrutura produtiva para, em grande medida, a satisfação das exigências internacionais, cuja lógica corresponde à forma de

---

<sup>156</sup>“(…) no período neoliberal, iniciado no governo Collor e que se estende até o presente, a hegemonia do grande capital financeiro internacional, junto ao qual os grandes bancos brasileiros funcionam como burguesia compradora. A segunda hipótese é que o governo Lula representa uma novidade: sem romper, *até aqui*, com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder” (BOITO JR: 2007, p.60).

<sup>157</sup>Na realidade, esse processo começa ainda no final do século passado, em 1998, quando o bolivariano Hugo Chávez Frias foi eleito presidente da Venezuela. Cinco anos depois, em 2003, ocorre o mesmo com Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e com o peronista Nestor Kirchner, na Argentina. Evo Morales na Bolívia em 2005 e Rafael Correa em 2007 no Equador, entre outros.

apropriação financeira, através da expansão do capital fictício. A essa mesma lógica, corresponde também: a) os desinvestimentos na Petrobrás, bem como as movimentações para sua venda, que podem se dar pela entrega de parte da infraestrutura e rifando-a no mercado de ações, como seus atuais dirigentes pretendem; b) liquidação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); c) entrega do Pré-sal; d) retrocesso no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

A maior incidência na economia brasileira de transferências de valor para as regiões externas de acumulação, que se realizam através de a) pagamento de empréstimos, juros e amortizações; e b) remessas de lucros e dividendos, tem promovido anualmente arrochos contundentes na economia nacional. Mas o fundamental desse processo de cerco à economia nacional é que as medidas econômicas adotadas são da flexibilização capitalista do trabalho, ou seja, a ampliação da exploração da força de trabalho e a degradação das condições de existência dos trabalhadores e da juventude brasileira.

No primeiro mandato presidencial de Lula (2003-2006) começou a recuperação da indústria de construção naval e *offshore*, com o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), coordenado pelo Ministério de Minas Energia e Petrobrás. Em seguida, em 2007, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e do Programa de Expansão e Modernização da Frota (Promef), somados à aliança política entre o Governo de Pernambuco e o Palácio do Planalto foi adotada a política de amplas inversões de capital para o Porto de Suape. O PPA-2012/2015 buscou garantir os investimentos por meio do confronto pontual com os interesses da oligarquia financeira, mas foi neutralizado em seguida, de modo que a própria Dilma Rousseff iniciou o processo de recuo, mas não “cortou na carne” o suficiente.

Suape é um marco na história contemporânea de Pernambuco, sendo o período de sintetizado no governo de Eduardo Campos, um divisor água nos espaços sociais onde o megaprojeto se instalou e recentemente cresceu. A crise golpeou o Porto de Suape de forma categórica, causando descontinuidades e rupturas impostas pelo regime de exceção híbrido que vem se instalando no Brasil a partir da deposição de Rousseff, elevando o nível da crise política e econômica atuais. Embora reconheçamos importantes formas não convencionais de resistência e micro-resistência entre as comunidades atingidas pelo “desenvolvimento” em Suape, consideramos que, mais do que a ampliação de técnicas de luta ajustadas para o caráter assimétrico do confronto da população com o Estado e empresas, temos a compreensão que lançam mão dessa forma como a única possível e, infelizmente, não têm sido eficientes, talvez diferente dos casos analisados por James

Scott.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **“Era Lula” foi melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos.** Disponível em: <economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm?fbclid=IwAR0ElkwRTObYPb72cJaVuNz7nOtWEAtMdqBmWUMQ3b7sCKo\_03IUNyRXr0>. Acesso: 11 de dez. 2018.

ALHEIROS, Margareth M.; FERREIRA, Maria da G. V.X. **Considerações sedimentológicas e estratigráficas sobre a formação Cabo, Pernambuco.** Revista brasileira de Geociências. Volume 19: pág. 17-24, março de 1989.

ALMEIDA, César Antônio Locatelli de. **Economia Política no Brasil: o primeiro governo Lula.** Dissertação. Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo: 2009.

ALMEIDA, Júlio Gomes. **A Política de Desenvolvimento Produtivo.** Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. 2008. Disponível em:<[iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20080529\\_pdp.pdf](http://iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080529_pdp.pdf)>. Acesso: 05 de mai. De 2018.

ALVES FILHO, Aluizio. **Sobre o modelo político brasileiro na era FHC.** Disponível em: <[www.achegas.net/numero/sete/aluizio\\_alves\\_02.htm](http://www.achegas.net/numero/sete/aluizio_alves_02.htm)>. Acesso: 10 jan. 2019.

ALVES, José Luiz. **Suape e sua Trajetória Histórica: Um Olhar Geográfico.** Tese de Doutorado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 147 p. 2012.

ANDRADE, Manuel C. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco.** Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n°43, p.267-280. 2001. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300020](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300020)>. Acesso: 10 jun. 2019.

ARANHA, Gervácio B. **Um século de estradas de ferro no nordeste do Brasil: as viagens inaugurais como espetáculo (1858-1957)**. In: CAVALVANTE NETO, Faustino T.; SILVA, Josinaldo G. da (org.). **Cidades, culturas e fontes historiográficas: experiências urbanas na Paraíba**. Campina Grande: EDUFPG, 2017.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. s/n. Disponível em: <[www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/5186/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5186/)>. Acesso: 05 de set. 2019

BARROS, Alexandre M. **O crescimento urbano formal e informal em Cabo de Santo Agostinho**. Dissertação UFPE. Recife, 2004.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista de Economia Contemporânea, número especial, 2017.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricarso; MUSSI, Carlos. Versão “mimeo”, em português, de “**El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005**”, in Brasil y Chile, una mirada hacia América Latina Santiago de Chile: RIL editores, 2006.

BLOMSTROM, M; HETTNE, B. **La teoría del desarrollo económico en transición**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de Set.2019.

BOCCHI, João Ildebrando; GARGIULO, Felipe Freitas. **Desenvolvimento e Cepal: da industrialização por substituições à transformação produtiva com equidade**. Disponível em: <[www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados20ed/FELIPE\\_FREITAS\\_GARGIULO.pdf](http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados20ed/FELIPE_FREITAS_GARGIULO.pdf)>. Acesso: 11 de set. 2017.

BOITO JR, A. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista Sociologia Política. Junho de 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a05n28.pdf)>. Acesso: 05 de mar. 2018.



\_\_\_\_\_. **Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder.** In: Boito Jr, Armando; Galvão, Andréa (Orgs). Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2004-2007: projeto de lei** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.901.** Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 09 de maio de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm)>. Acesso: 24 de set. de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Relatório Anual BNDES.** Biblioteca Digital. 2005. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/917/4/RA2005\\_final\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/917/4/RA2005_final_BD.pdf). Acesso: 04 de jul. 2019.

BRASIL. República Federativa do. Presidência da República. **Programa Brasil em Ação – Dois Anos.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/programa-brasil-em-acao-2-anos>. Acesso: 16 de ago. de 2018.

BRASIL. República Federativa do. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **IBAS – Fórum de Diálogos Índia, Brasil, e África do Sul. S/d.** Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas)>. Acesso: 23 de set. de 2019.

BRASIL. República Federativa do. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania.** Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Cidades Históricas. Brasil, 2009. Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidades%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Noticias%20%202009.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidades%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Noticias%20%202009.pdf)>. Acesso: 25 de set. de 2019.

BRENNER, N. **A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia.** Cadernos Metr pole, v. 12, n. 24, pp. 535-564. São Paulo, Educ. 2010.

BERREMAN, Gerald. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia.** In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.) Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. pp 123-174.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil.** Nueva Sociedad. Especial em português. Dez, 2010.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C; PASSERON, J. C. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas.** Petrópolis: Vozes, 1999.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexplora o da força de trabalho e política econômica.** Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.247-272, 2008. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141598482008000200003&lng=en&nr\\_m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482008000200003&lng=en&nr_m=iso). Acesso: 04 de Julho 2017.

BRESSER-PEREIRA Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Macroeconomia Desenvolvimentista.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpreta o Sociológica.** 7  ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARNEIRO, R. **O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos.** Rede Desenvolvimentista (Textos para Discussão, n. 1). Disponível em: [reded.net.br/?option=com\\_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=160&catid=14&lang=pt](http://reded.net.br/?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=160&catid=14&lang=pt),>. 2012. Acesso: 10 de ago. de 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Serviço Social e Sociedade. n.112, p.613-636, out./dez., 2012.

\_\_\_\_\_. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHIAVENATO, Jose. **A Política Econômica do Regime Militar - Os Choques do Petróleo e dos Juros** In: O golpe de 64 e a Ditadura Militar. Coleção Polêmica. Editora Moderna. São Paulo, 1997.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Editora UFRJ. Rio de Janeiro: 2008.

COLETIVO brasileiro de pesquisadores da desigualdade ambiental. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental.** In: e-cadernos CES, n. 17, 2013, p. 190-20. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf](http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf)>. Acesso: 08 de março de 2017.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.** Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34. 2001. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 09 de abril de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>.

COSTA, Hector Scalabrini. **Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape na região metropolitana de Recife.** In: Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro. Cadernos de debates 3. BARROS, Joana et. al. (org.). FASE-Solidariedade e Educação. Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Paulo Gustavo de Araújo; LUCENA, Vinicius Guerreiro de. **Do sonho à realidade.** Negócio Editora Ltda/Elsevier: Rio de Janeiro, 2006.

CUNHA, Paulo José de A. M da C. **Limites e Possibilidades da Conservação de Parques Históricos: uma reflexão com foco na valoração dos bens culturais pelos residentes.** Desenvolvimento, Crise e Resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

DAMATTA, Roberto. **O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”**. IN: NUNES, Edson O. (org.) *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Política de Desenvolvimento Produtivo Nova Política Industrial do Governo**. Nota Técnica. Número 67, maio de 2008.

\_\_\_\_\_. **Diagnósticos Complementares, com base no diálogo social, das demandas com atores para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, em especial a da qualificação formal**. SUBPROJETO I Desenvolvimento de metodologia de análise de mercado de trabalho municipal e qualificação social para apoio à gestão de políticas públicas de emprego, trabalho e renda. São Paulo, 2012.

DOMINGUES, Rita A.; LIMA, Luís C. F. de. **Complexo Industrial e Portuário de Suape, Pernambuco: uma perspectiva**. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE. Recife, 2013.

Domingues, R.C; Santos, M. O. S; Gurgel, I. G. D. **A Vulneração socioambiental advinda do complexo industrial portuário de Suape: a perspectiva dos moradores da ilha de Tatuoca- Ipojuca/PE**. In: Rev. Tempus Actas de saúde coletiva. Brasília, 2014.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo**. IN: *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FIORI; José Luiz. **O “desenvolvimentismo de esquerda”**. Valor Econômico, 29/02/2012. Disponível em: <[www.lainsignia.org/2008/abril/ibe\\_006.htm](http://www.lainsignia.org/2008/abril/ibe_006.htm)>. Acesso: 16 de mar. de 2017.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Digital Source, 2001.

FROTA, Isabelle Leitão Neves; LIMA, João Policarpo Rodrigues. **Os incentivos fiscais do governo estadual de Pernambuco para atração de empresas: um caso de sucesso?**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, n. 4, p. 67-82, out./dez., 2014. Disponível em:

<[www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1488](http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1488)>. Acesso: 29 de mar. de 2018.

FURTADO; Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979.

GIL, Ana Helena. **O Espaço Performático do Cotidiano analisado de acordo com a Metodologia sócio-interacionista de Erving Goffman**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Porto Alegre: AGB, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **Nacional-Desenvolvimentismo às Avessas**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf](http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf)>. Acesso: 25 de abril de 2017.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Dimensões do desenvolvimento do complexo industrial portuário de Suape: política econômica e política social**. São Carlos: UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Tese de Doutorado), 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 15. edição. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2008.

HONÓRIO, Karen dos S. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2013.

INGOLD, Tim. **Epilogue: “Anthropology is *not* Ethnography”**. In: \_\_\_\_\_. *Being Alive*. Routledge: London and New York, 2011, pp. 229-243. Tradução e revisão de Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Cicinet Dornelles.

IPEA. **Rodovias brasileiras: gargalos, investimentos, concessões e preocupações com o futuro**. Comunicados do IPEA, nº52. Série: Eixo de Desenvolvimento Brasileiro. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2010.

KEYNES, Jonh M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Os Economistas. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: 1996.

KOENING, Maria Luise et al. **Impactos da construção do Porto de Suape sobre a comunidade fitoplanctônica no estuário do rio Ipojuca**. Acta Bot. Bras., São Paulo, v. 16, n. 4, p. 407-420, 2002. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-33062002000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062002000400004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 15 março de 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/panorama](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/panorama)>. Acesso: 29 de mar. de 2018.

LEME. Alessandro André. **Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária**. Revista Sociedade e Estado (UnB). Vol.30, nº2. maio/agosto de 2015.

LENIN, Vladimir I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

LOPREATO, F. “Política fiscal: mudanças e perspectivas”. In: CARNEIRO, R. (Org.) **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: UNESP, 2006.

MACIEL, Jeanne M. B. de M. **Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGS/UFSCAR, São Carlos.

MAGNANI, José G. C. **Etnografia como prática e experiência**. *Horiz. antropol.* [online]. 2009, vol.15, n.32, pp.129-156. ISSN 0104 7183. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>.

MARQUES, Sérgio de Azevedo. **Privatização do Sistema Ferroviário Brasileiro**. IPEA. Texto para Discussão nº434. Ministério do Planejamento e Orçamento. Brasília, 1996.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O governo lula e a Contra-reforma previdenciária**. São Paulo em Perspectiva, 18(3): 3-15, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. 3. edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Boitempo. São Paulo: 2007.

MALINOWSKY, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos arquipélagos da Nova Guiné melanésia** – 3. Edição, Abril Cultural, São Paulo: 1984.

MARTINS NETO, Rafael. **Desafios do planejamento plurianual : uma análise dos planos Plurianuais 2004-2007 e 2012-2015 sob o prisma do triângulo de governo de Carlos Matus** / Rafael Martins Neto. – Brasília: IPEA, 2018.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação. USP. Piracicaba, 2002.

MEDEIROS, Rogério de Souza; GODOY, José Henrique Artigas de. **Desenvolvimento, Território e Políticas Públicas**. In: Revista Pós Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, v.12, n.24, São Luís: EDUFMA, 2015.

MENELAU, Bruno Gomes de Sá. **Infraestrutura do transporte: impactos sobre o setor produtivo, com ênfase nos modais rodoviário e ferroviário**. Dissertação. UFPE, 2012.

MONTES, G. C; REIS, A. F. **Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 1, p. 167-194, 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182011000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000100007)>. Acesso: 26 de abril de 2017.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado – o montante principal já não era pago havia anos**. “Brasil declara moratória”, 19/09/2013. Disponível em: <[acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-moratoria-9948414](http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-moratoria-9948414)>. Acesso: 28 de fev. de 2019.

OLIVA, Aloisio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re) ligação: SUDENE**, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Estudos sobre o Nordeste. Vol.1. 3ªedição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas**. In: Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas, Tempo Social – USP, 2003.

OLIVEIRA CRUZ, Dayana A. M. de. **O papel do Brasil no processo de integração regional no Mercosul**. Revista Formação (ONLINE), v. 25, n. 46, set-dez/2018, p. 27-45. Disponível em: <[revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5506/4701](http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5506/4701)>. Acesso em 24 de set. de 2019.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica**. São Paulo: Boitempo. 2008.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. **Comentários sobre o PPA 2012-2015: gestão para resultados ou painel de políticas**. Revista brasileira de Planejamento e Orçamento (RBPO), Brasília, Volume 3, nº 1, 2013.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PÉREZ, Mercedes Solá; **R-Existência dos camponeses/as do que hoje é SUAPE: justiça territorial, pós-desenvolvimentismo e descolonialidade pela vida**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2016.

PÉREZ, Mercedes Solá; GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Desenvolvimento e conflito territorial – primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de SUAPE-PE**, Brasil. Revista de Geografia (UFPE) V. 29, n. 2, 2012.

PETROBRÁS. **Refinaria Abreu e Lima bate novo recorde mensal de processamento de petróleo. Fatos e Dados**. Set. 2016. Disponível em: <[www.petrobras.com.br/fatos-e](http://www.petrobras.com.br/fatos-e)>



[dados/refinaria-abreu-e-lima-bate-novo-recorde-mensal-de-processamento-de-petroleo.htm](#)>. Acesso: 11 de mar. de 2017.

PIETRAFESA, Pedro A. **Parlamento do Mercosul: formação, características e desafios**. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 9, n. 1, p. 199-226, jan./jun. 2011. Disponível em: <[www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/1377/1337](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/1377/1337)>. Acesso: 24 de set. de 2019.

PREBISCH. Raul. **Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, vol. 1; tradução de Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Record, 2000.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 2010.

PORTOS E NAVIOS. Revista Digital. **Setor naval demite quase 50 mil trabalhadores em dois anos**. Disponível em: <[www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/37764-setor-naval-demite-quase-50-mil-trabalhadores-em-dois-anos](http://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/37764-setor-naval-demite-quase-50-mil-trabalhadores-em-dois-anos)>. Acesso: 11 de mar. 2017.

POULANTZAS. Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Trad. Francisco Silva. São Martins Fontes, São Paulo: 1977.

PREBISCH. Raul. **El desarrollo Económico de América Latina y algunos de sus Principales Problemas**. In: Boletín Económico para América Latina. 1961.

REZENDE, Ricardo Pazzotti. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo Lula**. Florianópolis, 2009. 67 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico.

RIBEIRO, Fernando José da S.P. **Reavaliando a vulnerabilidade externa da economia brasileira**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: 2016.

SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SAES, Décio. **As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica**. In: Ditadura: o que resta da transição. PINHEIRO, Milton (org.). Editora Boitempo, São Paulo: 2014.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social & Sociedade, n.112, v. 1, p. 672, out./dez., 2012.

SANTOS, Cecília B. M. dos. **A governança dos conflitos socioambientais nos limites do Complexo Industrial Portuário de SUAPE-PE**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2011.

SANTOS, Nivalter A. dos. **Movimento Regionalista e Geração Literária de 30: Uma Análise Gramsciana**. 40º Encontro Anual da ANPOCS SEMINÁRIO. Caxambú, Minas Gerais, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Proposição para Estudos Territoriais**. GEOgrafia-AnoVIII, nº.15 - 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.s); **Território e Territorialidade: Teorias, Processos e Conflitos**. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2009.

SARAIVA, Miriam G. **O segundo mandato de Lula e a política externa: poucas novidades**. Carta Internacional. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI-USP), vol.2, nº1, março de 2007.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. **Da nova Antropologia do desenvolvimento para a socio-anthropologia dos espaços públicos africanos**. In: GOMES, Ramonildes (Org.) Jean Pierre Olivier de Sardan e a Socioantropologia do Desenvolvimento. Revista Raízes. Vol. 35, nº2. UFCG: PB. 2015.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

SCOTT, P; SANTOS, D.; SOUZA, R; ACIOLY, R. **Patrilocalidade Precarizada: práticas parentais e gravidez na adolescência no Porto de Suape**. Trabalho apresentado na XV

Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais-Pré-Alas, Brasil, no GT Gênero, Política, feminismos e desenvolvimento, de 04 a 07 de setembro, em Teresina, PI. 2012.

SICSU, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. **Por que novo-desenvolvimentismo?**. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, Dez. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572007000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 08 de mar. 2019.

SILVEIRA, Karla. **Conflitos socioambientais e participação social: Uma análise dos conflitos socioambientais no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010.

SILVA, Diogo Fernandes da. **Terceirização e Ação Sindical no Complexo Industrial Portuário de Suape: o caso do Estaleiro Atlântico Sul**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador**. Companhia das Letras. Editora Schwarcz S.A. São Paulo, 2012.

SOBEL, Tiago F.; MINUZ, André L.; COSTA, Ecio de F. **Divisão Regional do Desenvolvimento humano em Pernambuco: uma aplicação de análise de Cluster**. Revista Teoria e Evidência Econômica. V.15, n.33, 2009. Disponível em: <[seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4272](http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4272)>. Acesso: 06 de set. de 2019.

SUAPE. Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros. **Polo de desenvolvimento do Complexo**. Disponível em: <[www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios](http://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios)>. Acesso: 11 de mar. 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norteamericana**. Revista de Economia Política. Vol. 5, nº2. 1985. Disponível em: <[www.rep.org.br/pdf/18-1.pdf](http://www.rep.org.br/pdf/18-1.pdf)>. Acesso: 19 de mar. 2019.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. **Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil**. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) 50

anos De Pensamento na CEPAL, vol. 1; tradução de Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Record, 2000.

THEODORO, Ana Paula. **Condicionantes e articulações dos investimentos no Complexo Industrial e Portuário de Suape-PE**. UNICAMP. Campinas: São Paulo. 2015.

TCU, Tribunal de Contas da União. **SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL**. 714/2015.

\_\_\_\_\_. **ACÓRDÃO Nº 3072/2016**. Secretaria das Sessões. ATA Nº 49, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016 - SESSÃO ORDINÁRIA. 2016. Disponível em: <[www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/CONSES/TCU\\_ATA\\_0\\_N\\_2016\\_49.pdf](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/CONSES/TCU_ATA_0_N_2016_49.pdf)>. Acesso: 20 jan. 2018.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologia**. 2. edição. Editora Ática. São Paulo, 1978.

VAINSENCER, Semira Adler. **Suape - Porto e Complexo Industrial**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2006. Disponível em: <[basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php)>. Acesso: 17 de ago. 2017.

VALOR ECONÔMICO. **“STX Promar vai contratar 500 pessoas em setembro”**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2752214/stx-promar-vai-contratar-500-pessoas-em-setembro>. 16/07/2012. Acesso: 17 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **“Suape pretende chegar a 2015 com 123 companhias”**. 13/06/2014. Disponível em: <[www.valor.com.br/brasil/3582768/suape-pretende-chegar-2015-com-123-companhias](http://www.valor.com.br/brasil/3582768/suape-pretende-chegar-2015-com-123-companhias)>. Acesso: 17 de abril de 2016.

VANDOROS, P; VALARRELLI, J.V. **Geologia da região do Cabo de Santo Agostinho, PE**. In: SBG/Núcleo Minas Gerais, Cong. Bras. Geol., 29, Ouro Preto, 1976.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Rev. Bras. Econ. [online]. 2008, vol.62, n.2, pp.221-246.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho.** Caderno CRH. Salvador, v. 26, n. 68, p. 233-252, mai-ago, 2013.

VIANA, Luiz Werneck. **A sucessão de Lula e o retorno do nacional-popular.** In: La Insignia. 2008. Disponível em: <[www.lainsignia.org/2008/abril/ibe\\_006.htm](http://www.lainsignia.org/2008/abril/ibe_006.htm)>. Acesso:16 de mar. 2017.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno - II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750.** Traduzido por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. New York: Academic Press, 1974.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn - Editora Universidade de Brasília (UNB), Distrito Federal, 1999.